


FORMAS DE  
DOMINAÇÃO  
E  
ESPAÇO SOCIAL

A MODERNIZAÇÃO  
DA  
AGROINDÚSTRIA  
CANAVIEIRA  
EM  
ALAGOAS

BEATRIZ ALASIA DE HEREDIA

**MCT**

Ministério de Ciência e Tecnologia

 **CNPq**

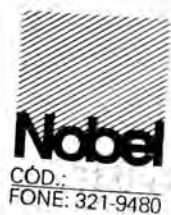
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

**Formas de dominação e espaço social** analisa um caso exemplar de "modernização conservadora" da agricultura brasileira: a expansão brusca da cana-de-açúcar nos tabuleiros do sul de Alagoas, resultado dos estímulos governamentais àquela cultura, fonte de divisas e alternativa energética às importações de petróleo.

Mas a importância do trabalho está menos na relevância do tema que aborda do que na análise que é feita. Beatriz Heredia associa métodos historiográficos e etnográficos de uma maneira particularmente feliz para reconstruir aquele processo social. A partir da análise das transformações espaciais e da crítica paralela aos produtores das classificações do espaço, realizada sobre materiais

---

Formas de Dominação e Espaço Social  
A Modernização da Agroindústria Canavieira em Alagoas



*Argemiro*

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Heredia, Beatriz Maria Alasia de.  
Formas de dominação e espaço social : a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas / Beatriz Maria Alasia de Heredia. -- São Paulo : Marco Zero ; Brasília, DF : MEC/CNDQ, 1988.

Bibliografia.  
ISBN 85-279-0075-0

I. Alagoas - Condições sociais 2. Cana de açúcar - Cultura - Brasil - Alagoas - Inovações tecnológicas 3. Indústria açucareira - Brasil - Alagoas - Inovações tecnológicas 4. Trabalhadores do açúcar - Brasil - Alagoas I. Título. II. Título. A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas.

CDD-303.483098135  
-358.17361098135  
-981.35

88-2126

Índices para catálogo sistemático:

1. Alagoas : Agroindústria canavieira ; Inovações tecnológicas : Economia 338.17361098135
2. Alagoas : Cana de açúcar : Agroindústria : Inovações tecnológicas : Economia 338.17361098135
3. Alagoas : Condições sociais 981.35
4. Alagoas : Inovações tecnológicas : Trabalhadores do açúcar e proprietários ; Mudanças sociais 303.483098135
5. Alagoas : Trabalhadores do açúcar e proprietários : Mudanças tecnológicas : Sociologia 303.483098135

*Editores:* Maria José Silveira, Felipe Lindoso, Márcio Souza  
*Revisora responsável:* Marcia Costa Rosa

Capa de Jorge Cassol

Copyright by © Beatriz M. Alasia de Heredia.  
Direitos para publicação adquiridos pela Editora Marco Zero, R. Inácio  
Pereira da Rocha, 273, CEP 05432, São Paulo, SP Telefone: (011) 815-0093.  
ISBN 85-279-0075-0

A primeira edição deste livro foi publicada em janeiro de 1989.

---

Formas de Dominação e Espaço Social  
A Modernização da Agroindústria Canavieira em Alagoas

Beatriz Maria Alasia de Heredia

Editora Marco Zero  
em co-edição com o  
MCT/CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico  
e Tecnológico

*A autora*

Beatriz Maria Alasia de Heredia é professora de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFICS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Publicou vários artigos em revistas especializadas do México, Chile e Argentina. No Brasil, além de vários artigos, publicou também o livro *A Morada da Vida*, pela Editora Paz e Terra, em 1979.

---

## SUMÁRIO

Agradecimentos 7

Introdução 11

### Parte I – O Espaço 25

Capítulo 1: A Área e a Região 27

Capítulo 2: O Espaço e sua Ocupação no Passado 39

1. Os produtos e a ocupação do espaço 39
2. Os engenhos 50
3. Os *sítios* 57
4. Área de circulação dos produtos e dos produtores 60
5. Área de criação 63

Capítulo 3: Política do Estado, Expansão Canavieira e Reordenação do Espaço 67

1. Políticas de "modernização" 67
2. O espaço atual 75

### Parte II – As Relações Sociais no Presente 81

Capítulo 4: Feira Nova 83

1. O seu crescimento 83
2. Quem reside e quem circula por Feira Nova 89

Capítulo 5: Trabalhadores e Empreiteiros 93

**Capítulo 6: Significados de Feira Nova 103**

**Parte III – O Sistema Engenho 113**

**Capítulo 7: As Relações Sociais do Engenho 115**

1. Introdução 115
2. As relações de *morada* como sistema de dominação 117
3. Trabalho coletivo, trabalho individual e ciclos de vida 129

**Capítulo 8: As Relações Senhores de Engenho e Povo dos Sítios 147**

**Parte IV – O Processo de Transformações 159**

**Capítulo 9: As Relações Engenho-Usina 161**

**Capítulo 10: Expropriação dos Moradores e do Povo dos Sítios 175**

1. Dos moradores 175
2. Do povo dos sítios 181

**Capítulo 11: O Significado das Mudanças 195**

**Bibliografia 209**

Anexo I – Microrregiões Homogêneas 219

Anexo II – Estado de Alagoas – Mapa Geomorfológico 220

Anexo III – Evolução Municipal da Área Estudada 221

Anexo IV – Mapa Rodoviário do Município de Junqueiro 222

Anexo V – Área Canavieira de Alagoas 223

Anexo VI – Sítio e Povoados do Município de Junqueiro 224

---

## Agradecimentos

Foi nos marcos do "Projeto Emprego e Mudança Socioeconômica no Nordeste", desenvolvido no Departamento de Antropologia – Museu Nacional, UFRJ (Convênio FINEP-IPEA-IBGE) que elaborei o projeto inicial de pesquisa e efetuei a primeira pesquisa de campo que daria origem a este livro. Agradeço ao conjunto de pesquisadores que dele participaram na pessoa de seu coordenador, prof. Moacir Palmeira.

Desde então, diversas pessoas e instituições contribuíram, embora sob diferentes formas, para a elaboração do presente trabalho.

O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e o Departamento de Antropologia do Museu Nacional, ao qual o Programa está vinculado, me brindaram com seu corpo de professores, alunos e funcionários, apoio institucional e pessoal, que agradeço nas pessoas dos seus sucessivos coordenadores e chefes de departamento: profs. Luís de Castro Faria, Roberto da Matta, Otavio Velho, Gilberto Velho, Anthony Seeger, Giralda Seyferth e Lygia Sigaud. Não poderia deixar de agradecer à prof<sup>a</sup> Yonne de Freitas Leite, atual subchefe do departamento, pelo seu apoio institucional e afetivo.

Agradecimentos especiais dirijo aos professores com quem realizei cursos de doutorado: Luís de Castro Faria, Lygia Sigaud, Giralda Seyferth e Moacir Palmeira. A esses cursos, espaços privilegiados de reflexão, somam-se as discussões tidas com o prof. Roberto da Matta. Foi a partir das suas sugestões – colocadas desde a época de minha dissertação de mestrado – que alguns problemas se tornaram motivo de reflexão sistemática posterior.

Esse agradecimento se estende à professora e amiga Giralda Seyferth, que acompanhou de forma permanente as diversas etapas de elaboração.

No âmbito dos cursos, discuti idéias ou mesmo partes deste trabalho com diversos colegas. Meu agradecimento a Afrânio R. Garcia Jr., Alfredo Wagner, Doris Rinaldi Meyer, Eliane Cantarino, José Sérgio Leite Lopes, Marie France Garcia, Rosilene Alvim e Felipe Lindoso.

A Fundação Ford concedeu-me um auxílio de pesquisa e o CNPq, bolsas de doutoramento e de pesquisador.

Também recebi apoio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, do Departamento de Ciências Sociais e, especialmente, dos colegas professores da área de antropologia. A política de liberação da carga didática me permitiu elaborar este trabalho ao longo de dois semestres.

O prof. Luís de Castro Faria foi o orientador de tese. Ele não só acompanhou, discutiu e incentivou cada passo da mesma como forneceu generosamente, nos cursos que oferecia, o espaço para discussão de temas relevantes para a problemática que nos interessava. Durante o largo convívio desses anos pude reconhecer não apenas sua seriedade acadêmica mas também sua dignidade e qualidade profissional e humana. Os ensinamentos que dele recebi em muito superam esta tese, e o agradecimento aqui formalizado está longe de expressá-los.

O prof. Moacir Palmeira, com quem venho trabalhando desde 1971, acompanhou e discutiu este trabalho de forma permanente. Ele orientou meu projeto de dissertação de mestrado, integrado à problemática por ele colocada e ponto de partida para este livro. A generosidade intelectual e humana que já eram por mim conhecidas, fizeram com que mais uma vez me fornecesse sua bagagem de conhecimentos e continuasse a me distinguir com sua amizade. Por isso, a dívida que contraí com ele ao longo desse tempo é difícil de saldar.

Lygia Sigaud, Afrânio R. Garcia Jr. e Marie France Garcia, meus amigos de sempre, também foram interlocutores fundamentais. A sua contribuição se expressou não só nos trabalhos por eles produzidos e que foram importantes para a minha problemática, mas também na leitura dos primeiros manuscritos que fui redigindo e que com eles discuti. As críticas e

observações que deles recebia, e que só um verdadeiro trabalho de equipe tornam possível, aumenta minha gratidão.

Discussões não menos importantes mantive também com meu colega e amigo Jorge Romano. Vera Calheiros, Filomena Gebran, Conceição de Góes, Christine Blaineau e Liana Cardoso foram os amigos leais que me brindaram apoio importante em diversos momentos e sob diferentes formas.

Francisco Medeiros pôs à minha disposição dados relevantes sobre o IAA, por isso muito lhe agradeço.

Agradeço aos professores Vilma de Mendonça Figueiredo, Aspásia Alcântara Camargo, Lygia Sigaud, Moacir Palmeira e Luís de Castro Faria, membros da banca de defesa de tese, pelas críticas de grande valia.

Foram diversas as pessoas que me ajudaram no decorrer dos trabalhos de campo. A sra. Cinira Gracindo, na qualidade de secretária da Cooperativa de Fornecedores de Cana de Alagoas, pôs à minha disposição os dados necessários para minha pesquisa e facilitou contatos fundamentais para a sua obtenção. No mesmo sentido contribuiu Viviana Calheiros. O prof. Moacir Santana, diretor do Arquivo Histórico de Alagoas, pôs à minha disposição importante documentação ali existente e forneceu indicações bibliográficas relevantes. Registro a eles meu agradecimento.

Os dirigentes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do conjunto dos municípios por mim percorridos facilitaram o acesso aos trabalhadores, e por isso lhes sou muito grata. Devo agradecer também aos funcionários da Prefeitura de Junqueiro, que facilitaram o acesso à área.

Meus reconhecimentos especiais, no entanto, estão dirigidos aos trabalhadores rurais, que muito contribuíram para a elaboração deste trabalho. Eles me receberam nas suas casas e tiveram a paciência necessária para as longas conversas que tivemos; eles depositaram sua confiança em mim, e o que aprendi com essa convivência supera em muito o que este trabalho expressa.

Agradeço a Marisa Colnago Coelho, Maria Isabel Moreira Pinto e Marco Antonio Lemos, que muito me ajudaram na pesquisa bibliográfica.

Fanny Wrobel traduziu o manuscrito do espanhol e Yedda Ennes o datilografou com seriedade e qualificação profissional. A

leitura atenta e aguda realizada por César Benjamin em muito superou sua tarefa de revisor. Sua competência profissional e sua disposição pessoal tornaram possível a forma final do trabalho.

31 de janeiro de 1986.

Constitui nosso objeto o estudo do processo de transformações sociais ocorrido na *plantation* canavieira do sul de Alagoas.

Sede de usinas e engenhos desde longa data, a região foi tradicionalmente considerada canavieira. Mesmo assim, é notável a expansão havida nesse cultivo a partir da incorporação, nos últimos vinte anos, das terras dos tabuleiros, consideradas impróprias para esse fim até a introdução de fertilizantes químicos.

Esse processo de expansão redundou num aumento significativo no número de grandes propriedades e, principalmente, na instalação de novas e grandes usinas e destilarias de álcool. Estas foram, de fato, as principais responsáveis pela introdução daquilo que localmente se denomina a "modernização": processo de inovações tecnológicas, financiado pelo Estado através do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e dirigido tanto ao setor agrícola como – e fundamentalmente – ao industrial.

Nesse contexto, teve lugar um processo de mudanças nas relações sociais que até então ligavam o conjunto de trabalhadores (*moradores*) e pequenos produtores aos grandes proprietários da área (*senhores de engenho*).

Antes de conhecer diretamente a área, tínhamos informações sobre a expansão do cultivo de cana, assim como sobre suas dimensões, através dos trabalhos de Correia de Andrade (1959), Furtado (1964) e Palmeira (1977a).

Em 1976, tivemos um primeiro contato direto com a área, que havíamos conhecido, de passagem, em 1971. A paisagem já não era a mesma. A mata que cobria a região havia sido praticamente destruída, cedendo lugar ao cultivo da cana. Novas grandes propriedades, usinas e destilarias de álcool estavam sendo instaladas. O impacto visual das mudanças voltou a repetir-se de forma muito intensa nas viagens que fizemos depois, em 1978, 1979 e em 1982.

Desde os primeiros contatos com trabalhadores, pequenos produtores e dirigentes sindicais da área, tínhamos indicações de que os trabalhadores que antes residiam nas propriedades haviam sido deslocados de suas moradias, e concentravam-se agora nos centros urbanos da área. Continuavam, no entanto, a trabalhar para o mesmo conjunto de propriedades, mas dependiam agora da intermediação de empreiteiros para que fossem aproveitados. A esse contingente de trabalhadores deslocados somavam-se os que, oriundos de outras regiões e até de outros estados, chegavam em grande número, atraídos pela expansão da área de cultivo de cana.

Estudos que tiveram por objeto o sistema de *plantation* e especificamente as análises das relações sociais que trabalhadores e proprietários (enquanto *moradores* e *senhores de engenho*) mantinham na *plantation tradicional* (Palmeira, 1976) e das relações sociais atuais no caso da *plantation* pernambucana (Sigaud, 1979) – demonstrando o significado que nelas assume o empreiteiro, recrutador de mão-de-obra e elemento de intermediação entre trabalhadores e proprietários –, nos davam elementos para pensar que também no caso que estávamos observando, como no de Pernambuco, a saída dos trabalhadores das propriedades significava uma mudança qualitativa nas relações que até então mantinham com os grandes proprietários aos quais estavam ligados. A perda da condição de *morador* tinha atingido ao conjunto dos trabalhadores inclusive aqueles que, embora em menor número, mantiveram sua residência dentro das grandes propriedades.

Simultaneamente, tivemos indicações de que não apenas os *moradores* haviam abandonado as propriedades mas também os pequenos produtores (proprietários e posseiros) com residência antiga na área. Estes diziam haver perdido a posse de suas áreas de cultivo nos tabuleiros, tornando-se com frequência trabalha-

dores assalariados da cana. Nesse mesmo sentido, as entrevistas revelavam a existência de grande número de conflitos envolvendo pequenos proprietários e, fundamentalmente, posseiros.

Essa situação apresentava questões em diferentes níveis. Por um lado, parecia que nos defrontávamos com um processo de expulsão de pequenos produtores, despojados de sua parcela como conseqüência da expansão da cana sobre as terras por eles ocupadas; assim, estaríamos frente a um caso semelhante a tantos outros. Mas, por outro lado, era necessário analisar os mecanismos específicos desse processo e a maneira como a expulsão dos pequenos produtores se articulava com a dos *moradores*, uma vez que, como revela a análise de inúmeras situações históricas, trata-se de processos dotados de diferentes dinâmicas e, portanto, não necessariamente ligados entre si.

Como dissemos, todos os pequenos produtores, trabalhadores e dirigentes sindicais faziam referências constantes à expulsão dos pequenos produtores e dos *moradores* que tradicionalmente ocupavam os tabuleiros. No entanto, outra era a versão que recolhíamos entre os grandes proprietários. Para estes, a cana havia se expandido em direção a terras não ocupadas, pois só depois da introdução dos fertilizantes químicos na década de 1950 os tabuleiros se tornaram aptos para o cultivo.

O confronto entre essas versões constituía, pois, outro problema a ser pesquisado.

As entrevistas realizadas com os grandes proprietários, por sua vez, levantaram outro conjunto de questões. Quando, no final do ano 1977, ainda no Rio de Janeiro, nos encontrávamos preparando o trabalho de campo, os jornais do sul do país começaram a noticiar a existência de uma crise na produção de cana-de-açúcar da nossa área de estudos. Esse fato veio a marcar não apenas nosso trabalho de campo, mas também, embora não o soubéssemos naquele momento, todo o rumo da pesquisa.

Pensávamos na época que as entrevistas com os grandes proprietários seriam centradas neste tema dominante e obrigatório. Ao mesmo tempo, tínhamos em mente uma idéia defendida por diversos autores: uma situação de crise pode ser um momento privilegiado para a análise, pois ela pode revelar conflitos que, embora preexistentes, em situações "normais" podem ser obscurecidos para um observador de fora (Bourdieu, 1962; Palmeira, 1977a). Levando em conta, ainda, que as situações

caracterizadas como crise aparecem regular e periodicamente ao longo de toda a história da cana-de-açúcar (Palmeira, 1977b), passamos a nos preocupar em dimensioná-la e saber se possuía alguma especificidade em relação às crises anteriores.

Tomar a crise como tema revelou-se naquele momento altamente produtivo. A análise das diferentes versões nos forneceu elementos que diziam respeito às características da expansão da cana na área, às relações existentes entre os grandes proprietários e, finalmente, às relações que estes estabeleciam com os trabalhadores.

De fato, eram consensuais entre os grandes proprietários (fornecedores de cana e usineiros), tanto a existência da crise quanto sua caracterização como crise de crescimento. Como tal, ela era contraposta à crise, também em curso, na área canavieira de Pernambuco, área que constituía o paradigma dos grandes proprietários de Alagoas e experimentava, segundo eles, uma crise de decadência.

As diferenças entre fornecedores e usineiros apareciam, entretanto, quando se tratava de analisar as razões que haviam contribuído para o desencadeamento da crise. Essas divergências evidenciavam os conflitos entre fornecedores e usineiros, amplamente discutidos pela literatura pertinente (Cf. Carli, 1940; Lima Sobrinho, 1941). Mesmo assim, sua dimensão e qualidade – bem como sua articulação com o conjunto de questões referentes aos trabalhadores e aos pequenos produtores – só puderam ser claramente compreendidas com a análise dos dados que recolhemos entre os grandes proprietários da área.

Tanto no que se refere às preocupações teóricas quanto à forma de abordagem, nosso trabalho é, na realidade, a continuação de uma linha que vem sendo desenvolvida sobre o sistema de *plantation* canavieira. Partindo das reflexões do prof. Moacir Palmeira (Palmeira, 1971a), às quais se somaram as da prof<sup>a</sup> Lygia Sigaud (1980), um grupo de pesquisadores se dedicou à análise do processo de transformações sociais do caso pernambucano<sup>1</sup>. Nessa oportunidade, cada pesquisador analisou

---

<sup>1</sup>Referimo-nos especificamente ao conjunto de trabalhos realizados pelos diversos membros da equipe: José Sergio Leite Lopes (1978), Afrânio R. Garcia Jr. (1983a), Marie France Garcia (1977), Roberto Ringuet (1977), Vera Echenique e José Maria Gatti (Echenique e Gatti, 1971) e Heredia (1979). A eles se somam os trabalhos desses colegas produzidos posteriormente, além dos de Lygia Sigaud e Moacir Palmeira, alguns dos quais são mencionados no

um aspecto do problema, cabendo a nós uma abordagem específica sobre os pequenos produtores. Este processo de transformações sociais será agora nosso objeto de estudo.

Como desdobramento dos resultados obtidos em Pernambuco, e já nos marcos do Projeto "Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste", se apresentou o interesse pelo estudo de outras áreas de *plantation*, com o objetivo de discutir e complementar o modelo ali elaborado (Palmeira, 1977b). Alagoas foi uma das áreas escolhidas<sup>2</sup>, diferentemente do caso de Pernambuco, o processo de transformações não se havia traduzido ali em lutas políticas. Em outras palavras, ao contrário de Pernambuco e apesar do grande número de conflitos – que envolveram fundamentalmente os posseiros – os trabalhadores de Alagoas não assumiram em conjunto o caráter de atores políticos com perfil próprio (Camargo, 1973). Ao mesmo tempo, o contexto no qual o processo de transformações vinha ocorrendo – alta tecnificação, expansão marcante do cultivo da cana com intervenção do Estado – configurava aspectos que o diferenciavam do caso anteriormente estudado.

Embora o tema que nos havíamos proposto ainda não tivesse sido objeto de reflexão na área em que nos propúnhamos a trabalhar, o problema do processo de transformações sociais já fora objeto de reflexão por parte de diversos autores que analisaram, inclusive, as mais diferentes situações históricas em que este fenômeno esteve presente.

De maneira geral, a literatura que trata das transformações sociais na *plantation* canavieira nordestina enfatizou o papel desempenhado pela "modernização". A introdução da usina foi considerada por alguns autores como uma "verdadeira revolução industrial" (Azevedo, 1949), na medida em que teria sido responsável pela introdução das relações de produção capitalista no campo<sup>3</sup>. Essa "revolução" teria sido levada adiante pelos

---

decorrer do presente trabalho.

<sup>2</sup>Coube a Afrânio R. Garcia Jr. e Marie France Garcia a análise do caso de Brejo da Paraíba (Garcia Jr., 1983b, Garcia, 1984).

<sup>3</sup>Essa linha de abordagem se aproxima da literatura que trata daquilo que se convencionou denominar como a passagem das relações "tradicionais" para as relações de produção capitalista. Essa literatura formulou, inclusive, interpretações em torno do que também freqüentemente se denominou como o "motor de mudança". Nesse sentido, papel relevante é atribuído à "modernização" tecnológica, cf., por exemplo, Souza Martins (1975).

usineiros, agentes "modernizantes" do processo que destituiu os *senhores de engenho* do poder econômico e político (Freyre, 1941; Azevedo, 1949). Embora compreendendo, em nível geral, essa linha de abordagem, os estudos que tratam especificamente da *plantation* pernambucana enfatizaram, por sua vez, o lugar que o mercado internacional e suas imposições, em termos de demanda, ocupou na mesma conjuntura específica. Nesse sentido, a concorrência entre as regiões canavieiras do Nordeste e do Sul do país, impondo uma expansão do cultivo da cana e exigindo, ao mesmo tempo, uma redução dos custos, contribuiu para desencadear na região Nordeste a expulsão em massa dos trabalhadores (*moradores*) (Furtado, 1964; Correia de Andrade, 1980).

O contexto no qual teve lugar o processo de transformações sociais que nos propomos a estudar – expansão canavieira, "modernização" com intervenção do Estado – tornaria o presente caso um *locus* privilegiado para uma análise do que se convencionou denominar o "motor da mudança". Não é essa a opção que fizemos. Nosso trabalho se orienta para o estudo de um processo de transformações sociais em uma situação histórica específica e para a análise de suas determinações internas. Consideramos que poderemos contribuir dessa forma para uma melhor compreensão de processos históricos afins, ou ainda, contribuir para rediscutir as interpretações já existentes.

A opção pela análise de um processo que ainda está em andamento – como é o caso que pretendemos estudar – tem a vantagem de permitir uma observação aprofundada, a partir mesmo da visão apresentada pelos diferentes grupos sociais envolvidos. Mas também exige algumas precauções. Na medida em que as novas relações sociais estão em processo de constituição, alguns elementos presentes podem demonstrar-se mais adiante não constitutivos do novo sistema, fato cuja constatação *a posteriori* é bem mais fácil. Ou então, ao contrário: elementos que se apresentam somente esboçados na conjuntura atual na qual aparecem como exceções ou como situações-limite, podem ser tendências, tornando-se parte constitutiva do processo. Somente a observação sistemática e questionadora das situações que estão sendo observadas, assim como a análise do contexto no qual elas têm lugar, permitem a elucidação desses problemas.

A partir do conhecimento de outras situações históricas, sabíamos que em outros momentos também houve expansão do

cultivo de cana; que foram introduzidas inovações tecnológicas (as usinas surgem desde o final do século XIX); que o Estado interveio. No entanto a introdução de cada uma dessas inovações de caráter econômico, quando tomadas de forma isolada, não implicou necessariamente mudanças nas relações sociais existentes entre grandes proprietários, trabalhadores (*moradores*) e pequenos produtores. Mesmo assim, era preciso demonstrar como isso tinha acontecido historicamente no caso observado. Uma vez que esse conjunto de mudanças econômicas estava presente em uma conjuntura específica, se impunha analisar sua articulação interna e relacioná-lo ao processo de mudanças no nível das relações sociais preexistentes. Esse conjunto de questões só pode ser de fato compreendido no decorrer de nossa pesquisa.

A transformação nas relações sociais teve lugar num contexto de mudanças substanciais na forma de ocupação do espaço. É deste espaço – *locus* das relações sociais e, portanto, de suas formas de ocupação no passado e no presente – que nos ocupamos na primeira parte de nosso trabalho.

A expansão recente do cultivo da cana ocorreu em direção aos tabuleiros, cujo processo de ocupação histórica é objeto de versões contraditórias entre si e relacionadas com o uso que grandes proprietários, pequenos produtores e trabalhadores (*moradores*) fizeram dessas áreas. Pode se constatar que a versão dos primeiros permeia as classificações feitas pelos geógrafos em termos de regiões fisiográficas ou por historiadores que tomaram como objeto de reflexão a história da agricultura.

Partindo da análise dos critérios presentes nessas classificações e de sua discussão, foi possível delimitar áreas de ocupação histórica dos diversos cultivos (cana e produtos geralmente denominados de "subsistência"), assim como do gado. Também pudemos delimitar as mudanças havidas ao longo dos séculos nas áreas ocupadas e demonstrar que, mesmo quando a expansão canavieira significou o deslocamento dos outros cultivos e do gado, a presença ou mesmo a expansão da cana não resultaram, em períodos passados, na perda do acesso à terra por parte dos pequenos produtores e *moradores* residentes nas grandes propriedades. Ao contrário, sua presença se manteve até os anos 50.

Continuando, passamos à descrição do espaço depois da ocupação dos tabuleiros pelo cultivo da cana, sendo objeto

especial de exame a política do Estado, através do IAA, nesse processo. A descrição do espaço atual, das áreas ocupadas pelos diversos cultivos, das novas propriedades e usinas das construções existentes atualmente no interior das propriedades fornecem elementos característicos desta nova expansão. Nesse contexto é que adquirem relevância os centros urbanos que concentram atualmente a massa de trabalhadores, que se deslocam a partir deles para as propriedades.

As relações sociais que os trabalhadores mantêm hoje com os grandes proprietários constituem objeto de análise da segunda parte do trabalho. Especificamente, abordamos a relação existente entre trabalhadores e empregadores, uma vez que estes se constituem nos intermediários entre proprietários e trabalhadores.

O aglomerado urbano de Feira Nova é o ponto de referência não apenas para os trabalhadores e pequenos produtores residentes ali, mas também para aqueles que residem na área ou para os que, provenientes de outras regiões, chegam em busca de trabalho.

Os diversos significados que assumem os centros urbanos e especialmente Feira Nova para o conjunto de trabalhadores e que por vezes parecem até contraditórios para um observador de fora, adquirem um significado especial para a compreensão do processo de transformações sociais, quando se leva em conta o contexto no qual essas imagens são formuladas: seja a das relações sociais que atualmente esses trabalhadores mantêm com os grandes proprietários (objeto da segunda parte) e as que mantinham no passado. Essa situação remete à trajetória social desses trabalhadores.

É das relações sociais que esses trabalhadores mantinham no passado, enquanto *moradores* e pequenos produtores ligados a *senhores de engenho*, que nos ocupamos na terceira parte. Ali o engenho é analisado enquanto sistema social e, portanto, como um sistema de dominação específico, com ênfase sobre seus mecanismos de reprodução.

A análise de uma situação histórica específica permite discutir versões correntes na literatura, que atribuem ao surgimento das usinas o desencadeamento de mudanças no sistema social, então dominante, do engenho. O exame das relações sociais no interior das grandes propriedades (engenhos e usinas), em diferentes níveis, fornece os elementos que

permitem dimensionar o processo de expropriação de pequenos produtores e *moradores*. Esse conjunto de aspectos é objeto de análise da quarta parte.

Uma vez fornecidos os elementos necessários à compreensão dos sistemas sociais dominantes no passado e no presente, assim como das determinações do processo de mudanças, passamos a analisar o significado da ruptura, através do confronto dos dois sistemas e da sua articulação no espaço.

Nossos trabalhos de campo na área foram efetuados, como já foi dito, nos verões de 1978, 1979 e 1982. Como também já mencionamos, em julho de 1976, enquanto membro da equipe que efetuou uma *survey* nos marcos do projeto "Emprego e Mudança Socio-Econômica no Nordeste", que visava a escolha de áreas mais propícias às pesquisas, visitamos a área. Conhecemos então um aglomerado urbano denominado Feira Nova, inexistente até o início dos anos 70, que chamou nossa atenção. Localizado no meio de um tabuleiro, apresentava grande número de casas em construção, indicando que seu crescimento recente deveria ligar-se à expansão da cana. Naquela oportunidade, através de entrevistas, observamos que residiam ali basicamente trabalhadores de cana. Esse primeiro contato na área permitiu que preparássemos nosso trabalho de campo de 1977/78.

Em 1978 este trabalho esteve centrado, como já dissemos, na análise da crise. O tema da crise, que repercutiu nacionalmente, foi o elemento que nos permitiu o acesso aos grandes proprietários, sem mediações. Foi nessa oportunidade que realizamos entrevistas com quase todos os usineiros da área assim como com os fornecedores de cana, muitos deles antigos *senhores de engenho*. Entrevistamos, também, representantes de ambos os setores (Cooperativa dos Produtores de Cana e de Açúcar e respectivas associações).

A maior parte das entrevistas, num total de 25, foi realizada nos escritórios das empresas ou nas instituições que os representavam. A partir desses contatos, pudemos visitar algumas propriedades, novas e antigas, e usinas.

Nos propúnhamos a estudar o processo "por dentro", ou seja, tomando como ponto de partida a visão dos diferentes agentes sociais envolvidos. Assim, a observação contínua e permanente seria facilitada se nos estabelecêssemos na área, em local que nos permitisse observar o conjunto de situações.

A opção de permanecer numa fazenda oferecia a vantagem de permitir observações sobre as relações vigentes no local de trabalho, o que propiciaria uma comparação melhor entre as relações atuais e o sistema de dominação vigente no passado. No entanto, essa alternativa apresentava sérios inconvenientes. Além de se tratar de um espaço sob o controle direto do proprietário, as fazendas não constituíam o melhor lugar para se observar o conjunto de situações, uma vez que trabalhadores e empreiteiros moram fora e os pequenos produtores nem sempre vão até elas.

Em todas as entrevistas que realizávamos com dirigentes sindicais, trabalhadores, pequenos produtores e proprietários, havia um elemento comum: todos tinham como referência o aglomerado urbano de Feira Nova. Se já no primeiro contato com a área este havia chamado a nossa atenção, suas características foram confirmadas pelas informações.

Embora Feira Nova não seja o único centro urbano, vários motivos o tornam o centro mais expressivo. Por um lado, ele está localizado no centro da expansão canavieira, numa área que no passado era ocupada por pequenos produtores e hoje é propriedade das usinas e das grandes propriedades que cercam o aglomerado. Por outro lado, embora não constitua o único lugar de concentração de trabalhadores, ele é, sem dúvida, bastante expressivo. Ali se encontram trabalhadores que tinham sido *moradores* das propriedades da área, antigos pequenos produtores, e trabalhadores que se deslocam de outras regiões de forma permanente e temporária. Por fim, boa parte dos empreiteiros, funcionários e operários da usina próxima também residem ali. Essas características pareciam fazer de Feira Nova um local privilegiado para observar os diferentes aspectos do processo que nos propúnhamos a estudar.

O aglomerado não oferecia possibilidades de hospedagem, a não ser na residência de alguns de seus habitantes. Assim, era necessário estabelecer relações com os mesmos. Em 1979, a partir dos contatos que já havíamos estabelecido no período anterior, fixamo-nos numa pensão em Junqueiro. Nessa ocasião, realizamos entrevistas e estreitamos os contatos com os trabalhadores e pequenos produtores residentes nessa cidade. A relação estabelecida no período de trabalho de campo anterior, com os dirigentes do sindicato ali sediado, foi o mecanismo intermediário que nos permitiu esse acesso. Ao mesmo tempo, nos

deslocamos com esses dirigentes até as residências dos pequenos produtores e repetidas vezes fomos a Feira Nova. Tivemos então oportunidade de ir à delegacia sindical, situação que nos permitiu entrar no local. Foram esses contatos que acabaram resultando no oferecimento de hospedagem por parte de um dos habitantes. Assim, pois, no período de dezembro-março de 1982 finalmente nos instalamos em Feira Nova, na residência de um dos primeiros habitantes do aglomerado. Através dessa família, tivemos acesso a uma rede que abarcava tanto os pequenos produtores há muito tempo radicados no local – quando o aglomerado ainda era área predominantemente de pequenos produtores – quanto os primeiros *ex-moradores* que ali se fixaram e que se consideram fundadores.

Uma vez hospedada no lugar, aos contatos anteriormente estabelecidos se somaram os contatos instituídos, de forma mais sistemática, com trabalhadores provenientes de outras áreas, que se deslocam de forma permanente ou temporária. Pudemos assim mapear o conjunto de situações que nos propúnhamos a abordar. Ao mesmo tempo, as relações mantidas pelo pequeno produtor (que nos hospedava) com um empreiteiro antigo permitiu-nos o acesso a essa categoria.

As entrevistas foram realizadas nas mais diversas situações: às vezes na feira, no sindicato, e, mais freqüentemente, nas casas dos trabalhadores, reunindo um total de 90 entrevistas que incluíram tanto trabalhadores assalariados quanto pequenos produtores. As informações sobre suas histórias de vida nos forneceram elementos importantes a respeito das diferentes trajetórias sociais, o que nos permitiu a compreensão dos processos em curso.

Seguindo, num momento de nossa pesquisa, as redes de relações do pequeno produtor que nos hospedava, foi possível reunir entrevistas com antigos *moradores* e posseiros, assim como pequenos proprietários ligados a dois engenhos antigos e a uma usina estabelecida na área desde fins do século passado, todos situados nas proximidades de Feira Nova. Os descendentes dos antigos proprietários também foram entrevistados.

Nossos trabalhos de campo tiveram lugar sempre entre os meses de dezembro e março, período que corresponde ao momento do corte. A cana plantada entre março e maio é colhida entre setembro e março. É durante esse último período que

aumenta a demanda por trabalhadores. São então incorporados ao corte não apenas os trabalhadores que residem na área mas também os que chegam de outras zonas.

Assim, permanecemos no local no auge do corte da cana e no início do fim da safra, momento em que o número de trabalhadores absorvidos diminui. Os trabalhadores não residentes começam nessa época o seu retorno aos locais de origem. É também nessa ocasião que os trabalhadores da própria área se lançam em busca de terras para realizar cultivos e/ou se deslocam para lugares distantes, submetendo-se a um trabalho em piores condições, no corte e na semeadura da cana, como forma de garantir alguns dias de serviço. Em conseqüência, não efetuamos uma observação direta do período da entressafra da cana, contando apenas com referências e informações sobre o mesmo, o que, acreditamos, constitui-se em mais uma limitação do nosso trabalho.

Para alcançar o conjunto de questões apresentadas, além das entrevistas e da observação no local, consultamos material bibliográfico diverso, que nos permitia complementar as informações recolhidas.

Embora não existam estudos sobre a problemática que se nos oferecia, contamos com uma massa significativa de trabalhos, tanto históricos como geográficos, sobre a área. Foram fontes básicas para o nosso trabalho autores alagoanos como, entre outros, Diegues e Santana. A eles se somam, por exemplo, os trabalhos de Correia de Andrade e de Forman, assim como os trabalhos que, sem se referir especificamente à área, abordam o sistema de *plantation* canavieira do Nordeste e de outras áreas.

O confronto entre as versões fornecidas pelos grandes proprietários sobre a ocupação histórica dos tabuleiros, que a eles se referiam como sendo terras "livres", e a versão dos trabalhadores e pequenos produtores que diziam haver sido expropriados das mesmas, nos conduziu à busca de material histórico.

O material consultado inclui posturas municipais, discursos de governadores da província, relatórios de origem diversa (questionários e informes dos órgãos ministeriais etc.) que, unidos à bibliografia histórica, nos forneceram as informações necessárias sobre a ocupação do espaço no passado (Cap. II).

Neste ponto é necessário fazer um esclarecimento. As informações recolhidas em nossa permanência na área – entrevistas e observações – se referem ao conjunto dos municípios onde a cana se expandiu a partir dos anos 50. Dentro dele a maior concentração de entrevistas, em torno de 70 de um total de 90, e o maior aprofundamento das informações foram realizados nos atuais municípios de São Miguel dos Campos, Coruripe e Junqueiro, onde permanecemos mais tempo. Não obstante, na medida em que não há uma correspondência entre os limites passados e atuais dos municípios, pois houve diversos desmembramentos, o levantamento do material histórico teve que levar em conta essas mudanças. Precisamos, portanto, confeccionar quadros que permitissem situar, em termos espaciais, as informações que recolhíamos.

Também colhemos publicações dos organismos representativos de classe – Cooperativa e Sindicato de Produtores de Açúcar e Cooperativa e Associação dos Fornecedores de Cana em Alagoas.

A consulta de dados estatísticos providos pelos censos contribuíram para dimensionar o processo que estamos analisando.

Os documentos foram consultados no trabalho efetuado no Arquivo Histórico de Alagoas, na Biblioteca do Instituto Histórico de Alagoas, na Biblioteca Nacional, com sede no Rio de Janeiro, e na biblioteca do Instituto do Açúcar e do Alcool, regionais de Alagoas e Rio de Janeiro.







---

## Capítulo 1: A Área e a Região

O estudo que aqui apresentamos foi realizado na área compreendida pelo conjunto dos municípios que constituem – segundo a classificação da FIBGE (FIBGE, 1977), adotada pelos geógrafos alagoanos<sup>4</sup> – a microrregião dos Tabuleiros de São Miguel dos Campos, bem como alguns municípios pertencentes às microrregiões de Arapiraca, Penedo e Maceió<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup>O geógrafo alagoano Lima, em uma elaboração dos sistemas de regionalização para o território alagoano, destaca que, embora com pequenos ajustes, decorrentes da necessidade de atualização a classificação efetuada pelo FIBGE se adapta bastante bem às regiões fisiográficas do estado de Alagoas (Lima, 1978, p. 9).

<sup>5</sup>São os seguintes os municípios abrangidos por nosso trabalho e que atualmente se encontram cobertos pelo cultivo de cana:

a) Microrregião dos Tabuleiros de São Miguel dos Campos:

Municípios: Roteiro  
Barra de São Miguel  
Boca da Mata  
Campo Alegre  
São Miguel dos Campos  
Coruripe

b) Microrregião de Arapiraca:

Municípios: Junqueiro  
São Sebastião  
Anadia  
Limoeiro de Anadia

c) Microrregião de Penedo:

Municípios: Penedo  
Porto Real do Colégio  
Piaçabuçu  
Igreja Nova  
Feliz Deserto

As microrregiões mencionadas, juntamente com as do Sertão Alagoano – Batalha, Palmeira dos Índios, Mata Alagoana e Litoral Norte Alagoano – compõem a atual divisão regional do estado de Alagoas (mapa no Anexo I).

Para efeito de esclarecimento, devemos assinalar com que conotação utilizaremos as expressões "área" e "região" no decorrer do trabalho: o primeiro termo será utilizado para caracterizar um espaço menos abrangente que o chamado de "região". Por outro lado, guardaremos a expressão "área estudada", ou simplesmente "área", para as referências ao espaço geográfico ocupado pelos municípios mencionados, *locus* onde se desenvolvem as relações sociais que são nosso objeto de estudo. A expressão "região" será utilizada nos termos estabelecidos pelos geógrafos quando definem "região fisiográfica": critérios físicos, humanos e econômicos formam, neste caso, um conjunto que configura uma unidade<sup>6</sup>.

Em toda a região canavieira do estado e do Nordeste, o cultivo da cana foi realizado, durante séculos, nos vales úmidos irrigados pelos rios (várzeas) e nas colinas suaves (encostas) que cortam os tabuleiros. A área estudada não constituiu exceção. No entanto, neste caso, a grande expansão desse cultivo ocorreu a partir dos anos 50, fundamentalmente sobre as terras de tabuleiro, que terminaram totalmente ocupadas.

Os vales e tabuleiros constituem partes daquilo que, em termos geomorfológicos, se denomina formação dos tabuleiros. Trata-se de planaltos baixos, de tipo sedimentar, orientados na direção oeste-leste e que, em sua extensão plana, apresentam um declive suave em direção ao mar. Ali alcançam uma altura de

---

d) Microrregião de Maceió:

Municípios: Marechal Deodoro

Pilar

Santa Luzia do Norte

<sup>6</sup>Os critérios considerados para caracterizar uma região fisiográfica, e que sintetizamos no texto, são compartilhados pelo conjunto de geógrafos. Seguindo esses critérios, autores como Manuel Correia de Andrade dividem o Nordeste em região da Mata, região do Agreste e região do Sertão (Andrade, 1980, p. 13). Outros autores guardam a denominação "região" para unidades maiores que subdividem em unidades menores – as zonas fisiográficas. Assim, por exemplo, Lima distingue, dentro da região Nordeste: zona da Mata, zona do Agreste, zona do Sertão (Lima, 1965, p. 110).

aproximadamente 50 metros, enquanto no extremo oposto, isto é, no interior, chegam a superar os 200 metros.

A extensão dos tabuleiros (sentido interior-litoral) varia entre 20 e 40 quilômetros. Na área estudada, onde eles se estendem desde o município de Arapiraça, no interior, tal extensão é de aproximadamente 40 quilômetros (Lima, 1965, pp. 29-30) (Cf. Anexo 2).

Os tabuleiros se estendem desde o litoral do Rio Grande do Norte até Sergipe, abarcando o litoral da Paraíba e de Pernambuco e praticamente a totalidade de Alagoas (FIBGE, 1977, pp. 9-10).

Apesar de configurarem uma formação única, há descontinuidades, pois as franjas de terras altas se encontram separadas por vales mais ou menos profundos e amplos que, conforme o declive dos tabuleiros, às vezes chegam a constituir verdadeiras planícies dotadas de encostas mais ou menos íngremes.

Estes vales são formados por rios que correm na mesma direção dos tabuleiros, isto é, oeste-leste, e, no caso da área estudada, geralmente desembocam em lagunas que se comunicam com o mar. Os rios aumentam a umidade natural dos vales, irrigados também pelos afluentes que, originados nos tabuleiros, descem as encostas, formando gargantas, chamadas de *grotas*. Os rios que percorrem apenas o interior dos tabuleiros, possuindo sentido paralelo aos rios dos vales, também formam *grotas* no interior dos mesmos (Andrade, 1959, p. 30).

A variedade de clima e de volume de precipitações contribui, entre outros fatores, para que os tabuleiros assumam morfologias diferentes. Em algumas áreas, como na parte nordeste do estado de Alagoas, a ação erosiva dos rios que descem dos tabuleiros fez com que estes assumissem forma de colina. Em outras, como na área situada, grosso modo, ao sul da capital do estado, os tabuleiros configuram superfícies amplas e regularmente planas.

Em conseqüência dos sedimentos depositados pelos rios, o solo dos vales, rico em matéria orgânica, espesso e de cor escura, foi ocupado originalmente pela floresta.

Os tabuleiros, terrenos de sedimento arenoso, estão cobertos por uma camada cuja espessura varia, conforme as zonas, entre dez centímetros e um metro, dando lugar a variações na

vegetação que os recobre (Melo, 1962, pp. 512-513). Nos locais onde a espessura da camada fértil superficial é maior, predominou a vegetação típica de floresta (mata), composta de árvores altas, de madeira nobre. Comparadas à extensão total dos tabuleiros, essas áreas, além de descontínuas, são escassas.

Em outras zonas, ainda nos tabuleiros, onde a camada de sedimento é menos espessa, desenvolveu-se um tipo de vegetação denominada *mata-de-varas* (Brandão, 1949, p. 7). Ela se compunha de árvores de porte menor, que formavam agrupamentos igualmente descontínuos, chamados *ramos de mata* por alguns autores (Moreira, 1809, p. 151).

Finalmente, em locais onde a água acumulada nas épocas de chuva se evapora de forma excessiva durante o período da seca (verão), a drenagem é menor e a camada fértil, superficial. São os *tabuleiros-de-caju e de mangaba* (Lima, 1957<sup>7</sup>). Com vegetação escassa e baixa, constituem zonas áridas e secas, com a aparência de campo (*cerrados*) e formadoras de clareiras na floresta.

Até a recente expansão do cultivo de cana nos tabuleiros, os vales eram considerados as terras mais férteis e mais propícias para o cultivo da cana. Tais características foram assinaladas reiteradas vezes por autores de diferentes períodos históricos (Antonil, (1711)-1976, p. 101; Koster (1816)-1942, p. 424). A espessura e maciez do solo são os elementos que caracterizaram o massapê ao qual os autores citados, assim como Freyre (1937) e Diegues (1952, p. 17), se referem<sup>8</sup>.

A floresta (mata) que os cobria, e que foi sendo destruída pela expansão do cultivo da cana, era freqüentemente associada à existência do massapê. Alguns autores, inclusive, destacam que nas áreas onde havia madeira nobre (madeiras-de-lei) encontrava-se também o melhor massapê (Diegues, 1952, p. 17).

As matas existentes nas encostas de acesso mais fácil forneceram, durante séculos, a madeira usada na exportação, na construção da frota naval, na manutenção dos engenhos e na sua infra-estrutura. Essa abundância contribuiu para que as matas

---

<sup>7</sup>Essa caracterização está associada à presença, nos tabuleiros, de cajueiros (*Anacardium occidentales*) e mangabeiras (*Hancordia speciosa*) (Lima, 1957).

<sup>8</sup>Reproduzimos uma citação de Gilberto Freyre que sintetiza as características do massapê: "O massapê, que quasi não é terra, de tão molhada, de tão molle e indecisa, deixando que nella a agua apodreça os mattos e as raizes" (Freyre, 1937, p. 24).

existentes nos tabuleiros fossem preservadas até a década de 1950, quando começaram a ser derrubadas para dar lugar ao cultivo da cana.

Os grandes proprietários produtores de cana – principais responsáveis pela ocupação atual dos tabuleiros – hoje em dia os consideram altamente produtivos. No entanto, quando fazem referência ao período anterior à sua ocupação, afirmam que os tabuleiros eram improdutivos. O critério utilizado nessa avaliação está ligado, sem dúvida, à rentabilidade (ou não) dessas terras, do ponto de vista do cultivo da cana. No período anterior à ocupação dos tabuleiros, a cana destinada à produção do açúcar – produto comercializado no mercado internacional e, por isto, considerado nobre e altamente valorizado – era cultivada por esses grandes proprietários nos vales úmidos da região.

Em oposição aos vales, os tabuleiros então considerados improdutivos, eram tidos pelos grandes proprietários como terras “livres”. Levando em consideração apenas o produto que lhes interessava, concluía rapidamente, referindo-se ao passado: livres da cana, os tabuleiros eram terras livres ou, o que representa o mesmo, terras não ocupadas.

Todavia, essa não é a versão dominante entre os pequenos produtores. Quando estes se referem ao passado, concordam com os grandes proprietários quanto ao fato de que as várzeas e as encostas foram tradicionalmente as terras consideradas mais férteis. Entretanto, o domínio exercido pelos grandes proprietários sobre essas parcelas fez com que os demais cultivos – como, entre outros, mandioca, milho, feijão e algodão – sem poder disputar espaço com a cana, fossem realizados fundamentalmente nas áreas ainda não alcançadas ou consideradas inadequadas para este produto. Nas outras, os cultivos a que nos referimos eram feitos de forma complementar, garantindo a rotatividade de culturas após o plantio da cana. Impedidos de ocupar essas parcelas, os pequenos produtores foram forçados a deslocar-se para os tabuleiros, terras deixadas livres pela cana.

A coincidência já mencionada dá lugar a outro ponto de concordância. Para ambos, a *várzea* se opõe à *chã*, sendo a primeira associada ao cultivo da cana e a *chã* ligada aos demais cultivos.

Mas, considerados pelos grandes proprietários, genericamente, como terras improdutivas, os tabuleiros eram classificados

pelos pequenos produtores segundo o uso a que se prestavam. Os pequenos produtores ocuparam ali áreas nas quais predominava a vegetação do tipo *mata-de-vara*, composta de árvores menos altas que a vegetação da mata propriamente dita. Sendo, ademais, menos densa, sua derrubada tornava-se mais fácil. A queima posterior, indispensável ao plantio, também contribuiu para aumentar a fertilidade dessas parcelas, transformando-as em terras aptas para o cultivo. Dentro da *mata-de-vara*, as *chãs*, parcelas localizadas nas proximidades das *grotas*, eram as preferidas para o cultivo, por contarem com água em maior quantidade.

Nas *chãs* os pequenos produtores realizavam seus cultivos, construíam suas habitações e fixavam seus locais de residência. Da mata extraíam madeira necessária para a construção de casas e cercas, o funcionamento das casas-de-farinha, e a preparação da lenha usada como combustível. A denominação tabuleiro era utilizada em sentido restrito, assinalando apenas parcelas áridas, de vegetação escassa e consideradas impróprias para o cultivo, especificamente, os *tabuleiros-de-caju e de mangaba*. Tais parcelas eram denominadas pelos pequenos produtores de *tabuleiros-de-capim-flecha*, expressão usada praticamente como sinônimo de tabuleiro<sup>9</sup>. Elas foram dedicadas à criação do gado, constituindo zonas de pastagem, ou *colônias*. O pasto que nelas crescia, assim como alguns frutos, constituía a base da alimentação do gado<sup>10</sup>.

Há um argumento utilizado de forma reiterada pelos grandes proprietários para demonstrar a infertilidade "tradicional" dos tabuleiros: ali, atualmente, os pequenos produtores necessitam empregar fertilizantes. É preciso lembrar, no entanto, que o acesso aos tabuleiros já não é livre. Os poucos pequenos produtores que conseguiram enfrentar a pressão exercida pelos grandes proprietários e manter suas posses extraem seu sustento exclusivamente da produção obtida em uma única parcela, agora

---

<sup>9</sup>Sobre a existência de *tabuleiros-de-capim-flecha*, disse um pequeno produtor, referindo-se ao período anterior à sua ocupação por parte do cultivo de cana: "... nos tabuleiros tinha campos, só nascia capim flecha, um capim baixinho, não dava lavoura, só servia para o gado comer".

<sup>10</sup>Em um informe dirigido ao governo imperial, disse Alves: "nos tabuleiros cresce a palmeira aricury que produz um pequeno coco que é excelente alimentação para o gado *vacuum*" (Alves, 1880, p. 28).

extremamente reduzida, que para ser cultivada sem interrupções necessita de adubos.

O critério de classificação das terras utilizadas pelos grandes proprietários – e que leva em consideração apenas sua rentabilidade para o cultivo que os representa – acabou sendo usado para caracterizar as regiões fisiográficas.

A análise das diversas tentativas de regionalização existentes<sup>11</sup>, bem como das inclusões e exclusões que operam, permite observar que os limites dessas regiões correspondem aos limites de ocupação do cultivo da cana, acompanhando, inclusive, sua expansão. Assim, o critério de classificação dos grandes proprietários assumiu caráter "oficial".

Tradicionalmente, o cultivo da cana foi desenvolvido nos vales úmidos da região que, fisiograficamente, foi classificada como Mata. A associação entre cana e região foi tão marcante que, de fato, os limites da região da Mata foram estabelecidos pela área ocupada por esse cultivo. Cana e região da Mata se tornaram praticamente sinônimos.

Durante séculos, municípios como São Miguel dos Campos e Coruripe foram considerados canavieiros e, nas diversas tentativas anteriores de regionalização, apareciam integrando a região da Mata (Craveiro Costa, 1932, p. 11); Regionalização do Conselho Regional de Geografia, 1947, citado por Lima, 1965, p. 116; ou Litoral da Mata em termos de Lima (Lima, 1965, pp. 116-119). Não obstante, são hoje classificados como integrantes da microrregião de Tabuleiros de São Miguel dos Campos. É necessário destacar aqui que, embora a microrregião dos Tabuleiros inclua outros municípios, na verdade, à exceção de Coruripe, cuja autonomia data de fins do século XIX, os demais municípios que hoje integram essa microrregião faziam parte do município de São Miguel, do qual foram desmembrados entre 1950 e 1960.

Mesmo levando em conta que os critérios da FIBGE para classificar as diferentes microrregiões homogêneas levam em conta diversos outros aspectos, parece-nos significativo que uma microrregião seja denominada como de Tabuleiros. Quando se

---

<sup>11</sup> Referimo-nos às regionalizações efetuadas por Craveiro Costa, 1932, pelo Conselho Regional de Geografia, de 1947 (citada por Lima, 1965) e por Lima (Lima, 1965).

observam outras microrregiões, constata-se que a classificação atual continua mantendo as denominações adotadas nas regionalizações anteriores, como, por exemplo, a região da Mata Alagoana, hoje considerada microrregião da Mata Alagoana, ou, ainda, no caso da região do Sertão, hoje classificada como microrregião do Sertão.

É claro que a denominação de uma microrregião como Tabuleiros leva em conta a presença da formação de tabuleiros. No entanto, é necessário lembrar que essa formação, embora diferenciada, também se estende por outras regiões e outros estados. Não obstante, em nenhum outro caso utilizou-se o mesmo critério de classificação.

Pode-se argumentar que a formação dos tabuleiros assume diferentes morfologias: grandes extensões planas na microrregião dos Tabuleiros de São Miguel dos Campos, colinas na microrregião Litoral Norte. Mas os municípios de Pilar e Junqueiro, entre outros também cobertos pela cana, apresentam as mesmas características morfológicas existentes na microrregião de que tratamos, mas não foram incluídos nela.

Por outro lado, a ocupação dos tabuleiros pelo cultivo da cana não se restringiu aos existentes na microrregião dos Tabuleiros: o cultivo da cana avançou até o interior, abarcando atualmente áreas de municípios – e até municípios inteiros – que foram considerados nas regionalizações anteriores como região do Agreste e/ou Sertão. Podemos mencionar, especificamente, os municípios de Limoeiro de Anadia, Anadia, Arapiraca, entre outros, considerados como pertencentes à região sertaneja (Craveiro Costa, 1932, p. 11) ou à região Agreste, no caso da regionalização efetuada por Lima (Lima, 1963, p. 121).

Parece claro então que a classificação de uma microrregião como de Tabuleiros leva em consideração, de um lado, características morfológicas e econômicas, como ocorre no caso da presença maciça do cultivo da cana; de outro lado ela marca também e, fundamentalmente, uma realidade social específica, introduzida quando a cana começou a ocupar os tabuleiros, o que significou uma modificação na forma desse cultivo.

Em outras palavras: enquanto produto da região da Mata, a cana era cultivada nos vales interiores, distantes do litoral; durante séculos, conservou não apenas praticamente as mesmas técnicas de cultivo como também um mesmo sistema produtivo.

A incorporação de grandes extensões de terras planas, altamente produtivas depois da introdução dos fertilizantes e favoráveis ao emprego da mecanização, resultou num aumento da rentabilidade em relação à situação anterior. Essa situação se expressa no aumento do número de grandes propriedades dedicadas ao cultivo, no estabelecimento de novas usinas (altamente "modernizadas" em termos tecnológicos) e na presença de grandes destilarias de álcool.

Assim, ainda que a expansão canavieira em sua nova modalidade de cultivo não se tenha restringido aos tabuleiros existentes na microrregião dos Tabuleiros de São Miguel dos Campos (nesse sentido, a classificação atual também é restritiva), este foi seu centro pioneiro, fato destacado na classificação atual<sup>12</sup>.

Em resumo, parece-nos agora mais claro que as tentativas de regionalização expressam maneiras de conceber os espaços geográficos. Em outros termos, as denominações que aparentemente levam em conta critérios objetivos – como, por exemplo, a de região – expressam, em sua construção conceitual, determinados interesses econômicos e políticos. De certa maneira, as regionalizações acabam "naturalizando" a associação entre a região e um produto dominante. Na prática, são excluídos os demais produtos e, por derivação, as relações sociais que expressam, criando um problema semelhante ao que encontramos na historiografia quando se trata de definir períodos.

Em nosso caso, há grande desnível nas informações históricas que permitiram situar melhor as áreas tradicionalmente ocupadas pelos pequenos produtores e pelos cultivos que os representam, assim como as áreas dedicadas à criação do gado.

---

<sup>12</sup>O significado da expansão do cultivo da cana nos tabuleiros da microrregião dos Tabuleiros de São Miguel dos Campos, em relação à microrregião da Mata Alagoana, área tradicionalmente canavieira e que, até hoje, se constitui no primeiro produtor de cana do estado, se torna evidente quando se observa a expansão do cultivo da cana nessas microrregiões entre os anos 70 e 80.

Na microrregião da Mata Alagoana, passou-se de 96.593 hectares cultivados em 1970 para 151.361 hectares nos anos 80. Enquanto isto, na microrregião dos Tabuleiros de São Miguel passou de 19.684 hectares cultivados em 1970 para 98.617 hectares em 1980 (FIBGE, Censos 1970-1980).

Esses dados ilustram bem o que significou a expansão nas terras dos Tabuleiros, expressos na microrregião que os representa.

O mesmo ocorre no que diz respeito à busca de elementos que nos permitam melhor compreensão das mudanças introduzidas, de modo a caracterizar não só um deslocamento dos cultivos e do gado, mas também a expropriação dos pequenos produtores das terras que ocupavam.

Apesar de pouco numerosas, as referências quanto à existência de cultivos de pequena produção podem ser consideradas abundantes quando comparadas às referências, quase nulas, sobre a existência de pequenos produtores. Em compensação, nos deparamos com uma vasta literatura cujo tema de referência é a cana-de-açúcar. Esse desnível, já apontado na literatura historiográfica (Linhares e da Silva, 1981, p. 130), parece ligar-se à necessidade de alguns autores destacarem os cultivos chamados "dominantes", os "grandes cultivos", cuja importância provém de seu lugar no mercado nacional e internacional e cujo peso econômico provavelmente serve de critério para relegar a segundo plano outros tipos de cultivo menos representativos.

Ao tomar o cultivo dominante como centro de reflexão, os autores contribuem para o fortalecimento da versão sobre a existência de terras em abundância. Essa idéia, uma constante na história da ocupação e da expansão da cana-de-açúcar, é dominante não apenas entre os grandes proprietários, até hoje beneficiados por esse processo, como também na literatura que trata do assunto<sup>13</sup>.

Por outro lado, a literatura preocupada em contestar essa história "oficial" enfatiza a "dominância" do cultivo da cana e, na prática, minimiza a presença dos pequenos produtores. Assim, esses autores acabam reforçando, ainda que por via oposta, a versão que pretendem contestar.

Não pretendemos fazer uma crítica à historiografia em si, pois as exceções existem e contribuem muito para o conhecimento da área. Foi justamente nesses trabalhos que nos apoiamos para tentar reconstituir o processo de ocupação do espaço no passado. Queríamos apenas assinalar as dificuldades

---

<sup>13</sup>A título de exemplo, destacamos a citação que, embora orientada para explicar a não-incorporação de mudanças técnicas no cultivo da cana e referida em princípio aos séculos XVI e XVII, é ilustrativa da situação descrita:

"A terra existia em abundância. Quando sua produtividade se esgotava... tornava-se menos oneroso destruir a floresta e abrir novas áreas de plantio 'para a cana'" (Canabrava, 1977, p. 203).

encontradas na análise do material histórico e situar melhor o leitor no contexto dentro do qual obtivemos nossas informações. Em conseqüência, as poucas referências sobre a presença passada dos pequenos produtores, ao invés de nos levarem a concluir pela ausência dos mesmos na história da Área, tornaram-se, ao contrário, ainda mais significativas. Com essa ressalva, iniciamos a descrição desse processo histórico.



### 1. Os Produtos e a Ocupação do Espaço

A presença dos engenhos é um marco recorrente na bibliografia relativa à história colonial da capitania de Pernambuco<sup>14</sup>, da qual fazia parte o atual estado de Alagoas<sup>15</sup>.

Alguns autores consideram que o cultivo da cana define no Nordeste brasileiro uma forma de assentamento específica em relação a outras áreas de *plantation* (Diegues, 1954, p. 108). Utilizam inclusive, por oposição, comparações com a América Central, onde a presença de cultivos destinados à produção de alimentos teria existência anterior à introdução da cana e dos engenhos a ela relacionados.

---

<sup>14</sup>A capitania de Pernambuco, fundada em 1534, tinha como limite sul o rio São Francisco, estando, pois, incluído nela o território que constitui o atual estado de Alagoas (Idéia da População, 1908, p. 21).

Pela Carta Régia de 1702, Alagoas foi erigida em comarca mas sua instalação só veio a ocorrer em 1712 (C. Costa s/d, p. 28), tendo como limites, ao norte o rio Una, que a separava da comarca de Olinda e, ao sul, o rio São Francisco.

Em 1817, mediante alvará de 16/9/1817, Alagoas se constituiu em capitania independente (C. Costa, s/d, p. 106), tendo como capital a cidade de Alagoas (atual Marechal Deodoro). Em 1839, a capital foi deslocada para Maceió.

<sup>15</sup>Tomamos como ponto de partida a ocupação européia. Conhecemos as implicações deste corte e seu significado, mas consideramos que a pesquisa relativa a períodos anteriores escapa a nosso objetivo.

A tendência da bibliografia assinalar, no caso do Nordeste, a presença pioneira dos engenhos se baseia, fundamentalmente, na política estabelecida para a concessão de terras. Segundo as normas fixadas pela capitania já em 1548, a concessão de sesmarias foi o mecanismo utilizado para a distribuição de terras destinadas ao povoamento dessas áreas (Diegues, 1964, p. 125).

A instalação de engenhos açucareiros era considerada uma maneira de favorecer o povoamento efetivo, tornando-se por isso um pré-requisito para a concessão de terras (Almeida Prado [em escrito referente ao período 1530-1630], 1941, p. 440; Diegues, 1964, p. 126). Assim, os primeiros engenhos foram instalados nas frentes que iniciaram a ocupação do atual território alagoano<sup>16</sup>, constituindo, de fato, uma forma de assentamento.

Algumas referências mencionam a existência de alguns engenhos na frente de povoamento de Alagoas já em 1630<sup>17</sup>, mas só em 1643 essas informações são confirmadas por documentos fidedignos, que registram ali seis engenhos. Três deles se encontravam localizados na "Lagoa do Sul", área que corresponde, aproximadamente, aos atuais municípios de Pilar e de Marechal Deodoro; os outros três situavam-se na "Lagoa do Norte", que corresponde à parte do atual município de Santa

---

<sup>16</sup>A ocupação européia do atual território alagoano, então pertencente à capitania de Pernambuco, ocorreu na segunda metade do século XVI em três frentes: uma delas remontava ao rio Camaragibe e estabelecia seu centro em Porto Calvo; outra, internando-se pelo rio São Francisco, fundou a feitoria de Penedo e, finalmente, a terceira deu origem à cidade de Alagoas, atual Marechal Deodoro (Craveiro Costa, s/d, p. 426).

<sup>17</sup>A Frente de Alagoas compreendia, *grosso modo*, grande parte dos atuais municípios que constituem nossa área de estudo. Ela incluía os municípios de Santa Luzia, São Miguel, Boca da Mata, Campo Alegre, Barra de São Miguel, Roteiro, Anadia, Limoeiro, Pilar, Rio Largo, Atalaia e Coruripe (Spíndola, 1871).

Outros municípios que constituem nossa área de estudo formavam parte da Frente de Penedo. As diversas mudanças administrativas e os sucessivos desmembramentos dos diferentes municípios dão lugar a uma não-correspondência entre a situação atual e a de outros momentos históricos. Em conseqüência, as informações referidas ao passado nem sempre puderam ser desagregadas, dificuldade que aumentava na medida em que voltávamos no tempo. Foi essa situação que nos levou a tomar as Frentes de Alagoas e de Penedo como unidades de análise mais amplas em termos de fontes de informações, tentando, sempre que possível, localizar com mais precisão nossa área de estudo.

Em anexo reproduzimos o quadro das diferentes mudanças administrativas e os desmembramentos dos diferentes municípios que constituem nossa área de estudo (Anexo 3).

Luzia do Norte (Walbeeck e Moucheron [relatório correspondente ao ano de 1643], 1887, p. 158; Dussen [relatório de 1639], 1947, p. 52).

Diversos autores destacam a frente de Alagoas como uma área exclusivamente canavieira. Não surpreende, pois tomam como marco da história colonial – e, em consequência, da própria história da agricultura – a presença temporã, o número e a multiplicação dos engenhos no decorrer dos séculos. A presença dos engenhos (e, conseqüentemente, da cana) na Área parece inquestionável, mas não constitui elemento suficiente para inferir a ausência de outro tipo de cultivo. A importância da cana deve ser relativizada. Por um lado, não há indicações suficientes sobre o montante da produção desses engenhos, elemento que sem dúvida permitiria avaliar melhor sua importância e seu peso absoluto e relativo<sup>18</sup>. Por outro, é necessário levar em conta que sua instalação constituía pré-condição para a concessão da sesmaria, e, portanto, para a obtenção de terras.

Nas fontes bibliográficas constata-se que alguns engenhos, apesar de instalados e registrados, nunca chegaram a moer. Sempre foram “engenhos de fogo-morto”. Em 1639, por exemplo, são mencionados 16 engenhos nas três frentes de povoamento de Alagoas, mas sete deles já eram de fogo-morto (Dussen [1639], 1949, p. 59).

Apesar da tendência geral assinalada, a análise de algumas fontes bibliográficas fornece dados que evidenciam a existência de outros cultivos – principalmente o da mandioca – que coexistiam ou antecederam a introdução da cana na capitania de Pernambuco. Referindo genericamente ao Brasil, Canabrava escreveu:

*“Aqui, como nas ilhas antilhanas, verifica-se a diferença fundamental entre os pequenos agricultores dedicados à lavoura de subsistência, com o recurso apenas dos braços da família, e a*

---

<sup>18</sup>Não dispomos de dados relativos à produção dos primeiros engenhos. Existe apenas uma informação nesse sentido, em relação ao século XIX (Fonseca, para 1859, também reproduzida por Santana, 1970, pp. 252-277). Tampouco dispomos de dados referentes ao tamanho dos engenhos ou a respeito da utilização da mão-de-obra nos mesmos. O único mapa existente data de 1854 e se refere a apenas um município, o de São Miguel. Ali constam informações sobre a extensão das propriedades, a cana produzida e a mão-de-obra livre e escrava (Santana, 1970, p. 252).

*grande lavoura, concentrada na produção de um gênero para exportar"* (Canabrava, 1977, pp. 199-200).

A essa referência geral se somam outras, mais específicas. Na frente de povoamento de Alagoas, a presença da mandioca é assinalada desde o século XVII. Nassau sugeriu a difusão desse cultivo na área "aproveitando a existência de pequenos produtores com uma produção significativa e o número reduzido de engenhos que se tinha então estabelecido" (citado por Gonçalves de Melo, 1948, p. 179).

Referindo-se à mesma época e à mesma área, um viajante fez o seguinte relato:

*"Perto do rio São Francisco existe um lugar chamado Alagoas onde há dois rios, um situado ao norte e outro ao sul; no mesmo lugar há um povoado de poucos habitantes e nas imediações há cinco ou seis engenhos, mas fazem pouco assucar e annos ha em que alguns não moem; ainda neste lugar existe grande quantidade de bois e vacas por causa do excellente pasto. Os moradores plantam ali grande quantidade de mandioca e a maior parte da farinha que vem para Pernambuco é desta procedência..."* (Memória de Verdonck [datada de 1630], Verdonck, 1900, p. 217).

Além de apontarem a presença de uma produção de alimentos dedicada ao consumo interno, essas referências fornecem dados parciais sobre os produtores. Para alguns autores, tratar-se-ia de pequenos produtores. Canabrava, inclusive, caracteriza essa produção como familiar. Mas, em todo o caso, não são informações suficientes para que se possa concluir pela inexistência de mão-de-obra escrava na produção de alimentos. Ao mesmo tempo, também neste caso são contraditórias as informações sobre a magnitude da produção, pois ora ela é destacada, ora é acentuada sua escassez. Não obstante, é necessário ressaltar que a idéia da produção de alimentos como atividade realizada em parte por pequenos produtores é recorrente e aparece em autores de épocas diferentes, que a caracterizam como "cultura de pobres" (Koster [séc. XIX], 1942, p. 441; Bastos, 1938, p. 42).

Na mesma época – e sempre fazendo referência à frente de povoamento de Alagoas – o cronista holandês Dussen reforça o

já citado Verdonck ao destacar que a criação de gado se agrega à produção de alimentos. Nesse sentido, referindo-se a 1639, afirma:

*"A principal industria em que os moradores costumam empregar-se é a criação de tôda sorte de gado, sobretudo bois e vacas, que aí existem em mui grande quantidade e em numerosos currais, e é dêste districto (frente de povoamento de Alagoas) que tôda a parte setentrional do Brasil tira todo o gado que necessita, tanto para o corte, como para o trabalho de engenho e de carro"* (Dussen, 1947, p. 138).

Essas referências sobre a existência de gado são confirmadas para a mesma época (1643) e especificamente referidas à área de estudo. São as menções aos "campos" de Inhauns, localizados sobre o rio São Miguel e caracterizados como pastagem de gado: "esses campos são conhecidos como os mais belos de todo o Brasil... povoados (antes de 1630) por incrível quantidade de gado" (Walbeek e Moucheron, 1887, p. 153)<sup>19</sup>.

No caso da produção de alimentos, as referências, embora escassas e fragmentárias, oferecem alguns elementos que contribuem para que se possa falar, de forma aproximada, da existência de pequenos produtores. Mas a situação é diferente no que diz respeito ao gado. A abundância dos rebanhos e a alusão a suas dimensões contribuem para a idéia de uma criação de grandes proporções.

Ainda que seja problemática qualquer afirmação contundente sobre a predominância dos grandes produtores na criação de gado, há alguns elementos neste sentido (Antonil, 1977, p. 200). As referências bibliográficas fazem menção à existência de "fazendas" de gado no século XVII, bem como à existência, na mesma época e com os mesmos fins, de sesmarias na área de Penedo, sobre o rio São Francisco (Diegues, 1960, p. 146). Finalmente, há também a Casa da Torre, igualmente na área do rio São Francisco (Antonil [1711] idem).

Documentos da época, já mencionados, assinalam que as frentes de povoamento de Alagoas e de Penedo seriam os locais que proviam de alimentos e gado ao centro da capitania de

---

<sup>19</sup>Esses "campos" se localizavam nos atuais municípios de São Miguel dos Campos e Anadia (Santana, 1970, p. 41).

Pernambuco, uma vez que nesta área o cultivo da cana estaria em expansão. Esses dados reforçam a idéia de uma certa divisão de trabalho no interior da capitania de Pernambuco, confirmada, aliás, pela sugestão citada de Nassau.

Na primeira metade do século XVII, as áreas cobertas pelas frentes do território alagoano foram o caminho de passagem das "boiadas" que, desde a frente de povoamento da Bahia, se deslocavam até Olinda. Penedo era um dos locais de passagem (Antonil [1711], 1977, p. 200). A invasão holandesa, porém, obrigou a um desvio na rota do gado que, a partir de então, se deslocava até o interior, passando ao largo da região que hoje constitui o estado de Alagoas (Capistrano de Abreu, 1975, p. 29). Só bem mais tarde, já neste século, é que o estado de Alagoas voltaria a ser caminho de boiadas, transformando novamente Penedo e a área estudada em local de passagem.

Só voltamos a contar com informações sobre a presença de engenhos na Área em dados referidos à segunda metade do século XVIII. Em 1774 registraram-se 73 engenhos no atual território do estado de Alagoas. Desse total, 34 estavam localizados na área então denominada região norte (frente de Porto Calvo), enquanto 39 se concentravam na região de Alagoas e Penedo, dentro da qual se situa a área estudada (Idéia de População..., 1918, pp. 55-58) (Anexo 3). Entretanto, é necessário destacar que essa fonte não apresenta qualquer outra informação complementar.

O número de engenhos aumenta com o tempo<sup>20</sup>. Na área estudada ele ascende a 234 em 1859 (Santana, 1970, pp. 252-277) e a aproximadamente 360 no início deste século<sup>21</sup>, ocasião em que uma usina já estava instalada.

---

<sup>20</sup>Não foi possível a construção de um quadro que reproduzisse fielmente a evolução do número de engenhos nas diferentes épocas. Essa impossibilidade está ligada ao fato de as unidades administrativas passadas variarem ao longo do tempo e segundo cada autor. Às vezes a unidade de análise é a vila, outras a freguesia ou o distrito, unidades cujas extensões nem sempre são especificadas. A essa dificuldade se acresce a "evolução" administrativa do estado de Alagoas e os sucessivos desmembramentos para a constituição de novos municípios. Defrontando-nos com essa dificuldade, reproduzimos apenas os dados mais gerais e que dizem respeito às unidades maiores. Estas corresponderiam, grosso modo, de forma aproximada, ao espaço compreendido pelos atuais municípios que constituem nossa área de estudo.

<sup>21</sup>Os números relativos aos primeiros dez anos do século XX estão aproximados pois os registros apresentam diferenças, oscilando entre 350 e 365 (Jobim, 1902, pp. 25-48; Craveiro Costa, 1902, pp. 319-351).

Como vimos, esse aumento foi o dado mais freqüentemente utilizado na literatura para caracterizar a Área como canavieira. Todavia, quando analisamos esses números e, sobretudo, quando os comparamos com outras informações, observamos que, lado a lado com a cana, os demais cultivos e o gado mantiveram presença na Área. Por outro lado, também é possível observar que se configura gradativamente uma certa "especialização" – flexível ao longo do tempo – entre os diversos municípios, principalmente se levamos em conta os produtos "dominantes". Enfim, em todos os municípios, considerados ou não como "especialmente" canavieiros, a cana dividiu o espaço com outros cultivos e com o gado, como veremos a seguir.

Alguns municípios serão considerados permanentemente "canavieiros" como, por exemplo, São Miguel e Alagoas, mas o mesmo não se aplica a todos eles. O de Atalaia que, como vimos (Idéia... 1918, pp. 57-58) não registrara em 1774 a presença de engenhos, em levantamento datado de 1859 foi incluído na área canavieira, contando com 25 engenhos em atividade e constituindo-se no oitavo produtor do estado (Santana, 1970, pp. 253-277). Essa posição de destaque ocupada por Atalaia foi novamente confirmada neste século: em 1902 eram 160 os engenhos ali instalados, juntos com uma das primeiras usinas do estado (Jobim, 1902, p. 32).

No outro extremo, Penedo, onde a presença de engenhos foi constatada desde épocas remotas, tornou-se, com o correr dos séculos, área de criação de gado. No século XIX, diversas fontes se referem à presença, na área compreendida entre Piaçabuçu e Penedo, de grande número de fazendas de gado, que dividiam o espaço com o cultivo da cana (Gardner [1836-1834], 1975, p. 64). Documentos relativos ao início desse século classificam algumas "fazendas" como "grandes" e mencionam tratar-se fundamentalmente de uma área de criação: "no seu distrito há de 250 a 300 fazendas entre grandes e pequenas" (Santana, 1970, p. 42).

Essa situação se mantém no decorrer do século XIX e é confirmada no início do atual. Em levantamento efetuado em 1905 sobre a indústria canavieira do estado, nem Penedo nem tampouco qualquer outro município desmembrado deste no final do século XIX foram incluídos nas áreas consideradas canavieiras (Costa, 1907, pp. 2 a 10).

Embora careçamos de dados relativos à extensão dos municípios e às áreas que, dentro deles, eram destinadas à cana e/ou ao gado, algumas informações parecem confirmar essa relativa especialização entre os diferentes municípios. Essa configuração é ainda mais marcante quando se compara o município de Penedo com, por exemplo, os de São Miguel e Alagoas, considerados, no decorrer dos séculos, como canavieiros.

No município de São Miguel, informações relativas a meados do século XIX registram a presença de 32 "fazendas" dedicadas à criação. Entretanto, em 1854 o número de cabeças de gado ascende ali a apenas 1020, segundo consta do ofício da Câmara Municipal, que agrega ainda: "tem pouco gado por ser o terreno mais próprio para plantar" (Ofício de 15/12/1854 citado por Santana, 1970, p. 43).

Situação semelhante ocorre no antigo município de Alagoas. Em 1774 (Idéia da população, 1918, p. 43), embora a existência de engenhos seja considerada dominante, também é mencionada a presença do gado. Havia, portanto, terras destinadas à pastagem, mas já em 1854 o município – que compreendia então inclusive o distrito de Pilar – registrou apenas 886 cabeças, assim distribuídas: 372 em Alagoas e 494 no distrito. Esse baixo número foi atribuído "à retirada daqueles diversos lugares aonde se tem julgado ser mais próprio para a plantação do que para a criação" (Santana, 1970, p. 42).

Esses dados podem indicar um certo deslocamento do gado para fora das "áreas consideradas canavieiras", nas quais o tamanho dos rebanhos teria diminuído. O gado existente nas áreas canavieiras parece ter-se reduzido gradativamente, permanecendo apenas aquele necessário ao abastecimento dos engenhos, uma vez que a área de criação se havia deslocado para ocupar aquelas parcelas ou áreas consideradas impróprias para o cultivo da cana.

Assim, já no início do século XX, a cana praticamente desapareceu da área de influência de Penedo. Em 1938 se fez menção à existência de apenas um engenho de rapadura naquela que havia sido, e ainda era, área de influência de Penedo (Bastos, 1938, Anexo 11). O gado foi deslocado fundamentalmente em direção a Penedo e Anadia, ou às terras dos tabuleiros localizadas próximo do agreste, ou ao agreste propriamente dito, ou ainda –

e especialmente – para o sertão (Capistrano de Abreu, 1975, p. 29; 1969, p. 159; Câmara Cascudo, 1956).

Vimos que é possível assinalar uma relativa especialização em termos de áreas canavieiras, contrapondo-se às áreas de criação de gado. Nos séculos XVII e XVIII, a mera presença da cana e dos engenhos era suficiente para a literatura considerar uma área como canvieira, mas isso não se repetia no século XIX. Nesse sentido, é necessário destacar que a presença do tipo de engenho nos diferentes municípios passou a ser critério determinante na sua classificação. Assim, estabeleceu-se uma distinção entre os engenhos destinados à produção de açúcar e aqueles dedicados à rapadura. Embora os primeiros também produzissem alguma rapadura, o elemento que passou a definir uma área como canvieira foi a presença dominante de engenhos produtores de açúcar.

Diferentemente de outras áreas canavieiras – como Paraíba (Garcia Jr., 1983b), Ceará, Pernambuco e Minas Gerais (Santana, 1970, p. 237), onde os engenhos de rapadura desempenharam importante papel – os engenhos produtores do “açúcar de pobre” (Santana, 1970, p. 237), não parecem ter ocupado em Alagoas as terras consideradas nobres (Diegues, 1952, p. 53), que foram guardadas para a produção do açúcar. Os engenhos de rapadura mencionados para Alagoas geralmente são considerados “pobres” pela literatura, assim como o produto que produziam. Não dispomos de informações que nos permitam aferir o tamanho da sua produção, mas parece significativo o fato de que levantamento datado de 1854 sobre o total de engenhos considerados em atividade na província de Alagoas não tenha incluído “as engenhocas de rapadura” (Santana, 1970, p. 112); por outro lado, quando computadas, se destaca o que era produzido ali. A expressão “engenhoca”, maneira de diferenciá-la dos engenhos enquanto produtores de açúcar, é significativa como elemento que assinala a distinção estabelecida.

Um exemplo da situação que acabamos de mencionar é o município de Anadia, classificado no final do século XIX como área algodoeira e de criação de gado (Izidoro, 1907), apesar de contar com 17 engenhos e cerca de 45 “engenhocas” (Costa, 1907).

O algodão, introduzido em Alagoas no final do século XVIII (Bastos, 1938, p. 40), ocupou nos séculos XIX e XX áreas específicas e teve momentos de grande produção. Na segunda

metade do século XIX sua exportação chegou a constituir-se na principal fonte de receita da província (Diegues, 1949, p. 88). O algodão ocupou, pois, áreas específicas, registrando-se municípios considerados especializados no produto. Anadia foi um deles (Santana, 1970, p. 62). Mesmo quando os *senhores de engenho* da área considerada canavieira começaram a plantar algodão nas suas propriedades, esse produto nunca chegou a constituir-se em um cultivo que competisse com a cana. Assim, nas áreas consideradas canavieiras, o algodão dividiu as terras com a produção de alimentos.

Embora os municípios fossem classificados como canavieiros, criadores de gado ou algodoeiros – conforme a presença do produto considerado “dominante” – é possível observar que esses não eram os únicos produtos presentes. Ao contrário, como veremos a seguir, outros cultivos não só existiam como muitas vezes eram significativos.

Em Penedo, de forma paralela e simultânea à expansão da criação do gado, se manifesta a presença de áreas dedicadas à produção de alimentos. Dos dez povoados que pertenceram a Penedo até o final do século XIX, nenhum foi incluído na área canavieira e, embora as referências sejam fragmentárias em relação à extensão ocupada pelos outros cultivos, sua presença é mencionada. Assim, o arroz foi considerado cultivo dominante no povoado de Igreja Nova (Santana, 1970, p. 112), enquanto Porto Real do Colégio tinha como cultivos fundamentais o arroz, o algodão e a mandioca (Jobim, 1902, p. 38).

Nos municípios considerados canavieiros, a cana na verdade concentrou-se nos vales mais férteis. Nos menos férteis e, fundamentalmente, nas *chãs*, se desenvolveram os demais cultivos e partes dos tabuleiros foram dedicadas à criação do gado.

Essa divisão dos espaços ocupados pela cana e pelos demais cultivos aparece registrada em diferentes épocas, embora de forma genérica. Nesse sentido é assinalado, por exemplo: “A maior produção desta província (Alagoas) consiste em canas-de-açúcar, cultivadas em terras baixas e frescas, e milho, nas altas e enxutas...” (Opúsculo, 1844, p. 21). Referências semelhantes, porém relativas à área estudada, reafirmam que o cultivo da cana se limitava aos terrenos das várzeas e encostas, enquanto o algodão, o milho e o feijão eram cultivados nas terras altas (Spindola, 1971, p. 100).

Essa divisão de espaços, novamente descrita no início do século XX em um Memorial Anual do governo do estado (Sarmiento, 1914, p. 39), é reforçada por outras informações existentes sobre alguns municípios como, por exemplo, o de Alagoas. Em 1774, já considerado município canavieiro em função do cultivo da cana e dos engenhos que nele se localizaram, destacava-se ainda a presença de áreas de pastagem além de "sítios que se observão... cobertos de arvoredos... e igualmente cultivados com muitas lavouras de mandioca, milhos, arrozés ..." (Idea da população, 1918, p. 54).

Um século mais tarde, em 1854, o mesmo fato é ressaltado mais uma vez por Santana que, baseando-se em documentação da época, afirma: "A cana-de-açúcar era a principal fonte de riqueza econômica dos municípios de Alagoas (Marechal Deodoro) e Atalaia... sendo que a mandioca e o algodão eram cultivados com a cana-de-açúcar, em pé de igualdade, na primeira das localidades citadas (Santana, 1970, p. 110).

A presença de cultivos considerados de pequena produção também é constatada por dados relativos ao século atual. Coruripe, por exemplo, área considerada canavieira segundo o inquérito sobre a indústria açucareira de 1905 (Costa, 1907, pp. 1-6), contava, então, com uma produção de alimentos que fazia dela o centro exportador de cereais. O milho, o feijão, o coco e, em menor quantidade, a mandioca ali produzidos eram exportados para Maceió e Penedo, constituindo o que Izidoro denominou o "celeiro" da região (Izidoro, 1901, p. 107).

Esse lugar de produtor, que Coruripe tinha, se manteve expressivo em 1920. Do total de terras do município, estimado em aproximadamente 20.000 hectares, apenas 3.462 hectares eram cultivados. A área ocupada pela plantação de cocos absorvia 1.217 hectares, sendo destinados ao cultivo de milho, feijão e mandioca 1.102 hectares e ao cultivo da cana 863 hectares (Censo agrícola, 1920).

Casos semelhantes ocorreram em Poxim e Piaçabuçu. Neles, a cana se situava, no início do século atual, em pé de igualdade com o cultivo do arroz e dos "cereais" (Jobim, 1902, pp. 35-36). É bom destacar que ambos os locais também eram considerados áreas canavieiras segundo os dados do inquérito citado (Costa, 1907, pp. 1-6).

Assim, o cultivo efetivo da cana e a instalação das primeiras usinas na área estudada ocorreram nos vales úmidos dos municípios considerados canavieiros<sup>22</sup>. A Usina Brasileira, localizada em Atalaia, foi a primeira do estado e começou a moer no ano de 1892; a usina Sinimbu, instalada em 1893 e inaugurada no ano seguinte, se situa no vale do rio Jequié, no município de São Miguel dos Campos (Almanaque de Alagoas, 1897).

## 2. Os Engenhos

Mesmo quando os engenhos e, depois, as usinas estavam estabelecidos nos vales úmidos da área, esses vales constituíam apenas uma parte muito reduzida da extensão total das referidas propriedades. As áreas de terras dessas propriedades reuniam, também, as ladeiras que desciam dos tabuleiros e parte das terras altas e planas destes últimos. Assim, além das terras ocupadas pela cana, havia em todas as propriedades parcelas cobertas por florestas onde se extraía a lenha necessária à manutenção da infra-estrutura da propriedade (engenho, cercas, casas etc.), bem como o necessário para o consumo doméstico tanto da família do proprietário quanto dos trabalhadores que ali residiam<sup>23</sup>.

As terras do engenho estavam, pois, divididas segundo seu uso. Assim, além das dedicadas ao cultivo da cana (inclusive aquelas deixadas em descanso), havia terras destinadas a locais de residência, terras dedicadas à criação do gado (*currais* nos vales e nas terras altas, ou tabuleiros), terras de reserva (matas) e terras dedicadas ao cultivo dos trabalhadores (*grotas* e *chãs*)<sup>24</sup>.

---

<sup>22</sup>Segundo o Inquérito sobre a Indústria Açucareira realizado em 1905, dentro da área estudada se destacavam como áreas canavieiras: a "zona das Alagoas", que incluía Santa Luzia do Norte, Alagoas e Pilar, e a "zona sul", que correspondia a São Miguel dos Campos, Coruripe, Poxim e Piaçabuçu (Costa, 1907, pp. 1-6).

<sup>23</sup>A escassa área ocupada pela cana em termos de extensão total da propriedade é ressaltada pelo Inquérito da Indústria Açucareira de 1905: "Em geral, as propriedades agrícolas destinam parte de sua área ao cultivo de canas, cereais, e uma grande parte fica disponível conjuntamente com as matas virgens. Há mais terreno inulto do que cultivado em cada propriedade" (Costa, 1907, p. 10).

<sup>24</sup>A divisão das terras do engenho segundo sua utilização é descrita já em relação ao século XVIII por Antonil (Antonil, 1977, p. 101) e por Koster em relação ao século XIX (Koster, 1942, p. 39). O mesmo padrão permaneceu válido no início do século XX.

O conjunto residencial ficava localizado no vale<sup>25</sup>. Nele ocupava lugar de destaque a chamada *casa grande* do engenho, local de moradia do proprietário e de sua família. Formavam parte da *casa grande* a capela e, em alguns casos, a casa de banho, esta em uma construção separada. A capela, embora sempre presente, podia ser uma construção independente ou então um aposento da *casa grande*, caso em que se denominava "quarto de oratório" (Freyre, 1937 e 1941, p. 129; Diegues, 1952, p. 30). Às vezes os membros da família do *senhor de engenho* eram enterrados na capela, formando um cemitério dentro dos limites da propriedade (Diegues, 1952, p. 29).

A posição de destaque da *casa grande* não se devia apenas ao seu tamanho e arquitetura; seu caráter era acentuado ainda pelo fato de ocupar a posição mais elevada dentro do vale (Diegues, 1951, p. 30). Quando o terreno era plano, conseguia-se essa elevação mediante a construção sobre pilares, caso em que o acesso a ela se realizava através de escadarias (Tollenare [1816-1817], 1904, p. 408). As varandas, amplas e sempre presentes, rodeavam a casa em todo o seu contorno ou então se restringiam à parte frontal da mesma. Geralmente era através da varanda da frente que se tinha acesso tanto às salas quanto ao quarto de oratório, e era nela que o proprietário passava boa parte do dia quando não estava percorrendo a propriedade. Também nesse local ele recebia os trabalhadores.

É interessante a descrição feita por Koster, no século XIX, a respeito de si mesmo enquanto *senhor de engenho*, sentado na "soleira da porta" ao cair da noite:

---

<sup>25</sup>Faremos aqui uma descrição do padrão de assentamento dos engenhos, uma vez que as usinas que se instalaram posteriormente adotaram, até os anos 50 do século atual, o mesmo padrão. Em conseqüência, só faremos referência aos mesmos nos aspectos que apresentem diferenças em relação aos engenhos.

Por outro lado, ainda que o padrão de assentamento dos engenhos tenha se mantido o mesmo no correr dos séculos – e isto aparece de forma bem clara nas abundantes e ricas descrições existentes – essas referências não foram as únicas fontes de informação que utilizamos. Alguns dos antigos engenhos e usinas instalados na área estudada existem até hoje e muitos deles mantêm completa, ou ao menos em parte, sua forma original. Em conseqüência, além da bibliografia, foram fontes de informação complementar a observação efetuada in locis e a reconstrução feita pelos antigos moradores e senhores de engenho.

No caso das primeiras usinas que se estabeleceram na área estudada, contamos também com uma descrição feita por C. Andrade (1959) e, no caso da usina Coruripe, com a feita por Forman (1979).

"... ouvia o murmúrio das vozes na senzala. Embora me surpreendesse adormecido, observava um negro caminhar furtivamente para visitar um conhecido... e é nessas ocasiões que os planos para enganar o amo são concebidos" (Koster [1816] 1942, p. 295)<sup>26</sup>.

As *casas grandes* descritas em Alagoas não diferem do padrão arquitetônico das de Pernambuco, mas os autores em geral assinalam que as primeiras eram geralmente mais modestas. No caso da área estudada, onde isto também era válido, a menção a uma *casa grande*, embora considerada mais ampla e confortável na sua construção, se destaca na literatura não tanto pelas características arquitetônicas que apresentava mas sim pela riqueza de suas tradições e pela importância que teve em termos da vida social e, sobretudo, política alagoana (Diegues, 1949, pp. 180-181).

As características da *casa grande*, assim como seu esplendor, foram assinaladas em abundante literatura, freqüentemente acompanhada de grande número de fotografias (Freyre, 1937, Diegues, 1949, idem 1952, Andrade, 1959, Santana, 1970). A proeminência da *casa grande* dentro do conjunto também era assinalada pela presença freqüente de palmeiras imperiais. Estas, por sua altura, permitiam que de longe se reconhecesse a existência e a posição da casa, bem como se definisse para onde ela estava voltada. Segundo alguns autores, a existência das palmeiras simbolizava "a importância, imponência e grandeza do senhor" (Diegues, 1949, p. 182).

A ausência de outras árvores diferentes das palmeiras na parte da frente da casa é assinalada por Tollenare que, referindo-se ao início do século XIX, destacava a falta de parques e jardins. Interpreta como "horror à sombra" o que, na verdade, constitui uma forma de organização espacial (Tollenare [1816-17], 1904, p. 407). Se na frente não há árvores, o mesmo não ocorre com os fundos da casa. Ali eram abundantes as árvores frutíferas, que se

---

<sup>26</sup>Uma situação semelhante é descrita em relação a períodos posteriores. Em um relato correspondente aos anos 1930-40, feito por um trabalhador que morava, então, no engenho, disse ele: "ele (o senhor de engenho) no final do dia ficava sentado no alpendre e via o que os moradores faziam. E agia".

estendiam até as matas, quando estas existiam, ou ladeira acima, quando a casa a ela se recostava: era o pomar.

A área dos fundos da casa – local por onde se tinha acesso à cozinha – era uma área de circulação mais restrita do que a frente. Ali circulava o “pessoal da casa” (escravos e *moradores* posteriormente ligados à *casa grande*) e fundamentalmente mulheres, escravas e empregadas domésticas, filhas ou esposas dos *moradores* do engenho que se reuniam na cozinha “sob o olhar da senhora do engenho” (Diegues, 1952, p. 31) que sempre dirigia as tarefas inerentes à vida da casa, como, entre outras, a preparação dos alimentos.

Na frente da *casa grande* se encontrava um grande pátio, espaço aberto e vazio, local onde circulavam e se reuniam os trabalhadores residentes na propriedade. Ali também se realizavam as festas locais. Próximas a esse espaço se encontravam localizadas residências e esse conjunto constituía o *cercado*, como era denominado na Área, ou “pátio do engenho”, em termos de Pernambuco (Palmeira, 1976, p. 106).

De frente para a *casa grande*, de costas para o rio, dentro do *cercado*, estava o engenho propriamente dito<sup>27</sup>, integrando um conjunto que contava ainda com as casas destinadas aos trabalhadores. Chamadas de *senzalas* no período escravagista, são descritas por Tollenare, no século XIX, como uma série de habitações geminadas e dotadas de um alpendre comum (Tollenare, 1909, p. 409) ou, em outros termos, como “uma fila de pequenas moradas tendo a aparência de asilos” (Koster [século XVIII], 1942, p. 295). Uma vez abolida a escravidão, muitas dessas habitações, com ou sem transformações, serviram para alojar os *moradores*, trabalhadores residentes na propriedade (Diegues, 1952, p. 14; Bello, 1948, p. 185).

Esse padrão de casas geminadas foi adotado, inclusive, por alguns dos novos engenhos instalados no fim do período da escravidão. Outra opção, também presente, foi a transformação das antigas *senzalas*, juntamente com a construção de casas que, embora se apresentassem separadas entre si por espaços livres, mantiveram certa continuidade com o padrão anterior. Tratava-se

---

<sup>27</sup> Atualmente, em algumas propriedades que foram antigos engenhos, ainda se mantém de pé o próprio engenho; em outros casos ele foi destruído ou transformado, por exemplo, em cocheira para abrigo do gado.

de casas iguais, enfileiradas em apenas um ou então em ambos os lados do caminho, constituindo o *arruado* do engenho.

As construções destinadas a moradias de trabalhadores eram compostas pela parte construída – quartos, sala e cozinha – com um alpendre na frente, local das reuniões noturnas entre vizinhos (Diegues, 1952, p. 14), e um espaço livre atrás da casa, onde se lavava a roupa, se realizavam as tarefas domésticas e se criavam algumas aves. A presença das aves, ligada, ainda, aos escravos, é mencionada por Koster (Koster, 1942, p. 517; Bello, 1948, p. 79).

Finalmente, ainda fazendo parte do “fundo da casa”, havia um espaço onde os trabalhadores geralmente realizavam cultivos – o *roçado* dos *moradores* do período posterior à escravidão. O produto desses *roçados* constituiu a base de obtenção dos meios de subsistência dos *moradores*. (As relações sociais que deram sustentáculo a essa combinação serão tratadas no Capítulo VII).

Contamos com informações fragmentárias e escassas sobre a maneira como era provida a alimentação dos escravos. Bello, referindo-se a esse período, disse ser papel da *senhora de engenho* velar pela boa alimentação e vestimenta dos escravos, cabendo a ela a distribuição da ração e das roupas (Bello, 1948, p. 72). O vestuário, segundo Koster, se limitava a camisa, calça, chapéu de palha e uma esteira (Koster, 1942, p. 517).

Alguns autores fazem referência à existência de parcelas do engenho destinadas a plantações para a alimentação tanto dos escravos como das pessoas residentes na *casa grande* (Koster, 1942, p. 440). Esse autor destaca, inclusive, que no final do dia os escravos eram mandados a raspar a mandioca que lhes serviria de alimento (idem, p. 516).

Sempre de acordo com esse autor, a ração fornecida pelo proprietário costumava ser insuficiente e precisava ser complementada com os *roçados* cultivados pelos escravos (idem, p. 516). De acordo com a propriedade esse cultivo sofria variações: eram feitos no final do dia, finda a jornada de trabalho, ou então, de acordo com a regulamentação local, apenas nos domingos e feriados (Koster, 1942, p. 440; Diegues, 1954, pp. 76-77; Antonil, 1977, p. 91). As fontes com que contamos não nos permitem afirmar que se tratasse, de fato, de *roçados* de usufruto individual de cada escravo.

Sabemos que, em períodos posteriores à escravidão, também se encontrava localizado no *cercado* o armazém da propriedade

– o *barracão* – mas não contamos com qualquer referência a respeito da sua existência durante o período da escravidão. A existência do *barracão* é mencionada pelos trabalhadores, antigos *moradores* e *senhores de engenho*, tomando como marco de referência o século atual. Os relatos mais antigos dão conta de sua existência – citada por diversos autores – sempre no período posterior ao da escravidão (Bastos, 1938, p. 107; Diegues, 1952, p. 44). Nesses armazéns, os trabalhadores (*moradores*) se abasteciam dos produtos necessários, se reuniam no final de cada jornada de trabalho e recebiam o pagamento.

Ainda integrando o conjunto constituído pelo *cercado* se encontravam as moradias destinadas ao *feitor* (no período da escravidão) ou ao *empregado* (no período posterior). Um e outro ocupavam uma casa que, embora mantivesse a arquitetura das demais habitações locais, se diferenciava das demais pelo tamanho e pelo isolamento. Os *feitores*, geralmente homens livres (Koster, 1942, p. 516), assim como os *empregados*, eram aqueles que exerciam o controle de todas as atividades desenvolvidas, respectivamente, pelos escravos e *moradores*.

Finalmente, quase sempre havia nesse conjunto uma carpintaria, uma olaria, uma caieira e uma casa de farinha (Diegues, 1952, p. 44), onde se desenvolviam atividades voltadas para a manutenção do engenho.

Também no vale, nas proximidades desse conjunto de moradias, se encontravam os *currais* onde se concentrava o gado que toda propriedade possuía. Esses animais, necessários à infraestrutura do engenho – para movimentá-lo, para carregar a cana e/ou puxar os carros que serviam de transporte de material e de pessoas – eram alimentados em uma área de pasto situada no vale e nas encostas, alimentação essa complementada também pelo “olho” da cana (Antonil, 1977, p. 101). Às vezes, parte desse rebanho era deslocada no final da safra para áreas de pastagens mais distantes (geralmente nos tabuleiros), de onde retornavam no início da safra seguinte (Koster, 1942, pp. 439-440).

Nesses vales e encostas suaves também se localizava a área ocupada pelo cultivo da cana.

Distantes desse conjunto, espalhadas pelas proximidades ou no interior dos tabuleiros (*chãs*) também havia habitações ocupadas por trabalhadores. Isoladas umas das outras, compartilhavam as terras altas com as áreas de matas e com o gado. A

existência dessas casas dispersas é mencionada também em relação a uma época anterior (Diegues, 1952, p. 14). Homens livres, ligados ao *senhor de engenho*, ocupavam no século XIX parcelas de terra, morando em casas de taipa semelhantes às destinadas aos trabalhadores localizados no *cercado* (Tollenare, 1904, p. 407 e por Koster<sup>28</sup>).

A partir dos relatos de *moradores e senhores de engenho*, podemos afirmar que, neste século, no pátio (*terreiro*) de fundos dessas casas isoladas, criavam-se aves; existia ainda uma parcela em torno da casa onde se fazia algum cultivo. Mas, ao contrário das casas localizadas na parte baixa, as situadas nos locais altos – *chãs* – eram rodeadas de árvores frutíferas de grande ciclo produtivo, que formavam os *sítios dos moradores*.

As usinas que se instalaram na área em fins do século XIX e nas primeiras décadas deste geralmente absorviam, na sua instalação, os engenhos antigos, um dos quais passava a ser a sede da nova unidade de produção. Em geral, as usinas mantiveram as moradias dos trabalhadores, tanto nas partes altas quanto aquelas que configuravam o *arruado* do antigo engenho. Entretanto, ainda que a organização espacial do antigo engenho fosse mantida, novos elementos foram incorporados ao antigo *cercado*: a fábrica propriamente dita, que substituiu o antigo engenho, as casas destinadas aos operários, que substituíram os antigos trabalhadores do engenho propriamente dito, e as residências destinadas ao pessoal hierárquico da usina, além da casa do gerente. À descrição das usinas existentes na área estudada (Andrade, 1959, pp. 66-68) acresce-se a de usinas de Pernambuco (Leite Lopes, 1978, pp. 175-176; Garcia, M.F., 1977, p. 20), que colocam em evidência as semelhanças existentes no que diz respeito à organização espacial descrita para os engenhos.

---

<sup>28</sup>Entre outros autores, Koster destaca a existência de homens livres ligados ao senhor de engenho, embora essa informação não se refira especificamente à área estudada. "As terras que sobram são dadas ao povo livre... pobres que vivem do seu trabalho. O proprietário autoriza-os, como moradores, a fazerem suas casas no terreno, em troca do pagamento de uma renda mínima em dinheiro. O pagamento – foro – podia ser em dinheiro ou também em serviços, tais como levar recados ou verificar se as matas estavam sendo destruídas sem permissão do patrão. A posição que essas pessoas têm nessas terras ocupadas é insegura e é nessa insegurança que reside o poder do senhor entre seus moradores" (Koster, 1942, p. 441).

No caso das usinas, as casas dos operários também são geminadas e localizadas próximas da fábrica, formando *arruados*. Às vezes, porém, a *casa grande* se encontra localizada em um local mais distante da fábrica e, nesse caso, ela é substituída em sua localização pela casa do gerente, que se situa em frente à fábrica. Os dados de que dispomos indicam, porém, que esse deslocamento da *casa grande* ocorre apenas nos casos desta haver sido destruída pelas usinas ou de inexistência de uma *casa grande* anterior.

### 3. Os Sítios

Além dos cultivos realizados pelos trabalhadores residentes nos engenhos – os *moradores* – o cultivo de produtos como mandioca, milho e feijão, entre outros, também era realizado por pequenos produtores.

A existência de cultivos considerados pela literatura como de "subsistência" tem tido, ao longo dos séculos, uma presença constante na área estudada. A presença de pequenos produtores pode ser confirmada, atribuindo-se a eles responsabilidade pelo menos parcial sobre a produção local de alimentos. No entanto, só neste século tal realidade é objeto de informações específicas, de modo que apenas nas últimas décadas podemos localizá-los de forma precisa. Para isto, baseamo-nos não apenas nas referências bibliográficas mencionadas, mas fundamentalmente em material recolhido através de entrevistas realizadas com antigos *senhores de engenho*, com *ex-moradores* e com pequenos produtores que ali se encontravam instalados. Todos fazem referência à existência de pequenos produtores na Área, fato que contribui para confirmar a idéia de que a presença destes últimos já se fazia sentir em épocas passadas, sobre as quais dispomos de referências muito escassas.

Os pequenos produtores se encontravam principalmente nas terras altas (*chãs*), em áreas que, embora limítrofes às terras dos grandes proprietários, eram consideradas improdutivas em termos do cultivo da cana.

A moradia desses pequenos produtores e suas famílias era composta de uma parte construída (quartos, sala e alpendre na frente) e um pátio que a rodeava (*terreiro*). Na parte posterior da

casa, o *terreiro* era o local das atividades domésticas e da criação de aves e de porcos. Rodeando a casa encontrava-se a área de cultivo – o *roçado*. O conjunto das atividades para a manutenção da casa e do *roçado* era realizado pelo pequeno produtor e pelos membros de sua família.

A presença desses *sítios*, como eram denominados o conjunto composto de casa e *roçado*, se assinalava pela presença de árvores frutíferas que, embora pudessem estar dispersas na área de cultivo, sempre rodeavam a moradia. Embora seja possível encontrar alguns *sítios* isolados, estes geralmente guardavam pouca distância entre si e constituíam pequenos aglomerados, conhecidos na área como *sítios*<sup>29</sup>. *Sítio* designa, pois, tanto a unidade produtora individual, composta de casa/*roçado* e pertencente a um pequeno produtor, como o conjunto dessas unidades, agrupando, conseqüentemente, vários pequenos produtores<sup>30</sup>.

Na área estudada, os *sítios* recebiam uma denominação específica. Assim, por exemplo, atualmente ainda se encontram alguns deles, como o Sítio Pau de Ferro, Sítio Descanso etc. No passado, dezenas deles se reuniam nas áreas próximas aos engenhos<sup>31</sup>. Alguns desses *sítios* contavam até com pequeno comércio e igrejas e chegaram a adquirir *status* de povoado, permanecendo até hoje como tal, como é o caso do povoado de Água dos Meninos, no município de Coruripe, e o de Alto do Garrote, no município de Junqueiro.

Alguns *sítios*, e até alguns povoados, se encontravam localizados de tal maneira que se constituíam em enclaves entre os engenhos; em outros casos eles se localizavam nas áreas

---

<sup>29</sup> A denominação sítio aparece registrada pela bibliografia em 1774 em *Idéia de População*, citação reproduzida na p. 54 e que se refere à existência de sítios no município de Alagoas. Embora caracterizando os sítios com a presença de árvores e cultivos de produtos de pequena produção, essa referência não dá indicações que caracterizem quem os usufruía. A denominação aparece novamente no Censo de 1920, quando são discriminados sítios, fazendas e engenhos. No intervalo entre ambas as publicações não foram encontradas outras referências sobre os sítios.

<sup>30</sup> Utilizaremos a denominação sítio para nos referirmos a cada unidade produtora constituída pela unidade de casa e roçado, enquanto a expressão Sítio fará referência a um conjunto dessas unidades.

<sup>31</sup> O mapa do município de Junqueiro, elaborado pela Prefeitura Municipal, que transcrevemos em anexo, é revelador do número de sítios que esse município reunia em 1970 (Anexo 4).

limites da expansão da cana. Mas sempre se concentravam nas áreas dos tabuleiros. Os pequenos produtores, habitantes dos *sítios*, constituíam o *povo dos sítios*, categoria com que se reconheciam e eram reconhecidos pelos trabalhadores residentes nas propriedades – os *moradores* – que, por oposição, eram reconhecidos e se autodenominavam *povo do engenho*.

A presença desses *sítios* em municípios reconhecidamente canavieiros vem reforçar a existência de áreas de pequena produção e de pequenos produtores, ao lado do cultivo da cana. Um exemplo dessa situação é o caso de Coruripe, “área canavieira”. Contava com vários engenhos, e apresentava no começo do século inúmeros *sítios*, cuja produção contribuía, como mencionamos, para posicionar o município como exportador de cereais (Izidoro, 1909, p. 109). Para citar apenas um exemplo, reproduzimos uma citação do autor que destaca a existência desse tipo de produção em um desses *locais*: “Em Olhos de Água dos Meninos há alguns engenhos, mas os seus habitantes dedicam-se mais à cultura de cereais...” (idem).

Em 1920 são mencionados inúmeros desses *sítios* no município de Coruripe (Censo de 1920 editado em 1923, pp. 27-45). Nessa data, como vimos, a produção de alimentos em Coruripe superava a da cana. Embora seja necessário levar em conta que no total da área dedicada a esses cultivos está incluída aquela trabalhada pelos *moradores* dos engenhos, fato não discriminado no censo, podemos afirmar que grande parte da produção atingida provinha dos pequenos produtores ali estabelecidos. Essa presença adquire significado ainda maior quando se lhe agrega a produção de coco, que absorvia 1.217 hectares e era explorada exclusivamente pelos pequenos produtores (C. Costa, 1932, p. 105).

A presença dos *sítios* era ainda mais marcante no município de Junqueiro, que nunca foi considerado integrante da área canavieira, embora contasse, desde 1920, com dois engenhos produtores de açúcar. Nesse ano predominava ali, de forma marcante, o cultivo de produtos como mandioca, milho, feijão e algodão. Do total de terras cultivadas, 412 hectares eram dedicados aos cultivos mencionados, enquanto apenas 51 hectares eram ocupados pela cana, extensão que se reduziu, no ano de 1930, a 40 hectares (Costa, 1932, pp. 103-105). Essa situação se manteve até os anos 50. Nessa ocasião, mais de 90% das terras

cultivadas do município se dedicavam ao cultivo do milho, feijão, algodão e mandioca em estabelecimentos com menos de 100 hectares de extensão. Dentro dessas áreas, cerca de 50% pertenciam a propriedades com uma extensão que variava entre um e cinco hectares. Esse fato, que caracteriza a presença maciça de pequenos produtores, perdurava ainda nos anos 60 como se depreende do mapa já mencionado e constante do Anexo 4.

#### *4. Área de Circulação dos Produtos e dos Produtores*

Na área estudada, as vias de comunicação também expressaram, em termos históricos, as diferentes áreas de circulação dos produtos e, em conseqüência, dos homens. Até a primeira metade do século XX, os caminhos ocupavam ali um lugar secundário. Nos relatórios oficiais dirigidos ao governo do estado, a situação calamitosa desses caminhos é mencionada reiteradas vezes (Santana, 1978, pp. 98-100).

Só no final dos anos 20 se construiu a rodovia que ligaria São Miguel dos Campos à capital do estado, com uma extensão de 56 quilômetros (Santana, 1978, p. 100), e só em 1928 foi concluída a ligação entre a rodovia mencionada e Atalaia. Só então Atalaia, centro açucareiro importante, começou a transportar em caminhões o açúcar ali produzido (Santana, 1978, p. 107).

Até então, a cana era transportada, desde o campo, em lombo de burro e/ou carros de boi até o engenho. O açúcar saía do engenho em barcaças, através dos rios, de cujas bocas, em barcos maiores, chegava à capital do estado por mar (Diegues, 1952, p. 46). Assim, durante séculos o açúcar só circulou pela área estudada de passagem, sempre em direção ao litoral.

Os rios foram, pois, desde períodos remotos e durante séculos, o meio exclusivo de transporte de açúcar. Eles também proviam alguns engenhos da energia necessária, e era através deles que chegavam os produtos que o engenho e seus habitantes consumiam e não produziam. Tal fato justifica a denominação dos mesmos como "rios de açúcar", na expressão de Correia de Andrade, 1959, e que condensa o que autores como G. Freyre (1937) e Diegues (1949), já haviam assinalado.

O açúcar, produto de exportação, não circulava dentro da Área, uma vez que não era objeto de consumo de seus produtores,

com exceção dos habitantes das *casas grandes*. Já os produtos considerados "menos nobres", como a rapadura e os de consumo alimentar, fundamentalmente produzidos pelos pequenos produtores, utilizaram durante muito tempo os caminhos existentes tanto no interior da área canavieira quanto – e sobretudo – aqueles que serviam de ligação entre a zona canavieira e o interior, especificamente as regiões do Agreste e do Sertão.

Papel central na circulação desses produtos foi exercido pelas feiras, onde esses produtos eram intercambiados. Não dispomos de informações que confirmem de maneira generalizada a existência anterior das feiras, mas sabemos que no início do século elas existiam em São Miguel, Coruripe, Campo Alegre<sup>32</sup>, Junqueiro e Penedo<sup>33</sup>.

A análise do material resultante de entrevistas feitas com antigos *senhores de engenho* e seus prepostos, com antigos *moradores* e sobretudo com pequenos produtores – todos eles estabelecidos na área limítrofe dos municípios de São Miguel e Junqueiro (área próxima de onde atualmente se encontra localizado o aglomerado de Feira Nova) – é ilustrativa tanto para revelar quais as feiras mais freqüentadas por eles, como também os critérios que norteavam tal eleição.

Apesar da feira de Campo Alegre (sede do atual município do mesmo nome) encontrar-se a uma distância maior em relação a outras – como, por exemplo, a de São Miguel dos Campos ou a de Junqueiro – ela era a preferida tanto pelos pequenos produtores como pelos *senhores de engenho*.

Campo Alegre, embora situada em município considerado canavieiro (era parte de São Miguel dos Campos), encontrava-se nos limites da área ocupada pela cana. Ficava, portanto, mais próximo da região do Agreste, área de pequenos produtores e de

---

<sup>32</sup>Campo Alegre, até constituir-se em município independente (1958), recebia a denominação de Mosquito, nome ainda usado hoje em dia na área.

<sup>33</sup>A feira de São Miguel só é mencionada pela literatura a partir de 1908 (Izidoro, 1908, p. 72). A feira de Junqueiro é mencionada em 1913 (Ministério da Agricultura, 1913, p. 20); a de Campo Alegre é mencionada apenas pelos informantes, o mesmo ocorrendo com a de Coruripe. No caso desta última, Forman (1979) menciona sua existência, embora em períodos posteriores. Penedo, ao contrário, tinha uma feira registrada desde 1817 (Valente, 1957, p. 140). Entretanto, no início do século XX essa feira foi substituída por um mercado público e só mais tarde foi reaberta.

criação de gado. Durante toda a primeira metade do século XX, foi fundamentalmente uma área de conexão com outras regiões, constituindo-se numa das vias de comunicação dos estados de Alagoas e de Pernambuco com o Sertão. Era, pois, um dos locais onde se trocavam os produtos das diferentes regiões.

Sabemos, por informações obtidas de pequenos produtores e de *senhores de engenho*, que desde as primeiras décadas deste século, e até os anos 50, Campo Alegre era uma das feiras visitadas pelos *senhores de engenho* da área que mencionamos como exemplo. Eles – diretamente ou, no mais das vezes, através de seus prepostos – se deslocavam até ali para obter os produtos que o engenho não produzia. Era nessa feira, portanto, freqüentemente, que se abasteciam os *barracões* dessa área. Campo Alegre também era um dos locais onde se vendia a rapadura oriunda dos engenhos e "engenhocas" da área estudada, produto que transitava por ali em direção ao Sertão.

A preferência pela feira de Campo Alegre não eliminava, embora reduzisse, a participação das demais. Naturalmente, a quantidade e os tipos de bens que se desejava vender e/ou adquirir influenciavam a eleição. Quando os produtos a serem vendidos ou comprados eram escassos, optava-se por alguma feira mais próxima, como a de São Miguel dos Campos ou Junqueiro. As variações na escolha das feiras também obedeciam ao calendário agrícola. Nos momentos em que os pequenos produtores da área usada como ilustração careciam de produtos para vender, recorriam à confecção de cestos fabricados com fibras disponíveis nos tabuleiros próximos às suas moradias. Estes cestos, próprios para a pesca, eram muito utilizados pelos pequenos produtores localizados na área próxima ao litoral, em cujos tabuleiros não se achava essa fibra em quantidade suficiente. Em Coruripe, portanto, encontravam-se produtores e consumidores desses produtos.

Aos caminhos que serviam de circulação dos produtos se somam os caminhos seguidos pelas boiadas. Como vimos, estes fizeram durante a primeira metade do século XVIII a ligação entre a área estudada e os estados da Bahia e de Pernambuco. Posteriormente desativados, voltaram a desempenhar o mesmo papel no século atual (Capistrano de Abreu, 1969, p. 30).

## 5. Área de Criação

Além das terras dedicadas ao cultivo da cana e as ocupadas pelos pequenos produtores na área estudada, havia locais, denominados *colônias*, especificamente dedicados à criação do gado. Eram terras localizadas nos tabuleiros, geralmente áreas de vegetação baixa, consideradas inadequadas para os cultivos (*tabuleiros-de-caju e mangaba*). Ali o gado era criado solto.

A área ocupada pelas *colônias* ficava separada da área agrícola mediante grandes divisórias que, conhecidas como *travessões*, impossibilitavam a passagem do gado: "a esta separação de atividades – agricultura e pecuária – é que se chama travessão" (Diegues, 1960, p. 179)<sup>34</sup>. Nas *colônias* pastavam tanto o gado dos grandes proprietários quanto o dos pequenos produtores. Os animais podiam ser conduzidos diariamente quando a *colônia* ficava próxima da propriedade. Caso contrário, períodos mais longos se tornavam necessários, forçando os grandes proprietários a contratarem vaqueiros, que permaneciam longo tempo no local, construindo até casas e *currais*.

Embora as *colônias* fossem dedicadas ao gado, havia ali terras aptas para o cultivo, onde os pequenos produtores faziam seus *roçados*, necessariamente cercados para manter os animais afastados. Em outras palavras, "nas *colônias* o gado era solto, nas moitas a gente plantava, mas sempre cercado", como afirma um dos pequenos produtores que usufruía dessas terras.

Uma vez reativados os caminhos das boiadas, esses *currais* serviram também de pousada para o gado em trânsito para o sul ou norte. Referências gerais (isto é, não específicas para a área estudada) destacam que as jornadas diárias das boiadas eram de aproximadamente quatro ou cinco léguas. Esses locais de descanso deram origem a alguns povoados atuais (Antonil, século XVIII – 1977, p. 202; Capistrano de Abreu, 1975, p. 48; Petrone, 1977, p. 322).

Essas referências mais gerais parecem confirmar-se quando se analisa a área estudada. Alguns povoados atualmente existentes mantêm uma distância regular entre si e trazem no nome a

---

<sup>34</sup>Uma dessas divisões (*travessões*) se localizava no local onde atualmente está construída a estrada nacional que atravessa o aglomerado de Feira Nova.

palavra *curral* (Curral de Cima, Curral do Meio etc.), o que fortalece a idéia acima referida sobre sua origem<sup>35</sup>.

Como assinala a literatura, a constituição das vilas e cidades sempre envolveu uma ação do poder público<sup>36</sup>, geralmente associada, na área canavieira, à existência dos engenhos. Mas os *sítios* e, *currais* também parecem haver contribuído para dar origem a aglomerados posteriormente por vezes reconhecidos como povoados<sup>37</sup>.

A leitura das Posturas Municipais relativas a alguns municípios da área estudada revelam a existência, durante o século XIX, de uma relativa especialização entre os municípios, caracterizados como "agricultores" e "de gado". Mas não é só: apontam também áreas dedicadas à agricultura e ao gado no interior de cada município<sup>38</sup>.

Assim, no município de São Miguel era proibida a criação de gado solto – "é proibido... gado solto neste município pelo prejuizo que causa às lavouras" (Resolução nº 51 de 18-5-1846, reafirmada em períodos posteriores mediante outras Posturas) – mas em Coruripe, ocorria o contrário: "o território de que se compõe o município de Coruripe é destinado à cultura e criação solta dos animaes das especies vacuum e cavalari e mular, exceptuam-se:

---

<sup>35</sup>A existência de povoados com a denominação Curral parece estar, na área estudada, associada ao gado. Tratava-se de paradores e locais de descanso das boiadas. Esse caráter de local de descanso da boiada foi descrito em entrevista realizada com o Senador Teotônio Vilela, que percorreu essa área como vaqueiro.

<sup>36</sup>No que diz respeito à formação de vilas e cidades, reproduzimos as palavras de Oliveira Vianna: "A formação das vilas e cidades é sempre um ato de iniciativa oficial das autoridades da metrópole, governadores da capitania, governadores gerais, e não da iniciativa do povo" (Oliveira Vianna, 1949, pp. 119-120).

<sup>37</sup>Embora não chegassem a se constituir em "aldeias", como alguns autores colocam (Cf. Smith, 1967), consideramos que o surgimento espontâneo desses aglomerados não pode nos levar a ignorar sua existência e a desconhecer seu papel no processo de urbanização, pelo simples fato de não contarem com o reconhecimento legal.

<sup>38</sup>Com relação às Posturas Municipais, torna-se necessária uma ressalva. Até 1876 foram compiladas todas as resoluções municipais, cuja preservação nos permitiu observar a especialização entre os municípios e até no interior dos mesmos. A partir daquela data, porém, só foram compiladas as resoluções que se tornaram decretos ou leis. Com essa exclusão de informações, não nos foi possível a análise das resoluções posteriores.

- 1º – os territorios dos engenhos São João da Rocheira, Periperí, Bicas e adjacentes: Riacho Cana Brava, desde sua foz até o fim do município em que é prohibida a criação solta.
- 2º – no terreno das várzeas do rio Coruripe é prohibida a criação solta dos animais” (Código de Posturas de Coruripe. Aprovado por Decreto III de 7/1871).

Com a leitura da Postura anterior é possível deduzir que essa especialização alcançava o interior de cada município, onde a coexistência entre agricultura e criação também era regulamentada.

Nas áreas agrícolas, as terras dedicadas à criação deviam ser obrigatoriamente cercadas: “a criação e conservação do gado vacuum, cavallar e lanigero será permitida tão sómente dentro de cerca nos logares destinados para lavouras” (Resolução nº 51, de 18-5-1846 (CII 325), Art. 42, São Miguel). O inverso ocorria nas áreas dedicadas às *colônias* : “Os que plantarem em logares destinados a criação serão obrigados a fazer cercas de 10 palmos de altura” (Resolução nº 271 de 21/4/1855 (C. IIII-429). Art. 64, São Miguel (Compilação de Leis Municipais, 1874).

Retomando o tema que vínhamos focalizando, os pequenos produtores se encontravam instalados, até períodos recentes, nas terras consideradas não aptas para a cana, áreas de tabuleiros que, como foi possível assinalar, eram divididas com o gado. Ao instalar-se, os engenhos e as usinas monopolizavam as terras mais férteis da área, baixas e úmidas. A exceção era a beira da praia, área ocupada pelos pequenos produtores que plantavam principalmente coco, alternando esse cultivo com produtos de pequena produção. Essa situação secular modificou-se com a incorporação dos tabuleiros ao cultivo da cana, que significou uma nova reordenação do espaço e afetou tanto a área ocupada pelo gado quanto a da pequena produção, onde estava instalado o *povo dos sítios*.



---

## Capítulo 3: Política do Estado, Expansão Canavieira e Reordenação do Espaço

### 1. Políticas de "Modernização"

A "descoberta" da produtividade dos tabuleiros existentes na área estudada, mediante a introdução de fertilizantes químicos, é atribuída a um usineiro de origem pernambucana que, por volta de 1950, adquiriu a usina Sinimbu, uma das primeiras instaladas na área, conforme já mencionamos (Loureiro, 1970, pp. 244-245; Correia de Andrade, 1959, p. 55).

Essa experiência pioneira foi seguida, na mesma década, pela usina Coruripe, também já existente, e, de forma um pouco mais lenta, pelos fornecedores de cana da Área (entre eles antigos proprietários de engenhos). Quando a cana ocupou os tabuleiros, os grandes proprietários aumentaram a área dedicada a esse cultivo através da aquisição de novas parcelas. Esse processo, inicialmente um tanto lento por causa dos altos custos exigidos pelo desmonte dos tabuleiros, resultou com o correr dos anos em grande expansão do cultivo e na ocupação total dos tabuleiros ali existentes.

Houve então um aumento significativo da produção de cana<sup>39</sup>, fato que se refletiu no número de usinas instaladas na

---

<sup>39</sup>Área de cultivo da cana no estado (em hectares)

safrá 1960/61	67.345
safrá 1970/71	113.630
safrá 1976/77	251.175
safrá 1982/83	366.175

área estudada. Embora a primeira delas – se considerarmos como referência a incorporação dos tabuleiros ao cultivo da cana – date do fim dos anos 50 (usina Triunfo, município de Boca da Mata), cinco novas usinas se instalaram entre os anos de 1973 e 1974. A elas se acrescentam as destilarias de álcool e mais cinco destilarias autônomas, instaladas a partir de 1978<sup>40</sup>.

O aumento do número de usinas, sua dimensão em termos de capacidade produtiva e o número de destilarias são elementos significativos das características que a expansão do cultivo da cana assumiu na Área. Os tabuleiros do sul do estado se tornaram a “meca” de fornecedores e usineiros, tanto do próprio estado quanto do vizinho Pernambuco, que ali compraram terras e se instalaram (mapa da área canavieira e localização das usinas e destilarias, Anexo V).

Esse processo foi induzido pela ação específica do Estado, através do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), condensada no chamado Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira, iniciado com a Lei nº 5654 de 14/5/1971, que reformulou leis anteriores. Modificou-se assim, substancialmente, a política de intervenção no setor.

Em outras palavras, esse Programa objetivava reformular a política de produção açucareira, aumentando a produtividade do

---

A expansão da área ocupada também se reflete quando se compra a produção nas diferentes safras. As que tomamos como índices referem-se ao período inicial da ocupação dos tabuleiros, enquanto as duas últimas se relacionam ao período da plena expansão (1976/77 e 1982/83).

	1960/61	1976/77	1982/83
Cana moída (em toneladas)	3.030.513	14.497.726	21.970.548

FONTE: Relatório da ASPLANA – Informes de Safras.

Os dados mencionados se referem à produção do estado em seu conjunto; na safra de 1982/1983, 35 unidades industriais – entre usinas e destilarias – eram responsáveis pela produção total do estado. Pouco mais de 27% desta produção advinham de cinco usinas, estabelecidas na área estudada: Coruripe, Seresta, Sinimbu, Triunfo e Porto Rico.

<sup>40</sup>As cinco usinas são: Guaxuma (município de Coruripe); Seresta (município de Junqueiro); Porto Rico (município de Campo Alegre); Roçadinho (município de São Miguel, limite com Roteiro); Sumauma (município de Marechal Deodoro). As destilarias autônomas: Pindorama (município de Coruripe); Camaçari (município de Coruripe); Paise (município de Penedo); Marituba (município de Igreja Nova); Roteiro (município de Roteiro).

setor e reduzindo os custos. O recurso utilizado era o estímulo às unidades industriais – usinas – dotadas de maior capacidade de produção (Szmrecsányi, 1979, p. 296). A lei aumentou e tornou flexível o limite de produção total fixado para o conjunto do país, que passou a ser fixado segundo a demanda dos mercados interno e externo.

O limite global de produção para o conjunto do país, que até então era fixado para cada estado produtor (Szmrecsányi, 1979, p. 295) também foi modificado. A partir da nova lei, o país foi dividido em duas grandes regiões produtoras – norte-nordeste e sul-sudeste –, estabelecendo-se para cada uma delas um limite de produção.

As metas finais do programa foram consolidadas mediante uma série de decretos complementares, que se sucederam à lei de forma quase imediata. O decreto nº 1186, de 27/8/1971 é, sem dúvida, o de maior relevância entre eles, por causa da repercussão que teve na área estudada. Ele se refere à realocação, fusão e incorporação de usina<sup>41</sup>. A realocação se refere ao

---

<sup>41</sup>Decreto nº 1186, de 27/8/1971.

\*Concede estímulos à fusão, incorporação e realocação de unidades industriais açucareiras e dá outras providências. O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º – As empresas açucareiras que promoverem fusão, incorporação ou realocação de suas unidades industriais, na forma deste Decreto-lei, farão jus aos incentivos fiscais e financeiros previstos nos Decretos-leis nº1.137, de 7 de dezembro de 1970, e 1.182, de 16 de julho de 1971.

Art. 2º – Serão concedidos estímulos financeiros aos fornecedores de cana que, nas condições previstas neste Decreto-lei, incorporarem novas cotas de fornecimento às cotas de que já são titulares.

Art. 3º – Os encargos decorrentes do disposto nos artigos 1º e 2º deste Decreto-lei correrão à conta dos recursos previstos no item II do art. 5º do Decreto-lei nº 308, de 28 de fevereiro de 1967 e de outros recursos definidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 4º – O Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool poderá autorizar fusão, incorporação ou realocação de unidades industriais açucareiras, com as respectivas cotas oficiais de produção, situadas na mesma região geoeconômica.

§ 1º – Somente será autorizada a realocação de unidades industriais que tenham cota oficial mínima de 400.000 sacos de açúcar.

§ 2º – As cotas de fornecimento de cana que não possam ser aproveitadas em consequência das operações referidas neste artigo serão indenizadas e passarão a pertencer a quem arcar com o ônus da indenização, desvinculadas dos fundos agrícolas originais, nos valores e condições fixadas pelo Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool.

translado espacial das usinas. Em outros termos, o decreto (artº 4) estimula o deslocamento das usinas já existentes para áreas que, embora situadas dentro da mesma região (conforme estabelecido pela Lei nº 5654), fossem consideradas mais favoráveis em termos de ecologia e de infra-estrutura.

Ao mesmo tempo, foi incentivada a fusão de usinas, com absorção das quotas de produção e conseqüente concentração em termos de grandes empresas. As usinas que produziram menos de 400.000 sacos de açúcar por ano foram chamadas a incorporar quotas de outras usinas, ou fundir-se com outras de maior produção, processo mais freqüente. O decreto estabelecia que só seria permitida a realocação de usinas que tivessem uma produção maior do que o limite mínimo então estabelecido.

---

Art. 5º - O Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool poderá autorizar a transferência de cotas de fornecimento de cana entre fundos agrícolas, pertencentes ou não ao mesmo proprietário.

§ 1º - Para efeito deste artigo, as cotas de fornecimento serão desvinculadas dos fundos agrícolas originais.

§ 2º - Se o cedente da cota transferida utilizar terras arrendadas será exigida a concordância do proprietário.

§ 3º - Os fundos agrícolas que receberem cotas de fornecimento transferidas deverão ter capacidade para produzir a quantidade de canas correspondentes.

Art. 6º - Nos casos em que a aplicação no Norte-Nordeste, das operações previstas neste Decreto-lei resultar em liberação superior a 10% (dez por cento) da mão-de-obra efetivamente empregada, poderão ser utilizados os recursos previstos no Decreto-lei nº1.179, de 6 de julho de 1971, na execução de projetos de diversificação agrícola que contemple a absorção da mão-de-obra liberada.

Art. 7º - Os preços de cana e do açúcar poderão ser unificados em todo o País.

Parágrafo único - Os recursos destinados à execução da política decidida nos termos deste artigo serão constituídos por suprimentos do Fundo Especial de Exportação e outros recursos definidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 8º - O disposto no artigo 3º da Lei nº 5.654, de 14 de maio de 1971, aplica-se aos engenhos turbinadores ou de açúcar-bruto, que hajam cessado sua atividade industrial durante 3 (três) safras consecutivas, a partir de 1968-1969.

Art. 9º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições dos artigos 81, 82, 83, 84, 85 e 86, com suas alíneas e parágrafos do Decreto-lei nº 3.855, de 21 de novembro de 1941 e alínea "a" do artigo 32 da Lei nº 5.508, de 11 de outubro de 1968, bem como as demais disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1971; 150º da Independência e 83º da República."

Em resumo, o conjunto de medidas definidas pelo decreto-lei beneficiava as usinas detentoras de maior capacidade de produção. Os financiamentos tanto podiam destinar-se à compra de terras quanto à isenção de impostos de importação das máquinas necessárias ao processo agroindustrial (Decreto-lei nº 1137, de 27/12/1970). Havia, ainda, a concessão de empréstimos para a aquisição desses implementos.

A efetivação desses financiamentos só foi de fato possível com os recursos provenientes do Fundo Especial de Exportação, criado em 1967, conforme artigo nº 28 da Lei 4870 de 1/12/1965, com o objetivo de proteger a indústria açucareira. Como tal, o Fundo se constituía no elemento de equilíbrio para o desnível até então existente entre os preços do produto no mercado interno e no internacional. Desde sua criação, e até 1972, o Fundo Especial de Exportação foi deficitário, pois, para compensar o desequilíbrio existente, subsidiava o produto destinado ao mercado interno. Foi em 1972, quando ocorreu uma alta súbita no preço do açúcar no mercado internacional, que o Fundo começou a operar com superávit, também inusitado<sup>42</sup>.

Nesse momento, contando com saldos positivos provenientes de nova situação, o IAA avaliou estar em condições de reverter esse lucro aos produtores, tornando efetivo o Programa de Racionalização. Iniciou então, no setor, um programa de reinversão definido pelo Decreto-lei nº 1266, de 26/3/1973, que orienta a destinação aos lucros do Fundo Especial de Exportação. Atos complementares a esse decreto-lei explicitam que os financiamentos alcançariam a expansão das áreas canavieiras, assim como a aquisição de fertilizantes. Para tornar possíveis essas medidas, os financiamentos seriam feitos a juros baixos, a longo prazo e com isenção de correção monetária (Szmrecsányi, 1979, pp. 305-6).

O conjunto de medidas que compõe o Programa de Racionalização, embora não elaborado e orientado especificamente para a área estudada, teve ali repercussões que direcionaram e mudaram o caráter do processo de expansão canavieira que vinha ocorrendo.

---

<sup>42</sup>Usineiros e fornecedores de cana confirmam reiteradamente os dados oficiais do IAA, segundo os quais a cotação do açúcar passou de 200 dólares por tonelada em 1972 para 1.500 dólares no ano seguinte.

A existência de grandes extensões de terras planas e "livres da cana" facilitava a mecanização, garantindo assim aumento de produtividade com redução de custos, metas do referido programa. Por isso, a área estudada tornou-se, dentro da região norte-nordeste, um local privilegiado para essa política.

Assim incentivados, os usineiros do norte de Alagoas e de Pernambuco, bem como outros proprietários particulares, adquiriram terras na Área. Com os benefícios concedidos, se instalaram, entre os anos 1973/4, as cinco usinas mencionadas. Entre elas, a usina Roçadinho foi um caso de realocação de unidade já previamente instalada em Pernambuco. Outras duas (Porto Rico II e Seresta) foram deslocadas desde a região canavieira do norte do estado, sendo que a última representou também a fusão de duas usinas existentes naquela região. As outras duas – Guaxuma e Sumauma – pertenciam a proprietários de usinas do norte do estado que instalaram novas unidades industriais na Área.

Esse programa alcançou as usinas já existentes, entre as quais também ocorre, a partir dele, um processo de concentração. A usina Triunfo absorveu uma congênere do norte do estado, aumentando dessa maneira sua quota de produção e assegurando, portanto, os financiamentos. As demais usinas que já contavam com uma capacidade produtiva maior do que a exigida, também foram beneficiadas com o que localmente se denomina "modernização". Foi através desses financiamentos que elas ampliaram sua produção da cana e introduziram mudanças na tecnologia industrial e agrícola<sup>43</sup>.

Essa "modernização" se refletiu num aumento significativo da capacidade produtiva das usinas. Como já foi mencionado, na safra de 1982/83, 27% da produção total do estado provinham de apenas cinco usinas, todas elas instaladas na área estudada.

---

<sup>43</sup>Tomando como exemplo a microrregião dos Tabuleiros de São Miguel, observa-se aumento significativo no emprego da maquinaria no setor agrícola entre os anos de 1970 e 1980.

---

	Tratores	Arados mecânicos	Máquinas colhedoras
1970	88	104	6
1980	1.195	724	152

---

FONTE: FIBGE, Censos Agropecuários 1970-1980.

Considerando como referência um mínimo de um milhão de toneladas de cana esmagada, na safra 1984/85, quatro (Coruripe, Triunfo, Sinumbu e Caeté) das seis usinas que superaram essa produção se encontram na área estudada. Embora algumas grandes usinas, inclusive a segunda em termos de produção, se localizem fora da Área, é sem dúvida ali que se encontram as grandes e, entre elas, a usina Coruripe, que detém a maior produção do estado<sup>44</sup>.

Um levantamento efetuado para avaliar os efeitos do Programa de Racionalização revela que, na região norte-nordeste, foram desativadas 43 usinas, três delas localizadas em Pernambuco, 23 em Sergipe e uma em Alagoas. No entanto, nenhuma das usinas da área estudada foi atingida por essa medida (Szmrecsányi, 1979, p. 297). Esse informe reforça o que acabamos de afirmar: na área estudada se assiste a uma concentração daquelas empresas consideradas passíveis de "modernização" ou, em outras palavras, de grandes empresas.

As usinas beneficiadas pelo Programa de Racionalização beneficiaram-se da concessão de financiamentos para estimular a instalação de destilarias anexas, voltadas para a produção de álcool anidro.

A instalação de destilarias autônomas foi incentivada a partir de 1975 (Szmrecsányi, 1979, pp. 314-315). Nessa ocasião houve grande baixa no preço do açúcar no mercado internacional, mas a crise do petróleo levou o Estado a incentivar a produção de cana como alternativa energética: é a época de instalação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), definida pelo Decreto nº 76.583, de 14/11/1975.

A área estudada teve lugar de destaque no estado, uma vez que as usinas ali existentes continuaram aumentando as áreas plantadas com cana, mas não apenas para a produção de açúcar. Como produtoras de matéria-prima para o álcool combustível, foram beneficiadas com os novos financiamentos do Proálcool. A totalidade das usinas ali existentes passou a contar com destilarias anexas, situação que não se repete no restante do estado (Asplana, informe de safra, 1984/85).

---

<sup>44</sup>A usina Coruripe alcançou uma produção de dois milhões de sacos de açúcar (de 50 kg) na safra 1984/85 (ASPLANA, Informe de Safras, 1984/85).

O incentivo governamental não se reduz à instalação de destilarias anexas, pois o Proálcool estimulou a criação de destilarias autônomas<sup>45</sup>. De um total de nove unidades deste tipo atualmente existentes em todo o estado, cinco, como já vimos, encontram-se na área estudada<sup>46</sup>.

A instalação de destilarias autônomas só era permitida em áreas que não competissem por matéria-prima com as usinas já instaladas. No entanto, é possível observar, na área, que as destilarias e as usinas pertencem aos mesmos proprietários – ou então a grupos ligados a diferentes usinas – que continuaram se beneficiando do novo programa e aumentando, portanto, o volume de produção.

A área estudada tornou-se importante centro de produção de açúcar e álcool dentro do estado, situação que contribuiu para que Alagoas passasse a ser o primeiro produtor de cana da região, superando Pernambuco<sup>47</sup>.

<sup>45</sup>A percentagem de cana esmagada em cada safra para a produção de álcool é crescente, como se vê abaixo:

Total de Canas Esmagadas Segundo a Finalidade

Safras	Açúcar	Álcool
1979/80	79,9%	20,1%
1982/83	69,9%	30,8%
1984/85	63,3%	36,7%

OBS.: Somente a partir dos dados da safra de 1979/80 é que se começou a discriminar a produção de acordo com sua destinação (ASPLANA, Informes de Safra, 1979/80).

<sup>46</sup> As duas primeiras destilarias autônomas da área estudada foram instaladas na safra de 1978/79. A destilaria Camaçari, pertencente à usina Coruripe, é a maior produtora do estado (ASPLANA, Informe de Safra, 1984/85)

<sup>47</sup> A partir da safra 1980/81, Alagoas ultrapassa Pernambuco e assume a condição de primeiro produtor de cana da região, como se pode ver abaixo:

Safras	Canas moídas (em toneladas métricas) sem especificação da destinação açúcar ou álcool	
	Pernambuco	Alagoas
74/75	13.559.052	11.022.307
75/76	12.749.874	9.738.091
76/77	15.895.399	14.497.726
77/78	16.157.917	14.591.028
78/79	16.505.576	14.544.738
79/80	15.788.140	14.599.254
80/81	17.197.287	17.667.988
81/82	16.119.731	19.330.784
82/83	18.893.413	21.970.548

FONTE: IAA – Informes de Safras

## 2. O Espaço Atual

A expansão do cultivo de cana nos tabuleiros teve como condição necessária a destruição sistemática da mata que os recobria em grande parte. Quem percorresse essa área através da estrada nacional, que a atravessa em direção norte-sul, teria em 1970 como visão permanente as matas em ambos os lados do caminho. Hoje, o mesmo viajante, atravessando o mesmo local, defrontar-se-á com uma paisagem totalmente diversa. Se as matas impediam então a visão do horizonte, hoje sua ausência total permite que apareçam claramente os tabuleiros, configurados como imensas extensões – “planícies” – que se perdem na distância. Em meio às planícies cobertas de cana mantêm-se apenas alguns restos de mata que servem como quebra-ventos, protegendo as plantações e separando a cana em “partidos”. A extensão dos tabuleiros e sua ocupação pela cana é expressa, na Área, como um “mar de cana”. O produto cana domina a paisagem, mesmo quando sua continuidade é interrompida por algumas clareiras nas quais se localizam parte das construções pertencentes às grandes propriedades e usinas recentemente instaladas.

Descendo dos tabuleiros em direção aos vales que os cortam, ainda é possível observar alguns poucos núcleos de árvores a cuja sombra se acolhem grupos de casas. Trata-se dos *sítios* que indicam a presença de pequenos produtores. A expansão da cana – operada em escala desproporcional quando comparada à pequena produção – reduziu consideravelmente a presença dos *sítios* na Área. A título de ilustração, podemos mencionar que a Prefeitura Municipal de Junqueiro registrava, em 1970, 11 propriedades dedicadas ao cultivo da cana (*fazendas*) e 35 *Sítios* e povoados, isto é, áreas de pequenos produtores que não cultivavam cana. No ano de 1980, essa situação mudava radicalmente: apenas 15 *Sítios* continuavam sendo áreas predominantes de pequenos produtores, enquanto 20 outros já se encontravam cobertos pelo cultivo da cana, integrados às 32 fazendas computadas para então (Anexo nº 6)<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> A reordenação do espaço e suas implicações estão sintetizadas nesta declaração de um integrante do *povo dos sítios* que sempre residiu no município de Junqueiro e tem atualmente 70 anos: “Antigamente só plantava

A expansão da cana sobre os tabuleiros resultou também no deslocamento do gado. Foram afastados até mesmo os rebanhos que eram criados em municípios considerados, na Área, como dedicados a essa atividade<sup>49</sup>. Apesar do grosso dos rebanhos ter-se deslocado para outras áreas, houve propriedades que mantiveram algumas cabeças, embora em número reduzido. Estes animais pastam em parte dos vales e das ladeiras suaves, espaços que anteriormente constituíam áreas privilegiadas para o cultivo da cana.

Atualmente também se encontram nos vales construções pertencentes aos antigos engenhos e a usinas de várias idades, que absorveram propriedades anteriormente existentes e mantiveram nesses locais seu ponto de assentamento. Entretanto, é fundamentalmente nos tabuleiros, formando clareiras entre as grandes extensões de cultivo de cana, que se encontram localizadas as sedes da maior parte das novas usinas, assim como as construções pertencentes às novas propriedades dos fornecedores de cana.

Localizados ao longo dos caminhos e cercados pela cana, formando clareiras, é que se encontram esses agrupamentos de construções, algumas delas destinadas a moradias. Estas são quase sempre iguais e geminadas, situadas em uma única fileira ou em ambos os lados dos caminhos, uma em frente à outra. Embora o número dessas construções varie de propriedade para propriedade, elas dificilmente chegam a ser mais de dez. Como se encontram localizados nos tabuleiros, esses conjuntos estão construídos em terreno plano e se encontram todos no mesmo nível.

A proximidade das árvores em relação às residências é um elemento que evidencia a presença, na Área, dos antigos

---

cana nas vargens, na chã não. Eles (grandes proprietários) não sabiam da chã, né? Isso era mata. Aí foi quando seu X comprou a usina (Sinimbu), aí passou a plantar cana nas chãs, deixaram agora as vargens para o gado, só plantam nas chãs, e a gente não tem onde plantar".

<sup>49</sup>Um exemplo ilustrativo do deslocamento dos rebanhos como decorrência da expansão da área ocupada pela cana é o de Anadia, tradicionalmente considerado, como vimos, município de criação. É bastante significativa a seqüência fornecida pelos Censos: em 1950, havia ali 15.199 cabeças de gado bovino; em 1970 esse número se reduziu para 6.444, ascendendo novamente para 8.909 cabeças em 1975 e 8.364 em 1980 (IBGE, Censos Agropecuários 1950, 1970, 1980 e Censo Econômico, 1975).

engenhos, pois as novas propriedades não têm árvores. Essa ausência parece estar ligada não apenas à instalação recente de algumas dessas propriedades, mas também a um novo tipo de organização espacial.

Formando parte desse conjunto encontram-se os *galpões*, construções maiores que as residências. A expressão *galpão* designa tanto os depósitos onde se guarda maquinaria, sementes e fertilizantes, quanto os locais que servem de alojamento aos trabalhadores, especialmente àqueles que chegam em grande número na época do corte da cana. Essas construções são usadas para um ou outro fim, de acordo com as necessidades, mas às vezes existem diferenças entre os dois tipos de *galpão*. Aqueles destinados a abrigar materiais e maquinarias não têm janelas e dispõem de paredes e de um portão. Os destinados a alojar trabalhadores, por sua vez, embora não tenham piso e geralmente não possuam divisões internas, podem ter paredes construídas com canas cruzadas, para permitir alguma ventilação. Quando existem, as divisões são geralmente feitas do mesmo precário material das paredes e são levantadas pelos próprios trabalhadores, que conseguem assim um isolamento relativo para suas famílias quando com elas se deslocam.

Nas casas residem o empregado (administrador) e, às vezes, alguns trabalhadores fixos. O armazém pode ser um quarto acrescentado à casa do administrador ou uma outra construção que, embora situada ao lado, fica separada da casa.

As construções destinadas a residências, arquitetonicamente iguais entre si, são constituídas pela parte construída e um alpendre na frente. A casa destinada à residência do administrador segue o mesmo padrão, mas é maior, possui mais quartos e, embora situada na mesma fileira, se encontra separada das demais. Forma parte da casa o *terreiro* (atrás da casa), local onde se realizam as atividades domésticas, como a lavagem de roupa, dos utensílios de cozinha e até mesmo das pessoas. O espaço ocupado por esse *terreiro* não alcança uma extensão superior a cinco metros e tem como limite a própria cana que, chegando até lá, impede a criação de aves potencialmente capazes de provocar prejuízos à lavoura.

Esses núcleos de construções põem em evidência a presença de fazendas, como são denominadas as grandes propriedades produtoras de cana. Mas é impossível distinguir visualmente quais

dentre elas pertencem a proprietários particulares (fornecedores) e quais pertencem às usinas. A única exceção é o núcleo de construções que, embora seguindo o mesmo padrão, se encontra localizado próximo à fábrica, cuja presença é por si só reveladora.

Da mesma forma que nas usinas antigas, no núcleo constitutivo das novas usinas se encontram construções destinadas à moradia do gerente e do pessoal hierárquico, assim como casas ocupadas pelos próprios trabalhadores.

De forma geral, nas novas propriedades não se observa uma construção destinada à residência do proprietário, pois este geralmente mora na capital do estado ou em uma cidade qualquer da Área. Entre as novas usinas, existe um único caso em que a residência do proprietário se encontra no local. Este, embora pareça constituir um caso limite, porque único, é revelador do novo padrão de assentamento.

Essa usina – Seresta – diferentemente das restantes, não está dividida em fazendas mas apenas em lotes e, em conseqüência, não possui núcleos de construções nos lotes que compõem a propriedade. O único núcleo ali existente localiza-se nas proximidades da unidade fabril, onde também se encontra a residência do proprietário. Não existe ali, porém, nenhuma construção destinada a trabalhadores, sejam eles da parte agrícola ou industrial. Estes últimos residem no aglomerado de Feira Nova, situado no limite das terras da propriedade, a cinco quilômetros da sede. É de lá que, em caminhões, os trabalhadores se deslocam diariamente para o trabalho na fábrica.

É freqüente que não apenas as usinas mas também os proprietários particulares possuam mais de uma propriedade. Às vezes, embora não estejam situadas de forma contígua, as construções se encontram concentradas em uma das fazendas. Nesses casos, as máquinas e os homens se deslocam de uma para outra, na medida do necessário.

Assim, pois, se observa uma redução e às vezes até a ausência de construções destinadas à moradia, pois estas foram deslocadas desde o interior das propriedades até seus limites externos.

As propriedades pertencentes a engenhos e usinas antigos mantêm o padrão anterior de organização espacial. Todavia, percorrendo-os, fica evidente que as casas que serviam de residência aos trabalhadores e que, no passado, se encontravam

dispersas na propriedade, já não existem. As que ainda permanecem de pé foram convertidas em taperas, por ficarem desocupadas. Ao mesmo tempo, aquelas que se encontravam concentradas em torno da antiga *casa grande* foram destruídas ou, quando ainda existem, são em número bem reduzido. No caso das antigas usinas, as residências dos trabalhadores agrícolas são poucas e foram deslocadas do núcleo próximo à fábrica para as margens dos caminhos. Foram agrupadas nos tabuleiros, constituindo unidades geminadas, seguindo o padrão já descrito para as novas propriedades.

A expansão da área ocupada pelo cultivo da cana se fez sobre as terras planas, o que, sem dúvida, favoreceu a mecanização. Na realidade, problemas técnicos e financeiros impediram uma difusão homogênea desse processo. Por isso, a mecanização não chegou a diminuir a demanda por trabalhadores, que, em algum nível, acompanhou a expansão do cultivo da cana.

Tomando como exemplo a microrregião dos Tabuleiros de São Miguel dos Campos, se observa que o pessoal ocupado nos estabelecimentos registrados na Área passou de 16.965 para 34.654 entre os anos de 1970 e 1980 (FIBGE, Censo Econômico 1970, p. 154; 1980, p. 212).

Esse aumento no número de trabalhadores incorporados ao processo agrícola, porém, não significou a fixação dos mesmos no interior das propriedades. Nesse sentido, o número reduzido de moradias dentro das propriedades – e, em alguns casos, sua completa ausência – revela que não apenas os novos trabalhadores, mas também os antigos residentes moram fora das propriedades<sup>50</sup>. Estes últimos já não estão mais diretamente ligados a um proprietário em particular, e sim a empreiteiros,

---

<sup>50</sup>Nos censos, o item "domicílios cedidos" registra, nas áreas rurais, fundamentalmente as casas colocadas à disposição dos trabalhadores e situadas dentro dos limites das propriedades. No caso da microrregião de Tabuleiros de São Miguel dos Campos, essa rubrica representou 54% dos domicílios registrados em 1970 e 55% em 1980 (IBGE, Censos Agropecuários de 1970 e de 1980). Ora, a instalação, nesse intervalo, de usinas e destilarias de álcool provocou a incorporação de grande número de operários fabris, geralmente, fixados dentro das propriedades (a usina Seresta é exceção). Assim, podemos inferir que, apesar do pequeno aumento percentual acima exposto, a maior parte dos trabalhadores agrícolas passou a residir fora das propriedades.

intermediários que contratam o trabalho para as diversas propriedades.

A esses trabalhadores se acrescentam, ainda, aqueles que, provenientes de outros lugares, chegaram à Área em busca de ocupação. Em 1980, cerca de 50% dos habitantes da microrregião dos Tabuleiros de São Miguel dos Campos eram constituídos de migrantes. Desse total, cerca de 76% chegaram à microrregião entre 1970 e 1980 (FIBGE, Censo Demográfico 1970, 1980).

Os trabalhadores que chegaram e os já residentes na Área concentram-se hoje nos aglomerados urbanos que, naturalmente, cresceram durante o processo. Entre esses aglomados, ocupa lugar de destaque o de Feira Nova.





1. O Seu Crescimento

Nos últimos 15 anos, a população das cidades tradicionalmente existentes na área estudada aumentou por causa da afluência de trabalhadores, provenientes de outras áreas e atraídos pelas oportunidades de trabalho. Essa massa somou-se aos antigos *moradores* ou pequenos produtores locais que foram forçados a transferir-se, no âmbito da própria área, para as cidades.

Esse acréscimo de população aparece de forma manifesta quando se analisam os censos dos anos 1970 e 1980. A microrregião dos Tabuleiros de São Miguel dos Campos apresenta nesse período um aumento demográfico de 52%, índice que a destaca e diferencia em relação às demais microrregiões do estado, inclusive aquelas tradicionalmente canavieiras. A população da microrregião Litoral Norte, por exemplo, aumentou em 34% na mesma década<sup>51</sup>.

51

Microrregiões	Populações segundo microrregiões		%
	1970	1980	
Tabuleiros São Miguel dos Campos	82.329	125.591	52
Maceió	343.852	502.682	46
Arapiraca	245.827	335.339	44
Litoral Norte	88.247	118.339	34

Tais dados confirmam a condição de pólo de atração da microrregião estudada. Mas o crescimento ali verificado não se distribuiu de forma homogênea pelos municípios da Área. A população de Junqueiro, por exemplo, cresceu 107%, enquanto São Miguel e Coruripe apresentaram índices em torno de 36 e 53% respectivamente<sup>52</sup>.

É precisamente no município de Junqueiro que se encontra localizado o aglomerado urbano de Feira Nova, que surgiu e cresceu durante esse período. Embora seus habitantes ainda figurem no Censo de 1980 sob a rubrica de "população rural" – o que dificulta o trabalho com esta fonte –, Feira Nova é o centro urbano mais expressivo em termos locais. O número de trabalhadores que ali habita, o processo de sua constituição, sua localização e composição social (trabalhadores assalariados, empreiteiros que os recrutam, *ex-moradores* e pequenos produtores) a transformam em um centro privilegiado para o estudo de, pelo menos, dois processos que aparecem combinados: o da expansão demográfica ligada à expansão do cultivo da cana na área e o das transformações sociais que ali ocorreram.

Em termos administrativos, o aglomerado de Feira Nova não tem existência reconhecida, permanecendo dependente de Junqueiro, cidade-sede do município de mesmo nome. No entanto, os habitantes locais destacam haver um reconhecimento prático da existência do aglomerado, citando como exemplo o fato de que, nas eleições de 1982, a Prefeitura instalou quatro urnas no local.

Sertão alagoano	88.676	116.650	31
Batalha	116.853	119.273	19
Penedo	77.657	84.421	8
Palmeira dos Índios	156.977	164.082	4
Mata alagoana	337.711	336.405	0,03

FONTE: FIBGE – Censos demográficos 1970-1980.

<sup>52</sup>A título ilustrativo, pode-se mencionar o crescimento da população nos municípios pioneiros (e centros de expansão canavieira), comparando-o com o de Junqueiro no mesmo período:

MUNICÍPIOS	HABITANTES		%
	1970	1980	
São Miguel	29.721	40.706	36
Coruripe	27.185	41.656	53
Junqueiro	14.998	31.136	107

FONTE: FIBGE – Censos demográficos 1970-1980.

O aglomerado, que no ano de 1981 era constituído por aproximadamente 2.870 residências e 12.000 habitantes<sup>53</sup>, se limitava, 12 anos antes, a algumas poucas casas habitadas por pequenos produtores instalados no então Sítio Planta, sobre o qual Feira Nova foi assentado<sup>54</sup>.

A própria denominação do lugar (*sítio*) caracteriza a presença anterior de pequenos produtores. Não se tratava, portanto, de área canavieira. Havia ali um dos tantos *sítios*, descritos no Capítulo II, situados próximos aos engenhos existentes na Área. Especificamente, o Sítio Planta se localizava nas proximidades de dois desses antigos engenhos (Cf. Anexo 4).

As residências dos pequenos produtores se encontravam nas *chãs* situadas no início do tabuleiro. No terreno plano, o tabuleiro propriamente dito – onde hoje está o aglomerado urbano – localizava-se a área de criação, separada do Sítio Planta apenas por um travessão, ou seja, uma divisória profunda. Esta cedeu seu lugar à estrada nacional (BR-101) que atravessa o aglomerado.

A história de Feira Nova, para seus antigos habitantes, está intimamente associada à existência da feira que ali tem lugar, inaugurada, segundo eles, pelos pequenos produtores locais. A própria denominação do aglomerado é atribuída a um dos fundadores da feira, o que reforça a associação por eles estabelecida entre feira e aglomerado. Essa versão destaca a existência de várias tentativas de criar uma feira no local ao longo dos anos 60. Os sucessivos fracassos são atribuídos à resistência dos grandes proprietários (*senhores de engenho*), em cujas terras essas feiras tentaram instalar-se. Só quando a feira se deslocou para uma área usufruída pelos pequenos produtores, no

---

<sup>53</sup>Como já assinalamos, Feira Nova não foi incluída pelo FIBGE, para efeito censitário, como aglomerado urbano. Assim, sua população foi computada como "população rural do município". Por conseguinte, as informações em que nos baseamos, e que mencionamos no texto, provêm de um levantamento efetuado pela Prefeitura de Junqueiro para fins eleitorais.

<sup>54</sup>A esse respeito, disse um pequeno produtor residente no local em período anterior ao surgimento de Feira Nova: "O nome daqui não é Feira Nova; o nome é Sítio Planta. Aqui só tinha capoeira e tabuleiro, tinha pouca gente morando, tinha seu x, seu y, depois chegou o compadre xi. O compadre x fez uma casinha para venda, hotelzinho que o pessoal que passava e ficava na casa dele. Quando foi um dia diz: vou fazer uma feira neste local. Ai a feira foi crescendo e ficaram chamando de Feira Nova, mas o nome mesmo é Sítio Planta".

que é atualmente o aglomerado urbano de Feira Nova, é que conseguiu estabilizar-se.

Instalada em terras de tabuleiro, ocupadas tradicionalmente por pequenos produtores e livres da cana, Feira Nova não escapou da expansão deste produto, tornando-se, exatamente por sua localização, o principal centro de acolhimento da massa de trabalhadores que chegava à área.

As cidades tradicionais ocupam os vales e estão cercadas pelos antigos engenhos e pelas usinas, que já mantinham no passado – e continuam a manter – o monopólio das terras vizinhas. Portanto, não havia nesses centros terras livres da cana em quantidade suficiente para propiciar sua expansão e torná-los capazes de acolher a massa de trabalhadores que chegava à Área.

Mesmo no caso de grandes propriedades isoladas, situadas na orla marítima, que não seguiram o padrão de concentração dominante, os lotes resultantes de sua fragmentação destinaram-se a grupos de alta renda, interessados no lazer.

Localizadas no coração da área de expansão canavieira, mas tradicionalmente ocupadas por pequenos produtores, as terras de Feira Nova eram passíveis de ser fragmentadas para acolher a massa de trabalhadores. Sob este ponto de vista, era um aglomerado privilegiado, inclusive, em relação a Junqueiro, onde pequenos produtores também predominavam, mas enquanto sede de município, estava sob o controle político dos grandes proprietários vizinhos.

Atualmente Feira Nova tem como limites, de um lado, as terras de propriedade da usina Seresta, que se instalou no início dos anos 70<sup>55</sup> e, de outro, os *sítios* dos pequenos produtores. Grande parte desses *sítios* foi absorvida pelo aglomerado urbano, mas os remanescentes marcam os limites da cidade.

Os canaviais de propriedade da usina vizinha ao aglomerado formam uma barreira para a expansão deste, mas o mesmo não se dá com os *sítios*. Tal como ocorreu em fases anteriores, a sucessiva fragmentação destes produz lotes destinados à construção de casas, permitindo assim o crescimento do perímetro urbano. Podemos afirmar que a expansão de Feira Nova – da mesma forma que sua instalação – vem sendo possível às custas desses *sítios*.

---

<sup>55</sup>A usina começou a moer no ano de 1973.

O rápido crescimento do aglomerado e sua saturação, imposta pelos limites da usina, influenciaram o crescimento recente de novo centro, localizado nas margens da BR-101, a cerca de 20 quilômetros ao norte de Feira Nova, também em área de pequenos produtores. Em 1982 havia ali uma pequena feira, inexistente dois anos antes.

Dentro dos limites mencionados, o eixo em torno do qual gira Feira Nova é constituído pela BR-101, que a atravessa. É a partir dela que se abrem as ruas transversais, de terra, que ajudam a organizar o aglomerado em termos espaciais. A "pista", como se denomina a estrada, é o principal ponto de referência dos habitantes e é em torno dela que sua vida se organiza. Há "vendas" improvisadas por *moradores* em todo o aglomerado, inclusive nas margens da estrada, mas é neste local ou próximo a ele que se concentram as casas comerciais de maior importância: o armazém de artigos em geral, casas de móveis, de artigos eletrodomésticos, os bares, as padarias, as cinco farmácias, assim como os locais de diversões (cinema, discoteca e circos que se instalam eventualmente). Ali também se localizam as três hospedarias – os *hotéis* –, o posto de gasolina, o grupo escolar, a igreja e o mercado. É em torno desse mercado público municipal, fundado em 1983 ao lado da estrada, que tem lugar a feira semanal.

Embora presente em ambos os lados da estrada, o comércio se concentra à esquerda de quem viaja no sentido norte-sul. Para ali é que a cidade se expandiu. Instalados mais recentemente, também estão nessa área, a uma quadra da estrada, o supermercado e a delegacia sindical. À direita, zona diretamente limitada pelos *sítios* dos pequenos produtores, encontram-se a igreja, o grupo escolar e poucas casas comerciais.

Também na proximidade da estrada localizam-se as residências dos comerciantes, que se destacam das outras construções pelo uso de ladrilhos e a pintura das fachadas. São exceção num conjunto indiferenciado e uniforme de residências. Para essa indiferenciação contribui também a falta de designações para referir-se aos diferentes pontos do aglomerado, fato revelador de sua homogeneidade social. A única orientação é dada pela "pista". Não existem outras ruas, apenas passagens entre as casas, e, tampouco se pode falar da existência de bairros dentro do aglomerado. É verdade que tal situação pode mudar, inclusive

porque a usina limítrofe adquiriu uma parcela de terra, à margem da estrada, para construir um conjunto de casas destinadas aos seus operários. Mas até 1982 as obras não tinham sido iniciadas.

Assim, Feira Nova pode ser descrita como um conjunto de casas amontoadas, construídas em um terreno originalmente destinado a uma única casa dotada de grandes pátios. Com o correr do tempo e a chegada de novas famílias, esses espaços deram lugar a novas casas, cuja construção sucessiva contribuiu para a atual imagem de aperto e aglomeração. A demanda de casas é muito superior ao número existente e essa falta é permanentemente mencionada pelos habitantes locais.

As casas, construídas de adobe, têm arquitetura semelhante; em geral são geminadas, sem pátio no fundo, à exceção de algumas poucas que puderam conservá-lo. O alto preço do lote urbano em relação aos poucos recursos da massa de habitantes também contribui para que o tipo de construção predominante seja esse.

O grande número de casas em processo de construção – a maioria das quais destinadas a aluguel – também constitui um indicador do crescimento desse centro. Essa idéia é reforçada ainda pela presença dos *hotéis*, na verdade quartos de aluguel que hospedam famílias ou grupos de até dez trabalhadores em um mesmo quarto, até que consigam recursos e oportunidade para alugar, construir ou ocupar uma casa. Nos *hotéis* se hospedam os trabalhadores que chegam a Feira Nova, atraídos pela possibilidade de trabalho. Eles nem sempre permanecem no aglomerado, retornando às vezes a seus lugares de origem, após algum tempo de experiência. Assim, se por um lado a existência dos hotéis parece estar associada à falta de casas suficientes, por outro a residência nos mesmos constitui, para os trabalhadores, uma forma de instalação provisória e, nesses casos, a residência se torna uma maneira de internalizar as relações sociais ali imperantes. Em outras palavras, aqueles trabalhadores que se adaptam às relações que lhes são impostas, enquanto vendedores de sua força de trabalho, se instalarão de forma definitiva no aglomerado, deixando o *hotel* por uma casa, enquanto outros podem abandonar não só este pouso provisório, mas também Feira Nova.

Poços existem apenas nas casas construídas por habitantes de maiores recursos econômicos. Portanto, só eles têm garantido

o abastecimento de água, pelo menos em parte do ano. É que, mesmo nesses casos, o acesso à água não é garantido durante o verão. A massa da população depende quase exclusivamente dos caminhões-pipas da Prefeitura, que percorrem o local, casa por casa, uma vez por semana.

Além dos problemas sanitários decorrentes do armazenamento inadequado da água em tanques não apropriados, o problema do abastecimento se torna agudo durante o verão, em que se impõe o racionamento. É freqüente a falta d'água até para beber. A proximidade da usina faz com que o aglomerado esteja permanentemente coberto de fuligem, situação que agrava ainda mais o problema de higiene, acrescentando-se, ainda, o forte cheiro de *tiborna* expelido pela usina.

A aparência de amontoado, característica de Feira Nova, se vê incrementada nos dias de feira. A ela afluem compradores e vendedores de diferentes lugares, às vezes de regiões distantes, atraídos pela quantidade e a diversidade dos produtos ali oferecidos.

## 2. *Quem Reside e Quem Circula Por Feira Nova*

O rápido e constante crescimento de Feira Nova transformaram-na num centro de atração para comerciantes de diferentes ramos, que ali se estabeleceram. Embora constituam minoria dentro do conjunto da população, Feira Nova lhes garante uma atividade permanente. Alguns possuíam, inclusive, casas comerciais em outras cidades da área ou então se deslocaram de outras áreas<sup>56</sup>.

Em Feira Nova também tem residência fixa a diretora da escola pública local, assim como algumas professoras. Nos limites do aglomerado estão localizadas as residências de alguns pequenos produtores. Às vezes elas demarcam o que constitui o espaço urbano. Nestes casos, os pequenos produtores moram e trabalham nos *sítios*, mas se deslocam a pé até Feira Nova, integrando-se, portanto, na prática, à população do aglomerado.

---

<sup>56</sup>A título de ilustração, podemos mencionar que a atual casa de móveis existente em Feira Nova se mudou de Arapiraca. Uma das farmácias já existia em Maceió, de onde se trasladou, assim como a loja de eletrodomésticos que se mudou do norte do estado.

Os trabalhadores da unidade industrial da usina vizinha, assim como os empregados administrativos, também integram a população residente no aglomerado. A usina é responsável pelo aluguel das casas em que esses trabalhadores residem, assim como da estadia no *hotel* em que alguns se hospedam. A permanência desses trabalhadores no *hotel* é considerada por eles como situação transitória.

Ali estão hospedados os que esperam conseguir uma casa e os que, havendo sido incorporados recentemente à indústria, ainda ocupam uma posição transitória, seja por não terem a segurança da incorporação em forma definitiva ou por não se adaptarem às condições de trabalho que lhes são impostas.

Os assalariados incorporados às tarefas agrícolas da cana constituem o grosso da população de Feira Nova. Comparado com eles, o número de trabalhadores pertencentes à unidade industrial da usina é reduzido, mas sua presença contribui para marcar o perfil do aglomerado como lugar de concentração de trabalhadores na área.

Como já foi mencionado, entre os que hoje são assalariados da cana, alguns são "naturais" da área. Na verdade, foram pequenos produtores (e, como tais, faziam parte do *povo dos sítios*) ou então *moradores* (e, como tais, residiam nos engenhos). Finalmente, parte dos trabalhadores que vendem sua força de trabalho e que também residem em Feira Nova se deslocaram desde outras áreas. Entre estes, alguns já eram trabalhadores da cana na região norte do estado, ou então de estados vizinhos, como Pernambuco e Sergipe, enquanto outros eram pequenos produtores do agreste e do sertão de Alagoas<sup>57</sup>.

Por ser Feira Nova o local de maior concentração de trabalhadores dentro da área estudada, ali também se encontra o grosso dos *empreiteiros* que os recrutam. Durante nosso trabalho de campo, eles foram unânimes em afirmar que seu número osci-

---

<sup>57</sup>A partir do material colhido em entrevistas, podemos assinalar que tratar-se-ia de pequenos produtores que, não podendo suportar períodos prolongados de seca e/ou a expansão da pecuária que ocorrera nesse local, se deslocaram para Feira Nova. Um desses pequenos produtores disse: "Eu morava no sertão, lá tinha gado, mas tinha muitos pequenos. Agora a roça não se vê, é uma tarefa ou duas, aqui é açúcar e lá é capim, aqui é cana e lá é gado. A cana é menos ruim porque usa trabalhador, agora capim eles botam e pronto, ninguém arranja mais dinheiro".

lava em torno de 80, quantidade muito expressiva. Em Junqueiro, por exemplo, apenas três empreiteiros têm residência fixa.

Os empreiteiros não recrutam apenas os trabalhadores residentes na área, mas também os que chegam de outras regiões na época do corte da cana.

À massa que constitui a população estável de Feira Nova se agregam, pois, os trabalhadores que para ali vão, de forma temporária, em busca de trabalho. Entre eles se encontram também pequenos produtores que, para poderem se manter enquanto tal, encontram no trabalho da cana uma maneira de complementar a renda obtida em seus *roçados*. São os chamados *sertanejos*<sup>58</sup>, que já se deslocavam no passado, engrossando as fileiras dos trabalhadores de cana por ocasião do corte. A época do corte da cana, momento em que a demanda por trabalho aumenta, coincide com a época em que ocorre uma diminuição nas atividades exigidas pelos cultivos habitualmente realizados nos *roçados*, e essa combinação favorece tais deslocamentos.

Conjuntamente com os *sertanejos*, também se deslocam para o corte da cana os assalariados que não encontram trabalho em seus locais de origem ou que buscam melhores condições<sup>59</sup>.

O movimento de caminhões de transporte da cana é constante ao longo dos dias, mostrando que Feira Nova está localizada no centro de produção deste produto. Mas a intensificação desse movimento nas primeiras horas da manhã e no final da tarde – agora com gente sendo transportada – caracteriza o lugar como de concentração dos trabalhadores. É um vaivém cotidiano entre o aglomerado e as propriedades. Sua intensidade é maior durante as primeiras horas da tarde de sábado e as primeiras horas de segunda-feira, ocasiões em que também são transportados os trabalhadores que permanecem nas propriedades durante a semana e que têm em Feira Nova seu lugar de encontro.

---

<sup>58</sup>Na região norte do estado, assim como em Pernambuco, os pequenos produtores que se deslocam temporariamente para o trabalho da cana são conhecidos como "corumbas" (Correia de Andrade, 1980; Ringuelet, 1977).

<sup>59</sup>Quando entrevistados, esses trabalhadores, com suas respostas às perguntas feitas, contribuíram para destacar que nesses deslocamentos teve uma influência decisiva a relativa "abundância de trabalho" que a Área lhes oferece, em consequência da grande expansão do cultivo da cana que ali ocorre.

É aos sábados e domingos que se realiza a feira local. Nesses dias, para ali também se deslocam habitantes de centros urbanos vizinhos. A presença maciça de trabalhadores – residentes em Feira Nova que ali chegaram em caráter temporário – e de empreiteiros transforma a feira em local privilegiado para o recrutamento de mão-de-obra por parte dos grandes proprietários.

As características assumidas por Feira Nova, os grupos sociais nela presentes, assim como as diversas maneiras pelas quais eles se apresentam, contribuem para forjar um sistema complexo de relações sociais, cuja análise, em seu conjunto, excede em muito os objetivos que aqui nos propomos.

Assim, pois, para atender ao nosso propósito, centralizamos nossa análise nas relações sociais que são mantidas atualmente pelo conjunto dos trabalhadores e os grandes proprietários para os quais trabalham. Entretanto, na medida em que hoje essa relação pressupõe a mediação do empreiteiro, é necessário que nos detenhamos também, um pouco mais especificamente, nas relações estabelecidas entre estes e os trabalhadores. Consideramos que a análise dessa relação fornecerá elementos importantes para a compreensão do significado das transformações sociais que nos propomos abordar.

A massa de trabalhadores incorporados às atividades agrícolas da cana não mantém vínculos trabalhistas diretos com os proprietários. Essa relação é mediada pelo empreiteiro, recrutador por excelência da força de trabalho.

Na área estudada não encontramos uma categoria específica que designe os trabalhadores que estão nessa situação. Em Pernambuco, na área da *plantatton* canavieira, eles são conhecidos como *clandestinos*, diferenciando-se assim dos *fichados*, isto é, trabalhadores que têm carteira de trabalho assinada e, em consequência, usufruem de 13º salário, férias e repouso remunerado, conjunto de elementos incluídos na categoria dos "direitos" (Sigaud, 1977 e 1979).

Nas poucas ocasiões em que pudemos observar a utilização da categoria *clandestinos* na Área, isto sempre foi feito por dirigentes sindicais e/ou trabalhadores com experiência anterior em Pernambuco. No primeiro caso, o uso dessa categoria remete a uma linguagem tipicamente sindical, que tem origem nos encontros de dirigentes das várias regiões do país. Pela mesma razão, às vezes esses trabalhadores são designados por esses mesmos dirigentes, como *bóias-frias*, denominação que recebem no Sul do país.

A falta de uma categoria que os designe nos parece bastante significativa. Provavelmente, está ligada às relações sociais imperantes na Área. Se em Pernambuco a categoria *clandestino* existe em oposição à categoria *fichado*, na área estudada a categoria não tem significado, uma vez que ela não tem outra à

qual contrapor-se. É claro que não pretendemos afirmar que não existam de fato trabalhadores *fichados*; eles existem, mas queremos destacar apenas que essa oposição não é significativa no nosso caso.

Os empreiteiros, encarregados de recrutar os trabalhadores, normalmente se deslocam até as propriedades para oferecer serviços. No entanto, quando já possuem relação anterior com determinado proprietário, ocorre às vezes de serem procurados em casa por este último, interessado no recrutamento de mão-de-obra<sup>60</sup>.

O preço pago pelo proprietário ao empreiteiro é estabelecido em relação a determinado tipo de tarefa e, em todos os casos, é fixado previamente, mediante acordo entre as duas partes<sup>61</sup>.

Até os anos 1970, quando Feira Nova e as demais cidades contavam com um número reduzido de habitantes (fixos ou temporários) os empreiteiros tinham que ir até locais mais distantes para recrutar força de trabalho. Atualmente, porém, são os trabalhadores que se deslocam até as cidades da Área, mais especificamente Feira Nova, para oferecer serviços.

Ainda que em nível geral se possa afirmar que Feira Nova é, na sua totalidade, um lugar de recrutamento, dentro dela há lugares específicos em que essa prática se realiza. A residência do empreiteiro, as *vendas* (armazéns) que estes possuem, a feira – e, dentro dela, especificamente, os *bancos de comida*<sup>62</sup> – constituem os principais locais de recrutamento. Não menos importante

---

<sup>60</sup>As relações entre trabalhadores e empreiteiros e o significado social do empreiteiro foram objeto da análise na *plantation* de Pernambuco por Sigaud. Foi essa análise que nos forneceu os elementos necessários para compreender as relações sociais que aqui analisamos (Sigaud, 1979).

<sup>61</sup>O preço estabelecido varia segundo o tipo de tarefa a ser realizada (corte, limpeza, sementeira), assim como também as condições em que essas tarefas são realizadas (tipo de terreno, malezas, tipo de cana etc.). Existem variações também de acordo com a lei da oferta e da procura. Assim, nos períodos de maior demanda de trabalho, o preço conseguido para fazer uma mesma tarefa pode ser maior do que o estabelecido para o fim de safra ou ainda para a época do plantio, em que a oferta de trabalho é maior do que a demanda. Essa situação provoca um barateamento do preço, um "achatamento do preço", na versão dos trabalhadores.

<sup>62</sup>A importância da feira e, dentro dela, os *bancos de comida* enquanto lugares de recrutamento de trabalhadores também é assinalada para o caso de Pernambuco (Sigaud, 1979; Garcia, 1977) e para o caso do Brejo da Paraíba (Garcia, 1984).

são as esquinas, locais onde os trabalhadores se encontram à espera dos caminhões que os transportam para o trabalho.

Os caminhões, pertencentes aos grandes proprietários, são colocados à disposição dos empreiteiros. Grande parte dos trabalhadores que têm residência na Área se deslocam diariamente até as propriedades, retornando à casa no final de cada jornada, mas há aqueles que só se deslocam semanalmente, permanecendo nas propriedades durante todos os dias de trabalho.

O deslocamento diário ou semanal dos trabalhadores residentes na Área depende da distância entre os locais de trabalho e de moradia. Essa distância varia conforme a semana e o período da safra em curso, que não é completamente homogênea: algumas propriedades acabam antes o corte ou o iniciam antes, o que influencia os deslocamentos. A distância também varia conforme o empreiteiro e as relações que os trabalhadores mantêm com ele, aspecto que será analisado posteriormente.

No caso de permanecerem durante a semana nas propriedades, os trabalhadores – residentes na própria Área ou em outras áreas – são alojados nos *galpões* juntamente com os trabalhadores *sertanejos*, denominação genérica dada àqueles que permanecem nas propriedades durante todo o período da safra, quando então retornam aos seus lugares de origem. Na realidade, como vimos, a expressão *sertanejos* se relaciona à origem de parte desses trabalhadores, mas tornou-se um termo de uso mais geral para os proprietários uma vez que estes designam como *sertanejos* ao conjunto dos trabalhadores que, independentemente de sua origem, são alojados nos *galpões*.

Os empreiteiros permanecem nas propriedades junto com os trabalhadores que lá se fixam durante a semana. No caso de controlarem simultaneamente vários grupos, ou *turmas*, ele se junta a uma delas e contrata, para acompanhar as demais, representantes seus<sup>63</sup>, conhecidos como "cabos".

O empreiteiro ou seu "cabo" indicam, no início de cada jornada, a área onde os trabalhadores realizarão as tarefas.

---

<sup>63</sup>A denominação de *turma* é utilizada pelos empreiteiros quando têm sob suas ordens vários grupos de trabalhadores atuando. Essa denominação já foi assinalada por Sigaud, 1979, p. 155.

Também cabe a eles a fiscalização dos trabalhos executados, o registro diário da produção alcançada e, em conseqüência, a quantia que cada um deverá receber, registro feito ao final de cada jornada.

Recebendo pela produção realizada em cada dia, o trabalhador, em tese, renova seu contrato com o empreiteiro ao fim de cada jornada. No entanto, recebe o pagamento apenas no fim de cada semana, já que esta é a periodicidade combinada pelo empreiteiro com o proprietário para a liberação dos recursos. Essa regra é válida inclusive para os trabalhadores que, seja por falta, por desacordo ou outra razão, não cumprem todas as jornadas em certa semana. Estes recebem, também no sábado, o equivalente aos dias trabalhados.

Independente de trabalhar durante toda a semana ou apenas alguns dias, o trabalhador financia suas compras cotidianas através de vales que são descontados nas *vendas* de propriedade dos empreiteiros ou previamente acordadas com estes. Assim, o pagamento dos sábados – que pode sair pela manhã ou nas primeiras horas da tarde – já chega descontado. É necessário destacar que só são concedidos vales que estejam cobertos por trabalhos já realizados por aquele trabalhador.

Os trabalhadores que se deslocam diariamente para o local de trabalho recebem o pagamento nas *vendas* do empreiteiro ou na residência deste, enquanto os que permanecem durante a semana nas propriedades recebem nestes locais.

Detentores do monopólio do recrutamento, os empreiteiros estabelecem uma relação especial com os trabalhadores. A existência desses intermediários é considerada, de forma generalizada entre os trabalhadores, como uma forma de exploração. São comuns afirmações como: "eu trabalho para três: para o proprietário, para o empreiteiro e para mim". A relação torna-se ainda mais conflitante quando o empreiteiro é proprietário da *venda*. Os preços das mercadorias são motivo de permanente desgosto, pois os trabalhadores vêem neles uma forma de acumulação extra<sup>64</sup>.

---

<sup>64</sup> Nesse sentido diz um trabalhador: "Eles têm venda. Eles roubam do trabalhador na conta e no armazém. Um negócio que custa 50 contos eles vendem por 80.

– Como roubam na conta?

– A gente pega uma tarefa de mato e vai até o fim do mundo, tem alguns

Entretanto, os conflitos propriamente ditos estão mais freqüentemente associados ao âmbito do trabalho, destacando-se, neste caso, o "roubo" nas medidas. Como já mencionamos, a tarefa de cada um varia a cada jornada de trabalho, e a medição é feita *a posteriori* pelo próprio empreiteiro. Residem aí muitos conflitos, pois, segundo os trabalhadores, ou a vara utilizada para medir, mede mais do que os 2,20 metros combinados, ou o movimento de medição é manipulado, isto é, "a vara pula". Em qualquer caso o trabalhador é prejudicado, pois a existência de diferença na extensão medida pelo empreiteiro e a medição "oficial" que é feita pelo representante do proprietário ao concluir o total da tarefa acertada com o empreiteiro, redundam em lucro maior para este.

Se o trabalhador diariamente percebe o "roubo" do empreiteiro, é justamente no momento da conclusão do conjunto de tarefas – ocasião em que o representante do proprietário efetua a medição – que ele tem a confirmação deste fato. Essa situação não é específica da Área tendo sido analisada na *plantation* pernambucana por Sigaud (Sigaud, 1979).

Como conseqüência da grande incidência de conflitos que essa medição de tarefas suscita, quando o trabalhador "conhece" o empreiteiro e o considera honesto, prefere submeter-se a ganhar menos ou a deslocar-se para locais mais distantes a fim de garantir o trabalho em condições mais vantajosas. O conhecimento do empreiteiro, porém, não supõe necessariamente uma experiência direta com ele por parte do trabalhador, sendo suficiente um conhecimento baseado em relatos. Assim, instituída uma situação em que os trabalhadores estão ligados inevitavelmente aos empreiteiros, surge uma espécie de clientela em torno do "empreiteiro conhecido" que, em contrapartida, assegura uma fonte de emprego aos trabalhadores que a ele se ligam. Convém observar que os trabalhadores, inclusive aqueles que se deslocam em cada período da safra, geralmente procuram trabalhar com empreiteiros "conhecidos" em períodos anteriores, constituindo-se assim, inclusive, em "turmas" que mantêm uma certa continuidade. Às vezes, durante a mesma safra, eles preferem deslocar-se até lugares distantes para continuar

---

que ainda quebram um galho, mas tem outros que quando medem 200 é 300".

trabalhando com esse empreiteiro "conhecido". Essa situação é favorecida também por alguns empreiteiros. Quando têm a possibilidade de escolher os trabalhadores com os quais vão trabalhar, eles também preferem optar por trabalhadores já "conhecidos". Assim o empreiteiro, recrutando e agrupando trabalhadores de diferentes origens e com diferentes experiências, de fato contribui para homogeneizá-los num dado sistema de trabalho e, conseqüentemente, nas relações sociais vigentes na Área. Podemos pensar, portanto, que o empreiteiro, além da função econômica que desempenha, também exerce uma função social nesse sistema de relações: a de homogeneizar uma população de origem heterogênea estabilizando-a dentro da área.

Retomando o que afirmávamos antes, a massa de trabalhadores incorporada ao trabalho da cana geralmente reside fora das propriedades. Nesse sentido, Feira Nova e os outros povoados da Área asseguram aos proprietários, por intermédio dos empreiteiros, a existência permanente dos trabalhadores necessários à efetivação do processo produtivo. Entretanto, embora de forma bastante reduzida, é possível observar que há trabalhadores residindo dentro de algumas propriedades, que apresentam, inclusive, construções destinadas à moradia destes, denominados – inclusive por si próprios – "moradores". Mas eles também estão ligados aos empreiteiros. Esse fato é expresso por um trabalhador: "os moradores trabalham na fazenda com o empreiteiro. Eles deixam o povo morar, eles dizem: vai morar lá, mas para trabalhar com o empreiteiro".

Não podemos afirmar que a presença de trabalhadores residindo nas propriedades como "moradores" e ligados a empreiteiros seja uma situação comum ao conjunto das propriedades, nem que seja uma "prática" constitutiva das relações sociais existentes. Considerando que as transformações sociais ainda estão em processo e que seu novo padrão ainda está se configurando, algumas situações que descreveremos agora, quando vistas a partir de uma perspectiva histórica, poderão até revelar-se transitórias.

Se, em alguns casos, esses trabalhadores estão ligados ao empreiteiro ou ao seu "cabo", que também permanecem durante a semana nas propriedades, na realidade parte dos trabalhadores residentes está ligada a um tipo especial de empreiteiro. Da mesma forma que os trabalhadores, ele também tem residência

permanente na propriedade, dispondo de uma moradia individual. Além de recrutar trabalhadores, tem a função de administrar a propriedade; cabe a ele a responsabilidade de supervisionar o conjunto das atividades desenvolvidas no interior da propriedade. Aparentemente, poderíamos estar diante de um recrutamento efetuado diretamente por cada proprietário através de seu administrador, prática comum no passado e até hoje presente em outras áreas. Entretanto, uma análise da relação que esse administrador mantém com os trabalhadores revela que estamos frente a uma relação social específica.

Tradicionalmente, o administrador recrutava trabalhadores para a propriedade, o que até hoje continua fazendo. Mas, ao contrário do empreiteiro, ele não recebe um pagamento extra (percentagem) para executar essa tarefa. Esse fato ocultou, em nossos primeiros contatos, as relações sociais em jogo neste caso. Sucessivas entrevistas feitas com trabalhadores que residem de forma permanente no interior das propriedades confirmaram seu recrutamento por empreiteiros. No entanto, mesmo eles eram atingidos pela época da entressafra: com a falta de trabalho, eram deslocados para outras propriedades, recrutados pelo próprio administrador, que por este serviço recebia uma percentagem da folha de pagamento destinada a esses trabalhadores. Percebemos assim que estávamos frente a um administrador que se diferenciava do administrador "tradicional".

A presença desse tipo de administrador parece ser muito interessante para os grandes proprietários, que através dele se adaptam às novas condições. Ao mesmo tempo em que mantêm trabalhadores em sua propriedade de forma permanente e "à disposição", eximem-se de uma ligação direta e formal com eles, deixando portanto de reconhecer a existência de vínculos trabalhistas e das obrigações decorrentes desta situação.

Essa relação social específica aparece no discurso dos proprietários encoberta por um ato de caridade. Indagados sobre a presença de trabalhadores residindo de forma estável nas casas pertencentes às propriedades, os donos – sempre negando qualquer ligação mais permanente com eles – respondiam afirmando que se tratava de empréstimo a pessoas necessitadas: "é gente pobre que vem do sertão e não tem onde ficar e que depois da colheita não quer voltar. Mas eles podem trabalhar onde quiserem, eu só empresto a casa que estava desocupada".

Por terem acesso a uma casa dentro da propriedade esses trabalhadores, cujo número é reduzido em relação ao total, são imediatamente colocados "à disposição", o que significa que são *obrigados* a realizar as mais diversas tarefas, nas condições e circunstâncias requeridas. São eles que de fato realizam tarefas que os trabalhadores não residentes, e até os próprios empregadores, freqüentemente se recusam a realizar. Trata-se, em geral, daquelas tarefas consideradas "ruins" por todos, tais como o corte da cana em terrenos acidentados ou da cana sem limpeza, o que exige um esforço muito maior e apresenta uma produtividade menor, que se reflete numa diminuição relativa do pagamento. A negativa, por parte do trabalhador residente, de executar essas tarefas significa a ameaça concreta de perder a casa e ser forçado a abandonar a propriedade. Quando necessário, esses trabalhadores devem realizar tarefas à noite ou em dias feriados, prática recusada pelos trabalhadores não residentes e até mesmo pelos empregadores.

Nos períodos da entressafra, em que diminui o trabalho dentro da propriedade, a residência não é garantia de trabalho para esses trabalhadores. Às vezes, eles precisam dormir no local do trabalho para garantir uma presença mais cedo do que os trabalhadores de fora e assim ganhar o dia de trabalho<sup>65</sup>.

Os trabalhadores não residentes resistem e recusam essas imposições, sendo às vezes "ajudados" pelo empregador que os recruta. Isso não ocorre em relação ao administrador. Precisamente por residir na propriedade nessas condições, os trabalhadores residentes são vistos pelos não residentes como *sujeitos*. A residência fora da propriedade – "residir no seu" independentemente do fato de a casa ser de sua propriedade ou alugada – significa uma liberdade que se reflete em expressões tais como "eu não tenho patrão, eu trabalho onde quero". Isto é, ainda que submetido aos grandes proprietários em geral, eles se consideram livres na medida em que não estão submetidos a um

---

<sup>65</sup>Reproduzimos as palavras de um trabalhador residente: "Lá onde eu moro o homem diz: só tem trabalho segunda-feira e terça. Aí diz, na quarta-feira só tem 20 contos. Assim os cabras botam as foices nas costas e de noite vão dormir na boca da cana para pegar o serviço. Às vezes o administrador chega às 5 horas e bota aqueles para pegar, já encheu e deu conta, aí o cara volta, passou a noite de sono e não trabalha".

proprietário em particular, em oposição aos trabalhadores residentes e vistos como *sujettos*<sup>66</sup>.

É interessante destacar que essas duas formas de recrutamento, via empreiteiro ou administrador, não são excludentes. Pelo contrário, ambas são utilizadas de forma paralela e até pela mesma propriedade. Não obstante, existem variações conforme a necessidade que se tenha de trabalhadores. Assim, por exemplo, nos momentos do ciclo agrícola da cana em que diminui a intensidade de trabalho – especificamente os momentos de limpeza e semeadura – o administrador pode ser o único recrutador de trabalhadores, enquanto em outros momentos, como o da safra, novos trabalhadores são incorporados com a intermediação dos empreiteiros.

O administrador também recruta trabalhadores que não residem na propriedade e que lá permanecem apenas durante a jornada de trabalho ou durante toda a semana. Por essa tarefa, porém, como vimos, ele não recebe pagamento extra, tendo garantido apenas seu salário normal. Entretanto, geralmente ele também é o dono da *venda* na propriedade, onde se abastecem todos os trabalhadores, inclusive os recrutados pelos empreiteiros, com os quais ele estabelece um acordo.

Se a propriedade da *venda* proporciona ao administrador que a usufrui uma fonte de lucro permanente, ele aumenta esse lucro quando, diminuindo o trabalho dentro da propriedade que administra, desloca os trabalhadores que nela residem para o trabalho em outras propriedades<sup>67</sup>. Nessas circunstâncias, o administrador estabelece com o proprietário para quem vai trabalhar uma percentagem que irá receber enquanto recrutador de trabalhadores. É, pois, esse mecanismo, juntamente com a *venda* que possui, que serve de incentivo para o recrutamento de trabalhadores dentro da propriedade que administra.

---

<sup>66</sup>A categoria *sujeito*, nos termos aqui colocados, é comum a outras áreas de *plantation* (Ver Sigaud, 1979, pp. 205-207; Meyer, 1980a, p. 131; Garcia Jr., 1983b).

<sup>67</sup>Embora o fim da safra seja marcado pelo momento em que a usina encerra a moagem, este é, na verdade, o limite máximo, pois existem diferenças em relação ao fim de safra para cada unidade produtiva. Uma propriedade pode ter acabado o corte da cana, enquanto outra propriedade vizinha está em pleno período de safra. Por outro lado, parte dos trabalhadores utilizados pelas propriedades no período da entressafra, para as tarefas de semeadura e limpeza, também é encontrada desta forma.



---

## Capítulo 6: Significados de Feira Nova

Os trabalhadores que residem nas propriedades, assim como os que nelas permanecem apenas durante o período da safra, têm em Feira Nova seu principal lugar de encontro. É nos sábados e domingos que se realiza a feira que deu nome ao aglomerado e em que se reúne o grosso da população da Área.

É versão comum que a feira, como local de comércio, oferece maior variedade e quantidade de produtos a preços mais reduzidos que os cobrados pelo comércio estabelecido, o que, por si só, a torna valorizada pelos diferentes grupos que a freqüentam e opera como incentivo para que nela se realize a aquisição de bens. Entretanto, a possibilidade de nela adquirir os produtos necessários ao consumo semanal, condensada na expressão *fazer a feira*, assume diferente significado para as diversas categorias sociais.

*Fazer a feira* significa adquirir os bens que serão consumidos durante a semana, aquisição que pode ser feita, de fato, em diferentes locais, como as *vendas* ou a própria feira, mas essas alternativas, como tentaremos mostrar, estão relacionadas com as condições de cada grupo social e de cada grupo doméstico. *Fazer a feira* assume um significado especial em se tratando dos trabalhadores assalariados e dos pequenos produtores.

De forma mais específica, os trabalhadores da cana que, como vimos, estão ligados ao empregado, efetuam suas compras durante a semana nas *vendas* que este possui. Assim, esses trabalhadores só têm acesso à feira, como compradores, quando lhes resta algum dinheiro após o desconto do preço das

mercadorias que retiraram nas *vendas* no decorrer da semana. Para esses trabalhadores, portanto, *fazer a feira na feira* assume um significado todo especial e, assim sendo, essa alternativa se contrapõe a comprar nas *vendas* (*fazer a feira na venda*). O seguinte trecho de uma entrevista feita com um trabalhador ligado a um empreiteiro expressa bem o que acabamos de descrever:

*"Eu sempre na semana compro nas vendas dos empreiteiros e quando é o dia do pagamento, pago. Quando não estou devendo nada nas vendas, que o dinheiro está limpo, aí eu faço a feira. Mas às vez o dinheiro que ganho não dá para pagar a venda e fazer a feira, então a gente paga na venda e fica fazendo feira na venda.*

*O pagamento sai hoje à tarde (sábado) aí depois de pagar na venda, se sobrar vou a Feira Nova e faço a feira."* (O entrevistado tem residência em Junqueiro).

Ainda que os trabalhadores tenham a possibilidade permanente de *ir à feira*, como de fato vão, pois ela é também um importante lugar de encontro<sup>68</sup>, e possam inclusive ir para "vender na feira" – mecanismo a que os trabalhadores da Área recorrem freqüentemente como forma de complementar o salário obtido com o trabalho na cana –, isso não esgota o significado que assume o *fazer a feira na feira*.

Se, por um lado, a feira é valorizada pela quantidade e variedade dos produtos que oferece, assim como por seus preços, para os trabalhadores ligados aos empreiteiros *fazer a feira na feira* significa, fundamentalmente, a possibilidade de exercer a liberdade de comércio, liberdade que, por sua vez, materializa uma autonomia relativamente maior com relação ao empreiteiro a que está ligado.

Uma valorização semelhante ocorre também entre os pequenos produtores. É freqüente que estes mantenham relações

---

<sup>68</sup>Uma análise da feira como espaço de consolidação das relações sociais foi feita por Piault, 1971. No caso da área de *plantation* nordestina, Marie France Garcia analisa os diferentes significados da feira em Pernambuco e Brejo Paraibano (Garcia, 1977 e 1984).

com as vendas por meio da compra "fiado", fato que, em determinadas circunstâncias, dependendo das condições de cada grupo doméstico, pode limitar e até impedir sua participação na feira como compradores. No caso específico dos pequenos produtores, além de *fazer a feira* e *ir à feira*, eles também podem *levar para a feira* sua produção e, nesse caso, sua presença na feira, como vendedores dos produtos que produzem, expressa a autonomia do seu processo de trabalho<sup>69</sup>. Por outro lado, os pequenos produtores, da mesma forma que os trabalhadores assalariados, podem se valer da feira como meio de complementar sua renda, atuando como intermediários, isto é, revendendo produtos comprados de outros pequenos produtores ou nos armazéns. Essa atividade é muito comum na Área<sup>70</sup>.

A feira de Feira Nova é tão recente quanto o aglomerado que a comporta e, portanto, veio a agregar-se às feiras que existiam na Área de longa data, tanto aquelas situadas nas cidades mais velhas quanto as situadas nas antigas usinas<sup>71</sup>. No entanto, os habitantes das cidades da Área, tanto os que residem onde há feiras como os trabalhadores residentes nas usinas, preferem freqüentar a feira de Feira Nova e a ela chegam sempre que têm meios para tanto.

Se o crescimento do aglomerado de Feira Nova e sua dimensão torna-o objeto de comparação permanente com os demais centros urbanos existentes na Área, principalmente com Junqueiro, a sede do município, a feira do lugar é sem dúvida um parâmetro. Nesse sentido, é versão comum entre os habitantes da Área que a feira de Feira Nova é uma feira *forte*, enquanto a de Junqueiro seria uma feira *fraca*.

Numa primeira abordagem, o elemento considerado é o tamanho da feira, que se materializa na menor variedade e quantidade de produtos oferecidos, fato que se relaciona com uma demanda mais reduzida dos mesmos. Essa demanda menor está associada a uma população menor e, portanto, a uma

---

<sup>69</sup>Esse aspecto foi analisado em um trabalho anterior referente a pequenos produtores na área da *plantation* pernambucana (Heredia, 1979 e Garcia Jr., 1983a).

<sup>70</sup>Sobre o papel do *negócio*, como se denomina a atividade de venda na feira dos pequenos produtores em outras áreas da *plantation* de Pernambuco e da Paraíba, ver Garcia Jr., 1983a e b e Garcia, 1984.

<sup>71</sup>Existem feiras nas usinas Sinimbu e na usina Coruripe. Esta última foi analisada por Forman (Forman, 1979).

presença comparativamente reduzida de trabalhadores que nela têm residência, assim como à não afluência de habitantes de outros lugares. É o que expressam os informantes, quando dizem: "a feira de Junqueiro é fraca" porque está localizada "num local fraco".

A feira de Feira Nova é considerada *forte* também em comparação com a de São Miguel dos Campos, outra cidade da Área que tem uma feira. Entretanto, ao comparar as duas, os informantes agregam outro elemento: a feira de Feira Nova é considerada *aberta* em oposição à de São Miguel dos Campos, considerada *fechada*. É precisamente esta última oposição que, como veremos, permite compreender a importância que assume, na visão dos trabalhadores que a formulam, o local onde a feira se situa.

Na medida em que é considerada fechada, a feira de São Miguel dos Campos é comparada à da usina: "a feira de São Miguel sempre foi fechada que nem a (feira) da Sinimbu". Nessa caracterização se destaca, ainda, que em São Miguel só pode vender ao consumidor (*retalhar*) o indivíduo que tiver um lugar marcado (*ponto*), lugar que lhe pertence dentro da feira. Assim, quem não dispõe de um *ponto* e pretende vender algum produto só poderá fazê-lo *em grosso*, para aqueles vendedores que, por possuírem o *ponto*, têm permissão para revender o produto ao consumidor. Aprofundando mais esse aspecto, percebe-se também que não basta ter recursos suficientes para comprar o *ponto* de quem o possua e queira vendê-lo. Essa transação exige necessariamente a intervenção do fiscal da feira, que é quem a autoriza. Assim, na visão dos informantes, o fiscal é quem de fato controla o acesso à feira de qualquer pessoa que queira vender algo ali. Na verdade, é necessário adquirir um *ponto* para vender qualquer produto na feira<sup>72</sup>. Em contrapartida, os informantes revelam que na feira de Feira Nova qualquer indivíduo que queira vender qualquer produto, diferentemente do caso de São Miguel, precisa apenas encontrar um lugar vazio para se instalar – "onde achar um lugar vago, bota" – e pagar a taxa cobrada pela prefeitura, denominada *chão*.

---

<sup>72</sup>Nesse sentido, em outras feiras analisadas na área de *plantation* como na de Brejo da Paraíba o *ponto* é exigido apenas para alguns produtos (Garcia, 1984).

Na verdade, uma observação mais detalhada revela que, na feira de Feira Nova, tanto no recinto ocupado pelo mercado (espaço coberto) como nas barracas que o rodeiam, há lugares marcados para vendedores mais ou menos permanentes. Fora do mercado e da área que o cerca, porém, qualquer vendedor tem, na prática, a possibilidade de se instalar, o que se confirma numa ida à feira. Com efeito, é possível observar que, embora se divida em setores, como muitas outras, essa feira apresenta uma aparente desorganização, o que se deve ao fato de que, entre as barracas, é possível encontrar a cada domingo novos e diferentes vendedores que dispõem seus produtos no chão, o que leva os frequentadores a caracterizarem a feira de Feira Nova como *bagunçada*<sup>73</sup>.

Um elemento relevante na caracterização da feira de Feira Nova como *aberta*, em oposição à feira de São Miguel, considerada *fechada*, é o papel social atribuído ao fiscal da feira pelos trabalhadores, nos dois casos. Na visão de conjunto tanto

---

<sup>73</sup>Em uma entrevista realizada com um morador de Feira Nova, vendedor permanente na feira, as características dessa feira e suas diferenças em relação à feira de São Miguel são assim expostas:

P: Qualquer pessoa pode vender na Feira (de Feira Nova)?

R: Pode, se não tiver mais lugar no mercado pode botar fora e vende.

P: Pode botar em qualquer lugar, não tem que falar com o fiscal?

R: O fiscal só cobra o chão e pode botar em qualquer lugar. Tem que procurar um lugarzinho e botá; ali junto do meu ponto de vez em quando vem vender verdura, de um lado e do outro vende. Tendo lugar desocupado pode vender, qualquer lugar.

P: Tem ponto na feira?

R: No mercado tem ponto, ali só bota se tiver lugar desocupado ou então compra o ponto. Eu quero passar o ponto passo a outro que procura, acerto o preço e pronto. Agora, fora, em qualquer lugar, se tiver um lugarzinho vago pode botar.

P: É assim em todas as feiras?

R: São Miguel já é diferente. Se eu chegar com um pouco de farinha em São Miguel eu posso vender em grosso, agora para retalho não posso.

P: Se o senhor chegar com qualquer mercadoria, por exemplo, roupa ou verdura, é igual, não pode vender?

R: Vende, só se falar com o fiscal. Fala com o fiscal pra ele arranjar um ponto, agora tem que falar com o fiscal.

P: Então quer dizer que se o senhor chega lá e encontra um vendedor que quer vender o ponto o senhor compra e assim pode vender?

R: Falando com o fiscal e ele se quiser ele arranja, lá tudo é marcado pelo fiscal. É por causa disso que essa feira aqui (Feira Nova) é bagunçada, porque tendo lugar vazio ele bota as coisas e vende em qualquer canto.

P: Fala com o fiscal e vende?

R: Não fala com ninguém, o fiscal só cobra o chão, e tem feiras que ele nem pode cobrar de todo o mundo de tanto vendedor que tem.

dos trabalhadores como dos pequenos produtores, o fiscal da feira de Feira Nova, enquanto empregado da prefeitura, tem seu papel limitado à cobrança da taxa. Já em São Miguel, ainda que também seja um empregado da prefeitura, atribui-se ao fiscal um papel social específico: só a relação estabelecida previamente com ele permite o acesso à feira enquanto vendedor.

O papel do fiscal como indivíduo que concentra o poder de permitir ou impedir o acesso à feira é o elemento que, na visão dos trabalhadores, aproxima a feira de São Miguel às feiras existentes nas usinas. Uma vez que se localizam dentro da propriedade, estas estão, como tudo o que pertence à mesma, sob o controle direto do proprietário. No caso específico da feira que ali se realiza, é o fiscal, enquanto representante do proprietário, quem exerce esse controle.

A feira de São Miguel situa-se numa cidade, mas, como vimos (Cap. II), esta se encontra numa área tradicionalmente canavieira, também controlada pelos antigos proprietários da Área (*senhores de engenho*). É por isto que é hoje associada às feiras de usinas.

Em contraposição, a feira de Feira Nova é vista pelos trabalhadores como *aberta* porque a ela tem livre acesso o conjunto de trabalhadores. A liberdade de movimento e de comércio que nela ocorre é possível porque a feira se encontra situada num espaço considerado livre, não submetido ao controle político dos *senhores de engenho*.

Os trabalhadores que residem atualmente na Área, que têm uma trajetória social ligada aos grandes proprietários no passado e que, na perspectiva atual, consideram a feira de São Miguel dos Campos *fechada* porque localizada em um espaço que tradicionalmente esteve sob o controle desses grandes proprietários, quando situados em outro contexto têm uma visão diferente da mesma. Assim, esses mesmos trabalhadores, quando se referem ao passado e às relações sociais em que estavam envolvidos (ligados aos *senhores de engenho*), ao se referirem à feira de São Miguel dos Campos, contrapõem-na às feiras de usina. Nesse sentido, esses mesmos trabalhadores, inclusive alguns que haviam sido *moradores* das usinas onde existiam feiras, acudiam à feira de São Miguel sempre que podiam fazê-lo<sup>74</sup>.

---

<sup>74</sup>Disse um ex-morador residente em engenho de propriedade de uma

Se o preço dos produtos e as diferenças existentes eram elementos ponderáveis, a localização da feira de São Miguel dos Campos no contexto das relações sociais então dominantes não era menos relevante. Embora localizada em área de influência dos *senhores de engenho*, o fato de estar situada na cidade, fora portanto das propriedades, fazia com que a feira de São Miguel dos Campos fosse contraposta às feiras das usinas.

Uma vez que, ao efetuar a análise da imagem de Feira Nova, levamos em conta tanto os agentes que a formulam quanto o contexto em que essa imagem é colocada, nos é possível distinguir diferentes dimensões na constituição dos novos povoados surgidos na Área e representados por Feira Nova. A importância que têm as feiras para os trabalhadores – e especificamente o significado que assume a feira existente em Feira Nova – contribui para que, na imagem dos trabalhadores, feira e aglomerado sejam num certo nível identificados.

De fato, os trabalhadores e pequenos produtores com muito tempo de residência na Área, ao se referirem à história do aglomerado, referem-se simultaneamente à existência da feira, de tal maneira que se torna difícil conseguir que ambas sejam vistas de forma dissociada. Assim, os pequenos produtores residentes no *sítio* que deu origem à Feira Nova, assim como os trabalhadores assalariados que ali se instalaram desde o início, se consideram os fundadores tanto da feira como do povoado.

Se, como vimos, a feira expressa, em última instância, a autonomia dos trabalhadores em relação ao controle político dos grandes proprietários, com a associação que é estabelecida entre feira e aglomerado, a história de Feira Nova acaba sendo, também, a história da constituição da autonomia daqueles que

---

usina, que possuía feira nos seus limites, a respeito do lugar onde vendia os produtos provenientes do seu *roçado*:

P: O senhor vendia onde?

R: Na feira da usina ou então em São Miguel. Quando não era na feira da usina era na de São Miguel dos Campos. Às vezes botava carga no animal e ia vender.

P: Por que o senhor às vezes não vendia na feira da usina e ia para a feira de São Miguel?

R: Porque às vezes a produção era pouca e eu então vendia na feira da usina, às vezes a feira era pouca e eu fazia na feira da usina e ali botava para vender. Agora dava mais dinheiro na feira de São Miguel, e lá era cidade, lá tinha mais gente. A feira da usina era fraca, lá tinha muito mais gente, era uma feira mais animada.

nela residem e por ela circulam. Em conseqüência, toda vez que a feira é o parâmetro de referência do aglomerado urbano, este é visto também com um sinal positivo.

Entretanto, em outro contexto, quando o parâmetro já não é a feira, e o aglomerado de Feira Nova é associado às relações sociais em que esses grupos estão atualmente inseridos, o aglomerado é visto como composto "por um mundo de gente pobre", "de trabalhadores da cana". Feira Nova aparece, então, como o lugar que concentra a massa de trabalhadores expropriados. Nesse contexto, o aglomerado, assim como a residência nele, representa a expropriação que se manifesta no fim do acesso à terra que esses trabalhadores tinham enquanto *moradores* e/ou pequenos produtores e, nesse caso, o aglomerado urbano é visto com um sinal negativo.

Se, por um lado, a residência em Feira Nova significa uma liberdade que se materializa no fato de não se estar submetido a nenhum proprietário em particular, por outro lado ela não significa, para os trabalhadores, que se libertaram da classe dos grandes proprietários; pelo contrário, dependem exclusivamente deles e a eles estão ligados mediante a venda da sua força de trabalho<sup>75</sup>. E, nesse contexto, a própria existência de Feira Nova, assim como sua localização – cercada de usinas – representam essa dominação.

Como vimos, o espaço antes ocupado por *roçados* é ocupado atualmente pela cana e pelos aglomerados urbanos. Feira Nova, localizada no centro da expansão canavieira, expressa, pois, a expropriação da terra para aqueles que dela usufruíam, situação claramente manifestada pelos trabalhadores:

*"Hoje ninguém pode ter roçado porque não tem onde, não pode criar porque não tem onde. Eu não vou dizer que não tinha dono antigamente, tinha, mas depois que mudaram para tabuleiro, não tem mais onde trabalhar. Quem tinha terra perdeu e quem morava nos engenhos, hoje está na rua. Hoje é todo mundo se acabando na cana."*

---

<sup>75</sup>Lygia Sigaud já destacou esse aspecto no caso dos trabalhadores residentes nos centros urbanos da área de *plantation* pernambucana (Sigaud, 1979).

Essa dupla imagem de Feira Nova só pode ser compreendida quando se leva em conta que os trabalhadores e pequenos produtores que as formulam, e que residem atualmente nesse aglomerado ou nas cidades da Área, têm uma trajetória ligada aos antigos engenhos. Assim, pois, são as relações que esses trabalhadores mantinham com os grandes proprietários no passado que constituem o objeto de análise dos capítulos seguintes.







### 1. Introdução

Muitos dos trabalhadores que residem atualmente nos centros urbanos da área e, portanto, também em Feira Nova, já foram *moradores* de engenho e assim se denominam quando se referem à sua situação no passado.

Propomo-nos a analisar, a seguir, as relações que esses trabalhadores, enquanto *moradores*, mantinham no passado com os grandes proprietários, representados pelo *senhor de engenho*, pois consideramos que essa análise permitirá compreender o verdadeiro significado das mudanças sociais ocorridas na Área.

A reconstrução das relações sociais entre *moradores-senhor de engenho* que passaremos a apresentar, embora complementada pela bibliografia já existente, baseia-se fundamentalmente em dados obtidos em trabalhos de campo e recuperados sobretudo por meio de informações colhidas tanto junto aos antigos *moradores* quanto junto aos *senhores de engenho* da área estudada<sup>76</sup>.

A literatura sobre o que foi definido pelos especialistas como sistema de *plantation* e nela, em especial, os trabalhos

---

<sup>76</sup>Embora tenham sido realizadas entrevistas com diversos *senhores de engenho e moradores* ligados a diferentes *senhores*, é necessário lembrar que, no caso de três engenhos, ouvimos versões dos pequenos produtores e dos *moradores* a eles ligados assim como dos próprios *senhores de engenho* ou descendentes, fato que contribuiu para um maior aprofundamento do conjunto de relações existentes.

referentes ao caso da América colonial, destaca como condição necessária à reprodução da *plantation* a imobilização dos recursos básicos: terra e mão-de-obra. É essa imobilização que teria contribuído para configurar um tipo de relação social específica e permitiria fazer referência à *plantation* como sistema social (Wolf, 1963; Thompson, 1964; Palmeira, 1971a; Wolf e Mintz, 1975; Warman, 1976; Barret, 1977).

Como já mencionamos, no caso da *plantation* açucareira nordestina, o engenho significou, historicamente, a forma de estabelecimento dominante nas áreas em que se desenvolveu. Para isso contribuiu, como vimos, o próprio aparato legal – a concessão de sesmarias que, na área, sempre foi condicionada não apenas ao cultivo da cana mas também à instalação dos engenhos que a processariam. Assim, os grandes proprietários, *senhores de engenho*, detinham o monopólio da terra nas áreas consideradas aptas para o desenvolvimento do cultivo da cana-de-açúcar.

Entretanto, embora fosse condição necessária ao sistema, o controle das terras produtivas para a cana não era suficiente para assegurar a massa de trabalhadores que o funcionamento dos engenhos exigia. Como já destacamos, a existência de terras consideradas não aptas para o cultivo da cana, localizadas próximo das grandes propriedades, oferecia alternativas econômicas aos pequenos produtores que, de fato, as usufruíam e delas extraíam seu sustento. A existência dessa alternativa significava, portanto, uma ameaça à própria existência do engenho.

Para garantir a mão-de-obra necessária era preciso, pois, imobilizá-la, e o engenho o fez, fixando-a dentro dos limites da propriedade<sup>77</sup>, e, no caso dos pequenos produtores situados fora dos limites, fixando-os na área. A relação estabelecida pelos grandes proprietários com os pequenos produtores será motivo de tratamento posterior; por ora, restringiremo-nos à análise da relação *morador-senhor de engenho*.

Embora se saiba que na Área estudada, da mesma forma que na *plantation* nordestina, existiam os trabalhadores "livres" (*moradores*) residindo nos engenhos em períodos em que a

---

<sup>77</sup>Cronologicamente, essa imobilização foi conseguida primeiro mediante a escravidão e, após a abolição, mediante as *relações de morada*.

forma dominante da imobilização era a escravidão<sup>78</sup>, essa relação só assumiu caráter dominante no final do século XIX e como tal se manteve até períodos recentes.

Uma vez que estamos interessados não na história do sistema *plantation* mas no processo de transformações sociais que acarretou a ruptura das relações de *morada*, nossa análise se restringirá ao exame desse sistema no período em que as relações de *morada* se tornaram a forma social dominante. Esse é também o período de que tratam as histórias de vida por nós recolhidas.

## 2. As Relações de Morada Como Sistema de Dominação

O trabalhador que se tornava *morador* recebia uma *casa* dentro da propriedade. Essa *casa* incluía sempre um "fundo de casa", lugar onde o morador tinha a possibilidade de desenvolver cultivos ou, em outros termos, seu *roçado*. Como contrapartida, o *morador* dava trabalho ao proprietário. Esse trabalho seria desenvolvido durante o tempo que fosse requerido e nas condições que lhe fossem determinadas – esta era a *condição*<sup>79</sup>.

Embora esse número pudesse variar segundo o proprietário e o momento do ciclo agrícola, na região estudada geralmente o *morador* dava três dias de trabalho. Nos dias restantes, desde que o proprietário não o requisitasse, o *morador* podia realizar cultivos na parcela individual que lhe era concedida, contribuindo com esse trabalho para o próprio sustento.

Só o trabalho realizado para o proprietário, segundo as exigências deste, tornava possível o trabalho paralelo nas parcelas de usufruto individual de cada *morador*. Não apenas a recusa ao trabalho, como também o trabalho que não satisfizesse as exigências, significava a ameaça da perda automática da condição de *morador*. Nesse contexto, adquire significado a

---

<sup>78</sup>A existência de *moradores* "homens livres", com acesso a casa e terras em lugares distantes, mas dentro dos limites das propriedades, com direito ao plantio de cultivos de subsistência, é mencionada, entre outros, por Tollenare (1816), 1904, p. 415; Koster (1816), 1942, p. 441; e Santana, 1970, p. 149 e 1978, p. 43.

<sup>79</sup>Disse um ex-*morador* que em 1982 tinha 67 anos e que abandonara o engenho em 1967: "Eu passei 27 anos nesse regulamento, plantando mandioca, feijão, porque eu dava a condição que eram três dias na semana".

expressão corrente entre os trabalhadores ao se referirem ao passado: "os dias de engenho eram sagrados"<sup>80</sup>.

Era, pois, o fato de receber uma *casa de morada*, casa que se diferenciava de outra qualquer, que dava lugar ao estabelecimento de uma relação social específica entre *morador* e *senhor de engenho*<sup>81</sup>.

Por ser o engenho a forma social dominante nas áreas onde se desenvolveu, e estando, por conseguinte, fechadas outras alternativas econômicas, eram geralmente os próprios trabalhadores que procuravam os senhores para pedir *morada*.

Nesse caso, ainda que o proprietário fosse auxiliado por um representante (*empregado*) que lhe informava sobre a necessidade de incorporar novos *moradores* ou sobre a existência de casas disponíveis para alojá-los, era o *senhor de engenho* quem resolvia a admissão, e esta só era possível depois de cumpridos alguns requisitos. Para tanto, o proprietário se informava sobre a história de vida do candidato, inclusive sobre as razões pelas quais ele havia abandonado o *senhor de engenho* anterior, caso tivesse tido alguma experiência prévia como *morador*. A forma de obter essa informação variava. Podia ser conseguida mediante carta ao antigo *senhor de engenho* ou, no caso de um proprietário vizinho, mediante o envio de um emissário, que a obtinha de forma direta. A esse requisito se juntava outro: só era admitido como *morador* o *trabalhador* que fosse chefe de família, isto é, que tivesse esposa e/ou filhos.

O simples fato de ser o próprio trabalhador quem pedia a *casa de morada* fazia com que, no próprio ato de ser constituído como *morador*, contraísse uma dívida moral, um reconhecimento para com o *senhor de engenho* que lhe concedia, por esse mesmo ato, uma *casa* e trabalho. Essa situação inicial garantia ao *senhor de engenho*, como veremos, a gratidão e a fidelidade do *morador*.

---

<sup>80</sup>Disse um trabalhador que foi *morador* de engenho entre 1930 e 1952: "Eu tinha minha rocinha, eu trabalhava para o proprietário. Eu trabalhava três dias. Os três dias eram sagrados e se ganhava, se não fosse o empregador avisava que se não trabalhava era para desocupar a casa: se você não quiser trabalhar, pega os pintos e vai-se embora".

<sup>81</sup>O significado da *casa* como suporte da relação de morada foi analisado por Palmeira (1976) e foi essa análise que norteou nosso trabalho.

A concessão do *senhor de engenho* e o reconhecimento a que se obrigava o *morador* que a recebia constituíam partes de um único sistema de dominação<sup>82</sup>. A relação assim constituída era o pilar sobre o qual se estruturava a relação de *morada*.

A relação de dominação que se estabelecia no primeiro contato era por vezes reforçada quando o *morador* que se incorporava já tinha sido *morador* de outro *senhor de engenho* e o abandonara por ter contraído dívidas no armazém (*barracão*) do mesmo. Nesse caso, o proprietário que o incorporava tomava a seu cargo a dívida contraída pelo trabalhador com o antigo proprietário.

Este fato nos parece significativo. Embora a incorporação dos trabalhadores como *moradores* exigisse alguns requisitos, a dívida contraída com outro *senhor de engenho* não determinava a exclusão de um trabalhador como *morador*. O dinheiro que era pago nesse caso parece evidenciar que o *morador* assim incorporado não estava apenas contraindo uma dívida monetária com o *senhor de engenho*. Embora o *morador* incorporado nessas circunstâncias contraísse, de fato, uma dívida monetária, esta vinha também reforçar e acentuar o reconhecimento devido pelo *morador* ao *senhor* que, apesar das circunstâncias, lhe concedia *casa* e trabalho.

Mas o reconhecimento do *morador* ao se constituir enquanto tal devia, não obstante, reproduzir-se quase cotidianamente, e efetivava-se mediante o estabelecimento de uma relação personalizada entre o *senhor* e o *morador* que, dessa maneira, atraía o *morador* e vice-versa. Era por esse mecanismo que o *morador* era socializado no esquema de dominação.

Precisamente porque se tratava de uma relação personalizada, cada *morador* se relacionava especificamente com um *senhor de engenho* em particular. Em outras palavras, só se alcançava a condição de *morador* quando se estava ligado a um *senhor*, que se tornava, inclusive, um símbolo de identidade para o próprio *morador* frente aos demais trabalhadores<sup>83</sup>. Para tanto, cada *morador* incorporado a um engenho devia internalizar as

---

<sup>82</sup>Numa análise dos sistemas tradicionais de dominação, Bourdieu caracteriza a concessão e a dívida como elementos indissolúvelmente associados (Bourdieu, 1980 b).

<sup>83</sup>Esse aspecto também já foi destacado por Palmeira em sua análise das relações de *morada* (Palmeira, 1976).

normas nele vigentes. Esse processo de internalização era necessário mesmo para o caso de trabalhadores com experiência anterior de *morada*, pois embora o sistema de relações sociais fosse compartilhado por cada uma e todas as unidades sociais que o compunham, era necessário que o *morador* se socializasse nas normas estabelecidas por cada *senhor*, o que significava, em outras palavras, transferir as regras de lealdade de um *senhor de engenho* para outro.

Podem ser destacados diferentes níveis em que essa relação de dominação se expressava mas, entre eles, o âmbito do *roçado* ocupava um lugar fundamental.

Embora essa fosse a primeira obrigação do *morador*, trabalhar para o *senhor de engenho* não bastava. Era necessário, ainda, que o *morador* recém-incorporado internalizasse que o trabalho coletivo (do conjunto dos *moradores*) feito para o engenho era o que de fato assegurava, ao mesmo tempo, tanto a reprodução do conjunto dos *moradores* como a do *senhor de engenho*. Esse era, portanto, o *locus* onde o engenho se materializava. Esse trabalho coletivo desenvolvido pelo conjunto de *moradores* era da responsabilidade do *senhor de engenho* e, em conseqüência, era ele quem o representava, na medida em que lhe cabia a responsabilidade pela provisão dos meios necessários à reprodução do conjunto de *moradores* e famílias que ali residiam.

Em outras palavras, era necessário que o *morador* internalizasse que o trabalho realizado no *roçado* individual de seu usufruto só era possível como conseqüência do trabalho coletivo e prévio que era feito para o *senhor de engenho*. Era a identificação com o trabalho coletivo ou, em última instância, com o engenho, que tornava possível a efetivação do trabalho na parcela de usufruto individual.

Essa relação de dominação se materializava também no armazém da propriedade – o *barracão*. No *barracão* eram vendidos tanto os produtos básicos necessários à subsistência alimentar dos *moradores*, como os instrumentos de trabalho. Os produtos ali vendidos eram adquiridos nas cidades próximas, seja no comércio estabelecido, seja nas feiras existentes na área, e

para elas se deslocava o *empregado* encarregado do *barracão* para fazer as compras<sup>84</sup>.

Os *moradores* realizavam suas compras diárias no *barracão*, geralmente fiado, contraindo uma dívida monetária que era saldada no momento do pagamento semanal, feito também nesse local<sup>85</sup>. Teoricamente, o dinheiro recebido como pagamento pelo trabalho realizado para o *senhor de engenho*, juntamente com os bens produzidos no *roçado*, deveria permitir ao *morador*, no final de cada semana, pagar sua dívida no *barracão* e ainda conservar o suficiente para adquirir os bens necessários ao consumo da semana seguinte. Entretanto, isto nem sempre ocorria, e freqüentemente o *morador* permanecia em dívida com o *barracão*.

Por serem os preços dos produtos ali vendidos freqüentemente superiores aos do comércio estabelecido fora da propriedade, alguns autores que estudam a *plantation* viram na existência desse armazém, parte sempre integrante desse sistema, apenas um mecanismo extra de acumulação econômica usado pelo proprietário (Barret, 1977, p.211). Não perceberam, talvez, que o endividamento era um mecanismo fundamental de imobilização da mão-de-obra, ou seja, um mecanismo de reprodução dos *moradores* na propriedade. É por isso que a dívida contraída no *barracão* era uma norma. Essa dívida, entretanto, tinha limites. Na prática, podia crescer e dar origem a uma "cadeia de endividamento", podendo até resultar, em consequência, na fuga do engenho por parte do *morador* endividado. Estes, porém, eram casos limites, pois uma freqüência maior dessas ocorrências representaria uma ameaça à reprodução do sistema social a que dava suporte<sup>86</sup>. Essa ameaça

---

<sup>84</sup>Um *ex-empregado* de *engenho*, encarregado do *barracão*, perguntado sobre a origem das mercadorias ali vendidas, afirmou: "Eu ia comprar em Campo Alegre (cidade da Área).

P: Comprava onde?

R: Eu comprava na feira, eu ia pra feira todos os domingos, às vez comprava nos armazéns, dependia se tinha ou não na feira".

<sup>85</sup>Em alguns engenhos analisados, observamos que o pagamento era feito originalmente na *casa grande*, tendo passado a ser feito no *barracão* para que as dívidas pudessem ser melhor controladas.

<sup>86</sup>Na análise da *plantation* pernambucana, Sigaud demonstra a "cadeia de endividamento" como um mecanismo de expropriação dos *moradores*, utilizado pelos proprietários no momento de ruptura da relação de *morada*

se configuraria não apenas pela perda efetiva dos trabalhadores: as fugas contribuiriam para caracterizar o *senhor de engenho* em questão, tanto perante o conjunto dos *moradores* quanto perante os seus pares, os demais *senhores de engenho*, como um "mau senhor". Também a administração do engenho, base de sustento do seu prestígio, seria posta em xeque por esse mecanismo<sup>87</sup>.

A dívida contraída com o *barracão* constituía um elemento central no processo de internalização do esquema de dominação, pois era também nesse âmbito que o *morador* demonstrava ao *senhor* que era capaz e, portanto, responsável na administração dos recursos de que dispunha. Em consequência, ele ali demonstrava, também, que podia ser um bom *morador*. No entanto, havia *moradores* que, embora considerados bons trabalhadores pelo *senhor de engenho*, podiam cair, por circunstâncias diversas, em um crescente endividamento. Para isto podiam concorrer tanto razões ligadas à composição do grupo doméstico – maior número de consumidores que de produtores – quanto aquelas situações caracterizadas como "crises", motivadas, por exemplo, por doenças ou colheitas más. Nessas circunstâncias, e visando a permanência desses *moradores* dentro da propriedade, o *senhor* podia recorrer a vários mecanismos, entre os quais o parcelamento da dívida. Por meio desse parcelamento o *senhor* permitia ao *morador* endividado o acesso aos bens necessários à sua subsistência. Nessas circunstâncias, e com esse gesto, o *senhor* não apenas garantia a permanência do *morador* na propriedade como aprofundava ao mesmo tempo o reconhecimento por parte do *morador*, pois esse parcelamento aparecia a seus olhos como um gesto "bondoso" do *senhor*<sup>88</sup>.

Em resumo, o *morador* que tivesse demonstrado sua incondicionalidade com as atividades e ações em relação ao

---

(Sigaud, 1979, p. 40).

<sup>87</sup>A literatura referente ao caso de Pernambuco no período da escravidão destaca que a capacidade do *senhor*, enquanto gestor, se evidenciava, entre outros aspectos, nas condições de vida, na alimentação e nas roupas de seus moradores (Bello, 1948, p. 79).

<sup>88</sup>Um ex-*morador* assim se refere ao *barracão*: "Muitos moradores não faziam a feira, ficavam endividados no barracão e nem faziam a feira, só comprando no barracão. Agora ele, porque era muito bom, às vezes quando estava endividado no barracão, ele ajudava a fazer uma feira e tal, para eles desemprensar-se... esse era bom patrão, era bom demais".

*senhor*, ou seja, tivesse demonstrado que estava socializado no esquema de autoridade, era aquele que tinha, de fato, condições de se tornar mais independente do *barracão* e que poderia, portanto, até freqüentar as feiras fora da propriedade, tanto na qualidade de vendedor quanto na de comprador. E esse era um ideal almejado por todos os *moradores*.

Embora todo *morador*, enquanto tal, tivesse possibilidade de acesso a uma parcela que lhe permitisse o plantio dos produtos necessários à sua subsistência – *roçado* –, sua efetivação dependia da sua socialização no esquema de autoridade, pois só a identificação com o trabalho coletivo, isto é, com o engenho, garantia ao *morador* o acesso ao *roçado*, situação que era levada à sua expressão máxima com o acesso ao *sítio*. É precisamente essa identificação com o trabalho coletivo que nos ajuda a compreender por que aquele *morador*, que já internalizara as normas, visualizava como sendo condição para ter acesso ao *sítio* apenas “à disposição de cada um”<sup>89</sup>.

O *sítio* significava o acesso a uma parcela maior, que possibilitava um aumento tanto da produção como da *criação*. Pressupunha ainda a residência em um local isolado, que garantia também o acesso a fontes de água e de lenha.

Ao mesmo tempo em que significava o acesso a uma residência isolada, situada, como vimos no capítulo II, próximo às *grotas* e partes baixas das terras altas da propriedade (tabuleiros), o *sítio* significava também o usufruto de um espaço individual que diferenciava quem o desfrutava dos *moradores* que tinham residência no espaço coletivo do engenho, localizado próximo à *casa grande*. Esses *moradores* não dispunham de um “fundo de casa” individual, pois esses espaços não eram cercados. Assim, embora pudessem fazer *roçados*, não podiam criar animais que tivessem que ser criados soltos ou que exigissem um espaço maior. Assim a residência, nesse caso, limitava a variedade e quantidade de animais que podiam ser criados.

Por outro lado, o fato de receber um *sítio* significava que esse *morador* desfrutava de uma relação mais duradoura com o

---

<sup>89</sup>A esse respeito, transcrevemos trecho de uma entrevista com um *ex-morador*: “Não eram todos não, só quem tinha sítio é quem tinha condições e era melhor. Os moradores mais antigos, mas trabalhador... tinha morador que só queria ganhar o dinheiro e não queria fazer roçado. Não era todo mundo, só os que tinham coragem de plantar”.

*senhor de engenho*, relação representada, inclusive, pelas árvores de longo ciclo (frutíferas) que faziam parte do *sítio* e cujo plantio lhe era permitido. O *morador* com *sítio* – “morador pleno” – (Palmeira, 1976, p. 107) era o modelo que todos os moradores pretendiam atingir. Eram esses os *moradores* considerados mais próximos ao *senhor de engenho* e sua presença nos locais mais distantes dentro da propriedade contribuía para assinalar, também, a presença do *senhor de engenho* nos mesmos (Palmeira, 1976, p. 107).

Os *moradores* recém-incorporados ao engenho e que ainda não estavam socializados nas suas regras, não tinham acesso a *sítio*, e suas residências ficavam no espaço coletivo próximo ao *barracão*, do qual dependiam, submetendo-se, portanto, ao controle mais direto do *senhor de engenho* ou de seus prepostos.

É precisamente a essas diferenças que o *senhor de engenho* estabelecia entre o conjunto dos *moradores* a ele ligados que se acrescentava a dívida moral e, portanto, também a fidelidade dos *moradores* para com ele. Assim, cada nova concessão, ou “prêmio”, acentuava e, portanto, garantia a reprodução dessa relação de dominação.

O *senhor de engenho* podia aprofundar ainda mais essa diferença entre os *moradores* permitindo também a alguns dos que já usufruíam de *sítio*, o plantio de cana nos mesmos. Essa concessão pressupunha uma ampliação do tamanho da parcela de que o *morador* desfrutava. Quando possível, a nova parcela concedida era próxima ou contígua ao *roçado* de que o *morador* já dispunha. No caso da cana, por se tratar de cultivo que pertencia ao *senhor de engenho*, o *morador* que obtinha a permissão de cultivá-la era colocado em posição homóloga à do senhor. Na realidade, porém, essa nova concessão contribuía não apenas para aumentar a fidelidade do *morador* ao *senhor* como também o tornava mais dependente dele, pois a cana ali produzida só podia ser moída e comercializada pelo próprio *senhor de engenho*.

Finalmente, embora não menos importante, outro elemento que contribuía para acentuar a diferença entre os *moradores* com *sítio* era a eleição de alguns dentre eles para serem *cabos*. Enquanto tais, eram eles que supervisionavam o trabalho rea-

lizado pelo conjunto dos *moradores*<sup>90</sup>. Por terem que controlar as atividades desempenhadas pelos moradores, os *cabos*, embora socialmente mais próximos do *senhor*, tinham que ter suas residências localizadas no *cercado* do engenho, lugar onde, como vimos, residiam os trabalhadores mais distantes socialmente do *senhor*.

Na realidade, cada uma dessas concessões acrescentava ao *morador* que as usufruía mais obrigações para com o *senhor* e, portanto, acentuava a desigualdade existente entre ambos. Assim, na medida em que se tornavam mais autônomos, eles eram cada vez mais submetidos, porque mais fiéis e leais ao *senhor*. Em outras palavras, os *moradores* considerados mais "livres" o eram precisamente porque tinham demonstrado maior adesão ao *senhor de engenho*, tendo internalizado em maior medida, portanto, as normas desse sistema de dominação.

A reprodução da relação *morador-senhor de engenho*, implicava um esforço permanente do *senhor*, que devia intervir, sob diferentes formas, em todos os níveis da vida do *morador*. Esse esforço praticamente cotidiano do *senhor* era vivido pelos *moradores* que o representavam percorrendo a cavalo a propriedade durante a jornada de trabalho, visitando os *moradores* isolados nos *sítios*<sup>91</sup> ou ainda, durante as horas de descanso, na varanda da *casa grande*, observando o que ocorria no espaço coletivo do engenho.

O *senhor de engenho* controlava, por exemplo, ainda que de forma indireta, quanto e quando os *moradores* deviam beber, estabelecendo, inclusive, limites à quantidade de bebida que lhes podia ser vendida ou até proibindo a venda de bebidas no *barracão*. É necessário recordar que o *barracão*, por se situar nas proximidades da *casa grande*, ficava sob as vistas do *senhor* e era o local onde os *moradores* se reuniam ao final da jornada de trabalho. O controle exercido sobre a bebida não significava que ela fosse permanentemente proibida aos *moradores*, queremos ressaltar apenas que essa área também estava sob o controle do

---

<sup>90</sup>Embora a mencionada no texto não seja a única forma de recrutamento dos *cabos*, é necessário destacar que ela foi constatada como recorrente na área estudada e, como tal, tratar-se-ia de uma variante diferente da conhecida para o caso da *plantation* pernambucana onde ela não foi registrada.

<sup>91</sup>A importância do cavalo como símbolo da figura do *senhor de engenho* aparece também na literatura (Freyre, 1937, p. 88).

*senhor de engenho*. Nesse sentido, é interessante o relato dos *moradores* que, ao referirem-se a esse aspecto, mencionam a proibição da venda de bebidas no *barracão* ao mesmo tempo em que destacam que ela lhes era oferecida pelo *senhor de engenho* nos dias festivos e até nos dias da semana, ao final de cada jornada de trabalho, ocasião em que alguns *senhores de engenho* distribuíam uma medida de bebida a todos os *moradores*<sup>92</sup>. O controle sobre as bebidas devia-se ao fato de que, aos olhos do *senhor de engenho*, ela podia levar à ocorrência de conflitos entre os *moradores* ou, ainda, à perda do dia de trabalho por parte de quem bebesse em excesso, situações que não eram do seu interesse.

Nos dias de trabalho, ou seja, durante a semana, só era permitido ao *morador* sair do engenho quando mandado, por qualquer motivo, pelo próprio *senhor de engenho*<sup>93</sup>. À exceção desses casos, só nos dias feriados é que o *morador* podia sair livremente do engenho.

No controle exercido sobre os *moradores* e suas famílias, o *senhor de engenho* era auxiliado pelos seus homens de confiança, especialmente pelo administrador, *empregado* que era, na realidade, os olhos e ouvidos do *senhor* quando este não estava presente. Precisamente pelo lugar que ocupava, ele era, na visão dos *moradores*, a figura centralizadora dos conflitos. Embora o *barracão* pertencesse, como tudo na propriedade, ao *senhor de engenho*, sua administração era delegada ao *empregado*<sup>94</sup>. Mesmo localizado dentro do *cercado* e, portanto,

---

<sup>92</sup>A esse respeito, disse um *ex-empregado* de engenho: "O senhor não gostava que o morador bebesse. Agora, aqueles que trabalhavam no engenho, quando era na hora de largar o serviço, ele dava uma cachaça na casca do coco. Era o senhor que dava. Agora quando iam à feira, aí eles bebiam. Bebiam só quando saíam do engenho. Se alguém chegasse bêbado, ele o chamava e se vinha outra vez bêbado botava para fora".

<sup>93</sup>Nesse sentido, são ilustrativas as palavras de um *ex-morador*: "Na semana ninguém saía do engenho, só se fosse mandado para fazer alguma encomenda do senhor X".

<sup>94</sup>Na Área, o *empregado* que administrava a propriedade era também o administrador do *barracão*. Não obstante, há indicações de que em outras áreas de *plantation* tratar-se-ia de pessoas distintas (Palmeira, 1976). A partir dos dados de que dispomos, podemos pensar que essas variações podem estar ligadas ao tamanho da propriedade em relação ao número de *moradores* ali estabelecidos. Quando o *barracão* é responsabilidade de uma pessoa exclusivamente, quem o administra é chamado de *barraqueiro*.

sob o controle direto do *senhor*, aos olhos dos *moradores* ele era controlado pelo *empregado* que, em conseqüência, lhes aparecia sempre como o responsável pelos problemas que ali ocorressem. Aliás, todos os conflitos que surgissem, em qualquer nível, e capazes de provocar até o abandono da propriedade por um *morador*, eram vividos por este como conseqüência de conflitos suscitados com o *empregado*.

Embora de fato, como já vimos, nenhuma resolução fosse tomada sem o conhecimento e o consentimento do *senhor de engenho*, situação que prevalecia desde o momento em que o *morador* era incorporado enquanto tal, este atribuía freqüentemente a responsabilidade da sua saída ao *empregado*.

Uma vez desatado o conflito entre *morador* e *empregado*, o *senhor* freqüentemente intervinha explicitamente, na qualidade de mediador, e essa intervenção contribuía para preservar sua imagem perante o *morador*. Para o *senhor*, manter uma boa imagem era importante pois era o que lhe garantia a manutenção de uma relação de dominação, inclusive com aqueles que deixavam de ser seus *moradores*. Dessa forma, ele podia continuar contando com aquele trabalhador quando dele necessitasse para serviços eventuais e preservava, ainda, a sua lealdade. Ao mesmo tempo, o *morador* podia continuar contando com o auxílio do proprietário em caso de necessidade. Assim, a saída, longe de quebrar a relação, muitas vezes a solidificava, ampliando, em conseqüência, a área de influência do proprietário, fato de fundamental importância no caso dos pequenos produtores situados nas proximidades<sup>95</sup>. Em algumas ocasiões, dependendo do tipo de infração e do tipo de relação existente, era até possível obter o perdão do *senhor*<sup>96</sup>.

Não obstante, havia ocasiões em que o *senhor de engenho* intervinha diretamente no conflito, já não apenas como mediador. Isso se dava em geral em casos que, por significar uma ameaça de caráter público, exigiam uma sanção que tivesse

---

<sup>95</sup>Disse um pequeno produtor, vizinho de um engenho, que em determinado momento passou a ser *morador*: "Eu me abusei com o empregado, ele encheu comigo e eu enchi com ele. Ele saiu tão danado que falou ao patrão. Eu fui me embora, para minha casa (*sítio*) mas fiquei trabalhando para ele em serviços que ele precisava".

<sup>96</sup>Essa imagem do *senhor* como figura "misericordiosa" é assinalada por Bello, 1948, pp. 79-80.

caráter igualmente público e que fosse, ao mesmo tempo, exemplar. Uma circunstância como essa tornava necessária a intervenção explícita do *senhor*, pois eram casos que envolviam a violação de normas de caráter "moral", como agressões físicas de cunho sexual. Nessa eventualidade, a expulsão do *morador* não era suficiente, devendo a punição assumir um caráter exemplar e a intervenção do *senhor* tornava-se condição para a preservação da imagem tanto do engenho como dele próprio.

Essa intervenção, no entanto, era excepcional, pois o poder do *senhor* residia precisamente na dominação potencial e não efetiva que ele exercia: era tanto mais poderoso quanto menos ostentasse sua autoridade. Era, nesse jogo, portanto, que residia sua capacidade enquanto gestor<sup>97</sup>.

São abundantes as descrições da literatura que caracterizam o *senhor de engenho* como tendo atribuições de juiz, de polícia e até de pároco, assinalando, desta forma, as áreas em que intervinha. Essa intervenção, inclusive, impedia a interferência de qualquer outra autoridade de fora dos limites do engenho<sup>98</sup>.

Se o "atrair" o *morador* implicava um esforço permanente e até diário, era também diariamente, em conseqüência, que a dívida do *morador* para com ele se renovava. Entretanto, havia momentos especiais, que se somavam aos outros, em que a relação dominação/dívida correspondente se atualizava. Eram momentos de renovação coletiva.

Às festas do início da safra "botada" e "pêja" para o fim da mesma, agregavam-se as de São João e Natal<sup>99</sup>, além de outras festas, como a do aniversário do *senhor de engenho*. Estas eram ocasiões das quais os *moradores* participavam. No caso das festas familiares do *senhor*, os *moradores* recebiam comida e seus bailes se realizavam de forma simultânea ao baile do *senhor*, em locais separados, mas sempre no *cercado* do engenho. É

---

<sup>97</sup>Estas características foram assinaladas por diversos autores. Referindo-se ao *senhor de engenho* no século XVII, disse Antonil: "Deve o senhor de engenho ter capacidade, modo e regência que se requer na boa disposição e governo de todos, na eleição dos feitores e fiscais, na boa correspondência com os lavradores, no trato da gente sujeita" (Antonil, 1977, p. 76).

<sup>98</sup>Este fato é assinalado como sendo constitutivo do sistema de *plantation* (Bedford, 1972, p. 64; Thompson, 1964, p. 31) e, portanto, está presente no caso da *plantation* da América Central por eles analisado.

<sup>99</sup>Diegues (1952) menciona para a área de *plantation* alagoana as festas da "botada" e "pêja" para o início e fim da safra, respectivamente.

interessante assinalar que a literatura destaca também as festas como área de controle do *senhor*, a isto estando ligado o fato de se realizarem em frente à *casa grande*<sup>100</sup>.

Por ocasião das festividades do Natal, os *moradores* recebiam a carne de um animal carneado na propriedade para esse fim e, em São João, festa do milho, recebiam do *senhor* as bebidas que complementavam as comidas feitas com os grãos obtidos de seus *roçados*.

### 3. Trabalho Coletivo, Trabalho Individual e Ciclos de Vida

A combinação entre o trabalho desenvolvido pelo conjunto dos *moradores* – trabalho para o engenho – e o trabalho realizado individualmente por cada *morador* no *roçado*, ao mesmo tempo que garantia a manutenção dos *moradores* constituía o mecanismo pelo qual o engenho garantia sua própria reprodução.

A complementaridade existente entre os ciclos produtivos dos produtos que eram plantados em um e outro âmbito contribuíam para isso. No ciclo agrícola da cana, cultivo básico do engenho, a safra era o momento em que a demanda de trabalhadores aumentava. Nessa ocasião, exigia-se dos *moradores* um maior número de dias dedicados ao trabalho para a propriedade. Esse momento do ciclo agrícola do cultivo do engenho coincidia com uma diminuição do trabalho exigido pelos cultivos feitos pelos *moradores* no seu *roçado*, favorecendo-se, portanto, essa combinação. Inversamente, o momento de plantio e limpeza da cana, que exigia menor intensidade de trabalho, correspondia à época em que os cultivos dos *moradores* demandavam uma intensificação de trabalho (preparação da terra para o plantio, plantio e limpeza dos mesmos).

Mas não era apenas nos diferentes momentos do mesmo ciclo agrícola que essa complementaridade se revelava eficaz. Essa combinação era eficaz também, e fundamentalmente, em diferentes momentos, como de expansão ou crise, que o engenho podia eventualmente atravessar.

---

<sup>100</sup>Bello, ao referir-se ao sul de Pernambuco e norte de Alagoas, assinala também o controle do *senhor* nas festas dos *moradores* que eram por isso realizadas em frente à *casa grande* (Bello, 1948, pp. 285-6).

Nas épocas de crise, a existência de *roçados* de usufruto individual dos *moradores* permitia que o engenho se retraísse, inclusive com a diminuição do plantio do produto que o representava, continuando a manter ao mesmo tempo no seu interior a massa de *moradores*. Nessas circunstâncias, os *moradores*, menos exigidos pelo trabalho coletivo do engenho, passavam a se reproduzir individualmente, intensificando o cultivo dos *roçados*. Assim, garantiam sua reprodução através dos produtos que eles mesmos produziam.

Ao contrário, nos momentos de expansão do cultivo do engenho, em que a incorporação de novas parcelas para o cultivo da cana exigia um maior número de braços, a combinação entre os ciclos dos produtos plantados nos dois âmbitos imperava e, nessa circunstância, caso o número de trabalhadores dentro da propriedade não fosse suficiente para o cumprimento das tarefas demandadas, recorria-se à incorporação de novos trabalhadores em caráter temporário ou mesmo permanente.

Nesse conjunto de atividades, a esposa do *morador* e seus filhos solteiros, enquanto membros do grupo doméstico<sup>101</sup> contribuía, ainda que de forma diferente segundo o sexo e a idade, conjuntamente com o *morador*, para o cumprimento das tarefas que lhes eram exigidas, ajudando, assim, no sustento do grupo doméstico.

Nesse sistema, a existência da "família" do *morador* ocupava um lugar central, lugar que era ressaltado no próprio ato de incorporação de trabalhadores enquanto *moradores*. Essa incorporação pressupunha, como vimos, o conhecimento dos antecedentes relativos a seu trabalho e responsabilidade em todos os âmbitos. Os bons antecedentes, entretanto, se eram condição necessária, não eram suficientes para assegurar a incorporação de um trabalhador como *morador*, pois havia uma outra exigência: só podia se tornar *morador* quem já fosse chefe de família.

Homens sozinhos não eram incorporados como *moradores*. Ainda que fosse possível encontrar homens sozinhos residindo nos engenhos e ainda que os incorporasse nas mais diversas

---

<sup>101</sup>Entende-se por grupo doméstico o conjunto de indivíduos que habitam uma mesma casa e possuem uma economia doméstica comum, cf. Galeski, 1972; Tepicht, 1973.

circunstâncias (como o excesso de colheita; enfim, sempre que as necessidades da propriedade não pudessem ser atendidas pelo conjunto de *moradores* ali estabelecidos), essas situações eram sempre vistas como exceção. A relação estabelecida com esses trabalhadores era, pois, considerada precária e não lhes era concedida uma casa individual – vários homens eram agrupados numa mesma casa<sup>102</sup>. Assim, mesmo que residissem durante muito tempo ou até toda a vida na propriedade, a relação com eles mantida permanecia sempre caracterizada como precária. Não tendo acesso a uma *casa*, tampouco tinham direito de acesso a uma parcela onde fazer cultivos e a expressão utilizada para caracterizar o lugar onde se alojavam revela a precariedade da situação: residiam em *barracos* ou *galpões*, nunca em *casas*.

"Ter família" assumia tal importância que o *morador* que perdesse a mulher e não tivesse filhos que ficassem residindo com ele, deixando de constituir um grupo doméstico, retornava à condição de solteiro, perdendo, em conseqüência, a *casa* e o acesso à parcela de cultivos.

Situação idêntica ocorria com as esposas dos *moradores* que enviuvavam. Se tinha filhos que pudessem assumir o lugar do pai como *morador*, ela podia manter sua *casa* dentro da propriedade. Quando isto não era possível, porém, perdia o direito à mesma. A exceção se dava quando a viúva do *morador*, por ter ela mesma ligação com a esposa do *senhor de engenho*, por ser ou ter sido empregada na *casa grande*, podia prosseguir nesse trabalho e, em conseqüência, continuar usufruindo da *casa*. Afora essa circunstância, a viúva sem filhos só podia permanecer no engenho se passasse a residir na unidade doméstica originária, caso fosse filha de um *morador*, ou se se integrasse ao grupo doméstico de algum parente próximo que já fosse *morador* do engenho.

Só o trabalhador que tivesse família, portanto, podia se tornar *morador*. A condição da maioria só era obtida mediante o casamento. Quando se atenta para esse contexto, compreende-se melhor a expressão utilizada correntemente pelos trabalhadores que, ao se referir à condição de *moradores* no

---

<sup>102</sup>O seguinte trecho de entrevista ilustra o que dissemos: "Solteiro era naqueles barracos, eram dez num barraco. O pessoal passava ali um ano ou dois e tal, depois ia-se embora..."

passado, afirmam que "o documento do pobre era a família". A existência da "família" garantia o trabalhador em termos morais. Tendo a responsabilidade de sustentá-la, ele oferecia à propriedade a garantia da continuidade no trabalho, assim como o cumprimento do conjunto de obrigações que lhe eram impostas<sup>103</sup>.

Embora significasse, de fato, a existência de braços disponíveis dentro do engenho, a família do *morador* significava também, em última instância, a garantia da reprodução, no seu interior, de novos *moradores* ou, em outras palavras, de novas unidades domésticas. A combinação existente entre o trabalho coletivo – para o engenho – e o trabalho individual – o *roçado* do *morador* – ao garantir, no interior do engenho, a reprodução do grupo doméstico do *morador*, garantia de fato também a reprodução de novos *moradores* e, portanto, assegurava a continuidade do próprio engenho.

Era reconhecido pelo conjunto dos *moradores* que tudo o que existia no engenho pertencia ao *senhor*<sup>104</sup> e, por conseguinte, a ele também pertencia a parcela em que o *morador* fazia o seu *roçado*. Embora guardasse para si, na qualidade de proprietário, a redistribuição das parcelas em que os *roçados* seriam feitos, o *senhor de engenho* as reconhecia como áreas de autonomia do *morador*, tanto no que diz respeito ao controle do processo de trabalho que ali teria lugar quanto no usufruto dos produtos conseguidos. Esse reconhecimento por parte do *senhor* também se manifestava nas situações consideradas limites. Se o *senhor* podia exigir dos *moradores* um maior número de dias de trabalho em determinadas circunstâncias consideradas como de "precisão" do engenho, uma vez superada a situação e resta-

---

<sup>103</sup>Um trecho da entrevista realizada com um ex-*morador* esclarece bem o que acabamos de afirmar: "Os homens solteiros eles não davam casa, não tinham família eles não queriam não, eles botavam esses homens nos barracos. Nesse tempo o documento do pobre era a família. Dependia da família, sem família não tem documento nenhum. Se tinha família podia fazer tudo, sem família era ladrão, porque o camarada sozinho no mundo não era bom".

<sup>104</sup>Esse reconhecimento dos *moradores* atualizava-se em diversos momentos e sob diferentes formas. Como exemplo podem ser mencionados os frutos da primeira colheita do *roçado* ou a primeira carga de frutas do *sítio*, que eram oferecidos ao *senhor*, assim como também lhe eram oferecidos os melhores peixes pescados nas lagoas ou rios da propriedade. Esses aspectos são destacados também por Palmeira (Palmeira, 1976).

belecionada a situação "normal", o proprietário diminuía o número de dias de trabalho habitualmente exigidos para o engenho, compensando assim o prejuízo ocasionado no trabalho desenvolvido no *roçado* durante a vigência da "precisão".

O trabalho para o *engenho* era executado pelo conjunto dos *moradores*, agrupando, por conseguinte, diferentes grupos domésticos que realizavam tarefas sob as ordens do *empregado do senhor de engenho*. Como seu representante, ele tinha o controle de todo o processo de trabalho, e, nesse âmbito, não cabia nenhum poder de decisão aos *moradores* que o executavam sob suas ordens.

Assim como o trabalho para o *engenho* era da responsabilidade do *senhor de engenho*, o trabalho desenvolvido na parcela de usufruto individual do *morador*, era da inteira competência e responsabilidade deste. Ainda que o trabalho feito para o *senhor de engenho* fosse, de fato, o que tornava possível a existência do *roçado*, este era o fundamental na perspectiva do *morador*, pois era sua área de autonomia enquanto chefe de família.

Essa situação é bem expressa pelo *morador* quando, ao contrapor o trabalho efetuado para o engenho àquele desenvolvido no *roçado*, refere-se ao primeiro como trabalho *alugado*:

*"A gente trabalhava alugado que era para manter a gente que era pobre, e então naquelas horas que vinha mais cedo e fazia o roçado."*

Nesse contexto, o trabalho *alugado* – realizado para o engenho e sob o controle de outro – opõe-se ao trabalho efetuado no *roçado*, considerado "trabalho para si"<sup>105</sup>.

Mas o *senhor de engenho*, ao delegar a responsabilidade do âmbito do *roçado* ao *morador*, por esse mesmo ato constituía o *morador* como o único responsável pela manutenção do seu grupo doméstico.

Conforme já mencionamos, o *senhor de engenho* estabelecia relações com o *morador* enquanto chefe de família e,

---

<sup>105</sup>A distinção entre "trabalho alugado" em oposição a "trabalho para si" é também feita pelos pequenos produtores do Agreste de Pernambuco. Ali o "trabalho alugado" designa o trabalho realizado em terras alheias e sob o controle de outro (Garcia, 1983a).

por isto, este se constituía no único responsável pelo trabalho que devia ser desenvolvido para o engenho. Assim, o trabalho efetuado pelo *morador* para o *engenho*, se por um lado materializava a relação de dominação, ao mesmo tempo colocava o *morador* perante o seu grupo doméstico como o único "maior de idade" e, portanto, o único responsável. Em outras palavras, o fato de ser o *morador* o único, dentro do grupo doméstico, que mantinha ligação com o *senhor*, contribuía e dava sustentação à sua autoridade frente ao mesmo.

Os filhos do *morador*, portanto, só adquiriam maioria para abandonar definitivamente o grupo doméstico, mais especificamente, com o casamento, momento em que tinham a possibilidade de se tornar por sua vez *moradores* e, nessa condição, ter direito a *casa* e *roçado*.

Por ser o sustento dos membros do grupo doméstico da responsabilidade do *morador*, chefe de família, o conjunto de atividades que o proviam era também do seu âmbito de decisão, incluindo-se aí tanto as atividades desenvolvidas para o engenho quanto as que tinham lugar no *roçado* e as exigidas pela criação dos animais. Os membros do grupo doméstico, embora com diferenças segundo o sexo e a idade, contribuía para esse conjunto de atividades e, através dessa participação, eram treinados para o trabalho agrícola. Como corolário, estavam sendo simultaneamente preparados para constituir novas unidades domésticas<sup>106</sup>.

Desde aproximadamente os dez anos de idade, os filhos do *morador* começavam a ser treinados, de forma sistemática, no trabalho agrícola e o faziam através das diversas tarefas que começavam a executar no *roçado*. Até então, os filhos estavam ligados à casa e, em consequência, executavam algumas tarefas a ela ligadas, como a busca de lenha e o provisionamento de água, entre outras. É necessário ressaltar que essa incorporação sofria variações conforme a composição familiar. Assim, pois, a existência ou não de filhos com mais idade retardava ou acelerava essa incorporação.

---

<sup>106</sup>Inspiramo-nos aqui no conceito do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico tal como o encontramos em Fortes (Fortes, 1958). Essa análise dos grupos domésticos em termos de ciclos de vida permite compreender melhor as relações sociais que dão fundamento à divisão do trabalho por sexo e idade existente nessas unidades sociais.

Só posteriormente, em torno dos 13 ou 14 anos de idade, é que os filhos do *morador*, além das atividades que desenvolviam no *roçado*, começavam a trabalhar numa parcela para usufruto individual que, embora sendo parte do *roçado* do *morador*, era por este cedida aos filhos, era o *roçadinho*<sup>107</sup>. O acesso ao *roçadinho* pressupõe um trabalho desenvolvido previamente no *roçado*<sup>108</sup>. Diferente do produto obtido no *roçado*, que se destinava ao consumo do conjunto dos membros do grupo doméstico, considerado prioritário, o produto obtido na parcela de usufruto individual se destinava à aquisição de bens de consumo individual – roupas, sapatos, festas, etc. Era objeto de reconhecimento social que esse tipo de consumo aumentasse de acordo com a idade dos membros. Enquanto não se desenvolviam as tarefas no *roçado* e, portanto, não se usufruía do *roçadinho*, esses bens, reconhecidos como menos importantes socialmente que os produtos fornecidos pelo *roçado*, eram fornecidos a esses membros mediante a *criação* que a esposa do *morador*, a mãe de família, possuía.

Assim, só tinham acesso a uma parcela de usufruto individual aqueles membros que participassem das atividades do *roçado*, e os dias em que seriam desenvolvidas atividades em um ou outro âmbito eram delimitados pelo *morador* enquanto chefe de família. O limite no número de dias dedicados ao trabalho no *roçado*, unido à redistribuição das parcelas dedicadas aos *roçadinhos*, decididos pelo *morador*, eram os limites impostos. O maior ou menor volume de atividades e, em consequência, a maior ou menor produção alcançada estavam marcados, pois, pela "disposição de cada um", como disse um *ex-morador*, chefe

---

<sup>107</sup>Referindo-se a esse fato, disse um informante, filho de um *ex-morador* e criado no engenho: "Quando eu fui gente, meu pai me deu um pedacinho para plantar. Eram seis filhos e todos tinham sua rocinha. Tinha o roçado grande que era do meu pai. A gente trabalhava no roçado do velho e no roçadinho de cada um".

<sup>108</sup>Mais uma vez pode ser estabelecido um paralelo com as relações existentes entre os grupos domésticos dos pequenos produtores. Em estudos anteriores, que tinham como objetivo essas relações entre pequenos produtores de Pernambuco, atribuiu-se ao *roçadinho* um significado semelhante ao que aqui encontramos e descrevemos (Heredia e Garcia Jr., 1971; Heredia, 1979; Garcia Jr., 1983a).

de família, ao referir-se às atividades nesse âmbito desenvolvidas pelos membros do seu grupo doméstico<sup>109</sup>.

Ao deixar liberado tanto o ritmo quanto a intensidade do trabalho, "à disposição" de quem os usufruía, na verdade o *morador*, enquanto chefe de família, evitava conflitos que podiam ser suscitados caso fosse ele quem estabelecesse os limites da produção que ali deveria ser atingida. Dessa maneira, eram os membros "mais inteligentes", os que "trabalhavam mais", que obtinham uma produção maior.

A "disposição", como a caracterizava o chefe de família, constituía um mecanismo que incentivava a responsabilidade dos filhos que, dessa maneira, eram também socializados no trabalho agrícola. A existência do *roçadinho* contribuía ao mesmo tempo para assinalar o caráter de individualidade do filho que o usufruía, constituindo também uma forma de evitar os conflitos que poderiam surgir no momento da redistribuição, caso não existissem anteriormente. Se os filhos trabalhassem apenas no *roçado*, o chefe da família teria que abastecer o conjunto das necessidades de consumo individual de cada um dos membros, situação que poderia gerar conflitos em torno de uma redistribuição considerada não eqüitativa.

Simultaneamente às atividades do *roçado* e do *roçadinho*, os filhos do *morador* começavam também a realizar tarefas, em forma contínua, para o engenho e, em conseqüência, começavam a receber pagamento por esse trabalho. Essa incorporação ocorria, como vimos, em torno dos 13 ou 14 anos de idade. Até então, ainda que o *morador* pudesse levar seus filhos para trabalhar com ele, estes não recebiam pagamento em dinheiro, embora contribuíssem, de fato, com o seu trabalho, para o aumento da produção. Não obstante, é possível observar que, em algumas circunstâncias, os filhos recebiam um pagamento. Isso ocorria, por exemplo, quando o engenho necessitava intensificar o trabalho dos seus cultivos e requeria que o *morador* desenvolvesse tarefas em um número maior de dias. O pagamento desses dias extras, embora fosse feito ao *morador*, significava também um pagamento para os filhos que este incorporasse, operando como incentivo para que o fizesse. Nesses

---

<sup>109</sup>Disse um *ex-morador*, chefe de família: "Aqueles que tinham mais disposição, que eram mais inteligentes, tinham uma rocinha maior".

casos, o pagamento dos filhos era incluído na folha de pagamento do *morador* e correspondia à metade do que ele recebia. Esse fato contribuía para acentuar o caráter de minoridade dos filhos em questão, caráter também reconhecido pelo próprio *morador*: "nessas horas menino não ganhava o preço da gente, ganhava meia diária, ganhava meia diária de homem". A expressão utilizada, *menino*, e o tipo de pagamento recebido contribuía para assinalar o caráter de minoridade do filho em relação ao *morador*.

Os membros do grupo doméstico do *morador* reconheciam ser da responsabilidade deste, enquanto chefe de família, o trabalho efetuado para o engenho; ele é quem tinha essa "obrigação" e também essa responsabilidade. Esse reconhecimento vigorava ainda que, na prática, os diferentes membros do grupo doméstico realizassem tarefas para o engenho e, portanto, contribuíssem também para obter os meios necessários ao sustento do grupo. Essas situações, mesmo que fossem permanentes – como no caso dos filhos a partir de determinado momento de seu ciclo de vida –, eram caracterizados pelo *morador* como situações de precisão:

*"A obrigação era do pai de família, agora os filhos era para viver e comer na roça. Os filhos não tinham obrigação, ele (o senhor) exigia dos velhos, e os filhos, os pais, quando a precisão obrigava, iam com ele, e aqueles que não tinham precisão ficavam no roçado."*

Essa situação era também reconhecida por aqueles filhos que estavam, de fato, incorporados ao trabalho para o engenho:

*"Meu pai criou 13 filhos no engenho. Ele trabalhava alugado, sabe? cambitando cana, ele era morador. Ele trabalhava para o engenho e a gente trabalhava no roçado. Nesse tempo que meu pai criou a gente, ele trabalhava para ganhar aquela diária e a gente trabalhava na roça."*

A análise das situações caracterizadas como de "precisão" revela que eram extremamente diversificadas. Eram assim consideradas as situações "críticas", desde uma impossibilidade

momentânea do *morador*, por motivo de doença por exemplo, até situações decorrentes da composição e do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, como o caso dos filhos varões a partir de determinado momento do ciclo de vida. Também eram consideradas como tais as situações de "precisão" do engenho, entre elas, aquelas que demandavam uma intensificação no volume de trabalho dos *moradores* para o mesmo. Entretanto, nas situações de "precisão" do engenho que demandavam a incorporação dos membros do grupo doméstico do *morador*, as tarefas por eles realizadas, como foi assinalado, eram objeto de pagamento.

Na caracterização desse vasto leque de situações consideradas de "precisão", parece estar assinalado que a relação de dominação e a responsabilidade dela decorrente está referida especificamente ao morador enquanto chefe de família. Em todas as circunstâncias, era o *morador* quem decidia sobre a participação dos membros do seu grupo doméstico no conjunto das atividades que lhe fossem exigidas pelo engenho, e os membros do grupo doméstico assim viam sua participação nesse âmbito, conforme se expressa o filho de um antigo morador: "era o pai quem decidia quem ia com ele".

Se os filhos varões eram incorporados, a partir de determinado momento do seu ciclo de vida, às atividades agrícolas do *roçado* e conseqüentemente do engenho, era regra que as mulheres – esposa e filhas do *morador* – desenvolvessem atividades ligadas à casa, ainda que, na prática, elas freqüentemente desenvolvessem também atividades no *roçado*. Entretanto, o trabalho para o *engenho*, na medida em que implicava uma relação externa ao âmbito doméstico, cabia ao *morador* e aos filhos varões. Mas em algumas circunstâncias, consideradas como de "precisão", as mulheres podiam, e de fato às vezes eram incorporadas às atividades do engenho. Nessa eventualidade, as atividades por elas desenvolvidas eram consideradas como uma "ajuda", caracterização que acentuava que a responsabilidade pelas mesmas pertencia ao *morador* enquanto chefe de família. Ao mesmo tempo, as tarefas realizadas pelos elementos femininos no âmbito do engenho em situações consideradas como de "precisão" do mesmo, eram objeto de pagamento menor, e, como tal, eram colocadas em posição equivalente às dos filhos considerados *meninos*.

A partir do momento em que os filhos dos *moradores* eram incorporados ao trabalho coletivo para o engenho, considerava-se que tinham condições de realizar as mesmas tarefas que o *morador* efetuava, e o pagamento expressava isso. É então que o filho era considerado *rapaz*, estando, como tal, em condições de se tornar *morador*. Não obstante, enquanto continuava a fazer parte do grupo doméstico, continuava a depender da autoridade do *morador*, sendo portanto ainda considerado menor de idade.

O caráter de minoridade do *rapaz*, porém, já não era mais marcado por um pagamento menor, e sim sob outras formas. O dinheiro correspondente ao trabalho que realizava para o engenho, ainda que igual ao pago ao *morador*, era entregue diretamente a este último, e, somado aos recursos que o próprio *morador* recebia, era destinado a assegurar o consumo do conjunto dos membros do grupo doméstico, âmbito que era da responsabilidade do *morador*.

Essa situação era de fato reconhecida pelo próprio filho que, embora trabalhasse de forma efetiva para o engenho, via esse âmbito como pertencente ao *morador*, o que é bem expresso na formulação "eu trabalhava pro pai". "Trabalhar pro pai" inclui tanto as atividades no *roçado* do *morador* quanto as atividades desenvolvidas para o engenho, e ambos os âmbitos eram contrapostos ao "trabalho para si", o qual, no caso do filho, tinha lugar no *roçadinho*.

Ao executar as tarefas para o engenho de forma sistemática, o filho do *morador* passava do âmbito doméstico, constituído pelo binômio *casa-roçado*, para o âmbito do engenho, e ao participar deste último estava também sendo treinado para se tornar um *morador*. Era a partir desse momento do seu ciclo de vida que o filho do *morador* começava a participar das reuniões masculinas que ocorriam no *barracão*, o espaço coletivo do engenho.

O caráter de minoridade desses membros era marcado, portanto, pela exigência da mediação do *morador*, chefe da família, em todos os âmbitos de decisão que dizem respeito à vida desses membros. Assim, por exemplo, nas situações de conflito em que os filhos do *morador* porventura se envolvessem, tanto no que diz respeito ao trabalho como ao lazer (bebidas, festas, etc.), o *senhor de engenho* ou seus prepostos não intervinham diretamente. Nessas circunstâncias, o *morador* era informado e a expectativa era de que fizesse uso da sua

autoridade paterna. Por vezes, no entanto, os conflitos que envolviam os diferentes membros significavam ameaça à autoridade do *morador* enquanto chefe de família. Nessas ocasiões, o conflito podia desencadear até o abandono do engenho, não apenas do membro do grupo doméstico em questão como do próprio *morador*. Entretanto, à exceção dessas situações limites, era em geral o próprio *morador* quem exercia sua autoridade, evitando a ocorrência de conflitos; se eles ocorriam, era também o *morador*, enquanto chefe de família, quem assumia o castigo, excluindo até, se fosse necessário, o filho não adaptado da possibilidade de se tornar *morador*<sup>110</sup>.

No interior da unidade doméstica do *morador* reproduzia-se, pois, uma situação homóloga à que existia entre o *morador* e o *senhor de engenho*: o que o *senhor de engenho* exigia do *morador*, este exigia dos membros do seu grupo doméstico.

Assim como o *roçado* do *morador* pressupunha o trabalho prévio para o engenho, considerado prioritário, o mesmo ocorria no interior do grupo doméstico do *morador*. Seus membros tinham acesso ao usufruto de uma parcela individual por terem desenvolvido previamente atividades no *roçado*. Essa homologia se reproduzia, inclusive, no mecanismo de funcionamento dessa combinação: dias investidos, destino da produção por eles obtida e controle do trabalho ali realizado. Nesse sentido, é interessante destacar que a expressão utilizada pelo *morador*, chefe de família, para se referir ao *quantum* de trabalho realizado por seus filhos no *roçado* individual – como sendo “os mais inteligentes” os que obtinham uma maior produção –, é a mesma expressão usada para justificar a diferença de tamanho da parcela usufruída e a produção atingida pelos diversos *moradores* nas parcelas que lhes eram concedidas pelo *senhor*. Ao mesmo tempo, assim como o *morador* diferencia o “trabalho para si” do trabalho para o proprietário, assim também o faz o filho do *morador*, “a gente trabalhava no roçado do pai e no roçadinho de cada um”.

Podia-se afirmar que um *morador*, enquanto chefe de família, era também um *bom morador*, e que o *senhor de engenho* era um *bom senhor de engenho*, na medida em que

---

<sup>110</sup> Assim refere-se um *ex-morador*: “Eles (filhos) me ajudavam, em vez de vadiar me ajudavam. É assim que um pai de família cria os filhos, é no trabalho. Meu pai criou assim a gente, ele dizia: eu não quero vadios na minha casa”.

fossem capazes de reproduzir essa relação no interior de seus respectivos grupos domésticos.

Assim como o *morador* era quem "manipulava" tudo o que se relacionasse com o grupo doméstico, especialmente no âmbito *casa-roçado*, o *senhor de engenho* era visto pelo conjunto de seus *moradores* como "pai que tem que manipular tudo no engenho"<sup>111</sup>. Assim, pois, o *senhor de engenho* era visto como responsável pelos *moradores* que a ele estavam ligados também pelos seus pares, os outros *senhores de engenho*. Os atos cometidos pelos *moradores* que afetassem diretamente outros *senhores de engenho*, ou *moradores* a eles ligados, exigiam a intervenção do *senhor de engenho* a quem estivesse ligado o *morador* que ocasionara o problema, cabendo-lhe tomar as devidas providências. Em todos os casos, a reclamação não era feita ao *morador* em questão, mas ao *senhor*.

Entre os documentos integrantes do arquivo de um *engenho*, pudemos ler uma carta em que um *senhor de engenho*, informado sobre a ação cometida por três de seus *moradores*, comunica as providências que tomará<sup>112</sup>. Em resumo, as questões entre *moradores* sempre exigiam a intervenção dos *senhores de engenho* enquanto responsáveis por eles.

Como já foi destacado, era no *roçado* que se materializava a área de autonomia do *morador* enquanto chefe de família, e era também nesse âmbito que os filhos eram treinados para o trabalho agrícola, assim como também, e simultaneamente, em um esquema de dominação específico.

Ao reproduzir no interior do seu grupo doméstico o trabalho coletivo e o trabalho individual com características semelhantes às estabelecidas pelo *senhor de engenho*, o *morador* acabava reproduzindo em sua área, e no nível do seu grupo

---

<sup>111</sup>Essa situação é expressa por um *ex-morador*, em relação ao *senhor de engenho*: "todo mundo tinha que obedecer (ao senhor), é aliás, como o pai de família, o pai de família não é o chefe da casa? Então, ele tinha que ser o pai de família, e todos deviam obedecer a ele".

<sup>112</sup>Resposta do *senhor de engenho* quando informado da ação de seus *moradores* (25 de dezembro de 1912): "Sciente do que Va.Sa. comunicara-me por carta remetendo-me três moradores d'aqui que fizeram essa noite ahi um barulho. Estou providenciando para remette-los a Policia de S. Miguel. Queira me desculpar pelos factos como este são inteiramente contra a mª vontade.

Com toda estima e consideração subscrevo-me,  
assinatura".

doméstico, novas unidades domésticas de *moradores*. O *morador* melhor socializado seria, também, aquele que tivesse mais possibilidades de constituir novas unidades domésticas de *moradores*, garantindo assim, em última instância, a reprodução do engenho enquanto sistema de relações sociais.

A importância que tinha a família do *morador* para o *senhor de engenho* nesse esquema de dominação se expressava na participação deste em todos os momentos fundamentais do ciclo de vida do grupo doméstico do *morador*. Eram o *senhor* e/ou sua esposa – a *senhora de engenho* – os escolhidos como padrinhos de batismo, assim como também era o *senhor* quem muitas vezes doava uma cabeça de gado por ocasião do casamento e quem dava assistência à família do *morador* em caso de doença ou morte. No casamento de um filho do *morador*, situação que efetivava a reprodução da relação enquanto momento de desmembramento e constituição de nova unidade doméstica, a participação do *senhor* se expressava não apenas através de presentes mas, fundamentalmente, na concessão da *casa de morada*.

Para que a relação estabelecida entre o *senhor de engenho* e o *morador* pudesse ser reproduzida, era necessário, todavia, que fossem estabelecidas relações entre os grupos domésticos do *morador* e do *senhor*<sup>113</sup>. Essas relações contribuía também, em última instância, para que os filhos dos *moradores* se tornassem *moradores*, assim como para que os filhos dos *senhores de engenho* fossem socializados para se tornarem, eles mesmos, *senhores de engenho*.

Embora a relação *morador-senhor de engenho* permeasse o conjunto das relações dos membros de ambos os grupos domésticos, pressupondo a mediação de seus representantes, a administração da relação que envolvia ambos os grupos domésticos variava segundo se tratasse de áreas femininas ou

---

<sup>113</sup>Sobre o caráter não transferível da relação *morador-senhor* aos membros de seus grupos domésticos, é interessante o relato de um *morador* sobre um conflito cujo eixo foi uma *senhora de engenho* que assumira o controle do engenho depois da morte do marido: "Depois que ele morreu, eu fiquei morando lá. Eu estava mais um pedreiro trabalhando na casa da Dona X e eu pedi uma vasilha à cozinheira. Eles aí deram mal trato. Aí a dona encheu comigo e eu disse Dona X será possível? está com 18 anos que eu moro aqui e nunca levei recado do Sr. Y e agora levo recado da senhora sem merecer, não dá certo. Aí vim me embora..."

masculinas e segundo o ciclo de vida de seus membros. Ainda que o *senhor de engenho* representasse o engenho, sendo portanto aquele que se relacionava com o conjunto de *moradores*, havia um âmbito de atividades consideradas especificamente femininas e que, como tais, cabiam à *senhora de engenho*. Embora na prática nem todas as *senhoras de engenho* cumprissem esse papel, cabia-lhes uma participação ativa nos momentos centrais do ciclo de vida do grupo doméstico do *morador*: batismos, casamentos ou morte. Competia-lhes não só ajudar com o enxoval mas participar de todos os preparativos, inclusive arranjar um padre para officiar as cerimônias.

A *senhora de engenho* também atuava em outras ocasiões festivas, como no Natal, quando era a encarregada de distribuir presentes às famílias dos *moradores*. Era também de sua competência participar na alfabetização dos filhos dos *moradores*, assim como ensinar ou incentivar a realização de tarefas manuais: costura, bordados, etc. São freqüentes as descrições recolhidas em entrevistas de reuniões de mulheres e filhas de *moradores* que, sentadas, no fim do dia, no alpendre da *casa grande*, executavam essas tarefas. Nessas atividades, a *senhora de engenho* era geralmente ajudada por suas filhas que, assim, começavam a ser treinadas como futuras *senhoras de engenho*.

A *senhora de engenho* intervinha também em outros aspectos, sempre relativos aos elementos femininos da família do *morador*. A intervenção na esfera das atividades definidas como femininas e que correspondiam, portanto, à esposa do *morador*, não poderia ser assumida pelo *senhor de engenho*, pois qualquer intervenção nesse âmbito significaria uma interferência no esquema da autoridade doméstica, atingindo o lugar que correspondia ao *morador* enquanto chefe de família. No intuito de evitar a interferência do *senhor de engenho* no esquema de autoridade, era a *senhora de engenho* quem atuava através das relações que mantinha com a esposa do *morador*, inclusive nas situações "críticas" que a unidade doméstica do *morador* pudesse atravessar.

Como vimos, cabia ao *morador* enquanto chefe de família a responsabilidade pelo sustento do seu grupo doméstico e isso era conseguido através de um conjunto de atividades que estavam sob sua responsabilidade; entretanto havia um âmbito que pertencia especificamente à sua esposa. A ela cabia, enquanto

mãe de família, a provisão dos utensílios (louça, etc.) e implementos que possibilitassem o consumo dos bens que o *morador* provia, assim como a provisão das roupas que constituíam o enxoval da casa. Era também de sua responsabilidade a provisão de roupas e remédios dos filhos considerados pequenos (os *meninos*) e que a ela estavam ligados. Em consequência, nas ocasiões de "crise", motivadas, por exemplo, por doença do *morador*, a *senhora de engenho* intervinha e o fazia através da esfera feminina. Nessas ocasiões, contribuía provendo de roupa – e até de alimentação – a esposa e os filhos pequenos. Esses bens expressavam na verdade a existência de um âmbito de relações que pertenciam especificamente à *senhora de engenho* e às esposas dos *moradores*.

Entre as esposas dos *moradores* consideradas mais próximas, porque melhor socializadas no esquema de autoridade, encontravam-se as empregadas domésticas da *casa grande* e, em caso de morte do marido e por intervenção da *senhora de engenho*, o *senhor* podia permitir que essas mulheres permanecessem na propriedade como *moradeiras* ou, então, provendo-as de alimentação, caso estivessem impossibilitadas de trabalhar.

Assim também os filhos, tanto do *senhor de engenho* quanto do *morador*, enquanto *meninos* e, portanto, ligados aos elementos femininos, eram socializados nessa relação. As filhas das esposas mais próximas da *senhora de engenho* tinham mais possibilidades de acesso à *casa grande* e, ao mesmo tempo que serviam de companhia às filhas do *senhor*, eram socializadas nas atividades domésticas que posteriormente poderiam ali desempenhar. Era nesse interatuar que as filhas tanto dos *moradores* como do *senhor de engenho*, eram socializadas para tornar-se, respectivamente, esposa de *morador* e *senhora de engenho*.

Através da relação estabelecida com os filhos do *morador* os filhos do *senhor de engenho* eram introduzidos num âmbito vedado às *meninas*. Frequentemente, era através do contato com os filhos dos *moradores* que os filhos do *senhor* eram introduzidos nos diversos espaços que compunham a propriedade, fora do âmbito da *casa grande* propriamente dito, elemento fundamental para a sua socialização enquanto *senhor de engenho*. É frequentemente relatado, inclusive na literatura que fala sobre essa relação, o conhecimento que o filho do *senhor*

adquiria da propriedade, com tudo o que ela representava (plantas e animais), através das brincadeiras em que eram guiados pelos filhos dos *moradores*. Nesse sentido, são inúmeras e imensamente ricas as descrições que nos fornecem os romances de José Lins do Rego, especialmente *Menino de engenho*.



---

## Capítulo 8: As Relações *Senhores de Engenho e Povo dos Sítios*

Conforme já mencionamos (capítulo II), nas proximidades dos engenhos, naquelas áreas que, embora contíguas a eles, eram consideradas marginais por não serem propícias ao cultivo da cana, encontravam-se estabelecidos pequenos produtores. Eram os *sítios*, ou seja, áreas onde o *povo dos sítios*, constituído por pequenos produtores, tinha sua residência e realizava cultivos nas parcelas de que usufruíam<sup>114</sup>.

Embora tivesse limites enquanto propriedade e expressasse, como vimos, uma área de poder, o engenho enquanto sistema social, só podia reproduzir no interior de cada uma de suas unidades as relações sociais que constituíam sua base de sustentação se fechasse a possibilidade de outras alternativas econômicas para os *moradores* a ele ligados. Isso implicava evitar que a possibilidade de acesso às "terras livres" existentes na Área se tornasse uma alternativa para os *moradores*.

Se, dentro dos limites de cada propriedade, o *senhor de engenho* controlava o acesso à terra de forma direta, isto é, via propriedade jurídica, outra era a situação com respeito às "terras livres" de cana e de usufruto dos pequenos produtores. O controle sobre essas terras pressupunha, pois, a relação com os pequenos produtores, situação que configurava uma relação diferente,

---

<sup>114</sup>A existência de um campesinato marginal à *plantation* é destacada, no caso da América Central, por Steward (Steward, 1959). Trabalhos realizados nos casos de Pernambuco e da Paraíba constatarem também essa presença (Palmeira, 1971b, Garcia, 1983a e b, Heredia, 1979).

caracterizada por alguns autores como uma forma de controle sobre essas terras por via "indireta" (Wolf e Mintz, 1975, p. 504).

Uma vez que esses pequenos produtores estavam instalados fora dos limites das grandes propriedades, o controle sobre eles não dizia respeito a um *senhor de engenho* em particular, mas ao conjunto dos senhores de engenho, situação que dava lugar a certa disputa entre eles com relação aos limites das respectivas áreas de influência.

Essa disputa fazia com que cada *senhor de engenho* tratasse de expandir sua área de influência para além dos limites de sua propriedade, alcançando, portanto, os pequenos produtores vizinhos. Era, pois, no âmbito das relações estabelecidas com o *povo dos sítios* que se materializava a disputa entre os grandes proprietários.

Ao mesmo tempo, a existência dessa disputa abria espaço para uma autonomia relativamente maior desses pequenos produtores, o que, na prática, forçava cada *senhor de engenho* a intensificar seus esforços com o objetivo de atraí-los para si.

Essa autonomia relativamente maior era expressa pelos *moradores* ao designarem os pequenos produtores que residiam fora da propriedade como "povo de fora", em oposição a eles mesmos, que se autodefiniam como "povo de dentro". Nesse contexto, a residência fora dos limites da propriedade do engenho expressava uma situação de autonomia relativamente maior em relação aos diferentes *senhores de engenho*, sendo, portanto, a residência em um ou outro âmbito o suporte de relações sociais diferentes.

Quando se referem ao passado, os pequenos produtores freqüentemente descrevem os *senhores de engenho* montados a cavalo, chegando até suas residências, interessando-se pelos seus problemas e de suas famílias, e oferecendo-se para servi-los nas circunstâncias em que precisassem.

Como já foi mencionado, era o *povo dos sítios* que, por intermédio das feiras, contribuía para o abastecimento do engenho com os bens que produziam e que o engenho consumia. Não obstante, essa não era a única forma de relação existente entre o povo dos *sítios* e os *senhores de engenho*.

Alguns desses pequenos produtores, geralmente os que dispunham de menores recursos, abasteciam o engenho com a mão-de-obra eventual de que este pudesse precisar, sobretudo na

época da safra. Era também entre os pequenos produtores que os *senhores de engenho* recrutavam parte de seus *moradores*.

Todavia, por serem eles pequenos produtores, tendo portanto, acesso à terra, isto é, condições de reproduzir-se fora dos limites do engenho, sua incorporação enquanto *moradores* demandava um esforço maior do *senhor de engenho*. Para incorporá-los, este lhes oferecia não apenas *morada* mas também *sítio*, e chegava a construir casas para alojá-los, se necessário. Esses *sítios*, geralmente localizados nos lugares mais isolados, nos limites das propriedades, contribuíam para caracterizar a maior autonomia de que esses produtores desfrutavam enquanto *moradores*<sup>115</sup>.

A autonomia relativamente maior usufruída por esses moradores se expressava, também frente ao *barracão*. São inúmeros os relatos de *moradores* desse tipo sobre o interesse do proprietário em que adquirissem no *barracão* os meios necessários à sua subsistência e a resistência que a isso opunham alguns deles<sup>116</sup>. A compra no *barracão* e o fornecimento de produtos que ele oferecia, sobretudo no período da entressafra, momento em que os produtos do *roçado* haviam acabado e se requeria um esforço concentrado no novo plantio, constituíam mecanismos através dos quais o *senhor de engenho* tentava conseguir a maior subordinação desses pequenos produtores<sup>117</sup>.

Ao se tornarem *moradores*, os pequenos produtores passavam a integrar "o povo de dentro" e, como tal, estavam

---

<sup>115</sup>Essa situação é expressa por um antigo pequeno produtor que foi no passado incorporado como *morador*: "Eu morava ali e trabalhava no engenho, ia todo dia, depois ele (o *senhor de engenho*) começou iludir-me quando viu que eu era bom de serviço, ele chegou e disse: você quer casa no meu engenho? onde você quiser eu faço uma casa para você. Ele fez uma casa, não tinha ninguém perto e eu achei bom porque eu criava meu porco solto, bode".

<sup>116</sup>Um pequeno produtor que se tornou *morador* num momento de sua vida interrogado sobre o *barracão* disse: "Eu comprava muito poucas vezes no barracão dele, viu? Eu comprava na feira. Um dia ele (*senhor*) chegou e disse: Mas fulano, todo mundo compra no barracão e você não, por quê? Eu disse que não ia deixar de comprar onde quisesse pro modo comprar no barracão".

<sup>117</sup>Se a aquisição dos produtos do *barracão* constituía um mecanismo de imobilização e isto era a norma, isso não impedia que, em algumas circunstâncias, e dependendo da situação econômica de algum *senhor de engenho*, o lucro obtido através do *barracão* significasse para o mesmo uma fonte de renda extra que contribuía para diminuir uma má situação econômica que ele estivesse atravessando, por exemplo, na época da entressafra, quando não contava com financiamentos.

submetidos ao esquema de dominação comum ao conjunto dos *moradores*.

Outra forma de relacionamento, de caráter diferente do estabelecido com o *morador*, era bastante freqüente: o que envolvia a concessão de terras dentro do engenho. Nessas parcelas, os pequenos produtores realizavam cultivos, mas não estavam autorizados a residir dentro da propriedade. Essa concessão dava origem a uma diferenciação entre o conjunto de *moradores* e aqueles que tinham acesso à terra sem passar pela relação de *morada*, diferença que se expressa na expressão: "O senhor separava morada de terra".

Esses pequenos produtores eram conhecidos como *rendeiros*. É necessário ressaltar, entretanto, que essa designação não pode ser confundida com a forma "arrendamento" tal como é conhecida em nossos dias: o prazo da concessão da parcela não era previamente fixado, ao contrário, sua duração dependia da relação que se mantinha com o *senhor de engenho*. Um bom relacionamento garantia sua renovação permanente, podendo também ocorrer o inverso.

Nas terras concedidas pelo *senhor de engenho*, os pequenos produtores cultivavam produtos de "subsistência", mantendo o controle de todos os momentos do processo produtivo. A única contrapartida exigida era o pagamento pelo uso da parcela recebida, efetuado anualmente. A esse respeito, é esclarecedor um trecho de uma entrevista realizada com um pequeno produtor que, no passado, desfrutava de uma dessas parcelas.

*"O engenho X arrendava para o povo, o que a gente pagava era pouco, era mais só para servir o povo. Não era com o interesse do dinheiro, porque ele era muito rico."*

Esse pagamento, embora assumindo a forma de dinheiro, conforme expresso na citação anterior, tinha um caráter simbólico, na medida em que representava o reconhecimento, pelo pequeno produtor que usufruía a parcela, de que ela pertencia ao *senhor de engenho*. Este, através do ato de ceder para "servir o povo", se assegurava da lealdade do pequeno produtor beneficiado. Para esse reconhecimento pelo pequeno produtor contribuía, ainda, outro aspecto. A concessão de parcelas dentro do engenho não atingia o conjunto dos pequenos

produtores da área, e essa concessão não generalizada, dada a alguns e negada a outros, criava uma situação de dívida e lealdade por parte de quem a obtinha, ao mesmo tempo em que incentivava os que haviam sido excluídos a se esforçar para conseguir sua obtenção.

Por outro lado, a concessão de uma parcela dentro do engenho não significava garantia de espécie alguma de que os pequenos produtores que a ela tinham acesso não viessem a se tornar *moradores*. Pelo contrário, o *senhor de engenho* esforçava-se freqüentemente para isso e a sua insistência para os *rendeiros* fazerem suas compras no *barracão* assumia esse caráter.

Sem tentar concluir que a concessão de terras dentro do engenho levava necessariamente à transformação desses pequenos produtores em *moradores*, constatamos que essa foi a trajetória percorrida por alguns ex-*moradores* entrevistados.

Os pequenos produtores que se tornavam *moradores* parecem ter ocupado no sistema social do engenho uma posição estrutural equivalente à dos *foreiros* da *plantation* pernambucana. O *morador foreiro*, residindo dentro da propriedade, gozava de uma situação diferenciada da do restante dos *moradores* (*moradores de condição*). Dispondo de *sítio* dentro do engenho, dava, em contrapartida, o *cambão*, a saber, um determinado número de dias por ano (que variava entre 20 a 30 dias), especialmente na época da entressafra, e fundamentalmente para obras de infra-estrutura dentro da propriedade.

Embora os dados de que dispomos não nos permitam apontar essa trajetória – a passagem de pequeno produtor para *morador* – como única, a análise de alguns casos por nós estudados indicam sua existência. Circunstâncias de ordem diversa – crise da unidade doméstica desses pequenos produtores, aliada a más colheitas que impediam o pagamento da renda e/ou a dívidas contraídas no *barracão* – contribuía para que de fato transformassem o pagamento da renda em dinheiro em pagamento em trabalho. Essa situação nos foi assim descrita por um antigo pequeno produtor que se tornou *morador* de engenho:

*"P: Como pagava a renda?"*

*R: A renda era em dinheiro, quando não tinha dinheiro porque fazia a lavoura e a mandioca você colhe em dois anos, né? quando não dava, conforme a precisão a gente trabalhava para pagar.*

P: *Trabalhava para pagar?*

R: *Trabalhava, pagava trabalhando, dando a condição."*

Essas situações definidas pelos pequenos produtores como de "precisão", se podiam ser temporárias, tornavam-se por vezes permanentes, implicando sua transformação em *moradores*.

Na passagem da condição de pequenos produtores para a de *moradores*, parece ter exercido influência também o tipo de posse usufruído por aqueles. Geralmente, quando as parcelas de que desfrutavam se localizavam em áreas classificadas (por posturas municipais) como de agricultura, as posses de que dispunha cada produtor eram freqüentemente de tamanho reduzido e muitas vezes estavam cercadas pelas de outros pequenos produtores, situação que não permitia a criação de animais soltos, como já mencionado em citação anterior (Cf. Nota 2). Era, pois, a possibilidade de acesso a uma *casa* isolada que lhe permitia dispor de uma parcela tanto para cultivos quanto para a criação de animais soltos, elemento que parece ter contribuído para que alguns pequenos produtores abandonassem a liberdade que tanto apreciavam para ir *morar* no engenho.

As informações de que dispomos permitem destacar que a concessão de parcelas dentro do engenho, destinadas ao usufruto desses pequenos produtores, generalizou-se na área estudada no momento em que surgiram as primeiras usinas. Com o aguçamento da disputa por trabalhadores, essa concessão assumiu o caráter de um mecanismo a que recorriam sobretudo os *senhores de engenho* como forma de solidificar o controle sobre as áreas vizinhas a suas propriedades, garantindo, em consequência, o sistema social a que davam suporte.

Se o fato de obter acesso a parcelas dentro do engenho dava lugar a uma diferenciação entre o conjunto dos pequenos produtores, novas diferenças eram estabelecidas pelo *senhor de engenho* entre aqueles que ascendiam às mesmas. Assim, só a alguns pequenos produtores era permitido o plantio da cana, e estes eram vistos pelos demais pequenos produtores como "privilegiados"<sup>118</sup>.

---

<sup>118</sup>Um pequeno produtor com acesso a terras dentro do engenho assim se refere àqueles que podiam plantar cana: "Alguns plantavam cana, eram os lavradores do engenho X, alguns não, não eram todos não... as terras eram

O pequeno produtor que plantava cana nos engenhos era denominado localmente *lavrador*. Recebia a semente das mãos do proprietário e todo o processo de trabalho era realizado por ele e sua família. A cana colhida era moída no engenho, uma percentagem da mesma ficava para o proprietário como contrapartida pela cessão da terra e pela moenda e o restante era do *lavrador*. Na área estudada, a parte correspondente ao *senhor de engenho* era de 60%, mas havia variações, inclusive dentro da região.

Embora os *lavradores* fossem considerados "privilegiados", o acesso a esse privilégio pressupunha a demonstração de uma maior lealdade ao *senhor*, de maneira tal que essa vantagem o tornava ainda mais devedor ao mesmo.

Por outro lado, o *senhor de engenho* também estabelecia diferenças entre esses *lavradores*: recebia a cana de alguns antes de recebê-la dos restantes, favorecia alguns em detrimento de outros, conforme as circunstâncias<sup>119</sup>.

Esse caráter de dominação exercida sobre os *lavradores* transparece no fato de que só era *lavrador* quem estava ligado a um engenho determinado – o *lavrador* era identificado com um *senhor de engenho*: só se era "lavrador do engenho X" conforme expressa a citação da nota 5.

Assim, apesar das diferentes formas em que a dominação se exercia, num extremo sobre o *morador* e no outro sobre o *lavrador*, ambos tinham em comum o fato de estarem subordinados a um *senhor de engenho*, e era por estarem ligados a ele que ambos adquiriam identidade. Para que um pequeno produtor tivesse a possibilidade de uma trajetória ascendente, isto é, para que pudesse fazer seu *roçado* em melhores condições, ou mesmo, no extremo oposto, para que pudesse perder a parcela que

---

poucas e ele (*senhor*) dava a quem ele gostasse. A senhora sabe, é uma sorte, é um negócio que eram felizardos quem pegava essa sorte".

<sup>119</sup>Há uma vasta literatura histórica sobre os *lavradores* e sua análise evidencia a existência de diferentes formas de relação entre *lavrador* e *senhor de engenho*. Não obstante, e levando-se em conta as diversas situações específicas, todos os autores destacam como fato comum que o *lavrador*, enquanto tal, estava sempre subordinado ao *senhor de engenho* (Tollenare, (1816) 1904, p.413-14; Rodrigues de Brito s/d, p. 56-75; Diegues, 1964, p. 127; Watgen, 1938, p. 427). Uma análise da categoria *lavrador* e das diferentes formas de relação estabelecidas por ele com os *senhores de engenho* é feita por Assumpção (1974) e Meyer (1980b).

usufruí, a relação com o *senhor de engenho* era um elemento fundamental.

É precisamente porque estavam ligados a um *senhor de engenho* que alguns lavradores chegaram até a poder instalar "engenhocas", isto é, engenhos de rapadura.

Se alguns dentre os pequenos produtores conseguiam uma autonomia relativamente maior em relação ao *senhor* – autonomia de que a "engenhoca" era a forma máxima de expressão –, o acesso a ela só era possível como conseqüência de uma relação anterior de fidelidade comprovada a um determinado *senhor de engenho*. Essa situação aparece configurada de forma bastante clara quando se analisa a trajetória de alguns *lavradores* que conseguiram instalar "engenhocas" na área estudada. Em todos os casos registrados em nossos trabalhos, foi o *senhor de engenho* a quem estavam ligados como *lavradores* que os proviu das máquinas necessárias ao seu funcionamento. Eram, na realidade, máquinas que o engenho deixava de usar e que eram então vendidas a esses *lavradores*. Assim, em função da relação existente, é possível encontrar "engenhocas" localizadas na área de influência de um determinado *senhor de engenho*.

As relações estabelecidas pelo *senhor de engenho* com o *povo dos sítios* torna evidente que os limites jurídicos do engenho não correspondiam aos seus limites enquanto sistema social (Palmeira, 1969) e, em conseqüência, as categorias "povo de fora" e "povo de dentro" demarcam espaços posicionais relativos dentro de um sistema de relações sociais que tem como centro o engenho.

Assim como a presença de *moradores* com *sítio* assinalava a presença do *senhor de engenho* nos locais distantes da sua propriedade, contribuindo, inclusive, para demarcar os limites da mesma, a presença dos pequenos produtores e até de "engenhocas", contribuía para indicar sua área de influência<sup>120</sup>.

Como já mencionamos, os pequenos produtores vizinhos dos engenhos estavam geralmente agrupados em torno de povoados e *sítios*. A exigência destes tinha um papel fundamental em termos de área de autonomia desses pequenos produtores e,

---

<sup>120</sup>No caso de outras áreas de *plantation* também é destacada a existência de pequenos produtores localizados na área de influência de determinados *senhores de engenho* que nesses locais eram "seus representantes". Tal é o caso da *plantation* mexicana analisada por Warman (Warman, 1976, p. 67).

como tais, constituíam também o local onde se materializavam as relações entre *moradores* e *povo dos sítios*.

Apesar das diferentes formas de subordinação a que *moradores* e pequenos produtores se encontravam submetidos em decorrência da maior ou menor autonomia que desfrutavam, essas diferenças não pareciam impedir o estabelecimento de relações sociais entre ambos. Laços de vizinhança, assim como de parentesco, os ligavam. Como já observamos, era comum que um pequeno produtor se tornasse *morador* ou, ainda, que o filho de um pequeno produtor o fosse, o mesmo ocorrendo entre irmãos, de maneira que entre parentes havia tanto *moradores* quanto pequenos produtores.

Ao mesmo tempo, os *moradores*, que só saíam do engenho nos dias festivos, faziam desses povoados um dos seus locais de reunião<sup>121</sup>. Os trabalhadores solteiros residentes no engenho afluíam a esses povoados e freqüentemente ali surgiam casamentos que também contribuíam para o estabelecimento de relações entre *moradores* e pequenos produtores.

Era também nesses povoados que se reciclavam os *moradores* que abandonavam um engenho e neles permaneciam até serem incorporados como *moradores* em outro, o que era possível porque geralmente tinham ali, ou nos arredores, parentes ou amigos já instalados.

Até ali chegavam também homens sozinhos, que tinham abandonado os engenhos ou que, provenientes de outras regiões, vinham em busca de trabalho e que, não possuindo parentes ou amigos no local, pediam hospedagem como *rancheiros*. A categoria *rancheiro* é significativa em termos de relações sociais que expressa.

A permanência na casa do pequeno produtor não assegurava ao *rancheiro* a obtenção dos meios necessários a seu sustento, isto é, ele não era considerado membro do grupo doméstico e, portanto, não tinha acesso ao usufruto do *roçado*. Assim, embora

---

<sup>121</sup>Como já foi destacado, as feiras constituíam também locais de encontro. Embora nem todos os *moradores* pudessem participar permanentemente das feiras como vendedores ou compradores, isto não impedia que fossem à feira para se reunir socialmente. Não obstante, quando elas eram mais distantes dos seus locais de residência e não havia possibilidade de vender ou comprar alguma coisa na feira, os povoados é que se tornavam os locais alternativos de reunião.

residisse na casa, o *rancheiro* não era considerado "da casa" e, como tal, apenas se hospedava nela.

É interessante observar que a expressão *rancho* é utilizada para designar os locais onde são alojados os trabalhadores sozinhos que chegam aos engenhos e que, independentemente do tempo em que permaneçam na propriedade, não são considerados "de casa". Como tal, eles se diferenciam do *morador* que é o único dentro do engenho a ter acesso a uma *casa* (Palmeira, 1976, pp. 104-5).

A situação do *rancheiro* se em certo sentido parece próxima à dos trabalhadores hospedados de forma precária no engenho, na realidade diferencia-se muito dela. No caso do engenho, a residência, embora precária, pressupunha não apenas o trabalho para o proprietário mas também a subordinação a ele. A hospedagem na casa do pequeno produtor, ao contrário, não implicava, para o *rancheiro*, a obrigação de fornecer trabalho nem a subordinação a quem o recebia.

Assim, embora o *rancheiro* em geral se alojasse apenas temporariamente, em alguns casos ele podia acabar integrando-se de fato à unidade doméstica do pequeno produtor e, em consequência, ao trabalho agrícola ali desenvolvido. Nesse caso, que não era freqüente, ele passava a fazer parte do grupo doméstico, mas isso não configurava uma relação de dominação.

Pelas características dos povoados (localizados em "áreas livres", agrupando a seu redor os *sítios* dos pequenos produtores que neles tinham um centro de referência, e procurados também pelos *moradores*), os *senhores de engenho* tratavam também de atuar sobre eles inclusive disputando entre si. Era, pois, nesses povoados que se atualizavam não apenas as relações entre um *senhor de engenho* em particular e o *povo dos sítios* mas, fundamentalmente, entre os diferentes *senhores de engenho*.

Como ilustração, deter-nos-emos na descrição sucinta de um desses povoados, Alto do Garrote, localizado nas proximidades do atual aglomerado de Feira Nova, no município de Junqueiro (Cf. Anexo 4). Esse povoado se situava próximo a dois engenhos e, assim, era objeto de disputa, como área de influência, por ambos os *senhores de engenho*. Nesse caso específico, inclusive, as entrevistas realizadas com os descendentes de um dos *senhores de engenho*, assim como com pequenos produtores nele residentes, permitiu-nos reconstruir

aspectos da relação que os *senhores* mantinham com os pequenos produtores que nele tinham seu centro de referência.

A atuação dos *senhores* assumia diversas formas. Ambos iam freqüentemente ao povoado e visitavam também os diversos pequenos produtores estabelecidos nas suas proximidades. Outra forma de presença se manifestava em situações específicas, especialmente nas ocasiões ritualizadas que tinham lugar no povoado. Nesse âmbito, as *senhoras de engenho* tinham um papel fundamental a cumprir. A elas cabia (e para tanto se reuniam) dar assistência a esses povoados, a qual se expressava fundamentalmente nos aspectos relativos à "evangelização".

Ambas as *senhoras de engenho* tinham sido responsáveis pela construção da igreja existente no povoado, assim como pela sua manutenção posterior. Para isso, elas se alternavam entre si, cabia a uma delas, periodicamente, a responsabilidade pela manutenção da igreja, assim como pelo deslocamento do padre que ali iria celebrar os ofícios religiosos. Era também de sua incumbência a promoção e o patrocínio das festas religiosas, assim como a promoção de batismos e casamentos.

Entretanto, se a ação era conjunta, alguns elementos relevados contribuem para pôr em evidência a disputa entre os dois *senhores de engenho* e suas esposas pela maior influência sobre o povoado e, portanto, sobre essa área. Se, num certo nível, o número de pequenos produtores ligados a um deles, como *rendeiros e/ou lavradores*, ou até como proprietários de "engenhocas", eram elementos que marcavam não apenas as relações existentes mas demonstravam a influência de um determinado *senhor* sobre um determinado povoado, as ocasiões ritualizadas como batismos e casamentos, na medida em que envolviam a escolha de relações de compadrio, eram também um indicador importante. Fomos alertados para esse aspecto por um membro da família de um dos *senhores de engenho* da Área, que já no presente, com o intuito de mostrar as relações que sua família mantinha com o *povo dos sítios*, assinalava como elemento significativo o número de afilhados que sua mãe (*senhora de engenho*) tinha no povoado, maior que o da outra *senhora de engenho*.

Essas diversas formas de intervenção, ao mesmo tempo que contribuía para marcar a presença do *senhor de engenho* nesses povoados, favoreciam seu controle sobre as relações

sociais que tinham lugar no interior do próprio *povo dos sítios* como entre estes e seus *moradores*: o *povo de engenho*.

Diferentemente de outras áreas em que as terras onde se assentaram os povoados estavam associadas a um santo, elemento que contribuiu para consolidar a imagem desses povoados como espaço autônomo em relação aos *senhores de engenho* (Meyer, 1980a), no caso estudado essa autonomia não aparece ligada a um caráter religioso. Entretanto, pelo fato de que o povoado se localizava fora do domínio particular de um *senhor de engenho*, embora em área vizinha aos mesmos e sendo área disputada por ambos os *senhores de engenho*, contribuiu para abrir espaço para uma certa equidistância por parte dos pequenos produtores, assim como do espaço que os representava (*sítios*) perante os *senhores de engenho* da Área.





Os trabalhadores que residem atualmente nos aglomerados urbanos da Área, assim como alguns dos pequenos produtores, falam das relações que mantinham no passado com os grandes proprietários usando expressões como: "eu morava no engenho X", ou "eu era lavrador do engenho X". Já analisamos, no capítulo anterior, as relações sociais que essas expressões pressupunham. Pretendemos agora abordar outro aspecto.

A análise da trajetória de alguns dos trabalhadores que consideravam ter sido *moradores* no passado revela que nem sempre tinham estado ligados a um *senhor de engenho*, tendo alguns deles sido *moradores* de propriedades que pertenciam às usinas. A análise das relações sociais em ambas as situações – longe de nos levar a pensar que estávamos diante de expressões vazias de conteúdo – revela que o engenho, enquanto sistema social, permaneceu dominante mesmo depois do surgimento das usinas, e mais ainda, que as usinas instaladas na área adotaram, inclusive, o sistema de *morada* característico dos engenhos.

A literatura freqüentemente identificou o engenho enquanto fábrica de açúcar com o engenho como sistema social e, em conseqüência, viu no desaparecimento do primeiro o fim das relações sociais que lhe davam suporte. Nessa linha de análise, alguns autores afirmam que, desde o surgimento dos "engenhos centrais" (anterior ao das usinas), os engenhos passaram a ser de "fogo morto". Essa constatação os leva a concluir que "a partir de então o termo engenho passa a ser um simples hábito lingüístico" (Perrucci, 1978, p. 114). Embora utilizando outros termos, isto também é mencionado por Diegues (1952, p. 11).

A instalação da usina significou, sem dúvida, a introdução de inovações tecnológicas tanto no aspecto industrial (introdução de turbinas, por exemplo) quanto no agrícola (introdução do arado). Essas mudanças, por sua vez, acarretaram outra série de transformações que afetaram a própria infra-estrutura que dá suporte à fábrica. Entre elas, teve significado especial a construção das estradas de ferro. Essas inovações, embora não específicas da área estudada, também tiveram lugar ali. As estradas de ferro, implantadas no final do século XIX pelas usinas que começavam a se instalar, serão, ao lado da navegação fluvial, o principal meio de transporte utilizado por elas.

Mas, se a introdução da usina acabou por acarretar no decorrer do processo histórico, o fim dos engenhos enquanto fábricas, isso constituiu um longo processo que, na Área, demandou meio século<sup>122</sup>.

Alguns *engenhos* da Área de fato passaram a ser de "fogo morto" logo após a instalação da primeira usina, em 1893, mas outros, ao contrário, só moeram pela última vez nos anos 50<sup>123</sup>.

A literatura tem ressaltado freqüentemente a necessidade em que se viram as usinas de concentrar terras como forma de assegurar a matéria-prima necessária ao seu abastecimento. Essa necessidade se colocava uma vez que as terras, e consequen-

---

<sup>122</sup> Apesar de não dispormos de dados específicos sobre a Área que nos permitam uma seqüência cronológica, podemos assinalar, a título ilustrativo, a situação em nível de estado desde o começo do século até os anos 1939. (Só até então dispomos de dados referidos ao número total de engenhos existentes no estado).

- 1907 – havia 6 usinas no estado e aproximadamente 700 engenhos (\*)
- 1920 – havia 15 usinas e 900 engenhos
- 1931 – havia 28 usinas e 1.000 engenhos, dos quais 40% já eram de fogo morto
- 1939 – havia 29 usinas e 500 engenhos funcionando.

Até 1923, a cana produzida pelos engenhos superava em quantidade a que era produzida pelas usinas, mas a partir de então a relação se inverte e isso será irreversível. Essa situação se reflete na produção do açúcar da safra de 1922/23, quando as usinas do estado produzem mais açúcar que os engenhos: do total de 917.664 sacas exportadas, 460.969 provinham das usinas e 456.695 dos engenhos (Bastos, 1939; Santana, 1970, p. 323).

(\*) O número de *engenhos* é aproximado porque há diferenças nas estimativas feitas por diversos autores (Isidoro, 1907; Diretoria de Serviço de Inspeção Agrícola, 1922; Craveiro Costa, 1932; Bastos, 1939).

<sup>123</sup> Dois engenhos situados na área próxima da que hoje é ocupada pelo aglomerado de Feira Nova deixaram de moer em 1950 e 1951, respectivamente.

temente a cana produzida, eram monopolizadas pelos *senhores de engenho* das áreas onde as usinas se instalavam (Azevedo, 1949; Santana, 1970; Diegues, 1964).

Em geral, embora o surgimento das usinas tenha de fato implicado o desaparecimento de alguns engenhos, pois não apenas a fábrica mas também suas terras foram absorvidas pelas usinas, outros deixaram apenas de moer nesse momento, ou em algum momento posterior, sem que isso significasse, necessariamente, a perda do controle sobre as terras que possuíam. Essas alternativas dependiam, em última instância, do poder de barganha de cada proprietário. Esse processo envolveu, contudo, conflitos entre os *senhores de engenho* de um lado e de outro os usineiros<sup>124</sup>.

Na área estudada a usina Sinimbu, cuja primeira moenda data de 1894, instalou-se absorvendo três propriedades de engenho<sup>125</sup> e a usina Coruripe, que começou a moer em 1927, absorveu seis engenhos. Entretanto, a fragmentação das terras pertencentes aos engenhos, e até a incorporação dos mesmos pelas usinas, foram apenas expressões limites dos conflitos que envolveram engenhos e usinas pois estes foram diversos e assumiram inúmeras formas.

A análise do material do arquivo de um engenho cujas terras limitavam com as da usina Sinimbu e seu confronto com os relatórios feitos pela usina são reveladores das formas que esses conflitos assumiam, assim como das dimensões que alcançaram em determinadas situações. Embora se trate de problemas já assinalados pela literatura pertinente com relação a outras áreas, acreditamos que a análise de um caso específico contribuirá para uma melhor compreensão do conjunto de formas que a relação engenho-usina assumiu.

No caso que analisaremos, a usina e o engenho têm uma origem patrimonial comum: a usina quando de sua instalação absorveu terras de propriedade do engenho em questão. Essa situação parece ter contribuído para que os problemas come-

---

<sup>124</sup>O processo de instalação das usinas, com os conflitos a que deu lugar, não é exclusivo da área estudada; embora com variações de região para região, os conflitos são comuns a outras áreas de *plantation*. Para uma análise dos mesmos, ver Lacerda de Melo, 1975, p. 44.

<sup>125</sup>A usina Sinimbu absorveu os engenhos Jequiá, Ilha e Nova Sinimbu (Relatórios da Usina, 1895, p. 4).

çassem a surgir no momento mesmo da instalação da usina. Então surgiram conflitos relativos à demarcação dos limites da propriedade, que se manifestam sob a forma de invasão dos limites de uma propriedade pela outra, a qual se materializou sobretudo pela invasão de animais.

Os protestos do engenho contra a usina obrigaram à lavratura de uma escritura pública, apresentada pela usina, como uma maneira de tentar resolver o problema (Relatório da Usina, 1895, p. 4). Entretanto, a demarcação dos limites não pôs fim aos problemas; estes continuaram a eclodir com a quebra de cercas e a decorrente invasão de animais, situações que, na realidade, se revelam como mecanismos de represália utilizados pelo engenho e pela usina perante novas situações de conflito que se sucederam, inclusive em outros níveis ao longo do tempo.

Um problema que se apresentou desde o momento da instalação da usina foi o da sua comunicação com o mar. Em toda a área canavieira, essa comunicação pressupunha a passagem obrigatória pelos engenhos, uma vez que estes detinham o monopólio das terras que davam acesso aos rios – o caminho utilizado para chegar ao mar. Era pelos rios que deviam ser transportados os equipamentos, os bens necessários à instalação e posterior manutenção da usina. Por eles também é que se fazia o próprio escoamento da produção.

Grande parte do transporte terrestre entre as usinas e os rios tinha que passar, necessariamente, pelas terras de propriedade dos engenhos. Também as vias férreas instaladas pelas usinas para transportar o açúcar produzido até o rio, tinham que atravessar terras dos engenhos, o que só podia ser feito com a autorização de seus proprietários.

No caso em análise, o engenho tentou, em diversos momentos, cobrar "pedágio" pela passagem da ferrovia da usina (Relatório da Usina, 1895, p. 4). Isso não só evidenciou a existência de uma relação de conflito preexistente como contribuiu para criar uma nova área de conflito. O conflito teve solução temporária quando o engenho permitiu que os trilhos fossem assentados em troca do compromisso, pela usina, de moer a cana do engenho (Relatório, 1896, p. 11). Mas outros problemas surgiriam posteriormente, depois que as vias férreas começaram a funcionar.

Embora a legislação pertinente as obrigasse a abrir ao tráfego público as estradas de ferro por elas construídas, na prática as usinas fechavam o trânsito por elas. Seu uso só era

permitido sob a forma de concessão, àqueles *senhores de engenho* em cujas terras as estradas de ferro passavam. Diversas referências bibliográficas destacam este âmbito como terreno de conflito entre engenhos e usinas (Lima Sobrinho, 1941, p. 13).

Mais uma vez, no caso por nós analisado, esse fato também foi constatado. Na correspondência existente entre a usina e o engenho, registra-se uma carta em que a usina "permite" o uso de suas locomotivas ao *senhor de engenho* e sua família, como uma concessão<sup>126</sup>.

Outra fonte de conflitos eram os dejetos despejados pelas usinas nos rios. A gravidade desse problema não se manifesta apenas no número de reclamações que suscitou em diferentes momentos do processo, e que constam do material de arquivo consultado, como também pelas dimensões que assumiu, levando, inclusive, à intervenção de advogados e até à solicitação, pelo engenho, de que o governo do estado intervisse de forma direta.

Situações conflitantes ocorriam também no caso específico dos engenhos que forneciam cana para as usinas. Os problemas nesse nível eram diversos e se referiam tanto ao peso e ao preço como à qualidade da cana oferecida<sup>127</sup>. No caso analisado, cada renovação de contrato constituía, desde o início do século, um momento de renovação do conflito, demandando de forma quase constante a intervenção de advogados. O fornecimento da cana e os problemas que dele decorriam assumiam um significado todo especial, uma vez que, dependendo do contrato feito, os *senhores de engenho* podiam ficar endividados com as

---

<sup>126</sup>Transcrevemos uma carta enviada pelo gerente da usina ao *senhor de engenho* por cuja propriedade passa a linha ferroviária: "Em virtude duma carta recebida da Directoria prohibindo terminantemente que pessoas estranhas viagem nas locomotivas ou vagões da usina e desejando cessar com este abuso que muitas vezes é prejudicial não só à Usina mas também aos próprios viajantes, e não desejando que esta ordem vá atingir ao amigo mas somente áquelles que não têm a devida licença da Gerencia, junto à presente estes cartões de licença permanente que o amigo ou os amigos poderão apresentar ao machinista da locomotiva todas as vèzes que necessitam viajar.

Queira, pois, acceital-os e sem mais, ao dispor do...

Assinatura (16-10-1928)".

<sup>127</sup>Algumas das áreas de conflito registradas em períodos anteriores continuam vigentes ainda em nossos dias como, por exemplo, o problema criado pelos dejetos da usina despejados nos rios ou o que se refere ao preço, peso e qualidade da cana.

usinas. Esse endividamento, se ocorresse de forma continuada, era vivido como uma ameaça, pois podia, de fato, redundar na perda da propriedade, a qual constituía a base do sustento econômico e político dos *senhores de engenho*. Nesse sentido, era prática corrente das usinas provocar esse endividamento, e o faziam oferecendo dinheiro adiantado aos fornecedores nos períodos da entressafra, ou ainda, abarcando todos os momentos do processo produtivo.

Alguns dos problemas suscitados por tantas situações de tensão na relação histórica entre *senhores de engenho* e usineiros não eram novos: já existiam em períodos anteriores, mas envolviam nessa época os antigos *lavradores* e os *senhores de engenho* a quem estavam ligados. Entre eles estavam presentes os problemas decorrentes da fixação de preço e peso para a cana. Todavia, as relações de dominação a que os *lavradores* se encontravam submetidos, impossibilitava-os de opôr qualquer resistência organizada que constituísse uma ameaça ao poder econômico e político que os *senhores de engenho* exerciam.

Por outro lado, alguns problemas surgidos entre engenhos e usinas já existiam também entre os próprios *senhores de engenho*, como, por exemplo, os que diziam respeito aos limites das propriedades. A existência desses conflitos nos foi revelada na consulta ao arquivo, mas, em nível mais geral, são também assinalados na bibliografia (Diegues, 1949, p. 174). Entretanto, esses problemas passam a ocupar um lugar secundário a partir do momento em que se impõe o confronto com as usinas. O advento destas contribuiu, inclusive, para que os *senhores de engenho* se articulassem entre si, organizando-se em diferentes níveis como forma de enfrentar os usineiros, vistos como elementos estranhos e ameaçadores.

Se em outras áreas dentro do estado alguns engenhos se transformaram em usinas e seus proprietários passaram de *senhores de engenho* a usineiros, na área estudada essa trajetória não ocorreu. A primeira usina ali instalada pertencia a um grupo econômico de origem estrangeira, fato que parece ter contribuído para articular os *senhores de engenho* numa luta de caráter "nacionalista" contra as empresas estrangeiras<sup>128</sup>.

---

<sup>128</sup>O fragmento de uma carta enviada por um parente ao *senhor de engenho* vizinho à usina é significativa do conflito e do caráter anti-estrangeiro que a

Assim, embora os conflitos engenho-usina significassem uma ameaça real e concreta para o primeiro, sua própria existência e as dimensões que assumiram atestam, de fato, o peso que os *senhores de engenho* da Área tinham em todos os níveis, bem como sua capacidade de resistência.

O controle das terras e da mão-de-obra por meio das relações de *morada* que, como vimos, foi a base de sustentação do poder econômico e político dos *senhores de engenho* e que era, portanto, a garantia da reprodução do sistema social por eles representado, foi também a base de resistência desses *senhores de engenho* às usinas. Por um lado, a flexibilidade do engenho, capaz de se retrair ou de ampliar a área cultivada, assim como o sistema de dominação nele imperante, contribuiu para que ele pudesse suportar, durante longo tempo, o embate com a usina. Por outro lado, como já mencionamos, os *senhores de engenho* controlavam as áreas dos pequenos produtores vizinhos. Foi precisamente no período imediatamente posterior ao surgimento das primeiras usinas que se verificou um aumento no número de pequenos produtores com acesso à terra dentro dos engenhos, não apenas para realizar cultivos próprios do *roçado*, mas como incentivo à existência de *lavradores*. Assim, a atração dos pequenos produtores situados nas proximidades, na medida em que contribuiu para manter o domínio que os *senhores de engenho* exerciam nas áreas onde eles se estabeleciam, assumiu também a forma de um mecanismo de resistência por eles utilizado.

No caso em análise, a primeira usina instalada (Sinimbu), embora tenha absorvido terras de propriedade de engenhos no momento de sua instalação, durante décadas praticamente não incorporou novas áreas, pelo menos em grande extensão, fato que se repete no caso da usina Coruripe. Esta que, como vimos, na ocasião da sua instalação havia absorvido seis engenhos, só expandiu significativamente suas dimensões no final dos anos 50. Por outro lado, no caso da usina Coruripe é necessário destacar que, embora tenha começado a moer no ano de 1927, ela só começou a plantar cana em 1940. Até então, moeu exclusivamente

---

mesma assumiu: "... Os malditos ingleses não renovaram ainda o contracto (de fornecimento de cana)? Como não nos podem perseguir de outra forma pensam que isto nos fará calar, ficando assim senhores de tudo. Eles querem nos tornar uma filial inglesa. Humilhados? nunca, jamais...".

a cana proveniente das propriedades dos *senhores de engenho* da Área (Resposta dessa Usina ao questionário apresentado pelo Sindicato do Açúcar, 1970). Em síntese, essa situação só se modificou radicalmente em fins dos anos 50 e durante a década de 60, quando ambas as usinas ampliaram ostensivamente os limites de suas propriedades.

A resistência dos *senhores de engenho* teve dimensão política. Os conflitos que envolveram historicamente *senhores de engenho* e usineiros sempre exigiram a participação do Estado. Esta foi determinante tanto quando surgiram os "engenhos centrais", como no momento em que surgiram as primeiras usinas. Foi iniciativa do Estado, na tentativa de "salvar" os produtos de exportação, favorecer a introdução de inovações tecnológicas que os tornassem mais competitivos no mercado internacional. Nesse sentido, a Assembléia Legislativa da Província de Pernambuco, já em 1857, cogitou da possibilidade de estabelecer os "engenhos centrais". Essa medida inicial provocou reações violentas dos *senhores de engenho*. No Congresso Agrícola de Recife de 1875, um representante dos mesmos afirmava: "É preciso haver cuidado na fundação desses estabelecimentos. É preciso além d'estes, que aqueles que, como eu, tem feito alguns melhoramentos nos seus machanismos, não trabalhem para os outros, para os espertalhões" (citado por Diegues, 1949, p. 114). Esse discurso expressa o que seria, desde então, a tônica da relação entre *senhores de engenho* e usineiros.

Posteriormente, mais uma vez, foi a intervenção do Estado, através de Ato de 15.11.1890, que favoreceu, na forma de empréstimos, a instalação e a melhoria dos equipamentos industriais já existentes. Segundo alguns autores, essa medida teria sido responsável, na prática, pela instalação das primeiras usinas (Matos, 1942, pp. 177-185).

Desde então, a intervenção do Estado foi uma constante ao longo de todo o processo, não apenas através de medidas que tendiam a proteger a produção canavieira. O Estado atuava também como moderador nas relações entre produtores de cana - *senhores de engenho* e os usineiros. Essa atuação, entretanto, só adquire forma institucional definitiva com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1º de junho de 1933. O IAA veio substituir a Comissão de Defesa da Produção Açucareira (criada pelo Decreto nº 20.761 de 7.12.1931), tentativa frustrada de regular

as relações entre ambos os grupos (Carli, 1940), as quais só foram regulamentadas em 1941, com o Estatuto da Lavoura Canavieira (Lima Sobrinho, 1941), embora este não tenha posto fim aos conflitos.

Nesse sentido, os diferentes Congressos Açucareiros que vinham se sucedendo já desde 1876, e que aglutinavam tanto os "fornecedores" (*senhores de engenho*) quanto os usineiros, eram ocasiões em que se discutiam os conflitos existentes, ao mesmo tempo em que se afirmava a necessidade de regulamentar essas relações (Congressos Açucareiros, 1949).

Mas se até a década de 1930 os congressos agrupavam ambos os grupos, em 1937 (entre 3 e 7 de março) ocorreu o primeiro congresso exclusivamente de *senhores de engenho*, conhecido como o I Congresso dos "Banguzeiros", termo que usavam para se diferenciar dos usineiros e para diferenciar esse congresso dos realizados até então (Diegues, 1949, p. 127).

Foi como resultado do Congresso dos "Banguzeiros" que se fundou, em 1941, a Cooperativa dos Fornecedores de Cana, sediada na cidade de São Miguel dos Campos. A partir de então, foi esse organismo que forneceu os financiamentos aos *senhores de engenho*; foi também corolário daquele Congresso a fundação de uma usina como cooperativa (usina Caeté) (Santana, 1970, p. 325).

Alguns dos *senhores de engenho* da Área estiveram entre os promotores e organizadores do Congresso de 1937 e tiveram também participação destacada na criação da cooperativa e da usina que dele resultaram. De fato, o primeiro presidente dessa cooperativa foi um *senhor de engenho* da Área.

Foi precisamente pela resistência exercida pelos *senhores de engenho* em diferentes níveis, que a primeira usina, uma vez instalada na Área, começara a enfrentar sérios problemas de mão-de-obra. Esse problema adquiriria tal magnitude que foi objeto de destaque em sucessivos relatórios anuais enviados aos governadores da Província, aparecendo também insistentemente nos sucessivos relatórios da usina<sup>129</sup>.

---

<sup>129</sup>Esse problema de escassez de mão-de-obra se impôs logo que foi suprimido o tráfico de escravos (Saa Albuquerque, 1855; Besouro, 1894) e em 1878, no Congresso que teve lugar em Recife, solicitava-se a aplicação da lei que proíbe a vagabundagem (Mattos, 1942, p. 182). Essa situação, que poderia ter sido conjuntural, allora repetidamente ainda no século XX (por

Uma vez que se instalaram em áreas de engenhos, nas quais, conseqüentemente, o acesso à terra e à mão-de-obra estava fundamentalmente sob o controle dos *senhores de engenho*, as usinas tiveram que acabar adotando, de fato, as relações dominantes nos engenhos como a única maneira de obter a mão-de-obra necessária. Foram precisamente essas dificuldades as que determinaram que as usinas se vissem forçadas a utilizar certos mecanismos com o intuito de "fixar" os trabalhadores dentro de suas propriedades. Na Área, a usina Sinimbu construiu casas melhores e "mais higiênicas" e até escolas como forma de incentivar os trabalhadores a nela se estabelecerem<sup>130</sup>.

Assim, pois, não apenas as usinas incorporaram aqueles *moradores* dos engenhos que foram absorvidos no momento de sua instalação como continuaram a incorporar novos *moradores*, no mesmo modelo de relações sociais dominantes nos engenhos<sup>131</sup>. É necessário destacar, contudo, que a introdução da usina significou também o aparecimento de uma nova hierarquia administrativa, com o surgimento das figuras do gerente da usina, do administrador do campo e outras (Regulamento da Usina Cansação de Sinimbu, 1896), que configuraram a introdução de novos mediadores na relação entre trabalhador e proprietário.

É necessário destacar ainda que essa mesma usina tentou despersonalizar essa relação regulamentando o convívio entre o

---

exemplo na fala do Governador Lima em 1924).

<sup>130</sup>Transcrevemos parte do relatório da usina Sinimbu datado de 17.9.1924: "Temos todavia de resolver o problema da falta de braços com os nossos próprios recursos. É fácil de compreender que as fábricas desprovidas do conforto ou mesmo de qualquer meio de habitação para o seu pessoal ficam sujeitas aos trabalhadores adventícios que, além de não nos darem certeza de regularidade dos serviços, são sempre completamente desconhecedores dos trabalhos que se lhes confiam. É, além do mais, um dever de humanitarismo fornecer ao operário habitação higiênica e confortável. E isto não é puro acto de altruismo ou de assistência social, é também medida de clarividência industrial, pois é claro que se temos um operariado feliz e sadio o seu trabalho será mais rendoso e mais perfeito" (Relatório... p. 6).

<sup>131</sup>Tivemos a oportunidade de entrevistar um *ex-morador* da usina Sinimbu cujo pai tinha sido *morador* de um dos engenhos absorvidos pela usina e que continuou como *morador* nos limites da propriedade da usina: "Meu pai morava no engenho X e quando estava com a idade mais ou menos de 15 anos se mudou para dentro da usina, a usina comprou, o nome do lugarzinho é Jequiá. Ele ajudou a construir a usina, ficou lá, ele viveu 95 anos e criou nós todos nesse lugar. Eu me criei sempre trabalhando na roça, ele (pai) no campo e eu trabalhando na roça mais meus irmãos".

conjunto de seus *empregados* e entre estes e os trabalhadores sobre os quais tinham responsabilidade. O regulamento elaborado pela usina em 1896 proibia a contratação de "pessoas, enquanto administrador e feitor, que tivessem relações de parentesco com trabalhadores sob suas ordens" na propriedade da usina (Regulamento, 1896, p. 5). De fato, essa regulamentação não era posta em prática. Entrevistas realizadas com *ex-moradores* dessa usina evidenciam esse fato, pois foi possível constatar entre "feitor" e *morador* relações não só de parentesco (pai e filho), como de compadrio. Reproduzia-se, portanto, no interior das propriedades da usina, o que ocorria no interior do engenho, onde eram freqüentes as relações de parentesco e compadrio entre moradores e entre estes e os *cabos*.

Se a proibição da usina Sinimbu tendia a evitar a "troca de favores" ou as relações personalizadas entre *moradores* e *empregados*, o material coletado mediante entrevistas revela que as relações de compadrio entre ambos permitiram o acesso a *sítio* de alguns *moradores* nas propriedades da usina<sup>132</sup>.

Ao mesmo tempo, assim como era também proibido aos *empregados* fazer *roçados*, na prática eles não apenas desfrutavam dos mesmos como era entre os *moradores* com *sítio* que se recrutavam alguns dos *medidores de conta*, como ocorria também no engenho.

A existência desses mediadores não conseguiu no entanto eliminar, de fato, a figura presente do proprietário. A literatura sobre o engenho e a usina, representada pelos romances de José

---

<sup>132</sup>A esse respeito, transcrevemos parte de uma entrevista feita com um *ex-morador* da usina, que ali nasceu em 1915 e de lá saiu em 1952. Ele conta como seu pai, também morador do mesmo lugar, conseguiu o *sítio*: "Ele (administrador) era compadre de meu pai, ele chegou na casa e arrodou todos aqueles filhos todinho, meu pai criou 17 filhos. Aí ele chegou e disse: 'mas compadre, o senhor, com essa família todinha de que vive?' Ele respondeu: 'compadre eu vivo aqui nas graças de Deus, porque trabalho no engenho e planto uma rocinha aqui, uma mamona, e quando é tempo de comprar uma roupa, pego um bocado de mamona e vendo'. Ele disse: 'eu vou arranjar pra mode o senhor plantar um carro de cana e o senhor com essa família, o senhor com a mandioca e essas coisinhas, o senhor, não dá para família toda miúda' Ele (administrador) foi falar com o gerente, que a ordem do gerente era para morador não plantar cana, mas ele falou que o trabalho de meu pai não dava para comer a família toda, e ele acabou arrumando uma terrinha maior e meu pai começou a plantar cana. Aí, com a idade de 15 anos eu trabalhava no campo mais meu pai. Depois me botaram para medir conta dos outros.

P: O senhor já era casado?

R: Não, ainda nesse tempo morava com meu pai... aí depois tomei conta da casa e fiquei trabalhando para o engenho e plantando".

Lins do Rego, embora tomando como base a Paraíba, é reveladora nesse sentido. Nesses romances destaca-se a existência de problemas decorrentes da "figura ausente" do usineiro e as conseqüências disso nas relações com os trabalhadores, afetando até o funcionamento da propriedade. Muitas vezes, isso determinou que usineiros retornassem às usinas e "retomassem" sua direção efetiva. A presença dos proprietários não pressupunha necessariamente sua presença física ou, o que é o mesmo, sua residência efetiva na usina: ela estava representada na incorporação das relações de *morada*. É por este motivo que, na organização espacial da usina, a despeito de variações decorrentes da introdução da fábrica propriamente dita, a vila dos trabalhadores da parte industrial e a residência dos novos funcionários em seu conjunto acaba reproduzindo o modelo de organização espacial do engenho.

A análise de inúmeros casos que encontramos, revela que os moradores residentes nas propriedades da usina também tinham acesso ao *roçado* e ao *sítio*, assim como se reproduziam novos *moradores* no interior dessas propriedades. Em conseqüência, encontramos hoje trabalhadores que foram *moradores* tanto de usinas como de engenhos, alguns, inclusive, com experiência de passagem em ambos. Desta forma, a existência de trabalhadores que se definem, em relação ao passado, como *moradores*, seja por terem estado ligados a uma propriedade pertencente a um proprietário particular – *senhor de engenho* – ou a uma propriedade pertencente a uma usina, remete a relações sociais idênticas<sup>133</sup>.

Em suma, embora grande parte dos engenhos tenha deixado, de fato, de moer desde épocas remotas, seu desaparecimento não significou automaticamente o fim do sistema de relações sociais

---

<sup>133</sup>As relações sociais de *morada* são também destacadas pela literatura como sendo as relações dominantes no fim dos anos 30. Um trecho que se refere à região onde se encontra a área estudada diz: "Em geral, o camponês recebe remuneração semanal. Além desse processo comum, existem uns tantos contratos 'de boca'. Esse, por exemplo, de receber um pedaço de terra 'de graça' com a condição de trabalhar duas semanas para o proprietário, no mês. Nesse pedaço de terreno o camponês planta na frente da casa umas verdurinhas, de preferência, porém, milho, feijão, fava, algodão. Se viver 50 anos trabalhará por todo esse tempo duas semanas por mês... E não há horário. O relógio é o sol. Principia a tarefa às 6 horas da manhã e termina às 6 da tarde (Bastos, 1938, p. 94)".

que representava. Assim como a presença do *morador* é constatada, também o *senhor de engenho* é uma figura vigente. Isto não impede que a usina tenha criado uma nova categoria para efeito administrativo, como a dos "fornecedores". Essa forma de designar os *senhores de engenho* também vigora em nível oficial e as propriedades dos antigos engenhos passam a ser chamadas então, nos documentos, de fazendas.

Embora o *senhor de engenho* fosse, de fato, o fornecedor da cana para as usinas, a categoria *senhor de engenho* permaneceu carregada de significado enquanto as relações sociais que ligavam trabalhador-proprietário (*morador-senhor de engenho*) se mantiveram dominantes. Só quando a relação do *senhor de engenho* com os trabalhadores a ele ligados se modificou é que a designação engenho e, portanto, as categorias *senhor de engenho* e *morador* ficaram desprovidas de significado social, mesmo que seu significado econômico perdurasse.

A dominação dos *senhores de engenho* sobre a Área até os anos 50 expressa-se no relato de um ex-*morador* de uma propriedade de uma usina. Estabelecido como pequeno produtor desde a década de 1950, esse ex-*morador*, ao abandonar a propriedade da usina, pediu a um *senhor de engenho* vizinho que o ajudasse a se estabelecer em sua área de influência, tornando-se por esse meio proprietário da parcela que até hoje usufrui:

*"Eu disse, eu estou com vontade de sair daqui, eu vou falar com sr. X, onde meu pai se criou, eu vou avisar a ele, perguntar a ele onde eu devo ir. Assim eu fui no engenho dele e disse: 'Seu X, eu vim aqui somente avisar ao senhor que eu estou com vontade de sair do engenho Z'. Ele disse: 'Por que tu quer sair de lá? Fizeram alguma coisa?' Disse: 'Não senhor e para mim são uns homens muito bons, mas eu quero viver mais descansado'. 'Você não tem que sair de lá não, porque eu tenho aqui esse engenho, tem o tal', aí ele me deu o nome de uma porção de lugares. Mas não tem lugar para a turma de você, só mesmo no engenho que você está, e eu não quero que você saia de lá'. 'Mas seu X', eu disse, 'eu já apalavrei um terreno longe...'. 'Destista, mande uma cartinha e mande desfazer, eu não quero você longe. Uma vez que você não quer ficar no engenho, eu tenho um irmão (proprietário do engenho vizinho) de nome S, no engenho tal e você vai lá e diga que fui eu que mandei e diga a ele que daqueles*

*proprietários todos que têm por lá, que ele arranje um lugarzinho perto e você faça negócio...'. Aí eu fui e ele me fez comprar..."*

---

## Capítulo 10: Expropriação dos *Moradores* e do *Povo dos Sítios*

### 1. Dos *Moradores*

A análise das histórias de vida dos trabalhadores assalariados e dos pequenos produtores, e, muito especialmente, a análise das circunstâncias que os levaram a abandonar os engenhos e usinas onde trabalhavam dizem respeito não apenas ao processo de expropriação a que foram submetidos em conjunto, mas, também e sobretudo, às particularidades do processo de transformações sociais por que passou a área estudada.

Embora a expulsão de *moradores* dos engenhos já fosse fato durante o período de vigência das relações de *morada*, o processo de expropriação do conjunto de *moradores* teve início numa conjuntura específica: se, no passado, a expulsão do engenho não impedia que um *morador* tivesse sua reprodução, enquanto tal, assegurada em outro engenho, nesse momento particular esta possibilidade foi rompida, o que significou, portanto, o fim do sistema social engenho. Este é um processo que precisa ser descrito. Retomamos a citação da entrevista que encerra o capítulo anterior e reproduz o relato de um *morador* que abandonou a propriedade onde *morava*, pois a análise das circunstâncias que cercam a saída desse *morador* é expressiva desse processo.

O *morador* abandonou a propriedade no interior de uma usina precisamente no momento em que ela foi vendida. Embora,

de acordo com o relato do *morador*, não houvesse qualquer circunstância de conflito que o envolvesse pessoalmente e que o levasse a abandonar a *morada*, a consulta à correspondência trocada entre *senhores de engenho* pôde revelar o significado social que a saída desse *morador* assumiu, e que não apareceria se o caso fosse analisado individualmente. Nessa correspondência destaca-se tanto o contexto em que ocorreu esta saída, como o de muitas outras. Uma vez vendida a usina, o novo proprietário decidiu introduzir mudanças na propriedade, o que provocou, segundo a carta, "uma greve geral" que desencadeou a saída dos *moradores*<sup>134</sup>. Embora não dispondo de outros elementos que nos permitam contextualizar as características que a greve assumiu, tudo indica que ela, na verdade, significou o abandono da usina por parte de grande número de *moradores*, que se sentiam ameaçados pelas mudanças prestes a serem introduzidas. E, de fato, essa ameaça efetivou-se, pois foi nessa ocasião que a usina em questão deu início ao plantio de cana nos tabuleiros.

A incorporação dos tabuleiros ao cultivo da cana, e o contexto na qual ela teve lugar, ao mesmo tempo que afetou diretamente a vida dos *moradores*, significou, com relação aos grandes proprietários (*senhores de engenho* e usineiros), um ressurgimento dos conflitos tradicionalmente já existentes entre eles; mas nessa conjuntura, o conflito, já histórico, adquiriu nova dimensão.

A descoberta da possibilidade de cultivo da cana nos tabuleiros e a posterior expansão desse cultivo foi inicialmente empreendida pelos *senhores de engenho*, mas tal processo foi, de fato, levado adiante fundamentalmente pelas usinas: o alto custo do desmatamento e da utilização de adubos químicos exigia grandes investimentos para tornar possível a incorporação dos tabuleiros. Esse fato, por sua vez, acentuou a distância já existente, do ponto de vista econômico, entre os *senhores de engenho* e os usineiros. Na verdade, essa diferença se fará mais clara somente

---

<sup>134</sup>Transcrevemos, a seguir, um trecho de uma carta enviada por um *senhor de engenho* vizinho da usina Sinimbu e com data de 10.07.1951, a um outro *senhor de engenho* e que faz referência ao significado da mudança de direção da usina: "A nova direção da usina não vai bem. Tal é o ambiente de terror criado pelos novos proprietários que desencadeou uma greve geral dos operários e pessoal do campo, a ponto de se verificar, hoje, 205 residências abandonadas nas suas fazendas".

no final dos anos 1960, quando ela passa a se expressar tanto em termos da extensão de terras controladas pelas usinas quanto, e fundamentalmente, do maior rendimento por hectare plantado em consequência da mecanização introduzida no processo agrícola.

Como já foi observado, se toda a política desenvolvida pelo IAA favorecera a implantação das usinas, o programa de financiamentos do Fundo Especial de Exportação acentuou e consolidou as diferenças econômicas entre os dois grupos. Também já se destacou que, na área estudada, o programa favorecia a concentração das grandes empresas. Embora ele tenha fundamentalmente privilegiado as usinas, o efeito que esse conjunto de medidas teve sobre elas foi diferenciado. As usinas com maiores possibilidades de "modernização", isto é, as grandes usinas, foram de fato as mais beneficiadas com financiamentos, em detrimento daquelas com menor capacidade real e/ou potencial. Não obstante, e levando-se em conta essas diferenças, as 27 usinas do estado foram beneficiadas com financiamentos, enquanto foram apenas 100 os fornecedores – de um total aproximado de 4.500 – beneficiados (Relatórios ASPLANA, 1973).

Os conflitos decorrentes de tal situação aparecem claramente configurados quando estudamos a crise que afetou os grandes produtores no ano de 1978 (Heredia, 1983). Se essa crise era aparentemente uma das tantas que os produtores de cana-de-açúcar enfrentaram em diferentes momentos históricos, sua análise revela especificidade quando coloca em evidência o fato de que o conflito entre *senhores de engenho* e usineiros passou a assumir nova dimensão. O primeiro momento de conflito ocorreu, como vimos, quando da instalação das primeiras usinas. Mas, se naquelas circunstâncias, esse fato não acarretou mudanças nas relações sociais dominantes nos engenhos, essa nova "crise", pelo contrário, expressa que foram as próprias usinas que acabaram por se impor ao sistema social do engenho. Em outras palavras, foi nessa ocasião que as relações sociais de *morada* foram rompidas; a partir daí, então, as categorias *senhor de engenho* e *morador* perderam seu conteúdo social.

Como já vimos anteriormente, era nos tabuleiros e/ou em suas proximidades que os *moradores* tinham seus roçados. Conseqüentemente, a incorporação destas áreas ao cultivo da cana representou o primeiro momento da expropriação dos

*moradores*. Não se cerceou, no entanto, apenas o acesso ao *roçado*; simultaneamente restringiu-se também, pelo desmonte dos tabuleiros, o acesso à lenha, fonte fundamental de energia para o funcionamento das casas de farinha, do calor, e de madeira para a construção de cercas e até de casas. Mas se a incorporação dos tabuleiros implicava necessariamente desmatamento, foram os próprios *moradores* que os desmataram, tornando-se, assim, executores de sua própria liquidação.

Uma vez que a modernização – que redundou na incorporação de maquinarias nos diferentes momentos do processo produtivo agrícola – só foi introduzida na Área, num momento cronológico posterior – quando também não abarcou a totalidade do processo produtivo –, a sucessiva incorporação dos tabuleiros para a cana significou sobretudo, num primeiro momento, o aumento da quantidade de trabalho exigido dos trabalhadores que residiam nas propriedades. Com o objetivo de aumentar a intensidade do trabalho dos *moradores*, os proprietários utilizaram diversos mecanismos de maneira simultânea. Novas exigências, impostas aos *moradores*, vieram alterar substancialmente as relações sociais entre *moradores* e grandes proprietários, o que – juntamente com o cerceamento do *roçado*, com a impossibilidade de acesso à lenha, etc. – contribuiu para caracterizar o processo de expropriação.

Desse modo, aumentaram a prática de “bater na porta” – como os próprios *moradores* caracterizam um chamado inesperado por parte dos *senhores* – para realização de trabalhos noturnos como o aumento do número de dias de trabalho na propriedade em relação aos períodos anteriores. Foram estes alguns mecanismos utilizados para aumentar a produtividade. Todavia, o conjunto de medidas utilizado pelos proprietários não foi suficiente para satisfazer a demanda de trabalho aumentada pela expansão constante do cultivo de novas áreas. Além disso, tornou-se necessário incorporar novos trabalhadores, o que levou os proprietários a deslocarem *empregados* para outras áreas. É no contexto desses deslocamentos que aparece a figura do *empreiteiro*<sup>135</sup>.

---

<sup>135</sup>Existem referências, para a Área, ao trabalho por empreitada nos períodos de vigência do sistema de engenho. Em determinadas circunstâncias, os *senhores de engenho* encomendavam algumas tarefas a um *morador* ou

A análise de algumas histórias de vida de empreiteiros revelaram que, em geral, eles eram antigos *empregados*; alguns eram mesmo *moradores* que, no momento da expansão do cultivo da cana nos tabuleiros foram encarregados, pelos grandes proprietários, de organizar o deslocamento para outras áreas e regiões em busca de novos trabalhadores<sup>136</sup>. Mas, na medida em que os novos trabalhadores foram se fixando na Área, mais precisamente nos centros urbanos e que, portanto, ficaram à disposição das grandes propriedades, cada vez se tornava menos necessário promover deslocamentos na procura de trabalhadores, conseqüentemente, os empreiteiros também abandonaram as propriedades em que residiam e passaram a morar igualmente nas cidades.

Já destacamos, em passagens anteriores, que o processo de ocupação dos tabuleiros nos anos 1950, e fundamentalmente na primeira metade dos anos 1960, limitou-se praticamente à ocupação dos que estavam localizados dentro das propriedades tradicionalmente existentes, situadas fundamentalmente no centro do que hoje é classificado como microrregião dos Tabuleiros de São Miguel dos Campos. Isto contribuiu para configurar uma situação específica: alguns *moradores* residentes nas propriedades desse centro pioneiro e que, portanto, estavam sendo submetidos a um processo de expropriação, abandonaram as propriedades em que residiam e, alguns deles, foram se estabelecer como pequenos produtores em áreas também de tabuleiro, mas situadas

---

pequeno produtor a ele ligado. Este, por sua vez, reunia outros *moradores* e/ou pequenos produtores. O pagamento era feito pela execução da tarefa ao encarregado da encomenda, e este pagava aos demais. Essa situação está presente, também, em Pernambuco. Seguindo a colocação de Sigaud, porém, pode-se afirmar que, embora existisse empreitada no passado, não existia a figura do empreiteiro como categoria social, que somente aparece no contexto do processo de ruptura das relações de *morada* (Sigaud, 1979, p. 165).

<sup>136</sup>A esse respeito, disse um *ex-morador* que residiu numa usina entre 1967 e 1974 e que foi empreiteiro:

"E: Eu morava na usina X, eu fiquei três anos como morador, e depois eu fiquei como empreiteiro, com turma de gente, trabalhando com turma.

P: Como era isso?

E: A usina dava um carro de 15 em 15 dias para sair para o sertão procurar trabalhador. Então, se arranjasse, eles dava porcentagem para mim.

P: Em que época foi isso?

E: Isso foi no ano de 1970-1971, foi aí que fiquei trabalhando com turmas de gente".

em lugares distantes desse centro de expansão. A análise das trajetórias de alguns *moradores* demonstra a relevância desse tipo de fenômeno. Assim, pois, não foi particular o caso do *morador* que abandonou a usina logo que a nova direção deu início ao plantio nos tabuleiros e que se estabeleceu como pequeno produtor; situação idêntica ocorreu não apenas com outros *moradores* da mesma usina mas também com *moradores* de outra usina que passou a operar na Área no final dos anos 1950 em terras que até então pertenciam a antigos engenhos. A instalação dessa nova usina também significou, para os *moradores* que residiam nessas propriedades, o início do processo de expropriação. As novas exigências impostas pela administração da usina fez com que alguns deles abandonassem a propriedade e se tornassem também pequenos produtores em áreas que, supostamente, em termos de uma avaliação conjuntural, não seriam alcançadas pela expansão da cana. Tal avaliação não demorou muito a revelar-se errada.

Ao que tudo indica, entre todos os *moradores*, aqueles que tinham *sítio* (*moradores com sítio*) foram os que ficaram em melhores condições para adquirir uma parcela de terra fora das propriedades. Isso foi possível pela venda dos produtos do *roçado* e a dos animais de criação do *sítio*.

A maior parte dos *moradores* expropriados, porém, não abandonou de imediato as propriedades. De fato, a saída desses trabalhadores só se tornou efetiva e maciça quando a residência fora das propriedades lhes deu a garantia de acesso a outras fontes de trabalho. Dentro da Área, os aglomerados urbanos, em especial Feira Nova, passariam a ser os novos locais de residência destes trabalhadores.

Por outro lado, para a permanência inicial dos trabalhadores nas propriedades contribuiu também a competição entre grandes proprietários. Em consequência da implantação da política que, como vimos, redundou no estabelecimento de inúmeras propriedades novas e na instalação de novas usinas, houve aumento na demanda de mão-de-obra. Isso criou uma verdadeira disputa entre os grandes proprietários, o que forçou usineiros e fornecedores a deslocarem-se para outras regiões em busca de trabalhadores e a tentarem fixá-los dentro das propriedades. Nesse sentido, foram até construídas algumas casas. Essa conjuntura de expansão, conseguiu "ocultar", de alguma

forma, o processo de expropriação a que estavam sendo submetidos os *moradores* em seu conjunto<sup>137</sup>.

A própria existência de Feira Nova, e especialmente seu rápido crescimento devido à massa de trabalhadores que aí se instalou, a exemplo de outros centros, contribuiu para criar, de maneira permanente, uma oferta de mão-de-obra à disposição dos grandes proprietários.

## 2. Do Povo dos Sítios

No passado o *povo dos sítios* era constituído tanto por pequenos produtores com propriedade jurídica de suas parcelas como também – e fundamentalmente – por posseiros.

Ao que tudo indica, as terras de propriedade dos pequenos produtores parecem ter tido origem nas sucessivas fragmentações, sobretudo em consequência de partilhas por herança, de grandes propriedades.

Entre os que ainda hoje conseguem se manter como pequenos produtores, é difícil, numa primeira aproximação, obter informações a respeito da condição de posseiro ou proprietário das parcelas que detêm. A dificuldade parece estar ligada ao processo de expropriação a que foram submetidos. Desse modo, diante dos problemas que o fornecimento da informação pode lhes suscitar, a primeira resposta à pergunta formulada é obrigatoriamente: "eu tenho os papéis direitinho". De fato, no caso dos posseiros, se atualmente a posse desses "papéis" os torna legalmente detentores das terras que usufruem, foi a ausência desses documentos no passado que facilitou a perda das parcelas que ocupavam. Trata-se daqueles que venderam suas terras pressionados pelo assédio dos grandes proprietários e/ou que não conseguiram provar a posse exigida para beneficiar-se do usucapião<sup>138</sup>. As terras da Área foram submetidas a este mecanismo legal.

---

<sup>137</sup>A realização de sucessivos trabalhos de campo facilitou a observação da situação. Nos primeiros períodos de pesquisa de campo (1976 e 1977/78), pudemos observar que, no interior das propriedades, estavam sendo construídas casas destinadas a residências de trabalhadores. Já nos períodos seguintes, e especialmente em 1982, constatamos que isso havia cessado. Ao mesmo tempo, intensificara-se o aumento populacional nos centros urbanos.

<sup>138</sup>Conforme estabelece o Código Civil no artigo 550 do livro II, título II Da propriedade, Seção IV, o usucapião é um modo de adquirir a propriedade de um imóvel pela posse pacífica e ininterrupta durante um prazo que, no caso estudado, é de vinte anos.

Interessava aos grandes proprietários compradores de terras na Área, desencadear esse processo facilitando inclusive a legalização das posses, uma vez que freqüentemente o acerto de compra das mesmas já estava previamente estabelecido. A compra das posses submetidas ao usucapião garantia aos grandes proprietários o título de propriedade mediante escritura pública. Através de um processo legal, os grandes proprietários legitimaram a aquisição de terras. Como desdobramento deste processo, os poucos posseiros que conseguiram resistir à venda e que, portanto, ainda detêm as suas posses, dispõem, atualmente da documentação legal pertinente.

No atual contexto, os pequenos produtores definem sua situação no passado como tendo sido proprietários e/ou posseiros. Mas, quando indagados especificamente a respeito de sua condição passada, respondem da mesma maneira: "Eu morava aqui, a gente trabalhava porque aqui tinha muita terra de hereu", destacando, neste contexto, não tanto a condição jurídica, mas o usufruto das parcelas. As próprias expressões que atualmente designam os pequenos produtores – posseiros ou proprietários – parecem colocar em evidência o processo de transformações sociais ocorrido na área. Ambos os termos, na realidade, foram recentemente adotados na área estudada, e ambos representam a mudança da forma de acesso às terras, de usufruto para propriedade. Essa mudança afetou as relações sociais existentes entre os pequenos produtores.

Os pequenos produtores – inclusive os que eram proprietários – faziam uso, no passado, das parcelas que estavam localizadas fora dos limites das grandes propriedades, e eram por eles denominadas "terras de hereu" ou "terras sem dono". Os tabuleiros da Área, situados fora das grandes propriedades, eram, pelo *povo dos sítos*, designados desse modo. Embora não encontremos em nossa pesquisa bibliográfica referências específicas que ajudem a precisar a figura jurídica das "terras de hereu", alguns autores as incluíam na categoria genérica de terras públicas (Porto, 1965). A designação "terras de hereu" parece fazer referência ao fato de que, não sendo cultivadas e/ou ocupadas por gado, essas áreas podiam ser usufruídas por quem delas necessitasse. Nelas foram se instalando os pequenos

produtores, e seu usufruto passou a ser tradicionalmente transmitido de geração em geração<sup>139</sup>.

Embora o usufruto do *roçado* nessas parcelas pertencesse a cada unidade produtora de maneira individual, a busca inicial de parcelas dos tabuleiros boas para cultivo – as *moitas* –, assim como o próprio cultivo, pressupunham a articulação de várias unidades produtoras. Muitas vezes as *moitas* eram compartilhadas comportando vários *roçados*. Por se tratarem de parcelas situadas na mata, a "queima" e a manutenção posterior das parcelas de maior tamanho do que a utilizada apenas por um pequeno produtor era um mecanismo fundamental de proteção dos cultivos aos ataques de insetos e pássaros<sup>140</sup>. As diferentes unidades produtoras articulavam-se também para realizar outras atividades do processo agrícola, principalmente, através do que os próprios produtores designavam por "troca de dia". As atividades no *roçado* que demandassem maior esforço em tempo reduzido eram efetuadas com a participação de membros de várias unidades produtoras. A "troca de dia" significava a retribuição dessa ajuda quando fosse necessário. Embora ela se efetuassem como uma maneira de suprir a carência de braços em determinadas unidades familiares de pequenos produtores, também era uma prática comum em outras que contavam com braços suficientes para realizar todas as tarefas. A "troca de dia", portanto, era uma espécie de "socialização" dos braços disponíveis, uma forma de articular o trabalho do conjunto de unidades que assumia um caráter festivo acentuado ainda mais pelo fato de que os participantes eram brindados com comidas e bebidas oferecidas pelos ajudados<sup>141</sup>.

---

<sup>139</sup>O termo "hereu" é definido no dicionário como "Hereo: senhor, proprietário, herdeiro" (Morais e Silva, 1844).

<sup>140</sup>A propósito da utilização das parcelas no período anterior à sua ocupação pela cana, disse um antigo produtor residente desde 1930 na área estudada: "Nóis plantava nas moitas, eram pedaços de terra, mas reunido com mato. Aí o povo procurava e dizia: eu achei uma moita, um mato grosso, essa terra era melhor. Ali nóis plantava, as vezes essa moita era até grande. Muitas vezes um colega chamava aos outros pra tirar um pedaço. Porque nóis botava fogo num pedaço e se o fogo passasse o limite pegava fogo todo, aí nóis chamava um colega pra tirar um pedacinho, dois, três, todo povo do sítio e botavam roça. As veis, por causa de um passarinho que come mandioca e das formigas, os bichos comiam menos porque o pedaço era maior".

<sup>141</sup>A respeito da "troca de dias", disse um antigo pequeno produtor residente no antigo Sítio Planta:

É, pois, precisamente porque esse conjunto de relações foi afetado que a passagem da situação anterior para a atual não significou apenas o fim do acesso à terra para aqueles que dela desfrutavam, mas também, e fundamentalmente, a introdução de mudanças nas relações sociais até então existentes entre os pequenos produtores. São esses elementos que nos permitem afirmar que estaríamos em presença de uma "verdadeira redefinição da natureza agrária", de tipo semelhante ao caso descrito por Thompson ao analisar o significado dos "cercados" para os pequenos produtores ingleses (Thompson, 1977, vol. 2, Cap. III, p. 47)<sup>142</sup>.

---

"Antigamente, no tempo que era rapaz, nosso trabalho era troca de dia, ninguém pagava trabalhador, aí juntava aquela gente, vamos trocar dia. Eu trabalhava com meu pai e mais trocando dia com meus colegas. Quando era um dia, na outra semana, eu botava todinhos pra fazer o serviço na roça do meu pai, plantar feijão, mandioca, limpar o que fosse preciso, aí pagava o que tava devendo, trocando dia. A gente gostava daquela farra de companheiro, todos amigos, muito melhor do que trabalhar sozinho, isolado. Era oferecida comida, bebida, aquilo era uma festa, aqueles dez, doze trabalhadores que ia trabalhar, o dono da roça dava comida e bebida pra eles, do mesmo jeito era pro sócio do outro. O inverno todinho aquele pessoal todinho saía no roçado pra trabalhar nos canteiros..."

<sup>142</sup>Como já foi destacado, nossos trabalhos de campo revelaram a existência de inúmeros conflitos de terras que envolvem tanto posseiros quanto pequenos proprietários. Com o objetivo de demonstrar melhor a magnitude desse processo, buscamos encontrar indicações numéricas a seu respeito nos censos agrícolas. A consulta, no entanto, resultou infrutífera com relação a essa questão. Essa dificuldade resulta tanto dos critérios utilizados para definir as diferentes categorias sociais como da não unicidade de critérios entre os diferentes censos, fato esse que, por si só, impedia a comparação.

A título ilustrativo, reproduzimos a definição de categorias do Censo Agrícola de 1950. Nele são incluídos, como "proprietários", "os usufrutuários, foreiros e enfiteutas..." Como "ocupantes" estão classificados "os que exploram terras alheias a título gratuito, com ou sem o consentimento do proprietário. No caso de ser o responsável proprietário do estabelecimento e arrendatário ou ocupante de parte restante, prevaleceu a condição de proprietário". (*Censo Agrícola*, 1950, p. XV).

Essas definições do censo incluem sob a categoria "proprietário", diferentes relações sociais, não refletindo, portanto, a situação vigente na área estudada. Por outro lado, embora a categoria "ocupante" conste já desde o Censo de 1940, ela muda de conteúdo nos censos posteriores. Assim, em 1950, são classificados como "ocupantes" aqueles que ocupam terras alheias sob qualquer forma. Nos censos de 1970 e 1980, são incluídos como "ocupantes" apenas os produtores que utilizam terras públicas. Por fim, os proprietários, que também são ocupantes, situação muito freqüente na área estudada, são considerados apenas como proprietários. Os problemas decorrentes dos critérios utilizados pelos censos foram objeto de análise e de avaliação, embora a nível global, por parte de um grupo de pesquisadores da

O mecanismo de expropriação a que foram submetidos os pequenos produtores foi a compra. Se a compra-venda é um mecanismo legítimo, porque pressupõe o consentimento das partes envolvidas, no caso estudado, a magnitude das terras vendidas e a análise do contexto em que essas transações foram efetuadas revela que aí operaram mecanismos de expropriação<sup>143</sup>.

Embora em algumas áreas – como, por exemplo, as situadas ao redor do aglomerado de Feira Nova – a compra de terras pertencentes a pequenos produtores tenha tido lugar, de forma maciça, somente no final dos anos 1960, e fundamentalmente nos anos 1970, a incorporação dos tabuleiros para o cultivo da cana, como vimos, já vinha sendo introduzida por parte dos grandes proprietários desde os anos 1950. Essa experiência de utilização dos tabuleiros e da fertilização de suas terras mediante o emprego de adubos químicos já era do conhecimento dos pequenos produtores ali residentes. Mas o alto custo do desmonte e do uso de fertilizantes tornava inviável sua utilização por parte dos mesmos.

Desse modo, a chegada de pessoas interessadas na aquisição de terras e que ofereciam um preço relativamente alto serviu de incentivo para a venda das pequenas propriedades, com a perspectiva de adquirir uma parcela maior, embora situada em área mais distante. Para essa situação influiu também o caráter lento e localizado que assumiu a expansão da cana nos tabuleiros nos primeiros momentos do processo. As parcelas situadas em locais mais distantes do centro pioneiro de ocupação dos tabuleiros tinham, em termos de conjuntura, um preço de mercado mais baixo. Segundo a visão dos pequenos produtores, isso lhes permitiria não apenas comprar essas terras mas também adubos que pudessem torná-las rentáveis para cultivo. Em outros termos, eles acreditavam que teriam melhores condições de reproduzir-se economicamente.

Por sua vez, alguns grandes proprietários, especialmente usineiros, conhecedores da alta rentabilidade dos tabuleiros e

---

FIBGE (Silva Jr., *et.al.*, 1982).

<sup>143</sup>Não dispomos de dados precisos a respeito da magnitude das terras negociadas. Por um lado, os dados provenientes dos censos não são suficientes; tampouco nos foi possível obter informações nos cartórios consultados com esse objetivo.

incentivados pela política do IAA, sabiam também que a divulgação da intenção de se instalarem novas usinas iria provocar um imediato aumento dos preços de mercado das terras. Para evitar a competição, e, portanto, para diminuir a corrida por terras, os grandes proprietários lançaram mão de intermediários.

São inúmeros os casos relatados, na Área, de indivíduos (testas-de-ferro) que se apresentavam como compradores individuais e que mais tarde revelavam ser, na realidade, intermediários. Em geral empregados hierarquicamente superiores nas usinas, eles foram os principais encarregados da aquisição de terras. Essa situação foi bem expressa por um deles, funcionário de usina e atuando na Área sob as ordens do gerente:

*"E: A terra aqui era de graça, eu mesmo comprei aí de uns 10 ou 12, 950 tarefas a 45 contos a tarefa.*

*P: O senhor comprava para si?*

*E: Eu era empregado dele (gerente) e saía comprando terras, eu recebia uma percentagem.*

*P: Em que data foi isso?*

*E: Isso foi em 1968, 1970. O plantio começou de 1968 até 1972, de lá para cá a usina (Seresta) começou a moer, chegou o corte de cana."*

No momento imediatamente anterior à instalação das novas usinas, os intermediários compraram terras de tabuleiros independentemente do tamanho. O fato de aparecerem como compradores isolados, que adquiriam parcelas localizadas em lugares diferentes e mesmo de tamanho reduzido contribuiu para ocultar a magnitude dessas compras, que surgiu quando as parcelas foram reunidas sob a mesma propriedade de um único dono.

Apesar desses mecanismos, os preços das terras dos tabuleiros foram subindo de forma constante, e a procura chegou mesmo aos tabuleiros mais distantes do centro pioneiro de expansão. Desse modo, quando os pequenos produtores tentaram adquirir novas parcelas, defrontaram-se com um montante que de fato já superava o preço de venda de suas terras. Assim, quando alguns pequenos produtores conseguiram ter acesso às parcelas, estas geralmente tinham extensão menor e eram menos férteis do

que as que anteriormente possuíam. Outros, por sua vez, não conseguiram voltar nem ao menos comprar terras, e foram forçados a se deslocarem para os aglomerados urbanos, passando a vender sua força de trabalho.

A versão comum aos pequenos produtores é descrita nos seguintes termos:

*"As usinas compraram de graça, compraram léguas de terras ali, o povo vendendo, pensando que era muito dinheiro, e hoje tem muitos que estamos trabalhando na terra da usina, cortando cana."*

As situações que resultaram desse processo são diversas, e alguns pequenos produtores venderam as parcelas de cultivo e permaneceram apenas com a casa, onde residem. Por outro lado, são numerosos os casos, recolhidos em entrevistas, de pequenos produtores que venderam suas parcelas e queixam-se de haver recebido somente uma parte do pagamento do preço estipulado<sup>144</sup>.

Os pequenos produtores que tinham terras situadas em áreas próximas às grandes propriedades e que resistiram à venda ou permaneceram com uma parte da terra foram praticamente cercados por estas grandes propriedades. Assim, em alguns casos, fecharam-se as saídas de suas propriedades; em outros, as novas propriedades invadiram paulatinamente parte de suas terras<sup>145</sup>.

Outra forma de pressão e expulsão foi impossibilitá-los de praticarem os cultivos, impedindo-os de fazerem a "queima"

---

<sup>144</sup>Como ilustração que condensa uma situação que muito freqüentemente se encontra na área estudada, transcrevemos o depoimento da esposa de um antigo pequeno produtor que vendeu a parcela de que usufruía: "Eu vendi 35 tarefas faz três anos a X, eu assinei sem olhar, ele na hora pagou Cr\$ 10.000 e ficou devendo 25.000. Com os que eu recebi, comprei uma casa em Junqueiro, e o resto ele nunca pagou. Ele (quem comprou) já vendeu pra outro. E a senhora do Cartório arranhou que o seu Y (o novo proprietário) me desse Cr\$ 5.000, e eu ainda estou esperando o resto. Eu agora estou lavando roupa pros outros".

<sup>145</sup>Essa situação é assim descrita pelos pequenos produtores: "Lá onde moro hoje são só seis donos. Antigamente, até seis anos atrás (1976), eram todos pequenos proprietários, mais de 50, a usina comprou tudo. Eu mesmo tinha pouca terra, era terra dos meus avós, de mais de cem anos. A usina comprou uma parte vizinha e fez cercado, e eu fiquei cercado, sem liberdade. Pra não ficar preso, fiz um caminho pequeno, eu não tenho escritura pública, mas pago taxa pela terra e estou morando cercado, não quero vender mas estou cercado, todos os outros venderam e eu fiquei cercado, tira minha liberdade".

anterior ao plantio sob o argumento de que ela ameaça queimar a cana das grandes propriedades ao redor. Estes fatos tornaram inviável a utilização dessas terras e acabaram por gerar inúmeros conflitos.

Embora, em termos gerais, o processo de expropriação tenha afetado o conjunto do *povo dos sítios*, isto é, pequenos proprietários e posseiros, estes últimos sofreram uma expropriação de caráter específico.

As posses eram tradicionalmente transmitidas de geração em geração; por ocasião da morte do posseiro chefe da família, a terra era dividida entre seus herdeiros. Embora cada um desses herdeiros desfrutasse de uma parcela de forma individual, não era necessário que se fizesse uma demarcação legal, pois essa divisão era reconhecida de fato pelos usufrutuários. Os grandes proprietários interessados na compra das parcelas usaram frequentemente desse hábito para expropriar esses posseiros: ofereciam a um dos herdeiros um preço comparativamente alto pela parcela de que ele desfrutava individualmente e uma vez efetivada a transação, quando o comprador ia delimitar a propriedade, ele na realidade demarcava a posse originária na sua totalidade, ou, em outros termos, demarcava a extensão total independente das fragmentações sucessivas por herança. Assim, de um só golpe, expulsava o conjunto de herdeiros<sup>146</sup>.

O conhecimento, pelos posseiros, de que eram as usinas as proprietárias das parcelas vendidas veio acompanhado por uma série de boatos. O medo que eles inspiravam acabou contribuindo para facilitar as novas vendas das posses. Era versão corrente na Área que as usinas tomariam as terras dos posseiros que não possuísem documentos que provassem sua posse e se resistissem à venda. Ante essa ameaça, muitos que ainda desfrutavam de terras de "hereu" venderam suas parcelas<sup>147</sup>.

---

<sup>146</sup>Esse mecanismo, relatado inúmeras vezes por vários entrevistados, é sintetizado na entrevista que transcrevemos a seguir: "O seu X comprou 40 tarefas e marcou mais de 150. Muita gente fez isso no cartório, com a escritura. Hoje fazem a demarcação com topógrafo, mas antes não. Tinha muita terra assim que se chama hereu, tinha 16 pessoas, todos herdeiros de uma posse, era do tempo de meu avô. Ao lado tinha terra de um irmão meu que vendeu, marcaram, vendeu, mas quando foram passar o documento passaram por aquilo tudo, arrodando a todos 16 posseiros".

<sup>147</sup>Nesse sentido, disse um pequeno produtor, natural da área estudada: "Teve muita gente que vendeu porque ofereciam um preço alto e não

Como resultado desse processo diversas situações se constatarem no presente, entre aqueles que ainda continuam tendo acesso à terra.

Alguns pequenos produtores conseguiram permanecer nesta condição alternando as atividades no *roçado* com o trabalho assalariado nas usinas, como trabalhadores *alugados*. Este tipo de trabalho pode ser desempenhado pelo próprio chefe de família e/ou por algum dos membros do grupo doméstico. Embora não se trate de um fato muito freqüente, é significativa a existência de pequenos produtores que arrendam suas parcelas. Os pequenos produtores que não têm condições de trabalhar na sua parcela, por serem já idosos ou não terem filhos, encontram no arrendamento uma forma de obter uma renda que lhes permita manter-se nas mesmas.

Finalmente, outros pequenos produtores passaram a se dedicar ao cultivo da cana nas suas propriedades. Na verdade, não são todos que têm condições de fazer isso, pois esse cultivo exige uma certa extensão de terra.

O preço de mercado alcançado por estas parcelas torna impraticável a ampliação das áreas originais dos pequenos proprietários, que têm que concorrer com os grandes pela posse de novas parcelas<sup>148</sup>. A alternativa de cultivar cana corresponde em grande medida, aos interesses específicos das usinas que a compram. No momento de instalação, tendo que assegurar uma determinada produção como forma de alcançar a quota mínima exigida pelo IAA para o seu funcionamento, as usinas favoreciam o plantio de cana pelos pequenos produtores da Área<sup>149</sup>. Este fenômeno relaciona-se estreitamente com a situação de conflito existente entre usinas e fornecedores. As usinas recém-instaladas preferiam contar com um número maior de pequenos produtores para fornecimento da cana do que com os grandes.

---

adivinharam que hoje valeria muito mais. Eles acharam que a terra ia ficar sem valor porque muitos falavam que ia entrar a usina e ia tomar o terreno do povo que estava em terra de hereu, terra sem dono que o povo foi se apossando".

<sup>148</sup>Essa limitação é assinalada permanentemente pelos pequenos produtores e se ilustra com a seguinte citação: "Hoje não se compra mais terra porque está um absurdo. Terra aqui encareceu de uma maneira que ninguém pode comprar, só os milionários, os grandes que podem comprar".

<sup>149</sup>Segundo disposição estabelecida pelo IAA, 50% das canas moidas pela usina devem provir de fornecedores.

Mas a produção dos pequenos produtores é em geral menor que a quota mínima exigida para que um produtor seja considerado fornecedor: isso significa que o pequeno produtor registre a sua produção no nome de um fornecedor, reconhecido como tal, o que significa mais um ônus para o primeiro. Na área estudada, os fornecedores reconhecidos são basicamente grandes fornecedores, inclusive, quadros da hierarquia da usina que cobram uma percentagem pela intermediação. A eles interessa duplamente receber cana dos pequenos produtores, pois além de receberem a percentagem, ainda desfrutam das vantagens de obtenção de financiamentos: quanto maior a produção registrada, maior o financiamento.

Embora em número reduzido, há casos de pequenos produtores ligados por relações de parentesco (pai e filhos ou irmãos) que reúnem a produção de cana produzida individualmente sob o nome de um deles. Nesses casos, não se paga qualquer percentagem ao que é indicado como fornecedor.

Por outro lado, a obtenção por parte dos pequenos produtores da condição de fornecedor limitou-se ao momento da instalação de novas usinas na Área. Essa situação inicial não perdurou, e, nos anos posteriores aquela possibilidade se tornou cada vez mais difícil, fato este que foi inúmeras vezes frisado pelos pequenos produtores: "As usinas já não recebem cana dos pequenos". Assim como para os pequenos produtores não reconhecidos oficialmente como fornecedores a possibilidade de acesso a créditos é totalmente vedada, também os fornecedores com pequena quota de produção estão impedidos de obter financiamentos<sup>150</sup>. Desse modo, pois, os pequenos produtores dependem da relação com a usina tanto para vender sua cana quanto para se reproduzir como fornecedores. Frequentemente é a própria usina quem concede diretamente o financiamento, pelo adiantamento do dinheiro necessário ao plantio – com destaque na aquisição de adubos químicos – e ao pagamento dos trabalhadores na época de safra.

---

<sup>150</sup>Para ter acesso aos financiamentos destinados ao plantio e à safra de 1982, era necessário ter uma quota de fornecimento acima de três mil toneladas de cana. Mas para ter acesso a financiamentos maiores, como os destinados à aquisição de caminhões, a quota mínima exigida subia a 8.000 toneladas. E possuir um caminhão é importante para os fornecedores, uma vez que o custo do transporte da cana da propriedade até a usina é custeado por eles.

Mas se é a usina quem dá os financiamentos, quando ocorrem quaisquer problemas que reduzam a safra, os adiantamentos por ela outorgados acabam por superar a produção obtida. Esta situação pode significar desde o endividamento, o que constitui uma ameaça concreta aos pequenos produtores, até o caso limite de entrega das parcelas à usina como parte de pagamento da dívida. Muitos viram-se forçados a vender suas parcelas, em geral para a própria usina à qual estavam ligados, recebendo o pagamento em dinheiro ou sob outras formas (entrega da terra em troca de um caminhão). Esta é a origem de alguns caminhoneiros que atualmente residem nas cidades da Área.

Essa é a ameaça que os financiamentos significam para os pequenos produtores, que a eles resistem. Sobre esse aspecto, reproduzimos as palavras de um pequeno produtor:

*"E: Minha moagem é de 200 toneladas, porque as forças são poucas e o dinheiro é pouco. Porque as vez eu quero plantar mais, mas não posso. Houvesse mais dinheiro eu plantava mais.*

*P: A usina não dá financiamento?*

*E: Eles dão, eles adianta para a gente plantar cana. Ele dá documento e eles botam a gente no banco. Agora, quando é o fim do ano, descontam a gente, paga o juro e ela paga o tanto da gente.*

*P: O senhor tem financiamento?*

*E: Só para o adubo, porque eu também as vez tenho medo. Eu tenho medo de dever porque uma vez, de uma hora para outra, não poder pagar e perco a terra. Eu não gosto de pegar muito, não, porque as vez trabalha muito e não dá nada. Quem tem muita terra, trabalha muito, os fornecedores ricos, eles têm condições, mas a gente que é pobre não dá."*

Esse conjunto de limitações cerceiam as possibilidades de ampliação do cultivo da cana por parte dos pequenos produtores. Assim, embora a cana – diferentemente dos demais produtos porque "tem instituto", (o IAA assegura um preço único) – não tenha o problema de flutuação dos preços – o que opera como

incentivo para a sua produção mesmo em pequenas parcelas – as relações sociais envolvidas em seu cultivo e a falta de controle que o pequeno produtor tem sobre a sua produção contribuem para que, ainda cultivando-a, essa presença não elimine a existência dos cultivos do *roçado*. A presença do milho, do feijão e da mandioca é, pois, uma constante nas unidades produtoras. A alternatividade característica desses produtos, que se reflete na possibilidade de consumi-los e/ou vendê-los, o que possibilita a aquisição de outros bens ou até daqueles que foram vendidos em outros momentos do ciclo agrícola, significa uma garantia para enfrentar as situações de crise<sup>151</sup>.

Dentro dos limites determinados pela parcela de que dispõem, a maior ou menor extensão dedicada ao cultivo da cana e do *roçado*, também acusa variações que correspondem aos diferentes momentos do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico desses pequenos produtores<sup>152</sup>. Assim, dedica-se uma área maior ao cultivo do *roçado* quando, na unidade doméstica, é maior o número de consumidores que o de trabalhadores. No outro extremo, quando o grupo doméstico se encontra restrito ao casal – seja pela saída de alguns filhos ou de todos eles, ou ainda quando não há filhos – isto é, quando o número de consumidores e trabalhadores inverte-se e o pequeno produtor não conta com mão-de-obra suficiente para poder fazer, por exemplo, a farinha e/ou cumprir as diferentes etapas do processo produtivo, é menor a área dedicada ao *roçado*<sup>153</sup>. Nestas circunstâncias, o primeiro elemento a ser considerado é o custo da contratação de trabalhadores. Se a farinha, o milho e o feijão sofrem flutuações de preços no mercado, o que nem sempre torna compensadora a contratação de trabalhadores para a sua produção, a cana passa a ser mais compensadora porque tem preço fixo.

---

<sup>151</sup>O peso que esses produtos têm no cálculo econômico dos pequenos produtores foi analisado em trabalhos anteriores (Heredia, 1979 e Garcia Jr., 1983a).

<sup>152</sup>Afrânio Garcia analisa como essa combinação está relacionada ao ciclo de desenvolvimento das unidades domésticas dos pequenos produtores (Garcia Jr., 1983b).

<sup>153</sup>Disse um pequeno produtor cujo grupo doméstico era formado por apenas ele e sua esposa: "Eu planto roça e cana. No tempo que os filhos eram meninos, eu com meus meninos plantava mais roça, mas agora eu planto menos, minha roça está tendo menos tarefas. Estou sozinho mais a mulher, aí não compensa".

Observa-se que os pequenos produtores que plantam cana em suas parcelas preferem contratar o trabalho de pequenos produtores vizinhos ou daqueles que historicamente também eram *povo dos sítios* e que passaram a ter como meio de vida a venda de sua força de trabalho. Um trecho de entrevista realizada com um pequeno produtor que planta a cana expressa bem essa situação:

"P: O senhor bota trabalhador?

E: Eu tenho um trabalhador que me ajuda. É um vizinho, porque tem pobre e mais pobre. Esses mais pobres trabalham para os outros. Eu ajudo. Nós formamos uma sociedade. Quando trabalham para mim, eu pago. Agora, é para eles, não pagam. É sociedade, a gente se ajuda. Eles têm uma propriedadezinha deles, mas não dá pra viver. Uns plantam cana, outros não plantam, e eles vêm trabalhar dois, três dias na semana. Aí eles vêm para mim e eu também ajudo eles de vez em quando dou uma lenha, também ajudo eles, é assim. A gente se ajuda um ao outro. A gente não tem morador porque os pequenos proprietários me ajudam. Eles ganham, mas ajudando. Eu não vou no terreno deles porque estou velho e não tem mais ninguém em casa, mas ajudo com lenha e outras coisas."

Se o grupo de pequenos produtores que planta cana considera-se *pobre* – diferenciando-se dos grandes produtores de cana, caracterizados como *ricos* –, a introdução do cultivo de cana nos *roçados* estabelece uma diferença interna ao grupo, que pode ser percebida no discurso transcrito – *pobres* e *mais pobres* – e que se diferenciam segundo plantem ou não cana. A referência aos trabalhadores contratados como *vizinhos* parece contribuir, por um lado, para marcar os limites que os separam dos grandes proprietários e, por outro, para caracterizar as relações sociais existentes entre o pequeno produtor e seus trabalhadores. Mesmo quando, no trecho citado, o pequeno produtor descreve o pagamento feito aos trabalhadores como uma exceção decorrente do ciclo de desenvolvimento do seu grupo doméstico – "não tem mais ninguém em casa", por ser "velho" não tem condições físicas de retribuir o dia ("trocar o

dia") de ajuda – a análise de diversos casos revelou que, entre os pequenos produtores que plantam cana em suas parcelas, o pagamento pelo trabalho realizado é prática corrente, mesmo quando os trabalhadores são pequenos produtores *vizinhos*.

Ao descrever a situação de pagamento dos trabalhadores contratados como excepcional, o informante estaria na verdade assinalando que a remuneração não chega a ser o elemento definitivo para caracterizar a sua relação com os que trabalham para ele. Nesse sentido, tal relação é vista como uma "sociedade". O trabalho feito para outra unidade produtora é vivido, por parte de quem o contrata, como ajuda – "eles me ajudam" – que supõe retribuição – "e eu ajudo". Sendo "ajuda", o contrato de pagamento não elimina outras formas de relações existentes entre as partes. Pelo contrário: a retribuição sob a forma de lenha, por exemplo, evidencia a existência de relações anteriores e posteriores ao pagamento e que a ele se superpõem. É, pois, nesse complexo de relações que o pagamento se insere. Se de fato o pagamento significa descontinuidade em relação à "troca de dia", esse pagamento é visto pelos pequenos produtores como sendo uma nova forma que atualmente assume a ajuda prestada.

Os pequenos produtores que complementam a produção em seu *roçado* com o *alugado*: trabalho realizado em terra alheia, sob as ordens de quem contrata e em troca de um pagamento em dinheiro, ou aqueles que têm o *alugado* como forma exclusiva de sobrevivência, optam, sempre que possível, por trabalhar para os pequenos produtores, em lugar dos grandes proprietários. Como a pequena extensão de terra plantada com cana pelos pequenos produtores não assegura uma fonte de trabalho permanente – o *trabalho alugado*, na maior parte do tempo, é feito para os grandes proprietários. Assim, ainda que de fato essa preferência nem sempre possa ser efetivada, ela se mantém como expectativa. Essa situação é expressa por um antigo pequeno produtor, atualmente trabalhador assalariado:

*"Eu prefiro trabalhar com o pequeno, ele é quase igual a mim. Mas as vez o pequeno, a produção dele é muito pouca, só tem serviço para um dia ou dois na semana, se tiver precisão, tem que trabalhar para os grandes."*

A análise das relações atualmente em vigor entre o conjunto de trabalhadores e os grandes proprietários – mais especificamente entre esses últimos e os trabalhadores que residem dentro das propriedades – revela que estamos em presença de uma redefinição completa do sistema de posições sociais existentes na área estudada. As mudanças das relações sociais substancializam-se na organização do espaço, fato que pode ser examinado a partir do confronto da distribuição espacial dos antigos engenhos com a das propriedades atuais (fazendas e usinas). Esses são os aspectos que iremos analisar a seguir.

Eram as relações de *morada* que garantiam, no passado, a reprodução econômica e social da exploração canavieira. A reprodução de cada unidade e, portanto, a do sistema social engenho pressupunham também a do conjunto de *moradores* e de seus grupos domésticos, por meio da combinação do trabalho no *roçado* individual com o trabalho coletivo no engenho. A relação de dominação estabelecida entre *senhor* e *morador*, com seu grupo doméstico, forneceu o sustento ideológico necessário à reprodução desse sistema.

Na situação atual, a reprodução das grandes propriedades e, conseqüentemente, dos grandes proprietários, baseia-se numa grande massa de trabalhadores que, embora possam mesmo residir em áreas internas às grandes propriedades, foram despojados dos meios de produção. Eles, dependem exclusivamente da venda de sua força de trabalho e estão à disposição dos grandes proprietários.

Essa ruptura, no que diz respeito ao sistema de relações sociais anterior, torna-se clara pela análise das atuais relações entre trabalhadores e proprietários, ainda que se constate a presença de alguns elementos constitutivos da situação anterior. A presença de elementos isolados do todo que a relação de *morada* significava, longe de expressar uma continuidade dessa relação é particularmente elucidadora da mudança.

A casa atualmente cedida aos trabalhadores que residem no interior das propriedades não significa a vigência da relação de *morada*. A *casa de morada* expressava a garantia da reprodução de seus ocupantes tanto no que se refere ao trabalho quanto à possibilidade de realizar *roçado*. E, como o *morador* estava ligado a um *senhor de engenho* em particular, existia a possibilidade dele percorrer uma trajetória social dentro do engenho.

A casa, agora, embora implique que seu ocupante também esteja à disposição do proprietário e, portanto, *obrigado* a trabalhar para este, não pressupõe a possibilidade de uma trajetória dentro da propriedade, ou seja, não significa necessariamente que o trabalhador terá a possibilidade de acesso a uma parcela de terra. Pelo contrário, o trabalhador que hoje em dia recebe uma casa, não tem acesso à terra e depende exclusivamente do trabalho realizado na propriedade, forma exclusiva pela qual obterá os meios necessários à sua subsistência. Mais ainda, o acesso à casa não significa uma garantia de trabalho permanente, o que transforma em prática corrente situações consideradas excepcionais ou inexistentes no passado.

No engenho, como vimos, não existia a ameaça de falta de trabalho, pois além das tarefas demandadas pelos cultivos do engenho, os *moradores* executavam tarefas relativas à manutenção da infra-estrutura do mesmo, como, por exemplo, a limpeza dos açudes, estradas, construção e manutenção das cercas, limpeza e drenagem dos rios, etc. E quando diminui o conjunto de tarefas necessárias no engenho, intensificam-se as atividades do *roçado* individual de usufruto de cada *morador* vigorando a combinação entre trabalho coletivo e trabalho individual. Para o *morador*, que privilegiava o trabalho no *roçado* como um "trabalho para si", a redução das atividades do engenho, longe de ser vivida como falta de trabalho, tornava possível a realização do "trabalho para si" em melhores

condições. No passado, o *morador* só se referia à falta de trabalho quando não dispunha de produtos do *roçado*.

Na situação atual, ao contrário, nos momentos em que diminui a demanda de trabalho no interior das propriedades, os trabalhadores residentes, para poder concorrer com os trabalhadores que vêm de fora, vêm-se obrigados até a dormir no local de trabalho, sujeitos à intempérie, de maneira a assegurar-se da possibilidade de trabalhar em melhores condições ou mesmo, em alguns casos, para garantir o próprio dia de serviço. O trabalho sem *roçado*, cria, de fato, para os trabalhadores, uma situação de desequilíbrio entre os diferentes momentos do ciclo agrícola da cana.

Em alguns casos, a falta de trabalho pode ser utilizada como mecanismo, por parte dos grandes proprietários, para forçar o abandono da propriedade por parte do trabalhador, o que caracteriza, na prática, uma situação de expulsão, tal como já era utilizada no passado. Mas a freqüência com que esse fato ocorre atualmente coloca em evidência que, na realidade, esse elemento passou a ser um componente da própria relação que atualmente é estabelecida entre trabalhadores e patrões.

Se, no passado, o *morador* era impedido de deslocar-se – inclusive não lhe era permitida a saída da propriedade onde *morava* durante a semana, a menos que fosse mandado –, hoje em dia, ao contrário, para conseguir trabalho os trabalhadores devem necessariamente deslocar-se. Esse deslocamento ocorre tanto a partir dos centros urbanos em direção às propriedades, no caso dos trabalhadores que residem nas cidades, quanto entre propriedades, no caso dos trabalhadores que residem numa unidade produtora onde, ocasionalmente, não há trabalho.

Como já foi assinalado, a casa que os trabalhadores residentes recebem não pressupõe o acesso ao *roçado*. Em alguns casos, no entanto, os proprietários cedem terras para seus trabalhadores. Mas isso não indica a permanência da antiga relação de *morada*. A diferença é expressa pelos próprios trabalhadores na distinção entre *ter roçado* e *botar roçado*. A primeira era a condição do *morador*; a segunda, a dos atuais trabalhadores.

A presente concessão de terras para *roçados* não pressupõe renovação. Frequentemente a elimina. Por outro lado, essa concessão pode atingir o conjunto de trabalhadores, sem

distinção entre os que residem dentro e os que residem fora da propriedade ou os que têm uma relação de trabalho com a propriedade que a concede. *Botar roçado* significa, pois, o plantio de produtos em "terras alheias", cedidas ou arrendadas em troca de um pagamento em dinheiro ou em produtos.

Pode-se *botar roçado* em parcelas pertencentes aos grandes proprietários da Área como em terras de pequenos produtores. Ainda que este último caso seja pouco freqüente, alguns pequenos produtores que não têm "condições" de realizar cultivos nas suas terras por razões de diversas ordens – doenças e/ou ausência de membros do grupo doméstico que tornem possível o cultivo das mesmas – optam por arrendar as parcelas de que dispõem em troca de uma renda. Nas parcelas cedidas pelos grandes proprietários, praticamente só se pode *botar roçado* nos períodos de entressafra.

Diversas são as razões que levam os grandes proprietários a ceder essas parcelas. Os novos cultivos recompõem a fertilidade das terras antes plantadas com cana, por exemplo; quando se trata de terras destinadas à criação de gado – cada vez mais escasso na área – o plantio do capim é feito pelos cultivadores do *roçado* sem ônus para o proprietário. O trabalhador recebe a parcela, faz o trabalho necessário e prévio ao plantio, realiza o plantio de um produto de ciclo produtivo curto, colhe e devolve a terra plantada com capim, sendo o pagamento, neste caso, "o capim plantado". No caso da parcela cedida voltar a ser cultivada com cana, o pagamento é o novo plantio da cana.

A concessão de terras para *botar roçado* pressupõe também um prazo de restituição estabelecido de acordo com as necessidades da grande propriedade. Esse prazo, estipulado previamente, condiciona o tipo de produto cultivado, pois ele deve ter um ciclo produtivo que não deve exceder o prazo do contrato, caso contrário os cultivadores perdem a colheita. Isso limita o cultivo do *roçado* ao milho e ao feijão. Ambos têm um ciclo produtivo que oscila entre 90 e 120 dias, o que garante a oportunidade da colheita.

Se, no passado, a possibilidade de plantar vários produtos com ciclos diferentes garantia, ao *morador*, seu consumo ao longo do ano agrícola como um todo, hoje em dia, encara-se o ato de *botar roçado* como apenas um complemento do trabalho assalariado. *Botar roçado* é, portanto, uma atividade temporária e

de modo algum garantida em termos de continuidade, uma vez que a terra cedida deverá ser devolvida no final do contrato, plantada com cana ou capim. Essas parcelas não voltarão a ser utilizadas por aqueles que tornaram possível a produção da cana ou o pasto do gado.

A possibilidade de *ter roçado* contribuía, no passado, para diferenciar o conjunto de *moradores* em termos das relações então estabelecidas com o *senhor de engenho*. As parcelas de terra para *botar roçado* cedidas ao conjunto de trabalhadores indiferenciadamente expressam uma homogeneidade da relação, na medida em que não diferenciam os trabalhadores residentes dos não residentes.

As atividades agrícolas hoje desempenhadas pelos trabalhadores são praticamente as mesmas do passado. Tal como anteriormente, os trabalhadores, hoje, ainda se dividem em turmas, sob as ordens de um "cabo", para efeito de organização do trabalho. Mas, uma observação atenta coloca em evidência diferenças significativas entre as situações.

No engenho, o *cabo* era um *empregado do senhor*. Hoje, ele é, na realidade, um empregado do empreiteiro. Todo um conjunto de atividades correspondentes ao que poderia ser denominado como "gerência do trabalho", saiu do controle do *senhor de engenho* para as mãos de um intermediário que não mantém necessariamente relações diretas ou permanentes com o proprietário. Tais atividades, que incluem desde a determinação da área a ser trabalhada, o *apontamento* (registro da produção realizada pelo trabalhador), o *acerto de contas*, o gerenciamento de várias turmas até a propriedade da *venda*, são organizadas por uma figura que não se identifica com a propriedade e, portanto, que se diferencia substancial e qualitativamente do antigo *empregado* do engenho.

Mesmo quando, a partir de um ponto de vista formal, a situação atual assemelha-se à anterior, o deslocamento da relação trabalhador-*cabo-senhor de engenho* para trabalhador-*cabo-empateiro* ou trabalhador-*empateiro* assume significado específico, e o confronto entre as duas situações revela novamente uma ruptura; a dissociação entre o processo produtivo e um conjunto de atividades, agora colocada nas mãos do *empateiro*, provoca uma ruptura da relação anterior na qual o trabalho, embora importante, constituía apenas um dos aspectos e, como

tal, só adquiria significado como elemento constitutivo da relação mais ampla estabelecida entre o *senhor de engenho* e o *morador*.

O isolamento da "gerência do trabalho" com relação à totalidade do processo de trabalho no engenho provoca uma situação de desequilíbrio: enquanto no antigo sistema havia uma clara hierarquia de poder que emanava do *senhor*, o trabalhador – que na situação atual ainda formalmente continua executando o mesmo tipo de tarefas – vê-se submetido ao cabo do empreiteiro, ao próprio empreiteiro e ao administrador. Cada um deles apresenta-se ao trabalhador como uma fonte de poder independente e que se interpõe entre trabalhadores e proprietários. É neste contexto que adquire significado a expressão utilizada pelos próprios agentes para caracterizar a situação atual, e já citada no capítulo 5: "Eu trabalho para três".

Esta situação de desequilíbrio aparece também na visão que os trabalhadores têm da *venda* do empreiteiro. No passado, o *barracão*, da mesma forma que tudo dentro da propriedade, pertencia ao proprietário e era administrado pelo seu representante. Agora, o empreiteiro é o proprietário das *vendas*. Os produtos ali vendidos – como no *barracão* – são oferecidos a preços mais altos que os do comércio local. Também é nas *vendas* que se efetua o pagamento dos trabalhadores, semanal como no passado. Por isso, os trabalhadores, que têm como referência o *barracão*, encaram a *venda* do *empreiteiro* como um mecanismo de dominação. Embora isso pareça aproximar as *vendas* dos *barracões* do passado, deve-se concordar com Sigaud quando destaca que igualá-los seria desconhecer o sistema de relações sociais no qual o *barracão*, de um lado, e a *venda*, de outro, encontram-se inseridos e onde, portanto, adquirem significado (Sigaud, 1983, p. 31 e seguintes).

No engenho, o *barracão* era um mecanismo fundamental através do qual se garantia a imobilização da massa de *moradores* dentro das propriedades. Ao mesmo tempo, ele era um elemento central na socialização dos *moradores*, num esquema de dominação que era específico desse sistema. A passagem do *barracão* à *venda* traduz a ruptura da relação *senhor de engenho-morador*, e a *venda* passa a constituir um novo suporte de um novo sistema de dominação<sup>154</sup>.

---

<sup>154</sup>É precisamente porque o *barracão*, elemento fundamental do sistema de

A figura do *empreiteiro* assume nesse contexto um significado especial: parece ser o elemento que serve de elo de mediação no processo de transformações sociais que ocorreu na área, contribuindo, inclusive, para que esse processo se tornasse possível. Ao recrutar trabalhadores que têm origens e experiências diversas, para as propriedades, o *empreiteiro*, na verdade, não apenas estabiliza-os na Área mas homogeneiza-os nas relações sociais hoje dominantes. Na realidade, esse nos parece estar presente mesmo quando o empreiteiro mantém com os proprietários relações que aparentemente são do tipo "tradicional", como é o caso do administrador que atua como empreiteiro.

Ao separar um conjunto de funções que faziam parte do antigo sistema e ao transferi-las para o empreiteiro, os proprietários consideram-se livres das relações que, num sentido mais amplo, mantinham com os trabalhadores no passado. Assim, mesmo quando estes últimos continuam residindo dentro das propriedades e, portanto, continuam à disposição do proprietário – às vezes o mesmo do passado –, eles não dispõem das contrapartidas anteriores: nem da possibilidade das terras para *roçado* nem do socorro em situações de crise. Como já foi visto, a assistência que o *senhor de engenho* prestava aos seus "*moradores*" no passado era elemento constitutivo da relação de *morada*. Em conseqüência, as reclamações que os trabalhadores formulam a respeito da atual falta de assistência não é uma reclamação nostálgica, mas elemento denunciante de uma ruptura de relação. Eram precisamente as contrapartidas que, no passado, asseguravam o percurso de uma trajetória dentro da propriedade. E é por meio da sua reivindicação que os trabalhadores hoje em dia resistem às novas formas de dominação que lhes são impostas. É ainda em busca dessas contrapartidas que, hoje, os trabalhadores que chegam às propriedades tentam reproduzir, embora sob novas circunstâncias, alguns elementos que faziam parte da antiga relação de *morada*. Pode-se observar, por

---

dominação, é modelo de referência para os trabalhadores que o local onde é efetuado o pagamento (nos limites das propriedades ou na cidade) é para eles relevante. Nesse sentido, é interessante assinalar, embora em outra área, que o local de pagamento faz parte da pauta atual de reivindicações dos trabalhadores da *plantation* pernambucana, elaborada para efeito de convenção coletiva anual de trabalho.

exemplo, que alguns deles chegam com suas famílias e são alojados nos *galpões*, onde constroem divisões que tentam compor uma espécie de quarto ou ambiente isolado, ou então levantam choupanas tentando criar um espaço individual do espaço coletivo.

Os *moradores*, por terem família, contavam com a possibilidade de receber um *roçado*. Hoje essa possibilidade já não existe. E mais: o termo *sertanejo*, no passado, designava apenas um tipo de trabalhador que mantinha uma relação "precária" com o proprietário, diferenciando-se portanto do *morador*; atualmente, para os proprietários, todos os trabalhadores que permanecem nas propriedades, independentemente de ter ou não família, são genericamente denominados *sertanejos*. Isso indica que as relações homogeneizaram-se.

Assim como a relação mantida com o *senhor de engenho* era um elemento central na trajetória social de *morador*, também as relações estabelecidas entre os membros dos grupos domésticos do *morador* e o *senhor de engenho* eram fundamentais, pois contribuíam para garantir a trajetória do trabalhador no engenho. Esta trajetória, por sua vez, assumia sua expressão máxima na ocasião de desdobramento de novos grupos domésticos de *moradores*, emergentes dos grupos originais. Atualmente, a reprodução do trabalhador e do seu grupo doméstico e, conseqüentemente das futuras unidades domésticas, têm lugar pela inserção de cada um de seus membros no mercado de trabalho. Assim, pois, o mercado de trabalho estaria, de fato, substituindo o engenho na trajetória social do antigo *morador*.

A combinação entre o trabalho para o engenho e o "trabalho para si" constituía a base de sustento do esquema de autoridade doméstica do *morador* como chefe de família. Ele era o único a ser reconhecido como dotado de "maioridade" e, como tal, era o intermediário entre seu grupo doméstico e o *senhor de engenho*, cabendo-lhe a decisão sobre a participação dos diferentes membros no conjunto de atividades, usando-os em uma ou outra atuação, conforme as circunstâncias. Atualmente, uma vez liquidada essa combinação, impedido o acesso ao *roçado*<sup>155</sup> – e eliminada a existência do *roçado* individual dos

---

<sup>155</sup>Mesmo quando, atualmente, os trabalhadores conseguem *botar roçado* e

filhos –, o trabalho assalariado é a fonte quase exclusiva de renda. O trabalhador é obrigado a alocar os membros do seu grupo doméstico, especialmente os filhos, já desde "pequenos", como trabalhadores assalariados na cana.

No passado, os filhos do *morador* eram incorporados ao trabalho agrícola, sob a classificação de *meninos*. Quando, em algumas circunstâncias consideradas "de precisão" para o engenho, os *meninos* executavam tarefas e em troca recebiam pagamento, o dinheiro recebido se somava ao do próprio *morador* não constituindo o único meio de sustento ao grupo doméstico. Ao contrário, era um complemento à produção do *roçado*. A participação do filho *menino* no trabalho agrícola tinha, naquelas circunstâncias, sobretudo um caráter de treinamento nas atividades agrícolas e de exercício de um esquema específico de dominação.

Hoje em dia, eliminado o *roçado*, a incorporação dos filhos *meninos* ao trabalho na cana contribui para aumentar a produção e, portanto, o dinheiro necessário para a compra dos bens de consumo do conjunto dos membros da unidade doméstica. É, por conseguinte, imprescindível a participação dos *meninos* desde cedo na produção. Os membros do grupo doméstico passaram a ser socializados, desde *meninos*, não mais na combinação *roçado-roçadinho*, mas no trabalho assalariado. A ruptura que esta situação significa é expressa por um trabalhador, antigo *morador*:

*"No tempo que meu pai criou a gente, ele trabalhava para ganhar aquela diária (no engenho) e a gente trabalhava na roça. Tudo se criou trabalhando. Hoje em dia, a gente, os filhos da gente, não sabem o que é plantar uma mandioca, não sabem plantar um inhame, não sabem trabalhar e no fim não dá pra eles ter a sua casa, né?"*

A expressão usada – "não sabem trabalhar" – significa, neste contexto específico, falta de socialização no tipo de cultivo

---

nele reproduzem a divisão de trabalho existente no passado, tentando socializar os membros do seu grupo doméstico no trabalho agrícola, sua curta e eventual existência ou, em outros termos, sua não estabilidade contribui para que a socialização fundamental desses membros se dê como trabalhador assalariado.

próprio do *roçado* ou, o que é o mesmo, no trabalho "para si". Em conseqüência, o trabalhador que tem como modelo o "trabalho para si" que lhe dava condições para manter a casa, vê que seus filhos não terão condições de "ter sua casa", ou, o que dá no mesmo, não terão a possibilidade de conseguir os meios necessários para o sustento de seu futuro grupo doméstico através das atividades no *roçado*.

Por outro lado, essa situação traz outra série de conseqüências. A incorporação dos filhos *meninos* no trabalho assalariado não chega a ameaçar o esquema de autoridade doméstica. Mas isso assume outro aspecto quando os filhos já são *rapazes*. No passado, o aumento da capacidade produtiva do filho *rapaz* não chegava a ser uma ameaça à autoridade paterna, na medida em que o filho, além de trabalhar para o engenho, devia desenvolver atividades no *roçado* e, ao mesmo tempo, era deslocado para o *roçadinho*. A impraticabilidade de tal deslocamento, agora, faz com que o filho exerça unicamente uma função: a de assalariado. Desse modo, o *rapaz* – como de fato ocorre com bastante freqüência – tem maior capacidade produtiva e, portanto, recebe um salário maior que o do seu pai, chefe do grupo doméstico. Essa situação pode, na realidade, vir a constituir uma ameaça ao esquema de autoridade doméstica. Atualmente o filho solteiro residente na casa paterna, como membro do grupo doméstico, recebe seu pagamento e entrega parte dele ao chefe da família, guardando para si o necessário para seu consumo individual. Essa situação, contudo, gera tensões no momento de redistribuição, e que podem concorrer para o abandono do grupo doméstico por parte do filho sem que esta saída signifique, necessariamente, a formação de um novo grupo.

Desse modo, as transformações sociais alteraram o próprio ciclo de vida dos membros do grupo doméstico. A concepção de "maioridade", por exemplo, sofreu mudanças: para aqueles com experiência de "*morador*" e/ou pequeno produtor, ela só é atingida quando se constitui uma nova unidade doméstica, o que pressupõe o acesso a uma parcela de terra que permita ao grupo doméstico obter os meios necessários à sua reprodução. Quebrada essa noção anterior, a "maioridade", agora, é atingida mais cedo: no momento em que o filho é considerado *rapaz* e passa a receber um salário em troca da venda de sua força de trabalho. Assim, qualquer trabalhador – independente de ser

solteiro ou casado – que venha solicitar trabalho, será incorporado pelos empreiteiros, sem a intermediação do chefe de família. Os *rapazes*, portanto, embora continuem fazendo parte do grupo doméstico de seu pai e trabalhando na mesma propriedade que ele, sempre recebem pelo seu trabalho um pagamento separado. Decorre daí que o filho do trabalhador apto a realizar qualquer trabalho é considerado, aos olhos de quem o recruta, como "maior de idade".

A ruptura do sistema social engenho e o domínio de um novo sistema de dominação que impera atualmente tem expressão, também, na organização do espaço. No passado, o cultivo da cana ocupava apenas uma parte reduzida das terras do engenho que também eram destinadas à criação de gado, às matas, ao cultivo dos *moradores* e, por fim, às construções. Mesmo nos vales, a plantação de cana também dividia o espaço com o gado e as construções. Hoje essa distribuição foi mudada, as terras da propriedade, especificamente as dos tabuleiros, foram ocupadas totalmente pela cana que expulsou o cultivo dos *roçados*, os pastos, as matas e as construções. A cana domina, pois, a paisagem atual. E é sua presença que contribui para colocar em evidência a existência das propriedades.

Embora não houvesse correspondência entre os limites da propriedade do engenho e os limites do mesmo enquanto sistema social, o engenho exercia força centrípeta com relação aos "moradores" e ao *povo dos sítios* que a eles estavam ligados. O centro era representado, em termos espaciais, pelo conjunto das construções que serviam de residência ao *senhor de engenho* e aos *moradores*. Eram, pois, os núcleos formados por estas construções que se tornavam o elemento fundamental, na medida em que substancializavam a existência do engenho.

Hoje em dia, as construções que servem de residência não apenas deixaram de ocupar um lugar dominante em termos da delimitação da propriedade como, com a expansão do domínio da cana, elas foram deslocadas do interior para os limites exteriores das mesmas, produzindo-se assim um efeito contrário ao do engenho (um movimento centrífugo). Agora são os aglomerados urbanos, e não mais as construções das propriedades, que constituem os centros onde os trabalhadores se agrupam.

O deslocamento dos locais de residência tem sua expressão máxima, hoje, nas propriedades que não têm nenhuma residência

no seu interior. Na área estudada, o caso da usina Seresta, perto de Feira Nova, em que se concentravam as residências dos trabalhadores industriais a ela vinculados, embora ainda seja um caso único, parece representar essa nova tendência. Essas modificações, todavia, também surgem com a análise das propriedades que mantêm construções destinadas a residências. Como já foi descrito, no engenho existia um espaço coletivo representado pelo conjunto de residências dos *moradores* e do *senhor de engenho*. Além desse espaço coletivo, havia espaços individuais, sendo a residência em um ou outro âmbito expressiva de relações diferenciadas do *morador* que dela usufruía com o *senhor de engenho*. Ao mesmo tempo, a presença do *senhor* materializava-se na *casa grande*. Sua existência, assim como o lugar de destaque que ocupava, expressava também a relação social entre o conjunto de *moradores* e o proprietário<sup>156</sup>.

A existência de casas no espaço coletivo caracterizava a relação dos *moradores* com a propriedade como uma relação "precária". Mas os espaços individuais e a relação mais duradoura que o acesso a eles significava, representava para os trabalhadores residentes no espaço coletivo, a possibilidade de uma trajetória social. Assim, a relação vivida como "precária" podia ser apenas transitória, pois existia a possibilidade dela tornar-se duradoura. Um exemplo disso era o dos homens solteiros. Embora residindo no espaço coletivo, eles podiam, ao casar tornar-se *moradores*. Outro exemplo é o dos *moradores* que podiam ter acesso a um *sítio*. Em resumo, a localização das *casas* dos *moradores* e a distância espacial existente entre elas em relação à *casa grande* garantiam, para o conjunto de *moradores*, a possibilidade de ter uma trajetória social: "meu pai nasceu e se criou lá no engenho X, viveu 95 anos e criou nós todos nesse lugar".

Atualmente, foi eliminada a trajetória dentro da propriedade. As casas foram destruídas ou estão abandonadas, verdadeiras taperas. Com o desaparecimento dos espaços

---

<sup>156</sup>A bibliografia referente ao sistema de *plantation* já assinalou a importância da *casa* de residência do proprietário como um centro a partir do qual se regulavam todos os âmbitos da vida dos trabalhadores. Esse caráter e sua simbologia são destacados tanto para o caso da América Central (Beckford, 1972) quanto para o Nordeste brasileiro (entre outros, Lacerda de Melo, 1975, p. 32).

individuais, existe apenas um único espaço coletivo, que contribui para a caracterização da relação entre grandes proprietários e o conjunto dos trabalhadores como uma relação precária. A casa atualmente cedida ao trabalhador não tem "fundo de casa", espaço antes ocupado pelo *roçado* e agora pela cana. Essa mudança é percebida pelos trabalhadores que afirmam: "a cana chega até a porta". As construções, geminadas, homogêneas, enfileiradas, sem "fundo de casa", são as únicas existentes e materializam, no espaço, a homogeneização das relações sociais. Às vezes, inclusive, é praticamente impossível diferenciar, à primeira vista, os *galpões* das casas.

O *galpão* é, sem dúvida, a expressão máxima da precariedade das atuais relações, assim como a falta de árvores nas propriedades parece testemunhar não apenas sua instalação recente como também a organização espacial das novas relações sociais. As casas agrupadas em fileiras, sem "fundo de casa" e sem árvores revelam a ausência dos *moradores com sítio* e a própria ausência de *moradores*. Finalmente, a inexistência da *casa grande* é mais um indício da substituição de um sistema de relações sociais por outro que tem uma nova expressão espacial: a dominação atualmente não torna necessária a presença do proprietário. Uma vez rompido o sistema de dominação do engenho, tornam-se vazios os símbolos que o expressavam.

Os aglomerados urbanos, com as características atuais, cercados pelas usinas, são hoje os locais de residência da massa de trabalhadores. E os *hotéis* parecem cumprir, agora, um papel equivalente ao desempenhado no passado pelos *galpões*: quem residia nos *galpões* tinha uma relação ainda precária com o engenho. Ao mesmo tempo, esse período de residência correspondia ao tempo de socialização nas relações sociais dominantes. Agora, parte dos trabalhadores que chegam à Feira Nova em busca de trabalho permanecem nos *hotéis*. Esta permanência transitória parece substituir a antiga residência nos *galpões*, substituindo, portanto, o espaço de moradia da época de socialização nas novas relações sociais de dominação.

Os trabalhadores residentes nos aglomerados urbanos da Área consideram-se, "livres" por oposição aos trabalhadores que residem nas propriedades, por não estarem submetidos a um proprietário em particular. Tal situação tem correspondência simbólica na residência num espaço vivido como "livre". Esta

"liberdade" estende-se ao próprio espaço urbano e, particularmente em Feira Nova, na feira. Mas esses trabalhadores, "livres" vendedores de sua força de trabalho, encontram-se fixados na área e à disposição do conjunto de grandes proprietários. As próprias cidades, cercadas pelas grandes propriedades, delas dependem para subsistir. Nesse sentido, assim como os trabalhadores residentes nas propriedades vêm na cana, que chega até as suas portas, o símbolo da impossibilidade do acesso à terra, os trabalhadores que residem na cidade encaram-na como símbolo da impossibilidade de *ter roçado*, na medida em que as cidades estão cercadas pela cana - não mais a pertencente a um proprietário em particular, mas a cana do conjunto de propriedades que cercam e limitam essas cidades. Em Feira Nova, esta é também a situação. Se, por um lado, ela expressa a liberdade em relação aos antigos proprietários, por outro, ela também simboliza a presença de um novo sistema de dominação. Uma vez destruídas as referências espaciais da trajetória social dos *moradores*, os trabalhadores vêm, no avanço da cana e nas cidades que a seu redor florescem, o fim de sua reprodução ligada à terra.

---

## Bibliografia

### ALAGOAS. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:

1952 - *Alagoas e seus Municípios*. Maceió.

ALMANAQUE de Alagoas

1897 - s.n.t.

### ALMEIDA PRADO, J.F.

1941 - Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil - 1530-1630. São Paulo. Cia. Editora Nacional 2º Tomo. Série 5ª, Brasileira, 175 A.

### ALVES, Hermílio Cândido Costa

1880 - *Breve notícia sobre a Província das Alagoas e memoria justificativa apresentada ao Governo Imperial para a construção da Estrada de Ferro Central*. Rio de Janeiro, Tip. de Soares e Niemeyer.

### ANTONIL, André João

1977 - *Cultura e opulência no Brasil*. São Paulo, Melhoramentos. (Original publicado em Lisboa em 1711).

### ASSOCIAÇÃO DOS PLANTADORES DE CANA DE ALAGOAS

Relatórios e Informes.

### ASSUMPÇÃO, Leilah

1974 - O lavrador na literatura sobre a economia açucareira do Nordeste. PPGAS, Museu Nacional, Univ. Fed. do Rio de Janeiro, (mimeo).

### AZEVEDO, Fernando de

1949 - *Canaviais e Engenhos na vida política do Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool.

### AZEVEDO, João

1982 - *O vale do Comendador*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.

### BARRET, Ward

1977 - *La Hacienda Azucarera de los Marqueses del Vale (1535-1910)*. México, Siglo XXI.

- BASTOS, Humberto  
 1938 - *Assucar e Algodão*. Maceió, s.ed.  
 1939 - O açúcar em Alagoas. *Boletim do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Maceió, v. 1, n. 4. Deptº de Estatística e Publicidade.
- BECKFORD, George L.  
 1972 - *Persistent poverty: Underdevelopment in plantation Economies of the third world*. New York, Oxford University Press.
- BELLO, Julio  
 1948 - *Memorias de um Senbor de Engenho*. São Paulo. José Olympio.
- BESOURO, Gavino  
 1894 - *Fala dirigida a Assembleia Legislativa da Provincia de Alagoas*. s.n.t.
- BOURDIEU, Pierre  
 1962 - Célibat et condition paysanne. *Etudes Rurales*. Paris, 5-6, avr./sep.  
 1980 - *Le sens pratique*. Paris, Ed. de Minuit.
- BRASIL. Ministério de Agricultura, Industria e Commercio.  
 Diretoria do Serviço de Inspecção e Fomento Agrícola.  
 1913 - *Questionarios sobre as condições de Agricultura dos municípios do Estado de Alagoas, 1910-1913*. Rio de Janeiro. Typ. do Serviço de Estatística.  
 1922 - *Aspectos da Economia Rural Brasileira*. Rio de Janeiro, Gráfica Villas Boas.
- BRASIL, Ministerio de Agricultura, Industria e Commercio.  
 Diretoria de Estatística.  
 1923 - *Recenseamento do Brasil, 1920*. Rio de Janeiro. Rip. de Estatística. Vol II, 1ª parte.
- BRITO, João Rodrigues de  
 s/d *A economia brasileira no alvorecer do S. XIX* Salvador. Ed. Livraria Progresso. Coleção de Estudos Brasileiros .Série 1ª. Autores Nacionais, v. 2.
- CAMARA CASCUDO  
 1956 - *Geografia do Brasil Holandês*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- CAMARGO, Aspasia Alcântara  
 1973 - "*Brésil Nord-Est: mouvements paysans et crise populiste*". These de 3eme Cycle, Université de Paris (mimeo).
- CANNABRAVA, Alice  
 1977 - A grande propriedade rural. In: HOLANDA, Sergio Buarque de, *História geral da Civilização Brasileira*. Tomo I, Vol 2, Livro IV, Cap. 3, pp. 192-218. Rio de Janeiro-São Paulo Difel.

- CAPISTRANO DE ABREU  
 1969 – Capítulos da História Colonial (1500-1800). Rio de Janeiro. Soc. Capistrano de Abreu, LivrariaBriguet.  
 1975 – *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- CARLI, Gileno de  
 1940 – *História Contemporânea do Açúcar no Brasil*. Rio de Janeiro, IAA.
- CORREIA DE ANDRADE, Manuel  
 1959 – Os rios-do-açúcar do Nordeste oriental, Os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco*, Recife.  
 1980 – *A Terra e o Homem no Nordeste*. 4ª ed., São Paulo, Brasiliense.
- COSTA, Francisco Isidoro Rodrigues  
 1907 – Respostas ao inquérito oficial sobre a indústria assucareira de Alagoas e São Paulo. *Sociedade Nacional de Agricultura*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- COSTA PORTO  
 1965 – *Estudo sobre o Sistema Sesmarial*. Recife, Imprensa Universitária.
- CRAVEIRO COSTA  
 s/d – *História das Alagoas*. São Paulo, Melhoramentos.  
 1932 – *Alagoas em 1931*. Maceió, Imprensa Oficial.
- CRAVEIRO COSTA e CABRAL, Torquato  
 1902 – *Indicador Geral do Estado de Alagoas*. Maceió, Tipografia Comercial.
- DIÉGUES Junior, Manuel  
 1949 – *O Banguê nas Alagoas*. Rio de Janeiro. IAA.  
 1952 – O Engenho de Açúcar no Nordeste. *Ministério de Agricultura*. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola. Documentário da vida Rural, nº 1.  
 1954 – População e Açúcar no Nordeste do Brasil. *Comissão Nacional de Alimentação*. Rio de Janeiro.  
 1960 – Regiões culturais do Brasil. *Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais*. Série VI, vol. II, INEP-MEC. Rio de Janeiro.  
 1964 – Propriedade e uso da terra na "Plantation" Brasileira. In: *Sistemas de Plantaciones en el Nuevo Mundo*. União Panamericana (Estudios y Monografías, 17) Washington.
- DUSSEN, Adriaen van der  
 1947 – *Relatório sobre as capitâneas conquistadas no Brasil pelos holandeses* (ano 1639). Rio de Janeiro, IAA. (Série História 3).

- ECHENIQUE, Vera e GATTI, Luis  
 1971 - *Relações Sociais na Feira*. Simpósio de Pesquisas. Museu Nacional. Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, Rio de Janeiro (mimeo).
- ENCICLOPÉDIA dos Municípios alagoanos  
 1977 - Maceió, ed. SERGASA.
- FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
 1950 - Censo Agropecuário. Rio de Janeiro, FIBGE.  
 1970 - Censo Agropecuário. Rio de Janeiro, FIBGE.  
 1970 - Censo Demográfico. Rio de Janeiro, FIBGE.  
 1975 - Censo Econômico. Rio de Janeiro, FIBGE.  
 1980 - Censo Agropecuário. Rio de Janeiro, FIBGE.  
 1980 - Censo Demográfico. Rio de Janeiro, FIBGE.  
 1977 - Geografia do Brasil. Região NE, v. 2. Rio de Janeiro, FIBGE.
- FONSECA, Pedro Paulino da  
 1859 - Numero de Engenhos de azzucar existentes na Provincia, importancia de suas fabricas e districtos a que pertencem. *Coleção do autor*.
- FORMAN, Sheppard  
 1979 - *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- FORTES, Meyer  
 1958 - Introduction. In: GODOY, J., ed.: *The Development Cycle in Domestic Groups*, Cambridge University Press.
- FREYRE, Gilberto  
 1937 - *Nordeste*. Aspectos da Influencia da Cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio.  
 1941 - *Região e Tradição*. São Paulo, José Olympio.
- FURTADO, Celso  
 1964 - *Dialéctica e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.  
 1974 - *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo. Cia. Editora Nacional.
- GALESKI, Boguslaw  
 1972 - *Basic concepts of Rural Sociology*. Manchester University Press.
- GARCIA Junior, Afranio R.  
 1983a - *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.  
 1983b - *O Sul: Caminho do Roçado*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional, Univ. Fed. Rio de Janeiro, mimeo.

- GARCIA, Marie France  
 1977 - *O Bacurau*. PPGAS, UFRJ. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Univ. Fed. Rio de Janeiro, mimeo.  
 1984 - *Feira e trabalhadores rurais*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Univ. Fed. Rio de Janeiro, mimeo.
- GARDNER, George  
 1975 - *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo. Ed. Livraria Itatiaia (escrito referido a 1836-1841).
- GONÇALVES DE MELO NETO, José A.  
 1948 - *Tempo dos flamengos*. São Paulo. Livraria José Olympio. Nº 54. Coleção Documentos Brasileiros.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de e GARCIA JR., Afranio R.  
 1971 - Trabalho familiar e campesinato. *América Latina*, ano 14 nº 1/2, jan./jun. Rio de Janeiro.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de  
 1979 - *A morada da vida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.  
 1983 - Versões de uma crise: o caso do "Áçúcar" no Sul de Alagoas. *Boletim do Museu Nacional - Nova Série*, nº 46. Rio de Janeiro.
- INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL  
 1949 - *Congressos Açucareiros no Brasil*. Rio de Janeiro, IAA.  
 s/d - *Legislação Açucareira*, IAA.
- IDEIA da População da Capitania de Pernambuco e das suas annexas, extensão de suas costas, rios e povoações notáveis, agricultura, número de engenhos, contratos e rendimentos reaes, augmento que estes tem tido desde o anno 1774.  
 1918 - *Annaes da Biblioteca Nacional*. Volume XI. Rio de Janeiro.
- IZIDORO, Francisco  
 1901 - Descrição geographica estatística e histórica dos Municípios do Estado de Alagoas. *Revista do Instituto Arqueológico e Geographico Alagoano*, v. 3.  
 1907 - Descrição geographica estatística e histórica dos Municípios do Estado de Alagoas. *Revista do Instituto Arqueológico e Geographico Alagoano*, nº 2, v. 4.  
 1908 - Descrição geographica estatística e histórica dos Municípios do Estado de Alagoas. *Revista do Instituto Arqueológico e Geographico Alagoano*, nº 3, v. 4.
- JOBIM, Hugo  
 1902 - Geografia. In: Craveira Costa e Cabral: *Indicador Geral do Estado de Alagoas*. Maceió, Tipografia Comercial.
- KOSTER, Henry  
 1942 - *Viagem ao NE do Brasil (1816)*. São Paulo, Ed. Nacional, Brasileira, 221.

- LEITE LOPES, José Sérgio  
1978 - O vapor do diabo. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LIMA, Dárdano de A.  
1957 - Estudos Fitogeográficos em Pernambuco. *Boletim do Instituto de Pesquisas Agronômicas de Pernambuco*. Recife, Publicação nº 2.
- LIMA, Ivan Fernandes  
1965 - Geografia de Alagoas. São Paulo, Editora do Brasil  
1978 - Histórico das divisões regionais de Alagoas. Série *Estudos de Regionalização*. Minter/Sudene/Governo de Alagoas, v. 13, Maceió.
- LIMA, José Fernandes de Barros  
1924 - *Mensagem ao Congresso Legislativo de Alagoas*. Maceió, Imprensa oficial.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa  
1941 - *Problemas Econômicos e Sociais da Lavoura Canavieira*. Rio de Janeiro, Ed. Pimenta de Mello e Cia.
- LINHARES, Maria Jéda e Silva, F.C. Teixeira  
1981 - *História da Agricultura Brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- LOUREIRO, Osman  
1970 - *Açúcar. Notas e Comentários*. Maceió, Associação de Produtores de Açúcar do Estado de Alagoas.
- MARTINS, José de Souza  
1975 - *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo, Pioneira.
- MATOS, Anibal R.  
1942 - *Açúcar e Alcool no Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- MELO, Mario Lacerda de  
1962 - Bases geográficas dos problemas do NE. *Revista Brasileira de Geografia*. IBGE. Ano XXIV, nº 4, outubro-dezembro. Gráfica IBGE.  
1975 - *O açúcar e o Homem*. Recife, MEC/IJNPS.
- MEYER, Doris Rinaldi  
1980a - *A terra do santo e o mundo dos engenhos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.  
1980b - *O lavrador*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional, URFJ. mimeo.
- MORAIS SILVA, Antonio de  
1844 - *Diccionário Portuguez*. Lisboa. Tip. de Antonio José da Rocha.

MOREIRA, Mendonça Matos

- 1908 - *Relação das Matas em Alagoas*. Transcrito in: H. von Ihering: *A distribuição de Campos e Mattas no Brasil (1809)*. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, v. 7.

OLIVEIRA VIANNA

- 1949 - *Instituições políticas brasileiras*. São Paulo, Livraria José Olympio, v. 1.

*OPUSCULO da Descrição Geográfica e Topographica, Pbizica, Política e Histórica da Provincia das Alagoas.*

- 1844 - Rio de Janeiro. Typ. do Berthe e Haring.

PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares

- 1971a - *Latifundium et Capitalisme, Lecture critique d'un débat*. These de 3eme cycle présentée à la Faculté de Lettres et Sciences Humaines. Université de Paris. Paris.

- 1971b - *Feira e mudança econômica*. Simpósio de Pesquisas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional. Rio de Janeiro, mimeo.

- 1976 - *Morar: a lógica da Plantation tradicional*. In: *Actes du XIIIeme Congres International des Americanistes*, vol. I, p. 305-315.

- 1977a - *The aftermath of peasant mobilization: Rural conflicts in the Brazilian northeast since 1964*. In: NEUMA AGUIAR org.: *The structure of Brazilian Development*. Transaction Books.

- 1977b - *Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste*. *Anuário Antropológico*, 76. Tempo Brasileiro.

PERRUCCI, Gadiel

- 1978 - *A república das usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste, 1889-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

PETRONE, Teresa Schofer

- 197 - *As áreas de criação de gado*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I, vol. II, Livro II, cap. IV, pp. 218-228. São Paulo, Ed. Difel.

PIAULT, Marc

- 1971 - *Cycles demarchés et "espaces" socio-politiques*. In: Meillassoux: *The development of indigenous trade and markets in West Africa*, Oxford University Press.

POSTURAS MUNICIPAIS

- 1874 - In: *Compilação das leis Provinciais de Alagoas 1835-1872*. Maceió, Tip. Commercial.

RINGUELET, Roberto

- 1977 - *Los migrantes estacionales en el Nordeste de Brasil*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Univ. Fed. Rio de Janeiro, mimeo.

- SÁ E ALBUQUERQUE, Antonio Coelho  
 1855 - *Fala dirigida à Assembleia Legislativa da Província de Alagoas*. Recife, Typografia de Santos e Cia.
- SANTANA, Moacir Medeiros de  
 1970 - *Contribuição à história do açúcar em Alagoas*. Recife, Museu do Açúcar.  
 1978 - *História político-administrativa da agricultura em Alagoas* (mimeo).
- SARMENTO, Ignacio Uchôa de Albuquerque  
 1914 - *Relatório que apresentou ao Excmo. Sr. Coronel Clodoaldo da Fonseca, governador do Estado de Alagoas*. 15/3/1914. Maceió, Litho Trigueiros.
- SIGAUD, Lygia  
 1977 - A idealização do passado numa área de *plantation*. *Contraponto* nº 2. Rio de Janeiro.  
 1979 - *Os clandestinos e os direitos*. Estudo sobre os trabalhadores da cana de açúcar em Pernambuco. São Paulo. Duas Cidades.  
 1980 - A nação dos homens. *Anuário Antropológico*, 78. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro.  
 1983 - As vendas das pontas de rua. *Anuário Antropológico*, 81. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- SILVA Jr. A.; MEYER, Doris; MARCIER, Ma. Hortense  
 1982 - *Emprego rural. Uma análise crítica das categorias dos censos agropecuários e das estatísticas cadastrais*. DEISO/SUEGE/IBGE (mimeo).
- SMITH, Lynn  
 1967 - *Brasil, Povo e Instituições*. Rio de Janeiro. Aliança para o Progresso. USAID.
- SPINDOLA, Thomas de Bon Fim  
 1871 - *Geografia Alagoana*. Maceió, Tipografia do Liberal.
- STEWART, Julian  
 1959 - Perspectives in plantations. *Plantation Systems of the New World*. Washington, Pan American Union.
- SZMRECSNYI, Tamás  
 1979 - *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*, São Paulo. Hucitec.
- TEPICHT, Jerzy  
 1973 - *Marxisme et agriculture? Le paysan polonais*. Paris, Armand Colin.
- TOLLENARE, L.F. de  
 1904 - As notas dominicaes. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*. Vol. XI, nº 61 (escrito em 1816 - 1817).

- THOMPSON, Edgard  
1964 - *La plantación como sistema social*. In: *Sistemas de Plantaciones en el nuevo mundo*. Union Panamericana, Washington.
- THOMPSON, E.P.  
1977 - *La formación histórica de la clase obrera. Inglaterra: 1780-1832*. Barcelona. Ed. LAIA.
- USINA GANSAÇÃO DE SINIMBU  
1896 - *Regulamento para diversos ramos de serviço*. Recife.  
1896/1924 - *Relatórios apresentados em sessões da Assembléia Geral da Província e do Estado*. s.n.t.
- VALENTE, Aminadab  
1957 - *Penedo e sua história*. Macció, s/e.
- VERDONCK, Adriano  
1900 - Descrição das capitánias de Pernambuco, Itamaracá, Parahyba e Rio Grande. Memória apresentada ao Conselho político do Brasil - 20/5/1630. In: *Rev. do Inst. Arqueol. Hist. e Geographico Pernambucano*. Tomo 54.
- WALBEECK, Johannes van e MOUCHERON, Enrique  
1887 - Sobre o estado de Alagoas em outubro de 1643. Relatório apresentado ao Supremo Conselho. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*. Tomo V, nº 33.
- WARMAN, Arturo  
1976 - *Y venimos a contradecir*. Mexico, Ediciones de la Casa Chata.
- WATJEN, Hermann  
1938 - *O domínio colonial holandês no Brasil*. São Paulo. Brasiliense, Série 5ª, vol. 123. Cia. Ed. Nacional.
- WOLF, Eric R.  
1963 - Aspectos específicos del sistema de plantaciones en el nuevo mundo: Comunidades, subculturas y clases sociales. In: *Sistemas de plantaciones en el nuevo mundo*. Union Panamericana, Washington.
- WOLF, Eric e MINTZ, Sydney  
1975 - Haciendas y plantaciones en Mesoamérica y Las Antillas. In: Florescano org.: *Haciendas, latifundios y plantaciones en América Latina*. México, CLACSO, Siglo XXI.



# MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

IBGE - IBG

1968



- 113 - Sertão Alagoano
- 114 - Batalha
- 115 - Palmeira dos Índios
- 116 - Mata Alagoana
- 117 - Litoral Norte
- 118 - Arapiraca
- 119 - Tabuleiros de São Miguel dos Campos
- 120 - Maceió
- 121 - Penedo

## CONVENÇÕES

- CAPITAL 
- CIDADE 
- Limite intermunicipal 
- Limite intramunicipal 
- Barreiras 

Anexo I: Microrregiões homogêneas



## Anexo III: Evolução Municipal da Área Estudada

PENEDO (1636)	{	PORTO REAL DO COLÉGIO (1876) PIAÇABUÇU (1882) (xx) IGREJA NOVA (1890) (então denominada Triunfo)	{	FELIZ DESERTO (1960) SÃO SEBASTIÃO (1960)
MARECHAL DEODORO (1636)	{	ANADIA(1801) PILAR(1857)	{	LIMOEIRO DE ANADIA (1882)
			{	ARAPIRACA(1924) JUNQUEIRO(1903- 1935-1947) (xxx)
	{	MACEIÓ (1815) STA. LUZIA DO NORTE (1830) (atualmente denominada RIO LARGO)		
	{	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS (1882) CORURIFE (1866) (x)	{	CAMPO ALEGRE (1960) BARRA DE SÃO MIGUEL (1960) BOCA DA MATA (1958) ROTEIRO (1963)

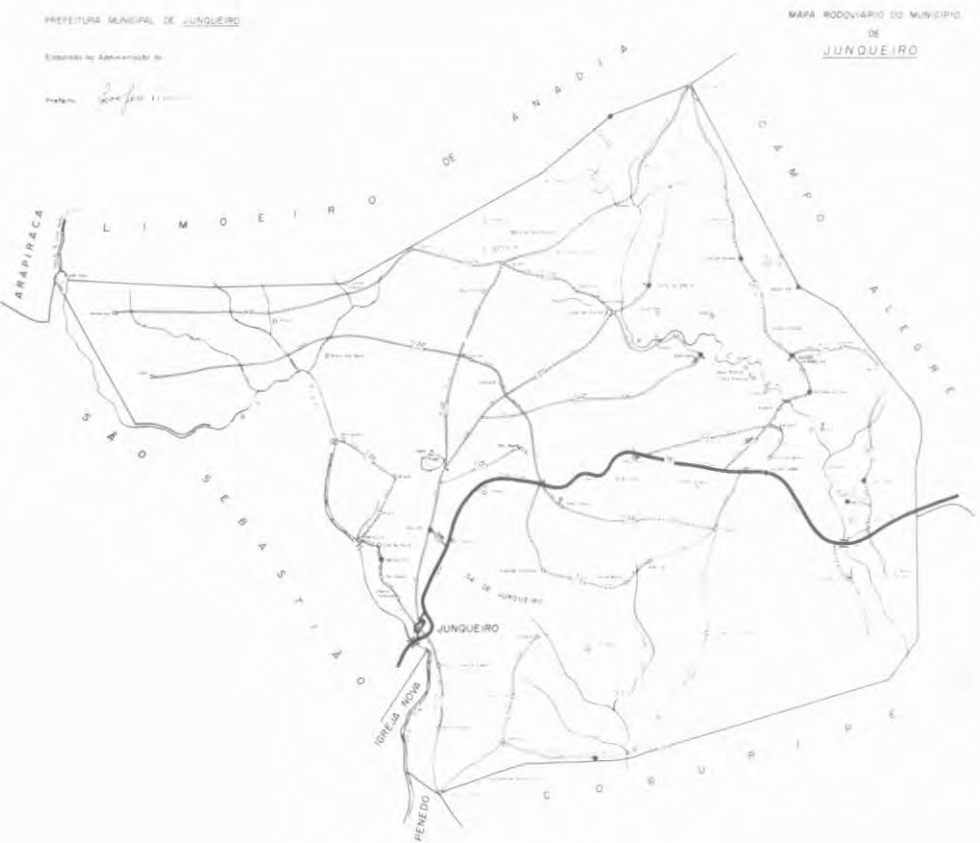
Obs.: As datas entre parênteses assinalam o ano de instauração enquanto municípios.

(x) Coruripe pertenceu a Poxim até 1866. Poxim foi extinto em 1904 enquanto município, passando a ser distrito de Coruripe até 1952, data em que o município foi restaurado.

(xx) Criado em 1903, suprimido em 1932 e restaurado em 1935, suprimido em 1938 e restaurado em 1947.

FONTES: Alagoas e seus Municípios, 1952. Enciclopédia dos Municípios Alagoanos, 1977.

Anexo IV: Mapa Rodoviário do Município de Junqueiro



ASSOCIAÇÃO DOS PLANTADORES DE CANA DE ALAGOAS

-ASPLANA-  
1983



---

## Anexo VI: Sítios e Povoados do Município de Junqueiro

A seguir transcrevemos uma lista dos diferentes sítios e povoados que compõem o município de Junqueiro e sua história em relação à cana de açúcar.

Esta lista nos foi fornecida pela Prefeitura de Junqueiro. É necessário ressaltar que a mesma não é exaustiva, uma vez que não inclui a totalidade dos sítios e povoados existentes. Ainda que se trate de um levantamento provisório, dá uma idéia aproximada da expansão da cana em áreas de antigos Sítios e/ou povoados.

<i>Sítios/Povoados</i>	<i>Situação até 1970</i>	<i>Situação em 1982</i>
Passagem	não tinha cana	tem cana
Pau Benco	não tinha cana	tem cana
Retiro	não tinha cana	tem cana
Riachão	não tinha cana	tem cana
Madeira	não tinha cana	tem cana
Gerais	não tinha cana	tem cana
Prata	não tinha cana	não tem cana
Barriguda	não tinha cana	não tem cana
Canapona	não tinha cana	não tem cana
Maracujá	não tinha cana	não tem cana
Benedito	não tinha cana	não tem cana
Dois Riachos	não tinha cana	tem cana
Retiro Velho	não tinha cana	não tem cana
Barro Vermelho	não tinha cana	não tem cana
Anduri	não tinha cana	tem cana
Baixa Fria	não tinha cana	não tem cana
Várzea Grande	não tinha cana	tem cana
Palmeirinha	não tinha cana	tem cana
Guariba	não tinha cana	não tem cana

<i>Sítios/Povoados</i>	<i>Situação até 1970</i>	<i>Situação em 1982</i>
Coroa de Areia	não tinha cana	tem cana
Chapéu do Sol	não tinha cana	não tem cana
José da Rocha	não tinha cana	tem cana
Barra da Uruba	não tinha cana	não tem cana
Laranjeiras	não tinha cana	tem cana
Munrrin	não tinha cana	tem cana
Atoleiro	não tinha cana	tem cana
Ingá	não tinha cana	não tem cana
Chão do Brejo	não tinha cana	tem cana
Gulandim	não tinha cana	tem cana
Cambuí	não tinha cana	não tem cana
Alecrim	não tinha cana	não tem cana
Folha Larga	não tinha cana	tem cana
Pau Ferro	não tinha cana	tem cana
Vale de Cima	não tinha cana	não tem cana
Olho de Água	não tinha cana	tem cana

---

Obs.: Até os anos 70 havia onze fazendas registradas no município, todas com cana plantada, apesar de somente a partir de então ter aumentado seu cultivo. Em 1982, estavam registradas 21 novas fazendas de cana, totalizando 32 fazendas no município.





# MARCO ZERO

apresenta



"O BRASILEIRO VOADOR", NOVO ROMANCE DE MÂRCIO SOUZA.



## QUIMERA



MARCO SOUZA  
UM DOS MAIORES  
SCRITORES BRASILEIROS  
CONSIDERADO PELO BRASIL  
"O BRASILEIRO VOADOR"  
NO ROMANCE "O BRASILEIRO VOADOR"  
EM 1998. O LIVRO FOI  
LIVRO DO ANO.

PAG. 2

RECEBA EM SUA CASA - GRATUITAMENTE -  
NOSSA PUBLICAÇÃO **MARCO ZERO**  
**APRESENTA**, COM TODAS AS NOSSAS  
NOVIDADES, NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES  
SOBRE LIVROS E AUTORES.

Preencha o cupão anexo e envie pelo correio para  
**EDITORA MARCO ZERO LTDA.**  
Rua Inácio Pereira da Rocha 273  
CEP 05432 - São Paulo - SP

Nome .....  
Rua/Av. Pr. .... N° .....  
Cidade ..... CEP ..... Estado .....  
Profissão .....  
Estado Civil .....  
Áreas de interesse em livros .....  
Pode indicar qual o último livro que V. comprou ou leu?  
.....

Este livro foi composto em Garamond corpo 10 pela PostScript e impresso pela Editora Vozes para Editora Marco Zero.

---

Peça pelo correio o nosso catálogo e conheça os outros livros da Editora Marco Zero.

---

Atendemos também pelo reembolso postal. Editora Marco Zero Ltda., Rua Inácio Pereira da Rocha, 273, Pinheiros, São Paulo, CEP 05432, telefone (011) 815-0093.

empíricos os mais diversos, isola, um a um, os feixes de relações sociais que sustentam o mundo dos antigos engenhos (ampliando os modelos explicativos existentes), os deslocamentos e transformações por eles sofridos e as novas relações sociais que vêm articular-se com aquelas em uma nova totalidade.

Esse esforço de dar conta de um processo macro-social valendo-se das teorias e métodos da antropologia social é, num certo sentido, inédito no Brasil, e os capítulos que dedica à análise do espaço e às relações entre "bóias-frias" e empreiteiros estão, seguramente, entre as melhores páginas da antropologia brasileira contemporânea.

*Moacir Palmeira*

**E**ste livro traz novas e importantes contribuições para a compreensão de uma forma de dominação tão significativa no Brasil quanto a *plantation* canavieira.

A autora – doutora em antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) – analisa as mudanças nas relações entre os vários tipos de trabalhadores da cana-de-açúcar e os grandes proprietários, num cenário de mudanças tecnológicas, com abrupta expansão canavieira e com intervenção do Estado.

Analisa também, pela primeira vez, as relações no interior do próprio grupo dominante: os interesses econômicos e políticos que, no passado e no presente, abriram uma linha de conflitos entre os donos de engenho e os proprietários de usina.

Outra questão abordada com grande interesse e rigor é o espaço social como expressão de transformações sociais. O desvendamento de sua íntima relação com as formas de dominação a partir do engenho e da usina é também um ponto que caracteriza a originalidade e a riqueza deste trabalho.